

e emblemática região do Vale do Jequitinhonha, que colocaram em evidência a sustentabilidade cultural e o protagonismo etnopolítico das comunidades tradicionais nos contextos intra e extra-regional. Alguns enfoques aí privilegiados adotaram, aliás, um viés fenomenológico ou etnogeográfico, alinhando-se com as mais inovadoras abordagens hoje desenvolvidas na Geografia Humana, em particular, e na teoria social em geral, em termos mundiais.

Nos programas de pós-graduação do IGC/UFMG, essas abordagens são assumidas- vale ressaltar- por equipes pioneiras que tentam impulsionar os estudos culturais em nichos acadêmicos ainda alinhados com abordagens científicas mais clássicas (e imbricadas, sobretudo, com pesquisas da Geologia Básica, Geografia Física, Geografia Econômica, etc.). O livro inclui uma multiplicidade de temas como: paisagens culturais regionais (e sua caracterização/ classificação), a agricultura familiar, as práticas agroecológicas, a produção artesanal, as interações das comunidades e o manejo por elas efetuado/ efetivado da biodiversidade, a análise das relações do Rural e do Urbano, o associativismo, o etnomapeamento- recortes temáticos selecionados, a propósito, com uma visão multidimensional da Ciência, com precisão conceitual e metodológica, e, sobretudo, com uma postura científica despojada, sensível e profundamente aberta ao diálogo.

José A. S. Deus



Região estratégica do vasto e multifacetado estado de Minas Gerais (sob diferentes perspectivas: sociocultural, socioambiental, etnopolítica, etnogeográfica, geopolítica, geohistórica...) –, o Jequitinhonha é apresentado nessa instigante coletânea de divulgação de artigos científicos, meticulosamente elaborados (e territorialmente contextualizados), com o objetivo de explicitar e evidenciar a sociodiversidade desse vale (que impressiona, sobretudo, pela força e valentia de sua gente: intuitiva e brava!). A dinâmica social, em curso, de atores sociais (integrantes de comunidades tradicionais locais) como: camponeses, quilombolas, índios “ressurgidos”, artesãos, etc., nesses rincões sertanejos, são ressaltados na obra, enfatizando-se, em particular seus múltiplos desdobramentos na ótica da reinvenção e redesenho da dinâmica social dessa mesoregião (singularíssima), na pós-modernidade (um período histórico com tantos aspectos complexos e paradoxais – que ainda demandam, a propósito, reflexões e releituras geográficas mais aprofundadas e atentas. A investigação de conceitos e temas emergentes destaca-se, nos artigos apresentados, sobretudo, pela sua fundamentação em trabalhos de campo sistemáticos e continuados, e na permanente preocupação com o registro e representação cartográficos dos fenômenos e processos investigados. Ademais, percebe-se com nitidez, que os trabalhos desenvolvidos foram planejados com rigor científico e criatividade, pela equipe que os produziu (reunindo pesquisadores seniores e juniores, das áreas de Geografia Cultural e Agrária principalmente, sediados numa das mais prestigiadas universidades do país: a UFMG). Os docentes, pós-graduandos e graduandos envolvidos com as pesquisas utilizaram em suas abordagens – é relevante assinalar –, categorias conceituais de análise e paradigmas de interpretação nítida e explicitamente geográficos. Uma ênfase dessas pesquisas- originais e seminais –, se alinha, aliás, com enfoques heterodoxos e inéditos da problemática sociocultural dos núcleos quilombolas domiciliados na região, e do exercício, por eles, de sua territorialidade. Percebe-se, ainda, nos artigos, a efetivação de um bem sucedido esforço em termos de adaptação da linguagem científica para o público em geral, tornando-a mais acessível e compreensível para o leitor leigo.

AGRICULTURA FAMILIAR, CULTURA CAMPONESA E NOVAS TERRITORIALIDADES NO VALE DO JEQUITINHONHA: GÊNERO, BIODIVERSIDADE, PATRIMÔNIO RURAL, ARTESANATO E AGROECOLOGIA

Maria Aparecida dos Santos Tubaldini
Lussandra Martins Gianasi (Orgs.)



colecção
Sociedade
& Cultura

MARIA APARECIDA DOS SANTOS TUBALDINI
LUSSANDRA MARTINS GIANASI
(ORGS.)

AGRICULTURA FAMILIAR,
CULTURA CAMPONESA E NOVAS
TERRITORIALIDADES NO
VALE DO JEQUITINHONHA:

GÊNERO, BIODIVERSIDADE, PATRIMÔNIO RURAL,
ARTESANATO E AGROECOLOGIA

Os artigos que integram essa coletânea resultaram do desenvolvimento e efetivação de trabalhos científicos acoplados aos projetos de pesquisa/ extensão intitulados: “Mapeamento e Análise das Estratégias de Reprodução Social Complementares da Agricultura Camponesa no Recorte Territorial de Minas Novas, Capelinha e Chapada do Norte- Vale do Jequitinhonha” e “Ações de Capacitação Para Promover Cidadania aos Agricultores(as) Familiares das Comunidades Tradicionais Quilombolas de Moça Santa e Misericórdia em Chapada do Norte- MG e Artesãos de Minas Novas no Vale do Jequitinhonha”, ambos patrocinados pela FAPEMIG.

Tais projetos resultaram, aliás, do esforço intelectual conjunto de pesquisadores credenciados junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais, que adotam uma perspectiva interdisciplinar em suas abordagens científicas de processos incidentes na realidade regional e local – e em que conexões/ interfaces da Geografia com outros campos do Conhecimento como a Antropologia, a História, a Psicologia, a Ecologia, a Agronomia, etc., são criativamente traçadas e exploradas. Conjugaram-se e interdigitaram-se, nesse contexto, o desenvolvimento dos projetos de pesquisa com a orientação de monografias de graduação, dissertações de mestrado e teses de doutorado. E os pesquisadores envolvidos (docentes e discentes) desenvolveram investigações ricas, densas e detalhadas sobre a controversa

FT

colecção **S**ociedade
& **C**ultura

*AGRICULTURA FAMILIAR, CULTURA CAMPONESA E
NOVAS TERRITORIALIDADES NO VALE DO JEQUITINHONHA:
gênero, biodiversidade, patrimônio rural,
artesanato e agroecologia*

ORGANIZAÇÃO

*Maria Aparecida dos Santos Tubaldini
Lussandra Martins Gianasi*

FINO TRACO



EDITOR A

Todos os direitos reservados à Fino Traço Editora Ltda.

© Tubaldini, M. A. S.; Gianasi, L. M.

Este livro ou parte dele não pode ser reproduzido por qualquer meio sem a autorização da editora.

As ideias contidas neste livro são de responsabilidade de seus organizadores e autores e não expressam necessariamente a posição da editora.

CIP -Brasil Catalogação-na-Fonte | Sindicato Nacional dos Editores de Livro, RJ

A224

Agricultura familiar, cultura camponesa e novas territorialidades no Vale do Jequitinhonha: gênero, biodiversidade, patrimônio rural, artesanato e agroecologia / Maria Aparecida dos Santos Tubaldini, Lussandra Martins Gianasi (org.). - Belo Horizonte, MG : Fino Traço, 2012.

236 p. (Sociedade e cultura ; 12)

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-8054-060-4

1. Geografia agrícola - Minas Gerais (Estado) 2. Agropecuária - Minas Gerais (Estado)
3. Quilombolas 4. Biodiversidade. I. Tubaldini, Maria Aparecida dos Santos II. Gianasi, Lussandra Martins. III. Série.

12-8148.

CDD: 338.1098151

CDU: 338.43(815.1)

06.11.12 12.11.12

040533

Conselho Editorial Coleção Sociedade & Cultura

Elisa Pereira Reis | UFRJ

Leopoldo Waizbort | USP

Renan Springer de Freitas | UFMG

Ruben George Oliven | UFRGS

FINO TRAÇO EDITORA LTDA.

Av. do Contorno, 9317 A | 2º andar | Prado

Belo Horizonte. MG. Brasil

Telefax: (31) 3212 9444

www.finotracoeditora.com.br

Sumário

Apresentação **7**

Parte 1

Etnoterritorialidade e Etnogeografia: Paisagens culturais e espaço vivido

1. Estratégias de reprodução social complementares da agricultura camponesa e etnomapeamento quilombola no recorte territorial de Minas Novas, Capelinha e Chapada do Norte – Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais/ Brasil

Maria Aparecida dos Santos Tubaldini, Lussandra Martins Gianasi e José Antônio Souza de Deus **11**

2. Paisagens culturais alternativas e protagonismo etnopolítico de comunidades tradicionais no *hinterland* brasileiro

José Antonio Souza de Deus **35**

Parte 2

Política, organização comunitária e feiras do Norte

1. Feiras Livres, mercados periódicos e centralidade urbana: estudo de caso de Minas Novas, Capelinha e Chapada do Norte

Marly Nogueira, Kelly C. Moreira **53**

2. Camponeses e Feiras Livres: cultura, tempo e espaço geográfico: estratégias de reprodução social – Minas Novas e Chapada do Norte

Maria Luiza Grossi Araújo **83**

3. Rural e urbano contemporâneos: a importância da feira de Minas Novas para a agricultura familiar

Saulo Davi de Almeida Lopes, Maria Aparecida dos Santos Tubaldini **107**

4. Associativismo quilombola: a luta pelos múltiplos usos do território

Gisele Oliveira Miné; Ludimila De Miranda Rodrigues **125**

Parte 3

Gênero, Produtos-saberes locais

1. Trabalho feminino e manutenção da agricultura familiar nas comunidades quilombolas de Minas Novas e Chapada do Norte

Maria Aparecida dos Santos Tubaldini; Raphael Fernando Diniz;

Lussandra Martins Gianasi **141**

2. Usos da biodiversidade pelas comunidades quilombolas de Chapada do Norte e Minas Novas

Patrícia Crisóstomo Dupin; Bernardo Machado Gontijo **157**

3. Abordagem etnogeográfica do uso de saberes na produção do artesanato em comunidades quilombolas de Minas Novas e Chapada do Norte

Raphael Fernando Diniz; José Antonio Souza de Deus; Lussandra Martins Gianasi **175**

Parte 4

Biodiversidade e Agroecologia

1. Utilização da agroecologia e biodiversidade local na recuperação de áreas degradadas em territórios quilombolas

Raphael Fernando Diniz; Maria Aparecida dos Santos Tubaldini **197**

2. Cafeicultura familiar e quilombola em territórios rurais: impasses e perspectivas da produção cafeeira nas grotas e chapadas de Minas Novas e Capelinha

Raphael Fernando Diniz; Maria Aparecida dos Santos Tubaldini;

Valéria Amorim do Carmo **215**

Apresentação

O Vale do Jequitinhonha ocupa a região nordeste mineira, com área cerca de 80 mil Km² e população em torno de um milhão de habitantes. Embora existam diferentes recortes regionais pode-se identificar na região 75 municípios, sendo que 52 deles organizam-se nas microrregiões Alto, Médio e Baixo Jequitinhonha, e 23 estão integrados à antiga área mineira da sudene. Banhado em toda sua extensão territorial pelo rio Jequitinhonha que tem importante papel na identidade regional, no sentimento de pertencimento que tão fortemente caracteriza o homem do Vale.

Terra de Contrastes!

De um lado a riqueza do subsolo abundante em recursos minerais – ouro, pedras semipreciosas, diamante, quartzo, lítio, etc –, de outro a mineração desregrada, que compromete o meio ambiente, e a extrema pobreza em que vive grande parte de sua população.

Terras férteis caracterizadas pelas grotas ou margens de rios e córregos, extensas áreas de pastagens ao lado de chapadas áridas, grandes áreas desmatadas para produção de carvão e reflorestamento.

Um rico patrimônio cultural – material e imaterial – representado por seus casarões, suas igrejas, sua culinária, seu artesanato, sua música, sua arte, seus contadores de história, suas festas religiosas. E, por outro lado, a precária situação do casario histórico em vários municípios, ausência de apoio aos grupos culturais, artesãos, músicos e escritores, seja pela falta de recursos das administrações municipais, seja pela inexistência ou dificuldade de acesso às políticas públicas específicas.

O seu artesanato rico, inconfundível, a cerâmica com as nuances especiais do seu barro, a tecelagem, a palha e a madeira. Apesar dessa riqueza de um artesanato singular, conhecido em várias regiões do mundo, seus artesãos padecem pelas dificuldades de comercialização e, até mesmo, acesso à matéria prima.

Na educação também encontram-se contrastes. A belíssima experiência das Escolas Famílias Agrícola que representa alternativa para formação de jovens e manutenção da agricultura familiar na região, vê-se permanentemente ameaçada pelas dificuldades de sua manutenção. As opções e oportunidades de formação profissional para os jovens são mínimas e também o são as oportunidades de trabalho, emprego e renda para homens e mulheres que migram da região em busca de trabalhos sazonais, sobrevivendo em precaríssimas condições de trabalho e saúde.

A Universidade Federal de Minas Gerais vem atuando nessa terra de contrastes – o Vale do Jequitinhonha – há décadas, seja por meio de pesquisas, nas suas áreas de geologia, agricultura, educação, meio ambiente, literatura, artesanato e outras, seja por meio de ações de extensão, em trabalhos conjuntos com a população, contribuindo para que essa se aproprie dos conhecimentos científicos, tenha acesso às políticas públicas nas mais diversas áreas e se torne promotora, indutora e beneficiária do desenvolvimento econômico social e cultural da região.

É nesse contexto que se situa o livro *Agricultura familiar, cultura camponesa e novas territorialidades no Vale do Jequitinhonha: Gênero, biodiversidade, patrimônio rural, artesanato e economia solidária*, que a UFMG tem o prazer de apresentar aos pesquisadores, extensionistas e ao povo do Vale. Essa gente forte, resistente, que, apesar das desigualdades e exclusão socioeconômica, encontra soluções criativas para sobrevivência com dignidade e alegria.

Esta coletânea de textos, elaborados com rigor científico e compromisso social, representa o fruto de uma ação que articula de forma exemplar a extensão, a pesquisa e o ensino, de graduação e de pós-graduação. As metodologias, predominantemente qualitativas, consideram a gente estudada – agricultores, camponeses, quilombolas, artesãos – sujeitos do processo social, econômico e cultural, donos de saberes e tradições que são aqui valorizados e respeitados.

Conceitos como agroecologia, biodiversidade, etnoterritorialidade, etno-geografia, população tradicional, quilombos, feiras livres, agricultura familiar, relações entre o campo e a cidade, entre o rural e o urbano, o trabalho feminino, são aqui desenvolvidos com profundidade científica, precisão metodológica e grande sensibilidade.

A comunidade acadêmica, os moradores de Capelinha, Minas Novas e Chapada do Norte, o povo do Vale e os que se interessam pelos temas abordados agradecem a todos que se dedicaram com empenho à elaboração desta obra: pesquisadores e extensionistas – docentes, técnicos e discentes da UFMG.

Boa leitura a todos!

Maria das Dores Pimentel Nogueira
Pró-Reitora Adjunta de Extensão / UFMG

Parte 1

Etnoterritorialidade e Etnogeografia:
Paisagens culturais e espaço vivido

1. Estratégias de reprodução social complementares da agricultura camponesa e etnomapeamento quilombola no recorte territorial de Minas Novas, Capelinha e Chapada do Norte – Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais/ Brasil

Maria Aparecida dos Santos Tubaldini

Lussandra Martins Gianasi

José Antônio Souza de Deus

O presente artigo objetiva estudar, com abordagem predominantemente qualitativa, a agricultura familiar e camponesa em territórios quilombolas e comunidades rurais, as relações familiares de produção. A investigação procura identificar e mapear o território atual de moradia de comunidades remanescentes quilombolas e comunidades de agricultores familiares, catalogar o número de casas, seus lugares de convivência, bem como as hortas de fundo de quintais onde produzem pequenas quantidades de milho, feijão, legumes, verduras e criam animais de pequeno porte para alimentação. Mostra-se também através de mapeamento cartográfico como a configuração do espaço de produção alimentar de quintais se imbrica com as relações tradicionais camponesas. Os quilombolas aos quais se refere esta pesquisa também podem ser considerados, a propósito, como agricultores familiares, com traços culturais de campesinato decorrentes da identidade afrodescendente. Partindo desses objetivos foi possível se identificar e se mapear o território atual de moradia da comunidade remanescente de quilombolas pelo percurso etnográfico, mapas mentais, recuperando o limite do território reconhecido por eles e suas áreas de produção, alvos principais das análises.

As comunidades quilombolas estão geralmente localizadas no espaço rural brasileiro, mas também foram incorporadas pelo espaço urbano e periurbano. Essas Comunidades Rurais e Urbanas de Remanescentes Quilombolas são objetos de estudo dos pesquisadores do Laboratório de Geografia Agrária, Agricultura Familiar e Cultura Camponesa do IGC/UFMG. Buscou-se observar, em entrevistas empreendidas durante reconhecimentos de campo

sistemáticos realizados *in loco*, o entendimento dos agricultores sobre os traços culturais afrodescendentes remanescentes nos territórios estudados. Essa compreensão por parte dos pesquisadores foi realizada pelo percurso etnográfico.

Nesse estudo, as divisas do território foram apresentadas pelos moradores mais antigos e foram sendo amostrados os espaços de moradia e de produção, o que resultou em mapas temáticos. Essas divisas foram sendo mapeadas com percursos à pé, à cavalo, de moto e também carro. A relação entre pesquisadores na obtenção das informações usando trajetos pela comunidade faz do ator, sujeito da pesquisa, um construtor dela e para os demais membros da comunidade, torna confiável a presença dos pesquisadores na comunidade. Os dados levantados abrangem aspectos referentes aos seguintes itens: as práticas agrícolas, o levantamento geográfico das propriedades e o mapeamento do território com a localização das casas, a infraestrutura, os usos da terra e os tipos de produto.

A metodologia que norteia este trabalho é qualitativa, privilegiando o percurso etnográfico, mapas mentais a oralidade e a aplicação de questionários. Para a sua concretização foram empreendidos cinco trabalhos de campo, nos anos de 2009, 2010 e 2011, nas comunidades estudadas.

A pesquisa partiu do mapeamento sociocultural de comunidades tradicionais camponesas, quilombolas e de agricultores familiares no recorte territorial de Minas Novas, Capelinha e Chapada do Norte no Vale do Jequitinhonha a partir da análise e da compreensão de suas estratégias de reprodução social, cultural e econômica (Figura 1). Foram estudadas 18 comunidades, sendo 6 reconhecidas como quilombolas em Minas Novas; 7 em Chapada do Norte das quais 2 quilombolas ainda não reconhecidas – e 3 comunidades de agricultores familiares em Capelinha. Porém neste artigo são apresentadas principalmente os resultados dos territórios quilombolas de Macuco e Moça Santa.

Os objetivos específicos vinculam-se à análise da capacidade de organização das associações camponesas na gestão de seus territórios, visando a melhoria da qualidade de vida das comunidades envolvidas e discutindo em que medida os desdobramentos de novas práticas agrícolas – agroecológicas, por exemplo – e de produções alternativas configuram estratégias de reprodução social e permanência das famílias rurais no campo. Para isso o trabalho se propôs a:

- Realizar o mapeamento sociocultural da população das comunidades afrodescendentes, destacando os elementos que contribuem na reafirmação da identidade dessa população.

- Identificar, analisar e mapear os grupos familiares ligados às atividades alternativas de produção agrícola: apicultura; práticas tradicionais de artesanato (de esteatita, madeira, cerâmica, fibra, palha, tecidos, crochês, bordados, etc.); produção de alimentos e bebidas tradicionais, (ex. produtos de laticínio, doces, biscoitos, etc.); atividades domésticas associadas ao mundo rural; atividades vinculadas às dimensões religiosas, folclóricas, lúdicas e outras manifestações populares comunitárias.

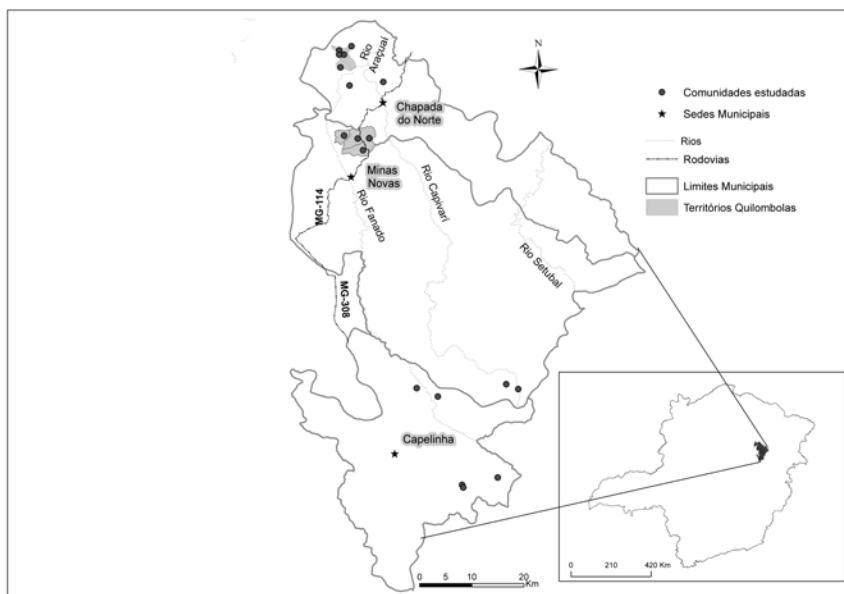


Figura 1: Localização das comunidades amostradas.

A cartografia forneceu o instrumental para o mapeamento posterior das informações coletadas via GPS (Sistema de Posicionamento Global). O procedimento utilizado foi o de demarcar com GPS todo o entorno da comunidade com os moradores mais antigos, as hortas, as divisas, os caminhos e os lugares culturalmente relevantes para a comunidade. Após esses procedimentos, foi feita a exportação desses dados para o software *Trackmaker* GTM PRO 4.4, um programa que permite a visualização espacial de todos os elementos georreferenciados em campo e exportação para o *Arc Gis*. Para se construir os mapas temáticos finais, usou-se o *Arc Gis 9.0*. A partir do aporte desses dados, foram feitas as correções necessárias nesse *software*, a nomeação de lugares e signos, a identificação dos córregos, dos rios, das barraginhas, dos poços e nascentes para a produção de mapas temáticos com as informações sobre a etnoterritorialidade.

A pesquisa se iniciou com a revisão bibliográfica acerca das temáticas desenvolvidas, como o Desenvolvimento Rural Local Sustentável, as Teorias do Campesinato, os estudos acerca da agricultura familiar, a agroecologia, estudos de gênero, comunidades tradicionais, comunidades quilombolas, além da discussão em torno dos conceitos de Território e territorialização e desterritorialização e da etnoterritorialidade. Para o entendimento das comunidades quilombolas utilizaram-se estudos histórico-geográficos e antropológicos das comunidades remanescentes de quilombo no Brasil e realizou-se a leitura de importantes estudos desenvolvidos por Anjos (1999; 2009), Carril (1995), Gusmão (1995), Amaral Filho (s/d), Arruti (2006) e pelo Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva – CEDEFES (2009). Além disso, foram feitas consultas em órgãos oficiais como INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), FCP (Fundação Cultura Palmares) e *Programa Brasil Quilombola*, para obter informações acerca do número e localização das comunidades remanescentes de quilombo no Brasil atual.

Todos os temas abordados tiveram na questão quilombola, agricultores camponeses e familiares no seu foco do estudo. Tal procedimento metodológico desdobrou-se no campo, cujos espaços de análise são as comunidades, as unidades de produção familiar/camponeses de agricultores dessas comunidades. O desenvolvimento do projeto partiu ainda da metodologia de ações *LEADER* (Ligações Para Ações de Desenvolvimento Rural), da Comunidade Econômica Europeia para áreas economicamente deprimidas, reformatada para o estudo de produtos locais e agricultura familiar, adotando premissas teóricas do desenvolvimento rural sustentável, com base local e territorial no potencial das pessoas, nos produtos tradicionais da agricultura e da pecuária e derivados através de processos tradicionais do saber-fazer, bem como das habilidades artesanais dos trabalhos femininos.

A metodologia utilizada para a coleta de dados em campo partiu das técnicas que se aproximam da história oral, baseada no estímulo à experiência vivida de um determinado fato, acontecimento e/ou momento histórico, no qual um sujeito ou grupo encontra-se eventualmente envolvido, direta, ou indiretamente. Assim, a coleta de dados nesta pesquisa foi realizada a partir de entrevistas semiestruturadas, mapas mentais e questionários, seguindo os procedimentos da técnica da História Oral. Buscando seguir tais técnicas foram elaboradas divisões temáticas específicas compostas de algumas questões chaves de cunho, principalmente, qualitativo, e algumas questões quantitativas, assegurando um equilíbrio entre os dois aspectos. O total de entrevistas foi previamente estipulado de acordo com a quantidade de famílias das comunidades, procurando abranger boa parte das famílias residentes. Após os trabalhos de campo e as respectivas coletas de dados,

os questionários foram tabulados e organizados em um banco de dados com registros quantitativos em aplicativos que melhor atendem aos objetivos de análise e construções cartográficas. As fitas utilizadas nas entrevistas dirigidas e perguntas abertas foram transcritas para a organização das falas dos sujeitos/objetos da pesquisa e sua posterior inserção na redação da pesquisa.

Em seguida, os dados foram reorganizados em tabelas e organizados construindo, assim, o material cartográfico necessário para a elaboração dos mapas temáticos, tabelas e gráficos para a representação gráfica dos grupos estudados, de acordo com parâmetros científicos interpretativos de dados.

A busca de bases cartográficas e documentais foi uma etapa considerada fundamental para o trabalho de campo e para a construção de mapas temáticos. As bases cartográficas da área estudada disponíveis nos acervos do IBGE, Geominas, IGA, e outros, foram utilizadas assim para dar suporte ao mapeamento dados em escala de município do PNADS, Censo Agropecuário, tabulações especiais do IBGE, EMATER (para 1998, 2000, 2006).

Como se trata de comunidades rurais com migração constante, o trabalho das mulheres é fundamental nesta pesquisa e para o estudo de gênero nas comunidades quilombolas foram feitas leituras acerca do papel da mulher no espaço rural e na agricultura familiar/camponesa a partir dos seguintes estudiosos: Gomes, Gehlen e Oliveira (2000); Grassi e Possas (2006); Heredia e Cintrão (2006); Panzutti, (1996); Barba (2002); Siliprandi (2005). Para o entendimento do reconhecimento da luta das mulheres por seus direitos e os avanços por elas conseguidos foram feitas leituras dos estudos sociológicos de Pitanguy e Miranda (2006); Pitanguy, Barsted e Miranda (2006); Piovesan (2006). Os estudos sociológicos de Bourdieu (2000) complementam as leituras, com estudos sobre o papel da mulher na família.

Diante da importância dos aspectos culturais na análise das sociedades, buscou-se apoio nas bases teóricas da Geografia Cultural, a fim de se analisar geograficamente essa dimensão da realidade, tendo em vista que esta possibilita a interação entre os objetos empíricos e seus temas, pois como destaca Mikesell: qualquer sinal da ação humana numa paisagem implica uma cultura, atrai a história e demanda uma interpretação ecológica; a história de um povo evoca sua instalação em uma paisagem, seus problemas ecológicos e seus concomitantes culturais; e o reconhecimento da cultura leva à descoberta dos traços deixados sobre a terra (Mikesell, 1978:4 apud Corrêa, 2001:19).

Parte da metodologia advém das Ações *LEADER* (Ligações Para Ações de Desenvolvimento Rural), da Comunidade Econômica Europeia para áreas economicamente deprimidas, reformatada para o estudo de produtos locais e agricultura familiar, contribui para este estudo, através de premissas teóricas do desenvolvimento rural sustentável, com base local e territorial no

potencial das pessoas, nos produtos tradicionais da agricultura, da pecuária e derivados, através de processos tradicionais do saber-fazer, bem como das habilidades artesanais dos trabalhos femininos.

A forma de inserir pessoas e comunidades no processo de desenvolvimento rural sustentável segundo o *LEADER* é através da *qualidade e das atividades tradicionais* como forma de valorização dos produtos artesanais e das populações que conhecem o saber-fazer e que não fazem parte das cadeias de produção industrializada. Dos produtos locais no recorte territorial estudado derivam doces, queijos e requeijões, artesanatos de couro, madeira e cerâmica; de teares se originam mantas, cobertores, as cachaças e outros. A qualidade deriva do processo de produção natural e pouco ou nenhum agrotóxico cuja produção chega às feiras locais, cujos mecanismos de proteção local impedem a entrada do CEASA nesses municípios.

As etapas metodológicas naturalmente contemplaram também uma revisão bibliográfica sobre os temas: etnoterritorialidade, territorialidade, etnografia, comunidades quilombolas e mapeamentos.

Referencial teórico

Buscando compreender a dinâmica socioespacial dessas comunidades afrodescendentes e suas interações com o espaço de vivência, parte-se aqui de um aprofundamento nas discussões em torno do conceito de território, a partir do qual é possível compreender um pouco mais das dimensões políticas, econômicas, sociais, culturais e simbólicas desses grupos e seus processos territoriais por meio de conceitos como a territorialização, desterritorialização, reterritorialização, discutidos principalmente por Haesbaert (1997, 2001, 2002, 2004).

Por outro lado é relevante assinalar que mapeamentos convencionais foram produzidos ao longo da história de várias maneiras e por diversos métodos. Hoje existem diferentes aparatos que tornam fácil a vida de um cartógrafo ou geógrafo na compreensão do território e na sua delimitação. Seria muito mais fácil fazer o mapeamento de certas áreas via análise de imagens de satélite ou divisões pré-estabelecidas nas cartas topográficas. No entanto, Vieco et al. (2000:250), citado por Ataíde (2005:2),

declaram que a cartografia convencional é insuficiente para representar uma territorialidade baseada em modelos multidimensionais de mundo, construído por sociedades de acordo com suas estratégias

de manejo do meio e de seu universo simbólico, com uma série de relações sociais em constante dinamismo.

Já o nosso trabalho privilegiou outra forma de se mapear – usando os atores sociais envolvidos no processo para a delimitação de seu *habitat*, de sua comunidade/território –, um mapeamento participativo etnogeográfico (Diniz et al., 2011). Na literatura há registros de pesquisas participativas sobre mapeamentos que estão se consolidando e sendo aplicadas em áreas indígenas, principalmente TNC, 2006; Aquino, 2005; Ataíde, 2005; Paschoal, 2006, com foco, sobretudo, na delimitação e reconhecimento do território, e outras com ênfase na gestão e no reconhecimento do espaço mapeado pelos sujeitos do território. Tais mapeamentos têm contribuído para o etnozoneamento e gestão de terras indígenas de comunidades tribais em processo de reafirmação da identidade étnico-cultural, a exemplo dos Gaviões e Araras da Terra Indígena Igarapé Lourdes em Ji-Paraná (RO), investigados em reconhecimentos de campo por Deus, Barbosa e Tubaldini (2011), por exemplo.

Em consonância com outra forma de mapear, os mapas mentais, metodologia usada principalmente com as crianças das comunidades, constituíram uma metodologia que construiu a partir da percepção ambiental da população local suas representações do vivido, suas imagens espaciais de seus lugares experienciados, destacando suas formas de pensamento, organização e visualização de seus conhecimentos sobre o seu espaço e sua comunidade. Esse trabalho, portanto, objetivou observar por meio da percepção das crianças os elementos mais importantes da comunidade no imaginário das crianças.

No caso de parte de nossa pesquisa, os agentes envolvidos no processo são quilombolas rurais. O território usado pelos antepassados e pelos atuais moradores tem significados muito importantes na construção do seu cotidiano e de suas vidas. A terra não é vista como uma propriedade particular, mas como um bem de uso comum, já que “a identidade cultural é construída com a apropriação comunal do espaço” (Guanaes et al., 2000).

Esses povos são entendidos aqui como sendo “não necessariamente formados, por escravos fugidos” (Gianasi et al., 2009). Segundo a definição da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), considera-se remanescente de quilombo “toda comunidade negra rural que agrupe descendentes de escravos vivendo da cultura de subsistência e onde as manifestações culturais têm forte vínculo com o passado” (ABA, 1994). Para Anjos (1999) os quilombos são “sítios geográficos onde se agrupavam povos negros que se rebelavam contra o sistema escravista da época, formando comunidades livres”. Trata-se de:

grupos étnicos, predominantemente constituídos pela população negra rural ou urbana, que se auto-definem a partir das relações com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias. Estima-se que em todo o País existam mais de três mil comunidades quilombolas. (Incra, 2000)

Nesse contexto, emerge a necessidade, portanto, de se discutir a conformação da relação de tais comunidades com a terra e de suas tradições culturais por meio da etnoterritorialidade, identidades territoriais dos quilombolas que são estabelecidas pela relação deles com o seu meio. As múltiplas formas de apropriação e uso da natureza, designando territorialidades específicas, convergem para o processo de construção do território étnico das comunidades remanescentes de quilombo (Almeida, 2002). E vale ressaltar que:

O território étnico, enquanto conceito seria uma abordagem híbrida entre a concepção de território geográfico e antropológico. Seria uma representação coletiva do ser, viver e sentir-se situada num recorte espacial construído historicamente e atualizado em práticas percebidas cotidianamente. (Cunha, 2009)

Ao se considerar a questão da identidade étnica, estamos nos referindo, a propósito, a um processo de autoidentificação bastante dinâmico, que não se reduz a elementos materiais ou traços biológicos distintivos, como cor da pele, por exemplo. A identidade étnica de um grupo é a base de sua forma de organização, de sua relação com os demais grupos e de sua ação política. A maneira pela qual os grupos sociais definem a própria identidade – é relevante assinalar – é resultado de uma confluência de fatores escolhidos por eles mesmos – desde uma ancestralidade comum ou formas de organização política e social, até elementos linguísticos e religiosos. Little (2002:3) define territorialidade como “o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu território”.

Contudo, para entender a relação particular que um grupo social mantém com seu respectivo território, utiliza-se o conceito de *cosmografia*, que pode ser definido como

“[...] os saberes ambientais, ideologias e identidades – coletivamente criados e historicamente situados – que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território”. A cosmografia de um grupo inclui seu regime de propriedade, os vínculos afetivos que mantém com seu território específico, a história da sua ocupação guardada na memória

coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele. (Little, 2002:4)

Dessa forma, o elemento fundamental na construção dos territórios sociais seriam os vínculos sociais, simbólicos e rituais que os diversos grupos sociais mantêm com seus ambientes biofísicos. Espaço – abstrato e genérico – e um *lugar* – concreto e abstrato. A identificação de lugares sagrados, por um grupo determinado, representaria uma das formas mais importantes de territorialização. De acordo com Birraux-Ziegler (1995), o território constituiria, por exemplo, fundamentalmente, um fator de coesão e de estruturação das relações com o Cosmos, para a sociedade indígena yanomâmi (domiciliada nas *rain-forests* da área norte-amazônica, no Brasil e na Venezuela).

No caso dos núcleos quilombolas do Vale do Jequitinhonha, o território de Macuco e de Moça Santa, lugar físico e afetivo dos agricultores no espaço geográfico, foi constituído pela junção de unidades territoriais menores, com identidades próprias, associadas à noção de comunidades rurais. Os territórios analisados são assim constituídos pela junção de quatro comunidades rurais distintas – Pinheiro, Macuco, Mata Dois e Gravatá – que formam o território de Macuco, e Moça Santa, Paiol, Gamelas, Caeté e Galdino, que formam o território de Moça Santa. Essa união, que forma esse território, não se deve apenas à proximidade física de uma comunidade rural em relação à outra, mas também ao sentimento de pertencimento coletivo, aos laços de parentesco e amizade forjados entre as famílias dessas unidades territoriais. Além disso, elementos culturais, étnicos e históricos em comum – a religiosidade, a ancestralidade negra, o passado – associados à escravidão negra e ao fato de terem buscado o autorreconhecimento enquanto remanescentes quilombolas contribuíram muito para a formação e delimitação física e sentimental do território quilombola de Macuco. No caso de Moça Santa o reconhecimento como Quilombolas reacendeu o sentimento de pertencimento e de luta para criação de alternativas para os afrodescendentes em relação à migração.

Com dimensões variadas, as comunidades rurais quilombolas que formam o território quilombola de Macuco possuem uma organização interna pautada na propriedade tanto individual – de uso exclusivo da família – como coletiva, como: as roças comunitárias, a que um determinado número de agricultores, se não todos os membros da comunidade, tem acesso; as nascentes de água com maior volume; o poço artesiano comunitário; o *Centro de Referência da Cultura Negra*; entre outros. Quanto à estrutura das casas, pode-se dizer que a maioria tem bom estado de conservação. São construções simples, com plantas muito similares, havendo basicamente dois tipos de

nas roças pelas camponesas: milho, feijão e mandioca são os mais comuns, já que são mais resistentes à seca e fazem parte do cardápio alimentar típico dos camponeses quilombolas. Muitos dos agricultores familiares migram, portanto, a procura de complementação de renda para a reprodução da família.

O córrego dos Macacos onde se localizam a maior parte das casas, sede da associação, escolas e comércio é intermitente e muitas das casas já estão abandonadas, efeito da dificuldade de cultivar a terra devido à escassez de água. No entanto, os que permanecem têm um respeito à terra e o sentimento de pertencimento prevalece.

A respeito do uso da terra, Galizoni et al. (2002:12), coloca:

O sentido de pertencimento ao território vem da ascendência, do convívio e da parentela, que se unificam sobre uma terra que todos, em maior e menor grau, conservam certos direitos comuns. Assim a terra da comunidade efetiva e permite o exercício dos direitos derivados da ancestralidade: poder coletar lenha e frutos com liberalidade, ter acesso exclusivo ou cessão parcial privilegiada de um determinado barreiro ou nascente, dispor de madeiras – paus de cerne – que podem ser cedidas ou recebidas nas áreas mais privativas daquela comunidade.

Trata-se do território construído pelo reconhecimento de uma identidade. Território, que conforme Frémont (1980), não é apenas o geográfico, mas formado a partir de aspectos culturais, históricos e familiares, que contribuem para a formação de uma identidade, um patrimônio simbólico. Para as comunidades remanescentes de quilombos, a terra passa a ser um espaço social próprio, específico e coletivo, um espaço de identidade. A terra se torna o espaço vivido, que

[...] em toda a sua espessura e complexidade, aparece assim como o revelador das realidades regionais; estas têm certamente componentes administrativos, históricos, ecológicos, econômicos, mas também, e mais profundamente, psicológicos. (Frémont, 1980:17)

As investigações que temos desenvolvido sobre o campesinato quilombola do Vale do Jequitinhonha no Laboratório de Geografia Agrária, Agricultura Familiar e Cultura Camponesa/IGC-UFMG (que abriga o grupo de pesquisa/CNPq - *Terra & Sociedade*) convergem no sentido de pesquisar a formação de uma identidade, de um patrimônio simbólico. Para as comunidades remanescentes – vale ressaltar – a terra constitui um espaço social próprio, específico e coletivo, um espaço de identidade. A terra se revela como o espaço vivido, que

[...] em toda a sua espessura e complexidade, aparece assim como o revelador das realidades regionais; estas têm certamente componentes administrativos, históricos, ecológicos, econômicos, mas também, e mais profundamente, psicológicos. (Frémont, 1980:17)

Além disso, a pesquisa também buscou propiciar o levantamento de novas discussões teóricas, históricas e éticas na análise da agricultura familiar e dos fragmentos da agricultura camponesa nesses territórios rurais, onde agricultores tradicionais e afrodescendentes têm cultura e manejos tradicionais diferenciados dos demais agricultores, bem como sua forma de inserção no mercado local. No contexto da análise do território, a identificação de áreas e potenciais de inserção e de interconexão desses segmentos e comunidades pode significar o diferencial de qualidade para o perfil das ações, dando suporte a diretrizes políticas para o desenvolvimento rural sustentável dentro desse território. Logo, a partir do momento em que esses fatores são reconhecidos, torna-se possível definir instrumentos sistematizados para o desenvolvimento de ações que assegurem a conservação das tradições culturais e do meio ambiente, além da melhoria da qualidade de vida dessas populações e a contenção do êxodo rural.

Ressalte-se que o Desenvolvimento Rural Local Sustentável é considerado por diferentes autores (Sachs, 2000; Navarro, 2001, Almeida, 1998, Veiga, 1994, Leader, 2001), como um conceito em construção, que busca a compreensão dos processos por meio dos fatores sociais, econômicos, culturais e ambientais, buscando melhorar a qualidade de vida das populações rurais. Nessa concepção teórico-metodológica o território cultural e o capital social são concebidos por meio de algumas práticas do associativismo com base em processos de produção agrícola tradicional e de cultivos locais, vistos como patrimônio rural, e capazes de inserir o camponês no mercado.

Buscando-se compreender a dinâmica socioespacial dessas comunidades afrodescendentes e suas interações com o espaço de vivência, parte-se de um aprofundamento nas discussões em torno do conceito de território, a partir do qual é possível apreender as dimensões políticas, econômicas, sociais, culturais e simbólicas desses grupos e seus processos territoriais por meio de conceitos como a territorialização, desterritorialização, reterritorialização, discutidos principalmente por Haesbaert (1997, 2001, 2002, 2004).

O território estudado abrange comunidades que possuem importância local e/ou se organizam em associações comunitárias como uma das formas de se reconhecerem identitariamente e territorialmente como quilombolas e também de comunidades não quilombolas – agricultores familiares. Assim a definição das comunidades para a amostragem partiu, principalmente, do

desempenho de tais comunidades enquanto protagonistas de organização de uma associação quilombola, buscando-se realizar uma análise das comunidades participantes de associações quilombolas nos respectivos municípios, conforme pode ser observado na tabela abaixo.

Tabela 1: Relação de Comunidades Estudadas²

Associação	Comunidade
CHAPADA DO NORTE	
Associação União Quilombola de Moça Santa (reconhecida pela Fundação Palmares)	Moça Santa
	Córrego das Gamelas
	Córrego do Paiol
	Córrego do Galdino/ Santa Rita Caeté
	Cuba (Quilombola)
	Misericórdia (Quilombola)
MINAS NOVAS	
Associação União Quilombola de Macuco (reconhecida pela Fundação Palmares)	Macuco
	Pinheiro
	Mata Dois
	Gravatá 1 ¹
Associação Quilombola de Quilombo (reconhecida pela Fundação Palmares)	Quilombo
	Santiago <i>(e São Pedro do Alagadiço/não inventariada, mas pertencente à associação)</i>

²Pela sua maior proximidade geográfica com as comunidades de Macuco, Pinheiros e Mata Dois, a comunidade de Gravatá faz parte da Associação Comunitária do Macuco, porém, pertence ao território do município de Chapada do Norte.

CAPELINHA	
Associação Quilombola de Santo Antônio do Fanado	Santo Antônio do Fanado (<i>Quilombola não reconhecida</i>)
Associação de Pequenos Produtores de Cisqueiro	Cisqueiro (<i>Quilombola não reconhecida</i>)
	Chapadinha (<i>Agricultores Familiares</i>)
	Maracujá (<i>Agricultores Familiares</i>)
	Palmital (<i>Agricultores Familiares</i>)

No ano de 2009 foram realizados seis trabalhos de campo in loco com a presença de duas equipes com um pesquisadores, discentes e bolsistas, que auxiliaram na pesquisa de campo. Concomitantemente à coleta de dados, foram realizados registros cênicos e fotográficos, que permitiram criar uma memória de pessoas, lugares e fatos, que no momento da redação constituiu um material de memorização do campo, bem como de documentação histórico-espacial dos problemas analisados e documentação do patrimônio histórico-cultural dessas comunidades.

Discussão dos resultados

As relações que se estabeleciam internamente nos quilombos, e ainda se estabelecem em suas comunidades remanescentes, são muitas vezes caracterizadas por formas particulares de convívio que em certa medida nos remetem ao universo da sociedade camponesa. São relações descritas por muitos estudiosos como relações de *reciprocidade*, nas quais há certo grau de confiança interpessoal entre os habitantes do meio rural (Carril, 1995). Sendo assim, nos quilombos os negros ainda praticam trabalhos coletivos como os de “mutirão” e “trocas de serviço”³.

Outras características que os quilombolas também comungam com as sociedades camponesas são: forte dependência da terra, conhecimentos guardados e passados durante gerações acerca dos segredos da natureza, dos manejos com a agricultura, os costumes e as tradições religiosas. Anjos

³ Trabalho realizado por grupos de camponeses em um determinado terreno de seu semelhante, no qual todos trabalham juntos sem receber alguma remuneração pelo trabalho.

(2009) destaca que “um dos componentes fundamentais presentes nos espaços das comunidades quilombolas é uma ou mais edificações com função comunitária”, por exemplo, uma casa de farinha, um galpão de artesanato, espaços de lazer como campo de futebol, igrejas, dentre outros, assumindo um significativo papel na estruturação da geografia quilombola.

A terra em muitos casos era utilizada a partir de uma noção de uso comum, segundo a qual não havia uma divisão entre as famílias moradoras dos quilombos em propriedades individuais, diferentemente da noção de uso capitalista da terra. Para Gusmão (1995) esse sistema de uso comunal é a *base e organização de defesa* das comunidades perante a sociedade inclusiva. Assim, os habitantes dos quilombos “fundam leis que não encontram amparo jurídico na legislação brasileira, já que não é reconhecida a terra comunal” no país (Carril, 1995:42).

A organização territorial nas comunidades remanescentes de quilombo apresenta diferenciados modelos de ocupação do solo, ocupando por vezes regiões de topografia acidentada, como chapadas, serras, vales, locais fortemente marcados por um difícil acesso. Segundo Jesus (2007), no período compreendido entre 1920 a 1985, a agricultura camponesa do Vale, representante da maior parte de seus estabelecimentos, respondia por um índice de produtividade em vários produtos agrícolas (milho, feijão, algodão, mandioca) inferior ao do estado de Minas Gerais. Entretanto, já nos quinze anos que vão de 1970 a 1985, as taxas de crescimento da produção agrícola de alguns alimentos (milho, algodão, feijão) passaram a superar as taxas do estado, sugerindo uma melhoria nas condições de transporte da região, em razão das políticas públicas para este setor, o que possibilitou o acesso de alguns produtores rurais ao “*pacote tecnológico*” da Revolução Verde: sementes geneticamente modificadas, insumos químicos, agrotóxicos, maquinários, entre outros.

A produção de milho e feijão é tradicional nas comunidades estudadas, a qual além de compor a dieta alimentar das famílias camponesas, serve também para a alimentação animal e comercialização do excedente. Juntamente com a produção agrícola, os camponeses do Vale também criam bovinos, suínos e aves, representando uma importante fonte de proteínas para sua alimentação bem como de reserva de valor para os momentos de crise financeira.

Outros cultivos de destaque são a cana de açúcar e a mandioca – sendo a primeira utilizada na produção de bebidas –, rapadura, melado, açúcar mascavo e no trato dos animais, e a mandioca na produção de farinha e polvilho, produzidos com técnicas e equipamentos tradicionais da cultura camponesa em “*tendas de farinha*”. Quando não havia essas unidades de uso coletivo, os camponeses recorriam aos engenhos de posse dos agricultores

mais abastados e utilizavam o sistema de meação, terça, quarta, entre outros, como pagamento pelo aluguel das máquinas para o beneficiamento da cana e da mandioca.

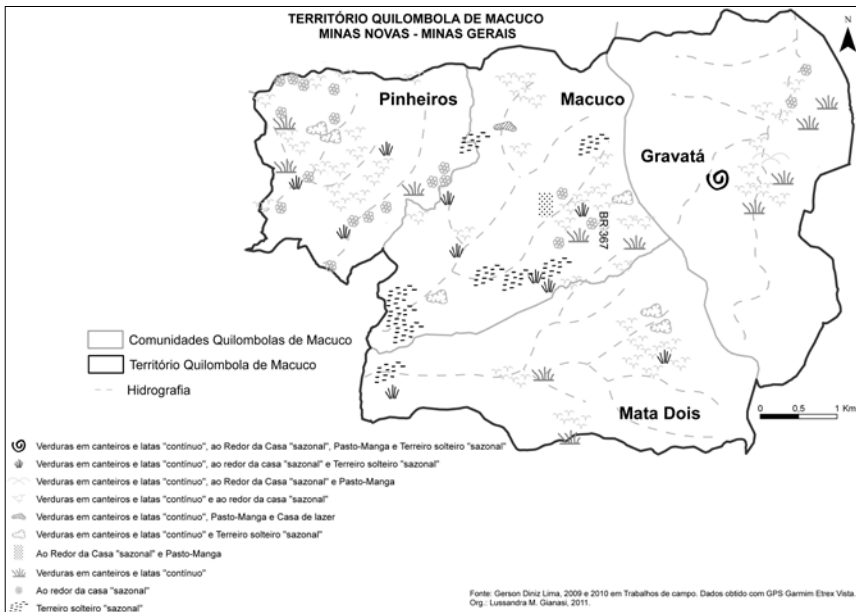


Figura 3: Território quilombola de Macuco em Minas Novas

Na tentativa de amenizar as dificuldades financeiras enfrentadas pelas famílias quilombolas e buscar uma alternativa viável para a migração sazonal, criou-se em algumas comunidades estudadas “roças” comunitárias de mandioca. Situadas em um terrenos de aproximadamente quatro hectares arrendados na comunidade, essas roças contaram inicialmente com o trabalho de 12 pessoas. Nela plantaram, nos primeiros anos, mandioca e feijão cari-quinha, sendo todos os trabalhos realizados conjuntamente pelos camponeses participantes da iniciativa. Do que os camponeses conseguiam produzir na roça, tirava-se uma parte para o consumo de suas famílias, e o restante era beneficiado na Casa de Farinha da comunidade e comercializado com a prefeitura municipal de Minas Novas. Após a venda, reuniam-se todos os que trabalharam na roça e dividiam igualmente entre eles o dinheiro arrecadado. Já o pagamento pelo arrendamento do terreno poderia ser feito em espécie ou em dinheiro, de acordo com a preferência do arrendador.

A falta de água corresponde a um dos maiores entraves à agricultura camponesa no território estudado, sendo assim, há a necessidade de construção de

novas barraginhas próximas aos terrenos de plantio, bem como de cisternas para captação de água da chuva, alternativas simples, baratas e de grande impacto para esses agricultores. Já a atividade do artesanato ainda carece tanto de um calendário em consonância com as atividades dos camponeses nas lavouras e com a migração sazonal, quanto de um maior incentivo dos órgãos de governo para seu crescimento e desenvolvimento. Por fim, destaca-se a necessidade da implantação de mais projetos visando a preservação das matas o entorno das nascentes dos rios e córregos da região, preservando, assim, uma importante fonte de água das comunidades quilombolas.

Como já foi destacado por Jesus (2007), segundo a leitura de estudiosos do Vale como Moura (1980), Medeiros Silva (1986) e Amaral (1988), a partir de sua “*integração*” à dinâmica do desenvolvimento capitalista nas décadas de 1960 e 1970, os camponeses do Vale passaram por um processo de expropriação, limitando as possibilidades de reprodução da família camponesa na terra bem como agravando a qualidade de vida dos mesmos. Somado a esse processo de expropriação, ocorreu no Vale uma significativa alteração da sua estrutura fundiária, aumentando significativamente a concentração da terra em razão da instalação e expansão de lavouras monocultoras de café e projetos de “*reflorestamento*” de eucalipto, ambos incentivados pelo Estado. Entre outros impactos resultantes da implantação da monocultura do eucalipto e do café, cabe destacar a “perda” das terras de chapada pelos camponeses para a soltura do gado, retirada de lenha, coleta de plantas medicinais, entre outros usos, gerando muitas vezes conflito com os “invasores”.

A migração sazonal nas comunidades quilombolas de Minas Novas e Chapada do Norte é um fenômeno que ocorre há décadas nesses espaços rurais. Inicialmente os locais de destino eram preferencialmente o interior de Minas, para a colheita de café, e de São Paulo, para o corte de cana. Porém, nos últimos anos, com a redução da oferta de trabalho nesses locais, os camponeses têm se deslocado para outros estados à procura de serviço, como Goiás, Bahia e Mato Grosso.

A mão de obra que migra para o corte de cana é predominantemente formada por homens jovens e adultos. Entre os adultos, a maioria não chegou a completar o ensino médio, ou até mesmo o ensino fundamental. São homens, chefes de família, que encontram na migração a única fonte de renda para garantir o sustento da casa ao longo do ano.

As desigualdades de gênero são sentidas de forma mais dramática no espaço rural. Neste meio, as carências em infraestrutura e serviços de saneamento básico e saúde afetam todos os moradores, porém, em especial as mulheres, já que elas estão em contato mais direto com a casa, com os quintais e cuidando da saúde dos filhos. A ausência de abastecimento de

água, por exemplo, causa uma sobrecarga no trabalho feminino no campo, já que são as mulheres as responsáveis, muitas vezes, pela busca de água para o abastecimento da casa, resultando no aumento de seu esforço físico e na perda de seu precioso tempo. Somado a isso, a precariedade na coleta do esgoto traz consequências negativas para a saúde das crianças, as quais, quando debilitadas, recorrem, em primeiro lugar, ao auxílio da mãe. Na agricultura camponesa as mulheres chegam a desempenhar até três ou mais jornadas de trabalho diário, cuidando dos afazeres da casa, do quintal, da roça, do trato dos animais, e, quando trabalham fora, ampliam ainda mais esta jornada. Porém, todos esses serviços são em grande parte considerados por elas como uma *extensão das tarefas domésticas*, não os reconhecendo como um *trabalho*, uma profissão.

Percebe-se que na agricultura familiar as funções são tradicionalmente divididas entre homens e mulheres, cabendo a elas o cuidado com a educação e com a saúde dos filhos, a limpeza da casa, os plantios do quintal e a alimentação dos animais de pequeno porte, galinhas, porcos, peixes, entre outros, enquanto o homem realiza aqueles serviços que exigem mais força, a ocupação com a alimentação e saúde dos rebanhos, a construção de cercas, retirada de lenha, entre outros. Esse modelo de divisão resulta num processo de exclusão das mulheres da possibilidade de desfrutar do valor social ou de exercer o poder social, o que faz com que seu trabalho seja visto como complementar, dando suporte ao masculino, exercendo uma condição marginal no processo produtivo (Gomes, Gehlen e Oliveira, 2000:2 e 5).

A importância do trabalho feminino no campo relaciona-se também à preservação dos conhecimentos tradicionais locais, os quais são, em grande parte, repassados de geração pra geração pelas mulheres. Destaca-se a importância do papel produtivo das mulheres na construção dos agroecossistemas, sendo elas as responsáveis pela preservação das sementes crioulas, pelo incentivo ao uso da adubação orgânica e controle biológico de pragas.

Considerações Finais

A partir das análises obtidas na presente pesquisa, constatou-se que o Território estudado, assim como o Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais, é caracterizado por uma rica sociobiodiversidade em seu território.

Os atores sociais da pesquisa são de fundamental importância para a manutenção dos saberes tradicionais camponeses, como o manejo da terra, preservação de alimentos típicos da culinária de raízes afrodescendentes, a

produção de artesanato, a medicina popular, a percepção do clima, o conhecimentos a fauna e a flora, entre outros conhecimentos explicitados ao longo do presente trabalho.

Por apresentarem muitas vezes um quadro socioeconômico marcado por pobreza e exclusão, há atualmente diversas ações governamentais que incluíram essas comunidades em uma pauta de políticas afirmativas. Assim, algumas comunidades, além de serem incluídas no plano de aplicação de programas como o *Fome Zero* e a *Bolsa Família*, tornaram-se focos específicos no interior dos programas de educação, saúde e crédito agrícola, sendo contemplados em um programa de ação conjunta entre vários organismos do governo federal: o *Programa Brasil Quilombola*.

O trabalho sazonal tem sido o caminho mais procurado pelos agricultores camponeses para suprir suas necessidades financeiras, uma vez que a agricultura nesses espaços rurais não tem trazido tanto retorno quanto esperado por eles. Durante todo o tempo em que os camponeses estão migrando, permanecem nas comunidades apenas as mulheres em idade escolar, as crianças e os idosos. A alimentação da família é garantida pelas compras feitas nos pequenos mercados da comunidade e pela produção de cereais colhidos nas roças. Entretanto, para alguns homens, isso significa uma desterritorialização definitiva: vão e não voltam mais.

Diante do que foi exposto anteriormente sobre a relevância da mulher para a construção e organização do espaço rural, percebe-se o papel fundamental que ela pode desempenhar como pilar na promoção de um modelo de desenvolvimento sustentável no campo.

Foi importante para a pesquisa a discussão de aportes teóricos para se identificar os recortes territoriais, abrangendo a diversidade de agricultores camponeses dos territórios estudados, através de seus perfis socioculturais e das bases associativistas construídas a partir da década de 1970, como forma de reagir ao avanço do grande capital e às atuais relações com o mercado – feiras locais, como forma estratégica de mercado local. O capital social é considerado nesta pesquisa o maior ganho da população desse território estudado, em qualidade de vida obtido através de projetos sociais e do dinheiro externo da migração sazonal.

Vale ressaltar por outro lado que Almeida (2008:58) enfatiza que “(...) o território é, antes de tudo, uma convivialidade, uma espécie de relação social, política e simbólica que liga o homem à sua terra e, simultaneamente, estabelece sua identidade cultural.” Ressalta-se que é de fundamental importância acompanhar as modificações no território e no seu espaço vivido e simbólico, pois elas podem levar à destituição de um patrimônio simbólico de comunidades tradicionais como já apontado por Gianasi et al., (2009:15):

a falta de terras para cultivo devido à expropriação, a cisão espacial interna à comunidade, [...] a aglomeração das casas, devido à falta de espaço para novas construções, o rompimento com as parcerias que apesar de injusto, manteve por muito tempo viva a tradição do cultivo de feijão e de milho, o que não se observa como prática atual dos jovens da comunidade, que por não presenciarem a participação dos pais em lavouras de cultivo agrícola, acabam trabalhando em outras atividades normalmente ligadas ao urbano, levando-os para longe dali.

Da mesma forma, a casa, o local de moradia para os grupos quilombolas possui toda uma carga simbólica de acordo com o meio e as condições que ela foi adquirida e ela revela-se única pelas suas mais simples significações. Portanto, usou-se, assim, em nossa investigação, a etnogeografia para se chegar ao resultado esperado da configuração espacial da comunidade, mostrando o sentimento de pertencimento, suas áreas de plantio, os pontos de referência de maior relevância para os membros da coletividade e os aspectos fisiográficos aí observados. Ou seja, a descrição da cultura material de um determinado povo foi aí implementada através do reconhecimento territorial. Nesta pesquisa

a Etnografia é a escrita do visível e a etnogeografia a espacialização do visível do homem que ocupa, usa e faz do território sua morada e espaço de vivência, alegrias, tristezas, trabalho e cultura. A descrição etnográfica depende das qualidades de observação, de sensibilidade ao outro, do conhecimento sobre o contexto estudado, da inteligência e da imaginação científica do etnógrafo (Mattos, 2001:4).

Portanto, mapear via percurso etnográfico, envolvendo os saberes, memórias e vivências dos mais antigos na comunidade constituiu um procedimento de fundamental importância para que fossem produzidos mapas que apresentassem o conhecimento do território dos moradores locais. A partir desse mapeamento, viabilizaram-se, aliás, análises de caráter denso e estratégico do território de pesquisa e que foram, a propósito, efetivadas a partir de referenciais etno-históricos, etnoambientais e socioculturais com paradigmas de interpretação nítida e explicitamente geográficos.

Quanto à percepção ambiental das crianças foi possível verificar a partir de oficinas de mapas mentais desenvolvidas na escola o destaque de alguns elementos naturais e culturais, como a água, a vegetação, os animais, as cercas, as casas dos parentes, entre outros. A água e a vegetação foram os elementos mais presentes nos desenhos, representados nos córregos, rios, lagos, barragens, nos poços de criação de peixes e na própria chuva, destacando a importância da água para o crescimento das plantas e a própria

sobrevivência da comunidade. Essa percepção da natureza está relacionada à presença de uma vegetação de transição da mata atlântica com o cerrado, possuindo desse modo árvores de grande porte, além da presença abundante de água na região.

Quanto à questão do associativismo no território de pesquisa, foi possível verificar que as associações de Macuco e Moça Santa, respectivamente nos municípios de Minas Novas e Chapada do Norte, encontram-se mais articuladas do que as demais, uma vez que contam não apenas com iniciativas de aquisição de materiais para o desenvolvimento de práticas artesanais, como o artesanato de barro ou a casa de farinha, mas também com iniciativas de resgate cultural e valorização da cultura quilombola. As demais comunidades possuem essa iniciativa de resgate cultural, contudo muito limitada, pois, muitas delas, ainda encontram-se no estágio inicial desse processo de autorreconhecimento.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Identificação das comunidades remanescentes de quilombo em Alcântara/MA*. [s.l.], 2002. Mimeo. (Lauda Antropológico, vol. I).
- ALMEIDA, M. G.; CHAVEIRO, E. F.; BRAGA, H. C. (Org.). *Geografia e cultura: os lugares da vida e a vida dos lugares*. Goiânia: Vieira, 2008. 313p.
- AMARAL FILHO, Nemézio C. O Olhar Ocidentalizante sobre o Quilombo – Uma Provocação. *Identidades e Culturas*, Rio de Janeiro, ano 3, n. 7, [s.d.].
- AMARAL, Leila. *Do Jequitinhonha aos canaviais: em busca do paraíso mineiro*. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 1988.
- ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. *Territórios das Comunidades remanescentes de Antigos Quilombos no Brasil: Primeira Configuração Espacial*. Brasília: Edição do Autor, 1999.
- ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. *Quilombos: Geografia Africana – Cartografia Étnica, Territórios Tradicionais*. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2009.
- AQUINO, T. T. V.; IGLESIAS, M. P. *Etnozoneamento: uma importante ferramenta de gestão ambiental em terras indígenas*. Rio Branco, 23 out. 2005. 20 p. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/pagina20/27112005/papo_de_indio.htm>. Acesso em: 25 fev. 2011.
- ARRUTI, José Maurício. *Mocambo: Antropologia e História do processo de formação quilombola*. Bauru: Edusc, 2006.

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA (ABA). Disponível em: <http://www.cpis.org.br/comunidades/html/i_oque.html>. Acesso em: 10 mai. 2009.
- ATAIDE, Marcos Sebastião; MARTINS, Ayrton Luiz Urizzi. *A etnocartografia como ferramenta de gestão*. Disponível em: <<http://www.ibcperu.org/doc/isis/6408.pdf>>. Acesso em: 01 mar. 2011.
- BARBA, Carmem Quintanilla. Las Mujeres Rurales Construyen su Futuro. In: JORNADA TEMÁTICA SOBRE POLÍTICAS DE RELEVO GENERACIONAL E INCORPORACIÓN DE LA MUJER AL MUNDO RURAL, 14 nov. 2002, Madri.
- BIRRAUX-ZIEGLER, Pierre. La Territorialité des Indiens Yanomami du Nord du Brésil: Aspects Ethnographiques et Geopolitiques. In: CLAVAL, Paul. *SINGARAVELOU*. Ethnographies. Paris: L'Harmattan, 1995, p. 173-191.
- BOURDIEU, Pierre. *La dominación masculina*. Barcelona: Anagrama, 2000. p. 20-21, 115-117. (Colección Argumentos).
- CHAYANOV, A. *Chayanov y la teoría de la economía campesina*. [s.l.]: Siglo XXI, 1981.
- CHAYANOV, A. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974. 342p.
- CUNHA, H. W. A. P.; F. Marivania. Território e Territorialidade: por uma análise geografia em trânsito no Estado do Maranhão. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA POLÍTICA TERRITÓRIO E PODER, 1, 2009, Curitiba - PR. *I Simpósio Nacional de Geografia Política, Território e Poder*, 2009. v. I. p. 1-15.
- DEUS, José Antônio Souza; BARBOSA, Liliane de Deus; TUBALDINI, Maria Aparecida dos Santos. Realidades Culturais na Organização do Espaço: Lutas Pela Terra e Emergência de Identidades Coletivas no Contexto da Amazônia Sul-Americana e Brasileira. *Geografia*, Rio Claro (SP), v. 36, (nº especial), p. 157-167, set. 2011.
- ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12, 2000, Caxambu.
- ESRI ArcMap. Version 9.0 [S.I.]: ESRI Inc, 2004.
- FRÉMONT, Armand. *A Região, Espaço Vivido*. Tradução, Antônio Gonçalves. Coimbra: Livraria Almedina, 1980.
- GALIZONI, Flávia Maria; RIBEIRO, Eduardo Magalhães; SILVESTRE, Luiz Henrique Aparecido. *Comunidades rurais e recursos comuns nas chapadas do alto Jequitinhonha, Minas Gerais*. Lavras/MG, 2002. Pesquisa financiada pelo CNPq (AF 520792/01-7) e Fapemig (SHA 941/02).

- GIANASI, L. M.; SILVA, S. M. L. P.; TUBALDINI, M. A. S. Identidade territorial da comunidade rural quilombola do Barro Preto - Santa Maria do Itabira - MG: Cartografada e Recriada pela técnica da história oral. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, XII, 2009, Montevideo. *Egal Programa On line*. Egal: Egal, 2009. v. 1. p. 1-15.
- GOMES, Cícera Maria dos Santos; GEHLEN, Vitória Régia Fernandes; OLIVEIRA, Hersília Monteiro Cadengue de. Trabalho feminino e participação sócio-política da mulher no semi-árido pernambucano. In: ENCONTRO NACIONAL DA ABEP, 12.
- GUANAES, Sandra; LIMA, Solange Almeida; PORTILHO, Wagner Gomes. Quilombos e usos sustentáveis. In: DIEGUES, Antônio Carlos; VIANA, Virgílio M. (Orgs.). *Comunidades tradicionais e manejo dos recursos naturais da mata Atlântica*. São Paulo: Nupaub/ Lastrop, 2000.
- GUSMÃO, Neusa M. Mendes de. *Terra de Pretos; terra de mulheres: terra, mulher e raça num bairro rural negro*. Brasília: Ministério da Cultura, Fundação Cultural Palmares. 1995
- HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de; CINTRÃO, Rosângela Pezza. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. In: *O Progresso das Mulheres no Brasil*. Brasília: UNIFEM; FUNDAÇÃO FORD; CEPIA, 2006.
- INCRA/FAO. *Novo Retrato da Agricultura: o Brasil redescoberto*. Brasília: MDA, 2000. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/portal/arquivos/publicacoes/0176102183.pdf>>. Acesso em: 12 de abr. 2009.
- JESUS, G. A. de. *Agricultura camponesa/familiar e ação do Estado (PRONAF) no Vale do Jequitinhonha-MG: o caso de Minas Novas*. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.
- LAMARACHE, Hugues (Org). *A Agricultura Familiar: Comparação Internacional. Uma realidade Multiforme*. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1993.
- LEADER II. *Ligação Entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural – Célula de animação na rede portuguesa. O desenvolvimento local em meio rural face ao desafio*. Portugal. Disponível em: < <http://www.agroportal.pt/Agros/drural/leader.htm>>.
- LIMA, G. D. ; GIANASI, L. M. . Enoterritorialidade Quilombola de Macuco no Município de Minas Novas e Chapada do Norte/Vale do Jequitinhonha-Minas Gerais, Brasil: mapeamentos e análises. *Ateliê geográfico*, Universidade Federal de Goiás, v. 5, p. 37-63, 2011.
- LITTLE, Paul E. *Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade*. Brasília: Universidade de Brasília, 2002. (Série Antropológica). Disponível em: <<http://vsites.unb.br/ics/dan/Serie-322empdf.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2008.

- MATTOS, Carmen Lúcia Guimarães de. A abordagem etnográfica na investigação científica. *Espaço (INES)*, Rio de Janeiro, n. 16, p. 53-58, 2001.
- MEDEIROS SILVA, Napoleão de. Vale do Jequitinhonha: invasão de capital versus evasão de população. In: *Indicadores de conjuntura*. Belo Horizonte, 1986.
- MENDRAS, Henri. *Sociedades Camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1978.
- MOURA, Margarida Maria. *A reprodução do pequeno produtor no Vale do Jequitinhonha mineiro*. Rio de Janeiro: EIA/FGV, 1980.
- MOURA, Margarida Maria. *Camponeses*. 2.ed. São Paulo: Ática, 1988.
- NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. *Revista de Estudos Avançados*, São Paulo, v.16, n.43, p. 83-100, 2001.
- PANZUTTI, Nilce da Penha Migueles. Mulher Rural: eminência oculta. In: *Informações Econômicas*, São Paulo, v.26, n.3, mar.1996.
- PASCHOAL, L. G. *Formas Diversas de Representação Espacial Através da Cartografia: um Estudo na Comunidade Indígena Guarani Tekoa Pyau no Distrito do Jaraguá*. São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.geografia.ufpr.br/neer>>. Acesso em: 2 mar. 2011.
- PIOVESAN, Flávia. Direitos civis e políticos: a conquista da cidadania feminina. In: *O Progresso das Mulheres no Brasil*. Brasília: UNIFEM; FUNDAÇÃO FORD; CEPIA. 2006.
- PITANGUY, Jaqueline; BARSTED, Leila Linhares; MIRANDA, Dayse. Um instrumento de conhecimento e de atuação política. In: *O Progresso das Mulheres no Brasil*. Brasília: UNIFEM; FUNDAÇÃO FORD; CEPIA. 2006.
- PITANGUY, Jaqueline; MIRANDA, Dayse. As mulheres e os direitos humanos. In: *O Progresso das Mulheres no Brasil*. Brasília: UNIFEM; FUNDAÇÃO FORD; CEPIA. 2006.
- THE NATURE CONSERVANCY (TNC). *Etnomapeamento nas comunidades indígenas da Amazônia*. Belém: TNC. [2006]. Disponível em: <<http://www.nature.org/wherewework/southamerica/brasil/work/art16607.html>>. Acesso em: 26 out. 2006.
- WOLF, Eric R. *Sociedades Camponesas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

2. Paisagens culturais alternativas e protagonismo etnopolítico de comunidades tradicionais no *hinterland* brasileiro

José Antonio Souza de Deus

O Vale do Jequitinhonha era originalmente habitado por “sociedades autóctones” do tronco Macro-Jê, grande agrupamento dos índios brasileiros que há cerca de cinco ou seis mil anos atrás se fracionou (Urban, 1992), dando origem, nessa região leste do país, a várias famílias etnolinguísticas distintas como os “Botocudos” (autodenominados: Borun), e os Maxakalí, que agregavam, por sua vez, vários grupos étnicos diferenciados. Os mais aguerridos dentre tais grupos indígenas eram os “Botocudos”, caçadores-coletores, seminômades, com uma organização baseada na divisão natural do trabalho e por um sistema religioso centrado na figura de espíritos “encantados” dos mortos. A sua organização econômica fundamentava-se na caça e pesca – atividades tipicamente masculinas –, e na coleta, tarefa exercida pelas mulheres. A chefia, entre esses índios era uma função política que assumia uma posição de relativa importância e não tinha caráter hereditário. A escolha dos líderes recaía sobre aqueles indivíduos que apresentassem características de bravura no seu comportamento (Paraíso, 1992).

Essas múltiplas sociedades foram perdendo, entretanto, sua integridade e autonomia socioculturais e político-territoriais à medida que foram sendo contactadas e impactadas pela chegada dos conquistadores europeus à região, num processo histórico reconhecidamente contraditório e violento, que finalmente conduziu ao etnocídio e à desterritorialização das comunidades tribais. Esse progressivo avanço dos colonizadores portugueses sobre territórios habitados por índios do grupo Macro-jê, visando à plantação de cana-de-açúcar, criação de gado e exploração de minas, causou reações determinadas dessas sociedades que, combativas, resistiram tenazmente à invasão de seus domínios. Muitas tribos foram dizimadas nesses crescentes enfrentamentos com as frentes de ocupação europeias, sem deixar qualquer registro escrito sobre suas culturas e línguas.

O tronco Macro-Jê – vale ressaltar – é constituído de povos indígenas cuja distribuição geográfica original compreendia, sobretudo, áreas do in-

terior do continente sul-americano, particularmente o Brasil Central, leste/nordeste e sul. No leste do Brasil, além dos Borun e Maxakalí, incluíam-se nesse tronco outros agrupamentos como: os Puri-Coroado (da Zona da Mata mineira) e os Kamakã (do sul da Bahia). Noutras regiões do Brasil o tronco congrega famílias linguísticas como: os Jê, Bororo, Karajá, Kariri, Fulni-Ô, Guató, Canoeiro (Rikbátsa), etc.

O Vale do Jequitinhonha situa-se na região nordeste de Minas Gerais, ocupando uma área de 79 mil km². A Macrorregião do Jequitinhonha compõe-se, do ponto de vista administrativo, de 52 municípios. De acordo com Nogueira *et al.* (2006:20), a região pode ser considerada “o ponto de encontro de duas frentes de ocupação do território nacional: a mineração e a pecuária, o que ocorreu desde o século XVIII”. Como resultado dessa interação, associada a características naturais, hoje, “podem ser visualizadas algumas sub-regiões fortemente diferenciadas entre si”. O Alto Jequitinhonha (Serro, Diamantina, Itacambira) corresponde à região de ocupação mais antiga e de domínio da mineração; e o Baixo Jequitinhonha (Salto da Divisa, Almenara, Jequitinhonha, Rubim, Joáima) é a região que tem, ainda hoje, na pecuária, a sua principal atividade econômica. Uma terceira sub-região, o Médio Jequitinhonha, “é intermediária entre essas duas sub-regiões, dos pontos de vista geográfico e socioeconômico, caracterizando-se por intenso fluxo migratório, pequena oferta de emprego e baixa taxa de urbanização”. O Vale é uma das regiões de identidade cultural mais marcantes do estado. Encontra-se aí uma realidade sociocultural densa e contraditória – continuamente reelaborada pelos atores sociais locais – clássicos ou emergentes. Por vezes estigmatizada por visões reducionistas decorrentes de sua crítica situação ambiental e econômica (que se reflete nos baixos indicadores sociais). A região caracteriza-se, entretanto, por grande vitalidade cultural, como têm registrado vários pesquisadores. Como assinala Soares (2000:17), o Jequitinhonha é “um vale de muitas culturas” – com a emergência de segmentos sociais que vão forjando *novas territorialidades* e requalificando a dinâmica social desse controverso quadrante do território mineiro. Para Nogueira *et al.* (2006), o Jequitinhonha é uma região de contrastes, com rico patrimônio histórico e cultural e com precárias condições de saúde, saneamento e educação (agravadas por impactos relacionados à disposição de rejeitos da mineração, resíduos sólidos urbanos etc.). Mas a população do Vale recebe apoio de organizações governamentais e não governamentais que desenvolvem projetos destinados à difusão de tecnologias sociais (lagos de uso múltiplo e barraginhas – Petrobrás/Embrapa/FAPED/Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Minas Novas); incentivo às “Artes Quilombolas” (Fundação Centro de Referência da Cultura Negra/Secretaria Especial de Políticas de Promo-

ção de Igualdade Racial/Eletronbras); e resgate de valores culturais através do artesanato (reassentados da Hidrelétrica de Irapé – Convênio Cemig/Emater-MG). Já o Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica e o Núcleo de Pesquisa e Apoio à Agricultura Familiar Justino Obers/UFLA iniciaram, em 1999, uma cooperação para a produção agroecológica que incentivou o cultivo de espécies consorciadas em sistemas agroflorestais, por exemplo, nas comunidades de Pinheiro (45 famílias), Macuco (35 famílias), Gravatá (30/35 famílias) e Mata II (25/30 famílias), em Minas Novas, organizadas em torno de uma associação comunitária (APROMPIG – com certidão de autorreconhecimento como remanescentes de quilombos, emitida pela Fundação Cultural Palmares em 12 de dezembro de 2005). Os enclaves de agricultura familiar se localizam nas encostas das chapadas (“grotas”). E as chapadas são hoje ocupadas por extensos eucaliptais. Até algumas décadas atrás, quando o cerco das empresas sobre as comunidades tradicionais ainda não tinha se fechado, a criação de gado não era confinada como hoje e desenvolvia-se de forma mais comunal.

A pesquisa teve como objetivos essenciais investigar a vivência espacial de populações tradicionais e camponesas da Microrregião do Médio Jequitinhonha, bem como classificar as paisagens culturais historicamente constituídas no Vale, utilizando categorias conceituais de análise e paradigmas de interpretação da Geografia Cultural contemporânea (e incorporando ainda abordagens da Percepção¹). Realizou-se uma investigação que, alimentando-se dos aportes teóricos sobre a Territorialidade e a Cultura, procurasse se alinhar com a proposta de Claval (2008) no sentido de privilegiar a dimensão territorial como categoria de análise. Para o autor, a adoção dessa perspectiva corresponde a uma inflexão extremamente significativa na pesquisa geográfica. E como explicita Bonnemaïson (2002:127), “enquanto o espaço tende à uniformidade e ao nivelamento, o território lembra as ideias de diferença, de etnia e de identidade cultural”. Nossa investigação procurou se perfilar também com a perspectiva de Cosgrove (1998), no sentido de rastrear o

¹ Os estudos de percepção ambiental correspondem a uma alternativa epistemológica utilizada pelos geógrafos já há algumas décadas e que, no final do século XX, sobretudo, vieram resgatar temas tradicionais de reflexão e de investigação da Geografia Humana. São pesquisas que continuam tendo validade, e mostrando muita vitalidade, nos dias de hoje (Amorim Filho, 2007). Situados no front ambiental, esses estudos fundamentam-se basicamente no contato com a realidade concreta e nas imagens que dela fazem os indivíduos, contemplando em particular, a experiência vivida e a constituição dos mundos pessoal e intersubjetivo e procurando evitar um exercício excessivo de teorização e abstração. Um dos seus expoentes é o geógrafo sino-americano Yi-Fu Tuan (2005).

emergente na organização do espaço e na distinção de paisagens – sem subestimar a conexão da dimensão da Territorialidade com o(s) seu(s) contexto(s). A investigação que se propugna corresponde, portanto, a uma pesquisa explicitamente geográfica que, respeitando as concepções etnológicas, sinaliza, entretanto, um nível de análise específico e diferenciado, associado com um esforço de sistematização.

Marco Teórico

Uma das principais vertentes de investigação em geografia humana nas últimas décadas corresponde ao que se convencionou chamar de *percepção ambiental*, que é um movimento intelectual que abriu caminhos originais no contexto dos empreendimentos interdisciplinares e que tem nos sentimentos topofílicos (de valorização de lugares), um dos seus principais focos de atenção. Outras frentes de investigação têm sido revalorizadas em abordagens vinculadas às escolas anglo-saxônica e francesa da Etnogeografia (com repercussões também no Brasil). Um dos expoentes da Geografia Cultural contemporânea, Denis Cosgrove (1998), visualiza a cultura como uma dimensão intimamente ligada ao estudo do poder. Um grupo dominante, destaca o autor, procurará impor sua própria experiência de mundo como objetiva e válida para todas as pessoas. O autor explicita, nessa perspectiva, as categorias de análise que ele define como culturas dominantes, residuais, emergentes e excluídas, cada uma com um impacto diferente sobre a paisagem humana. Quando define sua noção de poder, Cosgrove se refere ao grupo ou classe cuja dominação sobre outros está baseada no controle dos meios de vida: terra, capital, matérias-primas e força de trabalho. Quanto às culturas alternativas, Cosgrove localiza como elemento residual mais presente na paisagem europeia o edifício da Igreja medieval (já em nossa região, fazendo um paralelo, poderíamos identificar como paisagem residual mais evidente a arquitetura barroca – Castro, Deus, 2009). Como cultura emergente, apesar de transitória, Cosgrove aponta a cultura *hippie* dos anos de 1960 (século XX); e como manifestação de culturas excluídas, destaca os símbolos de grupos como mulheres, crianças, ciganos, mendigos, gangues de rua, *gays* e prostitutas, codificados na paisagem da vida cotidiana e aguardando estudos geográficos. Já Corrêa (1997:291) considera os acampamentos dos *sem-terra* como “exemplos de paisagens emergentes, portadoras de uma nova mensagem social”. Gallais (1998) por sua vez destaca a carga de afetividade incorporada ao *espaço vivido* pelas “Civilizações do Mundo Tropical”, elos afetivos que poderiam ser identificados, aliás, na natureza

topofílica da toponímia indígena do Jequitinhonha e entorno: Itinga (“Águas Claras”), Paraúna (“Rio Negro”), Araçuaí (“Rio das Grandes Araras”), Mucuri (“Rio das Raposas”), Itambacuri (“Rio das Conchas”), Itaipava (“Estância do Rio das Pedras”), Catuji (“Água Boa”) etc. – e que mostra também a aguda percepção dos elementos da natureza pelo ameríndio. Já a *percepção do espaço* das sociedades europeias seria mais “padronizada”, como sinaliza o inventário toponímico de origem portuguesa no Jequitinhonha (e áreas contíguas) de caráter mais “economicista” e vinculado à atividade mineral: Diamantina, Minas Novas, Turmalina, Rubelita, Pedra Azul, Berilo, Topázio, Carbonita etc. ou associado a outras atividades econômicas (Comercinho, Posses, Milho Verde, Curralinho, Novilhona, Palmital, Granjas do Norte e outros). Não se deve, entretanto, desenvolver uma visão unidirecional das culturas, pois também encontram-se, na toponímia europeia, registros com viés religioso (Virgem da Lapa, S. João da Chapada, S. Gonçalo do Rio das Pedras, Santa Cruz de Salinas, S. Sebastião da Boa Vista, Abadia, Campanário, Capelinha, Ladainha, Padre Paraíso, Frei Gaspar e outros), ou que mostram relações topofílicas com lugares (Águas Formosas, Monte Belo, Rio do Prado, Ribeirão da Areia, Olhos d’Água, Lajedão, Serra Azul de Minas, Veredinha, Mata Verde, Boa Vista etc.) O inventário toponímico permite ainda o rastreamento da antiga localização de quilombos em Diamantina, Carbonita, Genipapo, Grão Mogol, Itacambira, Itaobim, Novo Cruzeiro, Presidente Kubitscheck e Rio Vermelho (Deus, Fantinel, Nogueira, 1998).

Procedimentos Metodológicos Adotados na Investigação

Os passos metodológicos adotados para viabilizar o desenvolvimento da investigação incluíram: pesquisa bibliográfica, cartográfica e documental; inventário toponímico regional (Costa, 1997); reconhecimentos de campo (março a julho/2009); interlocuções com lideranças e outros membros das comunidades quilombolas e indígenas de Araçuaí, Minas Novas (Macuco e Coqueiro Campo) e Chapada do Norte (Moça Santa e Misericórdia); além de contextualização e sistematização das informações. O retrabalhamento bibliográfico compreendeu discussões imbricadas com a percepção ambiental e *geografia das representações* (Amorim Filho, 2007; Bley, 2006; Holzer, 2008; Oliveira, 2006; Tuan, 2005); com a geografia cultural (Carvalho, Deus, 1990; Cosgrove, 1998; Claval, 2008; Machado Filho, 1985); com abordagens sociológicas e históricas (Brito, 2009; Costa, 2004; Moreno, 2001; Ribeiro, 1996) e estudos geográficos vinculados a questões: econô-

micas (Chaves, 1992; Nogueira, 2008; Soares, 2009), ambientais (Gontijo, 2001), urbanas (Carvalho, Barbi, 2000), agrárias (Fernandes Filho, Belik, Campos, 2004; Horta, Dias, 2002; Lima, Tubaldini, 2008, 2009) e turísticas (Cheney, 2004; Fundação João Pinheiro, 2004); além de relatos clássicos dos viajantes e cronistas (Eschwege, 2002; Freitas, 2001; Rugendas, 1998; Saint Hilaire, 2004).

Desenvolvimento do Trabalho

Um dos grupos étnicos integrantes da importante família etnolinguística dos “botocudos” (a que já nos reportamos anteriormente e distribuída originalmente pelos vales dos rios Doce, Mucuri e Jequitinhonha, no leste de Minas Gerais, sul da Bahia e Espírito Santo), corresponde aos Aranã- grupo tribal que foi por muito tempo considerado extinto (como outras “tribos” de “botocudos”- a exemplo dos Gyporok, Nakrehé, Nack-Nenuck, Pojixá e outros, mapeados pelo prestigiado antropólogo alemão Curt Nimuendajú em 1943/ 1944) – (Nimuendajú, 1981). Mas hoje, sugestivamente, o povo aranã é identificado como uma sociedade indígena “ressurgida”. Esse processo de “etnogênese” (Deus, Barbosa, Tubaldini, 2011), é discutido a seguir, na ótica dos estudos etnogeográficos e etnopolíticos.

A partir de novas pesquisas etnológicas e da necessidade ou conveniência de certos grupos até então ocultos, indistintos dentro do complexo sociocultural regional e vivendo um processo de “desterritorialização aparente”, em reassumir sua identidade étnica, que sociedades indígenas que se julgavam extintas há décadas ou séculos, têm “ressurgido” ou sido “redescobertas”. Comunidades indígenas (e afrodescendentes) que optaram longamente por ocultar suas identidades para subsistir ao preconceito, hoje buscam resgatar sua identidade étnica e, aparentemente, rompem com uma “lógica da invisibilidade”, eficiente por séculos. Vale ressaltar que é em sociedades indígenas que permaneceram longamente submersas sob o rótulo ou a aparência de caboclos, como os *Aranã* (das áreas urbana e rural de Araçuaí, Ítinga e Coronel Murta) –, que estão abandonando o disfarce caboclo e assumindo sua face indígena, que muitas vezes se observa maior empenho no sentido da valorização da identidade étnica e resgate de traços culturais tradicionais– processo também acompanhado de uma apropriação de linguagens e comportamentos da sociedade envolvente, como determinadas formas de organização política. Os povos ressurgidos têm conseguido “reelaborar suas identidades historicamente negadas a partir da reconstrução ou elaboração de

novas utopias, gestadas pela fertilidade da memória de resistência” (Conselho Indigenista Missionário, 2001: 163). Esse processo – vale assinalar – se insere numa tendência bem delineada de autoidentificação de grupos marginais e etnicamente distintos como *comunidades indígenas, nativas ou tradicionais*, em função dos direitos associados ao termo, compreendendo: soberania sobre seus territórios; manutenção de tradições culturais, religiosas e etnolinguísticas; exercício de leis consensuais; autonomia de gestão, através da utilização de instituições próprias; controle dos seus próprios recursos; autodeterminação e direito à diferença. A fim de evitar ambiguidades, Diegues (2000) discrimina critérios para a definição do termo *população tradicional*: dependência e até simbiose com a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais a partir dos quais se constrói um ‘modo de vida’; conhecimento aprofundado da natureza e seus ciclos, que se reflete na elaboração de estratégias de uso e manejo dos recursos naturais; noção de ‘território’ ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente; moradia e ocupação desse ‘território’ por várias gerações, ainda que alguns dos seus membros possam se deslocar para centros urbanos; autoidentificação ou identificação pelos outros de pertencer a uma cultura distinta das outras. E cabe aos pesquisadores, planejadores do desenvolvimento e executores de políticas/projetos considerarem as especificidades regionais e os *ethos* das comunidades tradicionais, uma vez que a modernização é útil e almejada pelas comunidades, mas ela não deve ocasionar a perda do patrimônio físico e cultural, espaços de vida e territorialidades socialmente construídas.

Quanto aos quilombos, eles constituíram, nas Minas Gerais do século XVIII, uma das mais completas e complexas formas de reação à escravidão. “Para que se tenha uma ideia da sua participação na dinâmica social, basta lembrar que para o período compreendido entre os anos de 1710 e 1798”, o acervo documental pesquisado permite confirmar “a descoberta e destruição de, pelo menos, 160 quilombos” na região (Reis, Gomes, 1996:141). Trata-se, segundo Fiabani (2005:412), de um “fenômeno social e histórico objetivo”, que foi “alvo de diferentes interpretações ao longo do tempo”. Com a Constituinte, em 1988 e as discussões sobre o patrimônio cultural brasileiro, “o quilombo originado no seio da sociedade escravista, manifestação, sobretudo, do trabalhador escravizado, passou à proteção do Estado ao se definir a titularização das terras de comunidades remanescentes de quilombos” (Fiabani, 2005:421). E, subsequentemente, em 2003, a *Associação Brasileira de Antropologia*, passou a considerar como quilombo toda comunidade rural que agrupe descendentes de escravos vivendo da cultura de subsistência e onde as manifestações culturais têm forte vínculo com o passado (Fiabani, 2005; Silva, 2003). No Jequitinhonha, Soares (2000), aliás, identifica a

presença de quilombolas em comunidades de Chapada do Norte, Francisco Badaró (Jacu e Mocó), Jequitinhonha (Mumbuca), Araçuaí (Sapé, Tum-Tum e Quilombo), Virgem da Lapa (Quilombo) e Leme do Prado (Porto Cori). E Queiroz (1998) discrimina dez núcleos de resistência cultural afro-negra em Minas Gerais, entre os quais inclui Chapada do Norte (onde são comunidades quilombolas: Moça Santa, Misericórdia, Santa Rita, Poções, Paiol, Ferreira, Porto dos Alves, Gamela, Gravatá, Cuba, Córrego do Rocha e Córrego Santa Rita). Em Minas Novas, são, por sua vez, qualificadas como quilombolas as comunidades de Macuco, Pinheiro, Gravatá, Mata II, Curralinho, Ribeirão da Folha, Capoeirinha, S. Pedro do Alagadiço, Santiago Trovado, Santiago Quilombo, Cabeceiras, Fanado Abaixo e Bem Posta. Os pesquisadores, aliás, participaram em junho de 2009 do I Encontro Regional de Comunidades Quilombolas do Vale do Jequitinhonha, realizado paralelamente à tradicional “Festa de N. S. do Rosário dos Homens Pretos de Minas Novas” (Freire, 2002), com a presença de entidades governamentais (Ministério do Desenvolvimento Social, Incra, Emater, Coordenadoria Geral de Segurança Alimentar do Estado) e não governamentais (Ampliar, Ascopi, Cedefes, Federação N’Golo, Rede Salesiana). A Chapada do Norte também realiza, em outubro, a festa da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, com patrocínio de órgãos públicos municipais e estaduais. Nessas cidades (nas comunidades de Macuco, Mata II e misericórdia) há grupos de congado, bem como em Berilo e Francisco Badaró. Atualmente, o congado enfrenta, entretanto, desafios para sua continuidade em função da migração sazonal que atrai a maioria dos homens da região (e cerca de metade das mulheres em condições de trabalho – pois no Vale não se observa diferenciação entre trabalho masculino e feminino no campo), para o corte da cana e atividades afins na agroindústria (São Paulo: Ribeirão Preto, Franca, Araçatuba, Altinópolis, Jaboticabal, Jales, Coatá, Cristais Paulista, Bonfim, Guariba, Mutuca etc.; Goiás/Mato Grosso do Sul: para o município de Nova Andradina, por exemplo); bem como para a colheita do café (Minas Gerais: em Monte Carmelo, S. Sebastião do Paraíso, Pium-Hi, Guaranésia etc.); ou, ainda, na colheita de algodão e amendoim. Compromete a preservação do congado também o desinteresse dos jovens (segundo os velhos, a juventude hoje é mais “individualista”/“consumista”); e a intolerância que essa prática cultural enfrenta de religiosos fundamentalistas. Os católicos são amplamente majoritários nessas comunidades, mas coexistem aí várias confissões religiosas, com ênfase para os evangélicos – seja protestantes históricos (adventistas, batistas, presbiterianos, metodistas, luteranos) ou a constelação de grupos pentecostais/neopentecostais (Assembleia de Deus; Congregação Cristã do Brasil; igrejas do “Evangelho Quadrangular”, “Deus é Amor”, “Reino dos Céus”, “Brasil Para Cristo”, “Missão e Fé”, “Fonte de

Água Viva”, “Reavivamento Pentecostal”, “Betel de Cristo”, “Pentecostal em Células” entre outros) – e até mórmons.

Vale ressaltar que essas comunidades tradicionais é que dão ao Vale a vitalidade cultural que o distingue no conjunto das macrorregiões mineiras. No Jequitinhonha produz-se rico e prestigiado artesanato (cerâmica, tecelagem, cestaria, esculturas em madeira, trabalhos em couro, bordados etc.) Os principais polos da atividade cerâmica são: Itinga, Araçuaí, Sant’Ana do Araçuaí, Turmalina, Caraí, Itaobim, Taiobeiras, Padre Paraíso, Joáima e Minas Novas. Destacam-se nessa atividade (peças de decoração como bonecas de barro, miniaturas, utensílios), as comunidades de Campo Buriti (Turmalina) e Coqueiro Campo (Minas Novas), reunidas na Associação dos Artesãos de Coqueiro Campo e com produção incrementada ao longo da última década (Mascelani, Beuque, 2008; Name, Yassuda, 2008). Na cestaria (em taboa), destacam-se as comunidades de Itaobim; e na tecelagem, as comunidades de Jenipapo de Minas e Berilo (fibra de algodão, com bordados em lã). Pode-se definir como artesanato toda atividade produtiva que resulta em objetos/artefatos acabados, confeccionados manualmente ou com utilização de meios tradicionais (com habilidade, destreza, qualidade e criatividade). O artesanato tradicional corresponde ao conjunto de artefatos mais expressivos da cultura de determinados grupos, representativos de suas tradições e incorporados ao seu cotidiano; em geral, de origem familiar ou de pequenos grupos vizinhos, o que possibilita e favorece a transferência de conhecimentos sobre técnicas, processos e desenhos originais. Assinala-se que o artesanato tem grande significado político e social, pois constitui contrapartida à massificação e uniformização de produtos globalizados, promovendo o resgate cultural e a identidade regional. Trata-se de um setor econômico sustentável que promove melhoria da qualidade de vida das comunidades, ampliando a geração de renda e os postos de trabalho. Em comunidades como Moça Santa, a migração sazonal e falta de mercado ainda constituem obstáculos para o pleno desenvolvimento desse tipo de atividade. Para os patriarcas da comunidade, inclusive, o “cativoiro” (a escravidão), não acabou, pois ela se manifesta e se materializa na migração para os canaviais/cafezais, onde o negro enfrenta condições de trabalho precaríssimas, o que, para eles, configuraria nova forma de opressão e dominação.

A culinária, outro aspecto sugestivo da cultura regional, inclui pratos típicos como a farofa de *andu* (feijão africano), o “arroz temperado”, o arroz com *pequi*, o feijão de corda, o *maxixe* com *pequi* e sobremesas como doce de fava, “arroz de leite”, “arroz de amendoim”, café de rapadura etc. São, por sua vez, utilizadas pela população regional várias ervas medicinais nativas como as cascas de angico, jatobá e jurema; a erva campestre; a arnica; a

carqueja; o barbatimão; o junco... Enquanto que outras são cultivadas em hortas como: alecrim, alfavaca, arruda, bálsamo, boldo, hortelã, poejo... A biodiversidade da região, a propósito, encontra-se em risco, pois, embora tenham decrescido ao longo da última década, ainda persistem a caça clandestina, queimadas e desmatamentos ilegais (para fornecer combustível para a siderurgia, por exemplo, no polo guseiro de Sete Lagoas), atividades que já reduziram drasticamente a população de espécies como a onça, o guará e a cutia. E entraram em declínio outros mamíferos (tamanduás, tatus, veados, pacas) e aves (perdiz, seriema, curió, canário da terra, azulão, pica-paus etc.). A expansão dos eucaliptais expulsou a fauna, também dizimada por agrotóxicos granulados da cafeicultura. Algumas espécies estão, contudo, recuperando suas populações, como: raposa, irara (“papa-mel”), porco do mato, teiú, sagui, juriti, carcará, coruja, garça, codorna, sabiá, inhambus etc. A fauna se preserva nas pequenas propriedades, nas grotas, onde não se utilizam agrotóxicos muito agressivos (e praticamente desapareceu nas grandes).

Como espécies representativas da flora regional, pode-se mencionar: pequi, jatobá, ipê, aroeira, angico, jenipapo, jacarandá, caviúna, jurema, gonçalo (guarita), tingui, licuri, macaúba, catulé, guariroba, imbaúba, embiruçu, guatambu (pau-pereira), pau-santo, pau-sangue, pau d’óleo, “açoita-cavalo”, “unha d’anta”, “embira de porco”, “mama de porca”, “orelha de macaco” (tamboril), arará, ingá, araticum, bacupari, caju, cagaita, mangaba, bromélias etc.

Conclusões

Nossa investigação adotou categorias conceituais de análise e paradigmas de interpretação imbricados com duas linhas interpretativas da Geografia Humana: a Percepção do Espaço e a Etnogeografia, colocando em pauta as dimensões da Territorialidade e Cultura, por um lado, e da Identidade e Etnicidade (Deus, 2011), no contexto regional, por outro lado. E é na perspectiva desses dois métodos, e enfocando tais dimensões da realidade, que fundamentalmente enunciaremos a seguir as considerações finais do nosso trabalho.

Nas pesquisas de campo, observações que emergiram da avaliação de percepção das comunidades tradicionais, merecem ser destacadas. Uma delas é a importância atribuída à água, como recurso ambiental vital no contexto também de um processo de intensificação de preocupações, com a dimensão ambiental presente hoje no imaginário e a consciência política dos habitantes

do Vale. Essa relevância atribuída à água (sua disponibilidade, qualidade etc.) é bastante compreensível, aliás, numa região carente em recursos hídricos e incluída em domínio climatológico semiárido.

Analisou-se com maior ênfase uma comunidade afrodescendente com ancestrais escravos formada por pessoas com laços extensos de parentesco: Moça Santa (onde estão domiciliadas 65 famílias que vivem da agricultura de subsistência de milho, mandioca, cana, banana, algodão, *andu*, fava). Em 2003, esse núcleo quilombola se organizou juntamente com as vizinhas comunidades de Córrego Santa Rita, Córrego Gamelas e Cabeceira do Córrego do Paiol em torno da Associação Comunitária União Quilombola de Moça Santa. A vila constitui-se como local de peregrinação devido a uma jovem da comunidade que teria “ressuscitado” e, a seguir, feito milagres e profecias.

Um aspecto do *espaço vivido* dos quilombolas presenciado aí e que constituiu experiência marcante foi a apresentação no Centro de Referência da Cultura e Artes Quilombolas, da “dança do curiango”. Apenas mulheres participam dessa dança, elegantemente trajadas com coloridas saias de “chitão”, ao som de violas, sanfonas, pandeiros e tambores. Esse grupo de dança participou, vale ressaltar, em outubro de 2007, do III Festival de Grupos Folclóricos de Chapada do Norte (cidade com população majoritariamente negra). Na Festa do Bom Jesus, realizada em fevereiro, a dança é encenada, ao lado de outras manifestações artísticas locais como o “forró”, o “dudu”, o “recortado” e o “nove”. Nessa ocasião, ocorre o levantamento do mastro e também “se jogam versos”. A “maromba” e a cantiga boiadeira são outras tradições do Vale. Como sugestivamente assinala Murray (2008:95), desde a pré-história, o homem já experimentava “a agradável sensação de arrastar os pés no chão, de movimentar os braços, de mexer o tronco e girar sobre si mesmo”, de forma ordenada, obedecendo a determinado padrão rítmico, “e constatou que a vibração muscular e o exercício cadenciado se constituíam numa fonte de prazer”. Vale ressaltar que vocábulos como *curiango* e *maxixe* provêm da língua *quimbundo* (utilizada em Luanda e seu entorno) e o termo *andu* (*guandu*) é de origem congoleza, ou seja, derivam de idiomas *bantu* (grande agrupamento étnico da África central e meridional do qual descende a maioria dos escravos trazidos para a região das Minas).

Numa outra vertente de discussão, vale assinalar que, em nossa apreciação, correspondem a *paisagens culturais emergentes* aquelas vinculadas às *populações tradicionais* em processo de resgate da identidade (as culturas “adormecidas” que hoje despertam, como definem os próprios protagonistas dos processos) – como os indígenas “remanescentes” e os afrodescendentes que hoje se assumem como núcleos quilombolas – “reterritorializando-se”, de acordo com concepções hoje bem demarcadas da Geografia Política e

Etnogeografia (Haesbaert, 2007). Tais processos influenciam o imaginário político de populações como aquelas do Sertão nordestino, incidindo também noutros contextos territoriais como a Amazônia brasileira e Minas Gerais (onde os *Aranãs* e *Caxixós* vivem esse processo). Os *Aranãs* têm, segundo Soares (2000), como referências culturais, a memória da ascendência indígena (são descendentes do índio Sangê) e a utilização de plantas medicinais. Em 1994, quando índios *pankararu* do sertão de Pernambuco chegaram ao Jequitinhonha como migrantes e quando se estabeleceram aí também índios *pataxó* (do sul da Bahia), o universo cultural da região se dinamizou. Os *pankararu* (domiciliados na aldeia de Apukaré, em gleba de terra cedida pela Diocese de Araçuaí), praticam dança ritual conhecida como “Praiaí”. Uma percepção, a propósito, obtida entre os quilombolas e que gera perplexidade é o desconhecimento de fração considerável deles sobre a realidade indígena, o que mostra a necessidade de maior aproximação entre esses segmentos na região. Postula-se que o patrimônio cultural dessas comunidades precisa ser mais valorizado pelos poderes públicos federal, estadual e municipal no âmbito do ordenamento territorial, na perspectiva da otimização da *sustentabilidade cultural* da região com a consolidação de parcerias com organizações não governamentais.

Referências bibliográficas

- AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. A Pluralidade da Geografia e a Necessidade das Abordagens Culturais. In: KOZEL, Salete, SILVA, Josué da Costa, GIL FILHO, Sylvio Fausto. *Da Percepção e Cognição à Representação: Reconstruções Teóricas da Geografia Humanística*. São Paulo: Terceira Margem/NEER, 2007.
- BLEY, Lineu. Concepções de Paisagem e Lugar em Geografia. In: OLIVEIRA, Livia *et al.* *Geografia, Percepção e Cognição do Meio Ambiente*. Londrina (PR): Editora Humanidades, 2006.
- BONNEMAISON, J. Viagem em Torno do Território. In: CORRÊA, Roberto Lobato, ROSENDAHL, Zeny. *Geografia Cultural: Um Século (III)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.
- BRITO, Octávio Elíseo Alves. Um Olhar Sobre a Paisagem Cultural de Minas: Ouro, Diamante, Rochas Para Construção. In: COSTA, Antônio Gilberto. *Rochas e Histórias do Patrimônio Cultural do Brasil e de Minas*. Rio de Janeiro: Editora Bem-Te-Vi, 2009.

- CARVALHO, Ana Cristina Costa; DEUS, José Antônio Souza. Nações Indígenas do Estado de Minas Gerais- Cartografia e Geohistória. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 8, 1990, Salvador, *Anais...* Salvador, AGB, 1990, v. 1.
- CARVALHO, Aílton Mota; BARBI, Frederico N. Dinâmica Urbana da Região do Jequitinhonha entre 1960 e 1991. *Caderno de Geografia*. Belo Horizonte, v. 10, n. 15, 2º. sem. 2000.
- CASTRO, Henrique Moreira; DEUS, José Antônio Souza. Um Olhar Etnogeográfico Sobre as Paisagens Culturais Barrocas do *Hinterland* Brasileiro na(s) Minas Oitocentista(s). In: ENCUESTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA, 12, Montevideu, 2009. *Anais...* Montevideu, 2009.
- CHAVES, Mário Luiz de Sá Carneiro. Jazidas de Pedras Preciosas de Minas Gerais: 400 Anos de Prospecção Mineral. *Cadernos IG/UNICAMP*, Campinas (SP), v. 2, n. 2, set. 1992.
- CHENEY, G. A. *Journey on the Estrada Real – Enconteurs in the Mountains of Brazil*. Chicago: Academy Publishers, 2004.
- CLAVAL, Paul. Geografia e Dimensão Espacial: A Importância dos Processos na Superfície da Terra. In: ALMEIDA, Maria Geralda, CHAVEIRO, Eguimar Felício, BRAGA, Helaine Costa. *Geografia e Cultura – Os Lugares da Vida e a Vida dos Lugares*. Goiânia: Editora Vieira, 2008.
- CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. *Outros 500: Construindo Uma Nova História*. São Paulo: Editora Salesiana, 2001.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *Trajelórias Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- COSGROVE, Denis E. A Geografia Está Em Toda a Parte: Cultura e Simbolismo nas Paisagens Humanas. Tradução de Olívia B. L. Silva. In: CORRÊA, Roberto Lobato, ROSENDAHL, Zeny. *Paisagem, Tempo e Cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. Original em inglês.
- COSTA, Antônio Gilberto. *Cartografia da Conquista do Território das Minas*. Belo Horizonte: Editora UFMG/ Kapa Editorial, 2004.
- COSTA, Joaquim Ribeiro Costa. *Toponímia de Minas Gerais Com Estudo Histórico da Divisão Territorial e Administrativa*. 2 ed. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 1997, 478 p.
- DEUS, José Antônio Souza. Identidade, Etnicidade e Paisagens Culturais Alternativas no Vale do Rio Doce/ Minas Gerais- Brasil. *Revista Geográfica de América Central*, San José (Costa Rica), N°: especial/ EGAL 2011, 2º. sem. 2011.
- DEUS, José Antônio Souza; BARBOSA, Liliane de Deus; TUBALDINI, Maria Aparecida dos Santos. Realidades Culturais na Organização do Espaço: Lutas Pela Terra e Emergência de Identidades Coletivas no Contexto da

- Amazônia Sul-Americana e Brasileira. *Geografia*, Rio Claro (SP), v. 36 (nº especial), set. 2011.
- DEUS, José Antônio Souza; NOGUEIRA, Marly, FANTINEL, Lúcia – Índios e Quilombolas nas Regiões de Antiga Mineração no Brasil – A Dimensão Geohistórica e a Percepção do Espaço. *Caderno de Filosofia e Ciências Humanas*, Belo Horizonte, v. 6, n. 11, out. 1998.
- DIEGUES, Antônio Carlos. Etnoconservação da Natureza: Enfoques Alternativos. In: DIEGUES, Antônio Carlos. *Etnoconservação: Novos Rumos Para a Conservação da Natureza*. São Paulo: Hucitec/ NUPAUB-USP, 2000.
- ESCHWEGE, W. Ludwig Von. *Jornal do Brasil: 1811/ 1817 - Relatos Diversos do Brasil Coletados Durante Expedições Científicas*. Tradução de Friedrich E. Renger, Tarcísia L. Ribeiro e Günter Augustín. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2002, original em alemão.
- FERNANDES FILHO, José Flores; BELIK, Walter; CAMPOS, Flávia Rezende. Indústria Rural e Desenvolvimento na Agricultura: O Caso de Minas Gerais. In: CAMPANHOLA, Clayton, SILVA, José Graziano. *O Novo Rural Brasileiro: Novas Atividades Rurais*. Brasília: Embrapa, 2004.
- FIABANI, Adelmir. *Mato, Palhoça e Pilão – O Quilombo – Da Escravidão às Comunidades Remanescentes (1532/ 2004)*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- FREIRE, Álvaro Pinheiro. *Minas Novas: Sua História, Sua Gente*. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 2002.
- FREITAS, M. V. *Hartt: Expeditions in Imperial Brazil – 1865/1878*. São Paulo: Metavídeo. SP Produção e Comunicação, 2001.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha / Volume I – Resumo Executivo*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2004.
- GALLAIS, Jean. Alguns Aspectos do Espaço Vivido nas Civilizações do Mundo Tropical. *Espaço e Cultura*, Rio de Janeiro, n. 6, jul. / dez. 1998.
- GONTIJO, Bernardo Machado. Implicações do Plantio Generalizado de *Eucalyptus* no Empobrecimento Social e da Biodiversidade do Alto/ Médio Jequitinhonha. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 77, abr. 2001.
- HAESBAERT, Rogério- Concepções de Território Para Entender a Destruturalização. In: SANTOS, Milton, BECKER, Bertha K. *Território, Territórios: Ensaio Sobre o Ordenamento Territorial*. 3 ed. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2007.
- HOLZER, Werther. A Geografia Humanista: Uma Revisão. *Espaço e Cultura*, Rio de Janeiro, Edição Comemorativa 1993/ 2008, 2008.

- HORTA, Célio Augusto da Cunha; DIAS, Márcia Soares. Trabalhadores do Café no Vale do Jequitinhonha: Uma Análise Geográfica. *Cadernos do Leste*, Belo Horizonte, v. 1, n. 4, out. 2002.
- LIMA, Gerson Diniz; TUBALDINI, Maria Aparecida dos Santos. As Comunidades Rurais Quilombolas de Macuco e Pinheiros: Um Estudo de Caso- Minas Novas / MG. In: SEMINARIO INTERNACIONAL SOBRE TERRITORIO y CULTURA, 7, 2008, Goiânia, *Anais...* Goiânia, UFG/ Universidad de Caldas, 2008, CD-ROM.
- LIMA, Gerson Diniz; TUBALDINI, Maria Aparecida dos Santos. Economia Solidária e as Comunidades Rurais Quilombolas de Macuco e Pinheiros – Alto Jequitinhonha. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 19, São Paulo, 2009, *Anais...* São Paulo, Laboratório de Geografia Agrária – FFLCH/ USP, 2009.
- MACHADO FILHO, Aires da Mata. *O Negro e o Garimpo em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1985.
- MASCELANI, Ângela; BEUQUE, Lucas Van. *Caminhos da Arte Popular – O Vale do Jequitinhonha*. Rio de Janeiro: Museu Casa do Pontal, 2008.
- MORENO, César. *A Colonização e o Povoamento do Baixo Jequitinhonha no Século XIX: A Guerra Contra Os Índios*. Belo Horizonte: Canoa das Letras.
- MURRAY, Charles. As Festas Populares Como Objeto de Memória. In: SILVA, René Marc da Costa. *Cultura Popular e Educação: Salto Para O Futuro*. Brasília: MEC/ SEED, 2008.
- NAME, Daniela; YASSUDA, Selmy. *Espelho do Brasil – A Arte Popular Vista Por Seus Criadores*. Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2008.
- NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. *Pólo Jequitinhonha: 10 Anos (1996/ 2006): A Consolidação de Uma Experiência de Desenvolvimento Regional*. Belo Horizonte: UFMG/ PROEx, 2008.
- NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel *et al.* *Lixo e Cidadania - Uma Experiência Inovadora no Médio Vale do Jequitinhonha/Minas Gerais*. Belo Horizonte: UFMG/ PROEx, 2007.
- NIMUENDAJU, Curt. *Mapa Etno-Histórico de Curt Nimuendajú*. Rio de Janeiro: IBGE/ Fundação Nacional Pró-Memória, 1981.
- OLIVEIRA, Livia. Representação Cognitiva do Mundo Interior. In: OLIVEIRA, Livia *et al.* *Geografia, Percepção e Cognição do Meio Ambiente*. Londrina (PR): Editora Humanidades, 2006.
- PARAÍSO, Maria Hilda B. – Os Botocudos e Sua Trajetória Histórica. In: CUNHA, Manuela Carneiro. *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras/ Secretaria Municipal de Cultura/ FAPESP, 1992.
- QUEIROZ, Sônia. *Pé Preto no Barro Branco: A Língua dos Negros da Tabatinga*. Belo Horizonte Editora UFMG, 1998.

- REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. *Liberdade Por Um Fio: História dos Quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- RUGENDAS, J. M. *Viagem Pitoresca Através do Brasil*. Tradução de Sérgio-Milliet. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1998.
- SAINT HILAIRE, Auguste. *Viagem Pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil*. 2 ed. Tradução de Leonam A. Penna. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2004.
- SILVA, Martiniano J. *Quilombos do Brasil Central: Violência e Resistência Escrava- 1719/1888*. Goiânia: Editora Kelps, 2003.
- SOARES, Geralda Chaves. Jequitinhonha: Um Vale de Muitas Culturas. *Cadernos de História*. Belo Horizonte, v. 5, n. 6, jul. 2000.
- SOARES, Weber. *Diagnóstico Socioeconômico do Vale do Jequitinhonha: Confiança, Redes Sociais, Inovação e Desenvolvimento Local*. Belo Horizonte: UFMG/ PROEx, 2009.
- TUAN, Yi- Fu – Paisagens do Medo. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: Editora UNESP, 2005.
- URBAN, Greg. A História da Cultura Brasileira Segundo as Línguas Nativas. In: CUNHA, Manuela Carneiro. *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras/ Secretaria Municipal de Cultura/ FAPESP, 1992.
- VIECO, J. J.; FRANKY, C. E.; ECHEVERRI, J. A. *Territorialidad Indígena y Ordenamiento en la Amazonia*. *Santafé de Bogotá*: Universidad Nacional de Colombia, UNIBIBLOS, 2000.

Parte 2

Política, organização comunitária e feiras do Norte

1. Feiras Livres, mercados periódicos e centralidade urbana: estudo de caso de Minas Novas, Capelinha e Chapada do Norte

Kelly C. Moreira

Marly Nogueira

Introdução

A atratividade exercida pelos grandes centros urbanos é, sem dúvida, um aspecto inerente às sociedades modernas atuais. Com toda sorte de possibilidades, as grandes cidades constituem espaço de predileção de parte considerável da população. Nesses centros são encontrados os mais avançados serviços, as melhores opções de educação, os grandes espaços comerciais, dentre outros bens e serviços. Em função desses atrativos, tais centros se destacam, quando comparados aos centros de sua vizinhança mais próxima ou até mesmo longínqua, ou seja, adquirem centralidade. Há de se considerar, como bem ilustra Corrêa (2001), que essa influência se dá em diferentes escalas, das mais locais até as mais amplas, tendo em vista a diversidade de arranjos estruturais e espaciais que as redes se organizam, sobretudo, as redes de localidades centrais.

A Teoria das Localidades Centrais foi apresentada por Walter Christaller, no início da década de 1930, sendo desenvolvida a partir da observação das dinâmicas que envolviam cidades do sul da Alemanha. Em se tratando dos estudos realizados no Brasil, os méritos são atribuídos a Milton Santos (2004) e Roberto Lobato Corrêa (2001), que buscaram adequar as proposições christallerianas à realidade brasileira, a exemplo do que fora realizado em outros países, à época, subdesenvolvidos. Os estudos realizados foram fundamentados nas considerações sobre a configuração de localidades centrais decorrentes da realização de mercados periódicos, sobretudo. Nesse sentido, buscou-se, no presente artigo, identificar nos municípios de Capelinha,

Chapada do Norte e Minas Novas os indícios de um ganho de centralidade urbana, resultante da realização das feiras livres em tais cidades.

As cidades estudadas localizam-se no Vale do Jequitinhonha, Mesorregião homônima em Minas Gerais. A exemplo de muitas cidades mineiras, elas possuem uma formação associada à descoberta dos minerais preciosos em seus respectivos territórios, ainda nos setecentos. Passado o período do apogeu aurífero e diamantífero, as populações locais passaram a se dedicar às atividades agropecuárias. Na atualidade, Capelinha, em função das culturas do café, apresenta-se economicamente mais fortalecida, ao passo que Minas Novas e, sobretudo, Chapada do Norte possuem economias menos dinâmicas. Minas Novas ainda usufrui de sua posição de sede de comarca, o que lhe assegura certa importância microrregional.

A realização das feiras livres é uma realidade em praticamente todas as cidades do Vale do Jequitinhonha e os estudos sobre os mercados periódicos evidenciam a possibilidade da configuração de uma localidade central momentânea associada a essas práticas comerciais. Com a realização dos mercados ou feiras, a cidade se torna mais atrativa para as populações de sua hinterlândia. Porém, passado esse momento de maior atividade, a mesma retoma a sua rotina habitual. Além disso, esses mercados se organizam segundo uma determinada lógica espaço-temporal, para que não se estabeleçam concorrências entre os mesmos e se viabilize o fluxo de expositores e consumidores.

A construção da pesquisa teve início com o levantamento bibliográfico sobre a temática abordada, ou seja, as localidades centrais, as feiras livres e os mercados periódicos, bem como material bibliográfico sobre a realidade das mesmas. Uma vez de posse do arcabouço teórico, passou-se à segunda etapa da pesquisa, o trabalho de campo, durante o qual foram realizadas entrevistas com as autoridades municipais/locais responsáveis pela organização das feiras, instituições de auxílio ao pequeno produtor rural/expositor, além dos próprios feirantes e dos frequentadores e/ou consumidores das feiras. Nessas entrevistas, buscou-se identificar, entre outros aspectos, as dificuldades ou facilidades enfrentadas pelo pequeno produtor/expositor, tipo de auxílio oferecido, participação em mais de uma feira, bem como o comportamento do consumidor, entre outros aspectos.

O trabalho está dividido em duas seções. Na primeira delas são retomados alguns conceitos referenciais acerca da temática da pesquisa. Primeiramente, as pesquisas de Christaller sobre a Teoria das Localidades Centrais, base teórica para os estudos específicos da realidade em países subdesenvolvidos, a exemplo do Brasil. Em seguida, os estudos de Milton Santos (2004) e Roberto Lobato Corrêa (2001), sobretudo as contribuições do segundo autor sobre os mercados periódicos, visto que tais objetos correspondem à questão central

desse estudo. Além dos autores já mencionados foram também consultados os estudos de Bromley (1980) e Cunha e Silva (2007) que, também, versam sobre as localidades centrais em países subdesenvolvidos. O conceito de feira e mercado será também revisado tendo em vista a multiplicidade de seus significados.

Na segunda seção, apresenta-se a área de estudo, sua caracterização e de suas feiras. Essa parte da pesquisa foi desenvolvida com base nas pesquisas bibliográficas realizadas, e, sobretudo, a partir das informações obtidas nos trabalhos de campo. Adicionalmente, serão expostas as considerações sobre a realidade observada e sua conformidade, ou não, com o modelo dos mercados periódicos. As conclusões e sugestões referentes aos estudos desenvolvidos e pesquisas afins constituem as considerações finais.

Referencial teórico

Na tentativa de compreender as implicações da realização das feiras nas cidades estudadas, levantou-se a hipótese de uma possível centralidade adquirida por essas localidades nos dias de maior dinamismo comercial, ou seja, nos dias em que as feiras são realizadas. Para tanto, buscou-se nos estudos de Corrêa (2001) e Santos (2004) o embasamento teórico sobre a configuração das localidades centrais em países subdesenvolvidos para, a partir desses estudos, avaliar se os fenômenos observados nas cidades estudadas correspondem à definição de localidades centrais.

A obra de Christaller foi precursora dos estudos referentes às localidades centrais. No entanto, seus estudos e análises foram elaborados com base em apreciações de dinâmicas de países desenvolvidos, enquanto uma análise sobre a realidade de países como o Brasil demonstra a necessidade de uma adaptação dessas premissas. Como já referido, os trabalhos realizados pelos dois autores acima partiram dos estudos de Christaller, mas, também, de outros estudiosos de países subdesenvolvidos; assim, surgiram as leituras sobre a realidade dos países subdesenvolvidos e de suas particularidades na configuração das redes de localidades centrais.

Notas sobre a teoria das localidades centrais

A Teoria das Localidades Centrais elaborada pelo alemão Walter Christaller foi apresentada ao mundo em 1933¹, mas demorou cerca de três décadas para ser incorporada aos estudos geográficos no Brasil². As proposições christallerianas resultam da observação da realidade de cidades alemãs e de suas interações, levando-o a crer que algumas cidades eram capazes de atrair os consumidores de sua vizinhança, tendo como limite os gastos envolvidos com o transporte. Essa conclusão “(...) suscitou-lhe vontade de medir esse grau de atração, relacionando-o ao número de funções que, dependendo da quantidade e da importância, a cidade era capaz de oferecer” (Cunha e Silva, 2007). A lógica na qual o autor acreditava era de que entre essas cidades existiam leis que regulavam sua organização e uma possível hierarquização, pois, uma vez que essas são dotadas de tamanhos, funções econômicas e localização no espaço diferenciados, a distribuição das atividades básicas induz à configuração de um sistema hierárquico entre elas. Desse modo, tal como elucidada Oliveira (2003), configurar-se-ia, entre as cidades, uma hierarquização na qual estariam, no nível mais elementar, as cidades produtoras, basicamente, de bens e serviços mais procurados pela população, para a sua reprodução cotidiana. No outro extremo estariam os centros maiores, geradores de produtos e serviços mais especializados e de uma maior abrangência territorial.

Christaller complementa sua análise com a afirmativa de que entre essas cidades existe certo grau de inter-relação que tenderia à configuração de uma rede centralizada. Diante de tal circunstância o autor alemão questiona-se sobre os seguintes pontos: quais seriam então os fatores responsáveis por determinar essa configuração? Seriam eles de ordem puramente geográfica ou fatores de outras ordens também exerceriam influência? A fim de responder as suas interrogações, Christaller

Faz, então, uma revisão bibliográfica e encontra em Kohl uma tentativa, em Retner um reconhecimento do trabalho de Kohl, mas nada o satisfaz. Decide, então, percorrer um “caminho novo” para descobrir os efeitos espaciais das leis e regras econômicas sobre a geografia dos assentamentos, na linha de trabalhos já traçados por Von Thünen

¹ Die Zentrale orte in Süddeutschland, Jena, 1933. Obra original de Walter Christaller. A tradução inglesa é de C.W.Baskin, em 1966.

² Incorporada à Nova Geografia ao longo das décadas de 1960 e de 1970. A revisão bibliográfica, aqui elaborada, se refere à literatura que, na verdade, é comentadora da obra de Christaller, no Brasil.

(situações agrárias), Alfred Weber (situações industriais) e Engländer (dependência dos preços em relação à distância dos mercados). (Cunha e Silva, 2007:67-68)

Tal investigação o levou a conclusão de que os fatores econômicos exercem grande influência na forma de organização imaginada para as cidades; desse modo, os aspectos econômicos correspondem a mais um fator a ser considerado nesses estudos. Assim sendo, pode-se afirmar que a teoria chistalleriana tem como base uma visão bastante economicista, além de propor uma organização do espaço vinculada ao capitalismo, sendo a necessidade de hierarquização, decorrente da constituição das localidades centrais, algo inerente ao próprio capitalismo. Todavia, há de se considerar outros aspectos que, mesmo superficialmente, foram considerados por Christaller, tais como as condições e a natureza variáveis, incluindo nessa análise as mudanças na organização social e econômica, que definem e estruturam uma rede de localidades centrais.

Em linhas gerais, como ressaltou Corrêa (2001), a teoria das localidades centrais se refere a um quadro teórico sobre a diferenciação dos núcleos de povoamento no que tange à importância que apresentam enquanto lugares de distribuição de produtos industrializados e serviços. A centralidade de que dispõem essas cidades decorre de seu papel como centros distribuidores de bem e serviços, ou seja, das funções centrais que desempenham. No entanto, para alguns autores, dentre eles Cunha e Silva (2007), Christaller desconsidera fatores importantes nessa linha de pesquisa, tais como a existência de classes sociais e diferentes níveis de consumo. Segundo esses autores, Christaller optou por simplificar a realidade, adotando um modelo ideal que lhe permitiu uma análise mais facilitada de realidade tão complexa. Bradford e Kent (apud Cunha e Silva, 2007) afirmam que a teoria das localidades centrais postula a existência de:

(...) uma planície uniforme e sem limites, com mobilidade total e custo de transporte proporcional à distância; população igualmente distribuída por toda parte; lugares centrais distribuidores de bens e serviços; consumidores deslocando-se ao lugar central mais próximo; fornecedores de bens e serviços agindo como homens econômicos, quer dizer, visam o maior lucro e o maior mercado possível, implicando em distância equilibrada uns dos outros; uma distância entre o fornecedor e o consumidor que não pode ser maior que aquela que ele está disposto a pagar; lugares centrais que oferecendo muitas funções – centros de ordem superior, e outros oferecendo menor número – centros de ordem inferior, e consumidores que têm o mesmo

rendimento e a mesma procura de bens e serviços. (Bradford e Kent, 1987 apud Cunha e Silva, 2007:68)

Está clara a relação da teoria das localidades centrais com o capitalismo. As mudanças sofridas por tal sistema apontam para uma acentuação na divisão social e do trabalho, fatores esses que também irão influenciar a configuração das localidades centrais. Parte considerável da população é formada por mão de obra assalariada que, expropriada dos meios de produção, vende sua força de trabalho e, mediante recebimento de seus salários, passam a configurar o mercado para a (re)produção capitalista. Nessa relação entre produção e consumo é importante ressaltar o papel desempenhado pela distribuição. Segundo Corrêa (2001) é nas cidades que a massa predominantemente assalariada se articula com as mais diversificadas áreas produtoras e se interligam por meio do comércio varejista, atacadista e dos serviços. Há de se considerar ainda que

(...) neste processo de articulação e integração, sob o domínio capitalista, crescente e diversificada, os mecanismos econômicos de alcance espacial máximo e mínimo e de economias de aglomeração adquirem um significado novo que é o da própria acumulação capitalista, e geram uma diferenciação hierárquica entre todos os centros de uma rede de distribuição. (Corrêa, 2001:18-19)

Essa diferenciação hierárquica pode acontecer também entre os membros de uma mesma sociedade, ou seja, na definição de classe. De um lado se encontram a massa de assalariados que vende a sua força de trabalho em troca de um salário, do outro estão os detentores dos meios de produção, dos estabelecimentos comerciais, os varejistas e atacadistas, entre os quais se concentra a maior parte do capital. Outro grupo a ser considerado é aquele formado pelas pessoas que não foram contratadas e nem possuem os meios de produção, correspondendo ao grupo de mão de obra inativa, aos desempregados, os grupos marginalizados na sociedade. Cada uma dessas classes irá desenvolver um papel dentro da sociedade, inclusive apresentar padrões diferenciados de consumo, que por sua vez influenciarão na determinação de espaços que buscam atender às demandas de cada uma dessas classes. Essas observações reafirmam o caráter de duplicidade de papéis desempenhados pela rede de localidades centrais, papéis esses que são simultâneos e complementares, pois de acordo com Corrêa (2010), ao constituir-se, ao mesmo tempo em meio para o processo de acumulação capitalista e de reprodução

das classes sociais, a rede de localidades centrais, torna-se, também, meio da própria reprodução do modo de produção capitalista.

A aplicação da teoria christalleriana em países subdesenvolvidos

As pesquisas realizadas por Christaller representam, ainda hoje, uma importante referência para os estudos que tratam das redes urbanas. Embora elaborados a partir da observação de países desenvolvidos, tais estudos contribuíram definitivamente para as análises em países subdesenvolvidos. No Brasil, os autores recorrentemente lembrados quando o assunto é centralidade urbana são Milton Santos e Roberto Lobato Corrêa. Nota-se que cada um desses autores irá apresentar particularidades em suas análises, uma diferenciação que, em linhas gerais, está associada a variações em termos de arranjo estrutural das redes urbanas que, ora se apresentam estruturadas em dois circuitos, ora baseadas na distribuição temporal da realização de comércios, ou ainda na existência de uma hierarquização de cidades. A seguir, apontam-se as principais ideias dos dois autores referidos.

Os dois circuitos da economia de Milton Santos

Os estudos de Milton Santos (2004), iniciados na década de 1970, contribuíram e ainda contribuem substancialmente para a compreensão da gênese e da dinâmica das redes urbanas, sobretudo no Brasil, mas, também, em outros tipos de países subdesenvolvidos. Em suas pesquisas, o autor analisa as mudanças ocorridas nos sistemas de produção e nas redes, tendo por base a configuração de dois circuitos de produção, de distribuição e de consumo nos centros urbanos: o *circuito inferior* e o *circuito superior*. Segundo o autor, a determinação dos dois circuitos está associada ao processo de modernização iniciado nos países subdesenvolvidos, após a Segunda Guerra Mundial. O circuito superior é constituído pelas atividades que agregam grandes volumes de capital, além de utilizar tecnologias mais modernas. Pertencem a esse grupo de atividades os bancos, o comércio atacadista, as indústrias modernas e o comércio de exportação. Em linhas gerais, constituem o circuito superior

(...) capital abundante; tecnologia mais avançada na produção; exportação dos produtos acabados; organização bem burocratizada; assala-

riamento de toda força de trabalho; e grande estocagem de produtos. (Sposito, 2004 apud Cunha e Silva, 2007:72)

Por outro lado, o circuito inferior, como o próprio nome sugere, engloba a pobreza presente no campo e na cidade, mas como bem frisam Cunha e Silva (2007), não corresponde dizer que são econômica e politicamente marginais. Constituem esse circuito, as atividades de produção mais arcaicas e em menor quantidade, a exemplo da produção artesanal, além de certas formas de comércio e de serviços que não demandam alto grau de especialização.

Uma melhor compreensão da amplitude desses dois circuitos depende do entendimento do que foi definido como alcance espacial mínimo e máximo. Os alcances máximo e mínimo estão associados à estruturação hierárquica urbana em seus três níveis possíveis de centros: a metrópole, a cidade intermediária e a cidade local. Assim, de acordo com Corrêa (2001), a influência do circuito inferior nos três níveis de centros é reduzida. Por outro lado, o circuito superior irá apresentar comportamentos diferenciados em cada um dos centros. Na cidade local, o alcance espacial máximo do circuito inferior será relativamente mais amplo quando comparado à cidade intermediária, ao passo que na metrópole tenderá a se confundir com seus limites urbanos. A centralidade de uma cidade local é apoiada basicamente nas atividades do circuito inferior, fato que pode corresponder à realização dos mercados periódicos, por exemplo. Tais mercados atraem para esses pequenos centros consumidores, numerosas populações de áreas relativamente distantes, aumentando assim o seu alcance espacial.

Em se tratando do circuito superior, o alcance espacial mínimo na cidade local terá uma expressão hipotética, uma vez que essa localidade não desempenha, efetivamente, funções vinculadas ao mesmo. Adicionalmente, o alcance espacial máximo será inexistente. No circuito superior, tanto o alcance mínimo quanto o máximo terão maior expressão nas cidades intermediárias e nas metrópoles. Corrêa (2001) argumenta que é por meio do circuito superior que o centro metropolitano irá estabelecer relações com sua área de influência, sua hinterlândia, enfatizando ainda que não se deve considerar tal área espacialmente contígua.

As contribuições de Roberto Lobato Corrêa

Roberto Lobato Corrêa, assim como Milton Santos, contribuiu de forma significativa para os estudos referentes às redes urbanas, sobretudo quando

se refere à inequívoca formação de redes urbanas em território brasileiro, desde os primórdios de sua ocupação. Assim, tais redes podem existir em países subdesenvolvidos, desde que exista uma economia de mercado, com realização de trocas comerciais entre pontos fixos no território, mesmo que essas sejam realizadas periodicamente. Importa ressaltar, de acordo com Corrêa (2001), que os núcleos urbanos em tela tendam a concentrar outras atividades, tais como as político-administrativas e de controle ideológico; dessa maneira, observa-se a formação de uma hierarquia entre os centros urbanos, além do surgimento de certas especializações funcionais.

Para Corrêa (2001), no modelo proposto por Christaller, pode-se verificar que há algumas semelhanças com a realidade de países subdesenvolvidos. O autor entende que nos países subdesenvolvidos a rede de localidades centrais se apresenta organizada em três padrões possíveis, que podem, inclusive, ser concomitantes em uma mesma rede. São eles: a *rede dendrítica de localidades centrais*, a *rede de mercados periódicos* e o *desdobramento da rede em dois circuitos da economia*. A organização em dois circuitos da economia corresponde às contribuições de Milton Santos, enquanto as demais possibilidades serão discutidas a seguir, muito embora seja dado maior destaque aos mercados periódicos, uma vez que o objetivo da pesquisa é identificar uma possível centralidade nas cidades estudadas, decorrente da presença desse tipo de organização de rede urbana na área em estudo.

As redes dendríticas

Baseado nas proposições de Johnson³ (1970) e Kelley⁴ (1976), Corrêa (2001) ressalta a origem colonial da rede dendrítica de localidades centrais dos territórios conquistados e apropriados, além da expressiva valorização desses pelo capital metropolitano europeu. Do ponto de vista da gênese, propriamente dita, a rede dendrítica se dá na fundação de uma cidade estratégica e excentricamente localizada. Durante o período colonial, tais cidades foram predominantemente estabelecidas/localizadas nas proximidades de portos, constituindo, dessa forma, o ponto inicial de penetração do território. É

³ JOHNSON, E.A.J. *The organization of space in developing countries*. Cambridge, Harvard University Press, 1970.

⁴ KELLEY, K.B. Dendritic central place systems and the regional organization of Navajo posts. In: *Regional analysis*, vol. 1, Economic systems. Carol Smith, coord., New York, Academic Press, 1976.

nesse centro que também se observa a concentração das principais funções econômicas e políticas, tornando-o importante tanto por sua centralidade/relevância, como por suas dimensões – tais centros eram muito maiores que as demais localidades adjacentes. A valorização de uma dada localidade é uma das características da rede dendrítica:

A cidade concentra a maior parte do comércio atacadista e exportador e importador, através do qual a região vê viabilizada a sua participação na divisão internacional do trabalho. Concentra, assim, a maior parte da renda, bem como a elite regional de raízes predominantemente fundiária e mercantil. Principal mercado de trabalho urbano transforma-se no mais importante foco das correntes migratórias de destino urbano. (Corrêa, 2001:44)

Uma segunda característica da rede dendrítica é a ocorrência de pequenos e diferenciados centros varejistas, assim como a inexistência de centros intermediários. Quanto maior é a distância dos centros, menor é a população, menores são as vendas e a expressão política dos lugares, ou seja, há uma gradativa redução nos três itens mencionados, na medida do afastamento dos centros.

Por outro lado, uma rede dendrítica pode evoluir de uma condição de imaturidade – com dois níveis hierárquicos: cidade primaz e demais centros – para aquela de uma rede madura, na qual aparece a estratificação funcional entre seus centros. Todavia, essa passagem requer mudanças mais profundas, relacionadas, sobretudo, com a produção, a circulação e o consumo regional. Desse modo é que se encontram, nas extremidades dessas redes, os mercados periódicos, atingindo-se no limite a dimensão dos mascates e dos vendedores itinerantes.

Os mercados periódicos

A configuração dos mercados periódicos está ligada à centralidade adquirida por pequenos núcleos de povoamento durante um curto intervalo de tempo. Passado o momento de maior efervescência comercial, retoma-se a normalidade local, a qual se caracteriza por conter grande parte de sua população envolvida com a atividade primária. Segundo Corrêa (2001), esses mercados são de grande importância para os pequenos núcleos urbanos, pois são os principais centros da vida econômica, responsáveis pelo escoamento

da produção das comunidades camponesas e pela concentração de maior parte das transações comerciais. Nos “dias de mercado”, essas localidades adquirem um dinamismo não observado nos demais dias. A cidade se enche de vida, seja pela presença de comerciantes dos mais diferentes segmentos e também origem, como pela movimentação das populações de regiões vizinhas.

A periodicidade com a qual esses mercados são realizados pode variar muito, podendo ser semanal ou mensal, havendo, ainda, aqueles casos de comércios que só se realizam no período de safra, sobretudo (outras periodicidades são possíveis). No geral, o que se observa é a existência de uma articulação entre os dias de funcionamento dos mercados, seguindo uma lógica de tempo e espaço. Essa sincronização temporal minimiza a competição entre os mercados, permitindo, inclusive, que o produtor/feirante participe de mais de um mercado, além de fornecer aos frequentadores a oportunidade de visitar vários mercados. Outra característica dos mercados periódicos é a presença de uma hierarquização, em que os níveis inferiores ou os centros elementares atendem, sobretudo, aos pequenos produtores. O centro intermediário, por sua vez, apresenta uma atuação espacial diferenciada. Sua área de influência compreende tanto sua vizinhança quanto as áreas mais afastadas. Adicionalmente, pode vir a se realizar em mais de um dia, como é o caso de ciclos com dois dias de mercado:

Um, servindo a toda sua área de influência, com dias não conflitantes com aqueles dos centros elementares subordinados, e outro ciclo com os mesmos dias de seus centros elementares. Neste caso, o mercado assume menor importância, servindo à área de influência mais próxima. (Corrêa, 2001:56)

Muito embora a realização desses mercados tenha uma dimensão econômica, eles são mais que simples espaços de trocas comerciais. Na verdade, são tais mercados, ou feiras, como também são recorrentemente denominados, espaços de convivência, de lazer, de reencontro, correspondendo a um espaço social, cultural e político. Autores como Bromley, Symansk e Good, referidos por Corrêa (2001) indicam que a análise deve incluir a dimensão social/cultural, ao considerar aspectos como a sociedade, os costumes e as tradições para explicar, por exemplo, a permanência da realização dos mercados periódicos. Assim, segundo esses autores, a perpetuação dessa atividade se deve a três fatores: às *necessidades dos produtores* – de comercializarem seus produtos, pois, afinal, os produtores exercem uma dupla função: são ao mesmo tempo produtores (atividade principal) e comerciantes (atividade secundária e complementar); a *organização do tempo* – que define quando

cada feira irá acontecer; e a *inércia* e a *vantagem comparativa* – decorrentes da historicidade e vantagens que um mercado oferece aos comerciantes e consumidores.

Embora o lugar onde esses mercados ocorrem possa determinar algumas peculiaridades a cada um deles, tal fato não exclui as semelhanças existentes entre os mesmos. Conforme a análise de Corrêa (2001), as semelhanças estão associadas ao destaque resultante da realização do mercado e ao fato dos participantes das feiras exercerem múltiplas funções, ou seja, tanto cultivam como comercializam. A dimensão das feiras é um aspecto que irá variar de acordo com a localidade em que cada uma delas se realiza. Segundo Bromley (1980), em regiões de produção agrícola camponesa, o sistema primitivo de mercado possui grande número de pequenos mercados periódicos, cada um servindo uma área limitada de mercado. Afirma ainda o mesmo autor que os mercados localizados nos principais centros administrativos terão níveis relativamente altos de procura e, frequentemente, exigirão mercadorias mais raras. Além disso, as mercadorias mais básicas são, provavelmente, mais baratas nos grandes centros em função das economias de escala de produção e comercialização. Assim sendo, é provável que se desenvolvam, em tais centros, alguns mercados grandes que não somente servem às necessidades gerais e exigências específicas das suas áreas de mercado local, como também às exigências específicas das áreas de mercado vizinhas, isto é, centros de mercados menores.

Podem ocorrer que entre os mercados se configure certo grau de hierarquização. Entretanto, à medida que os meios de transporte evoluem, essa organização tende a se alterar. Enquanto o transporte não era item acessível a todos, os esforços e os custos para percorrer distâncias eram fatores limitantes, tanto para os produtores, como para os consumidores participarem de diferentes mercados. Desse modo

As comunicações modernas, particularmente o transporte rodoviário, reduziram grandemente o problema de distância [...]. Essa mudança conduziu a uma reestruturação fundamental dos sistemas de mercado interno. As novas comunicações tornaram mais fácil e barato visitar os grandes centros e, conseqüentemente, os consumidores concentram suas compras nesses centros, desprezando os menores. Os grandes centros aumentam em tamanho e número, enquanto alguns dos centros menores são eliminados. Essa tendência de reestruturação da hierarquia de centros de mercado é reforçada pela tendência moderna de uma urbanização rápida. (Bromley, 1980:652)

Os estudos de Skinner (1964), referentes aos mercados chineses no período de 1949-1950, também são considerados por Corrêa (2001) em suas análises. As conclusões apresentadas se assemelham ao que foi proposto para os países subdesenvolvidos no que tange à periodicidade dos mercados, suas funções (que vão além do econômico) e à existência de uma hierarquização. O referido autor ressalta a relação da demanda com o caráter de subsistência da economia camponesa e seus reflexos sobre a realização dos mercados. Uma vez que não se tem uma grande demanda nessas áreas, não se justifica a realização diária de mercados. Além disso, a realização desse mercado requer um grande número de famílias, complementada com a extensão da área que deve ser consideravelmente maior.

Uma análise sobre as feiras livres das cidades de Minas Novas, Capelinha e Chapada do Norte

Ao longo da realização da pesquisa, buscou-se identificar o desenvolvimento de uma possível centralidade urbana nas três cidades em estudo, resultante da realização das feiras livres. Dois termos foram recorrentemente adotados: *mercados* e *feiras*. Mas, seriam esses sinônimos ou remetem a fenômenos distintos? Desse modo, torna-se necessário elucidar quais foram os conceitos adotados na pesquisa, tendo em vista a multiplicidade de significados que esses termos podem assumir.

Se a definição de feira é marcada pelas divergências conceituais, a opinião sobre sua origem é praticamente unânime. A ideia mais difundida é que o surgimento dessa atividade está associado aos excedentes de produção. Desse modo, pode-se dizer que ainda no período dos impérios grego e romano já se observava a realização de feiras. Uma vez que a produção de um camponês excedia as suas necessidades, esse excedente poderia ser trocado por outros produtos com produtores vizinhos. No princípio, as trocas eram feitas entre os produtores próximos, de uma maneira informal, baseado na correspondência de mercadorias (1 kg de batatas poderia ser trocado por ½ kg de trigo). Com o passar do tempo essas relações foram ficando mais complexas, implicando na necessidade de uma maior organização para sua realização. Os produtores perceberam que seu excedente poderia ser trocado por outros produtos que seus vizinhos não produziam necessariamente. Surgem, a partir de então, os espaços destinados especificamente a essas trocas comerciais.

Muito embora presente essa origem remota, foi durante a Idade Média que as feiras ganharam maior destaque e importância. O ganho de importân-

cia se deve ao fato de que, durante esse período, o comércio com o Extremo Oriente foi expandido, graças às navegações via Mediterrâneo. A entrada de produtos como especiarias, joias, perfumes e sedas, artigos muito procurados na Europa àquela época, foi facilitada, o que estimulou o comércio e, por extensão, o desenvolvimento das feiras. Esses espaços, desde então, adquiriram importância cada vez maior.

Diferentemente do observado na Europa, onde as feiras surgiram associadas a necessidades comerciais, bem como nos países africanos e andinos, nos quais as feiras eram instituições econômicas tradicionais, no Brasil, esses espaços foram elementos introduzidos pelos colonizadores. Os portugueses já possuíam a cultura da frequência às feiras e, uma vez instalados no Brasil, reproduzem-na aqui. Há de se considerar que, antes da chegada dos portugueses, os índios eram essencialmente extrativistas. Em suas pequenas plantações eles produziam o suficiente para atender suas necessidades, sem a preocupação em produzir excedentes para serem comercializados. O modelo de feira adotado em solo brasileiro seguia o adotado em Portugal, ou seja, funcionava predominantemente nos centros urbanos. Segundo Mott (2000), o grosso do mercado era realizado em vendas estantes, lojas comerciais, além do comércio ambulante individual comandado por mascates, tropeiros e pelos negros e negras do tabuleiro, figuras cruciais no abastecimento das vilas e cidades.

Complementarmente, é importante ressaltar a contribuição que os tropeiros tiveram para a consolidação desses espaços, conforme ilustra Pereira (2000:172)

Ao remontarmos a história das feiras no Brasil é latente a importância dos tropeiros e de seus pousos, dando início a um espaço de troca, abrindo caminho para a construção de povoados, vilas e posteriormente, grandes cidades, fixando esses lugares como pontos estratégicos para a economia, a política e conservando padrões culturais e, ainda, dando continuidade a essas feiras para as gerações futuras.

As feiras são, ainda hoje, espaços de grande importância econômica para algumas regiões do Brasil, sobretudo no meio rural. Há de se considerar que as feiras constituem, em alguns casos, os únicos pontos de ligação entre o campo e a economia urbana. Quando analisada a relação existente entre os grandes centros urbanos com as feiras, pode-se perceber padrões diferentes dos observados na relação entre essas e as pequenas cidades. Para as cidades maiores, as feiras são dispensáveis à subsistência da população, uma vez que

foram substituídos pelos açougues e supermercados, dentre outros, fato não observado nos pequenos centros.

À primeira vista, o movimento que acontece nas feiras parece pequeno, mas elas são excelentes para agricultores familiares, para consumidores e para o comércio urbano. Quanto menor o município, maior costuma ser o impacto das feiras. (Ayres *et al.*, 2005:6)

Ao longo do tempo, as feiras viram parte de suas características modificadas. Em algumas regiões, observa-se a presença de produtos industrializados e/ou importados misturados à produção local de artesanato ou semi-industrializados. Outra modificação diz respeito ao espaço de realização, pois são encontradas feiras sendo realizadas tanto em espaços abertos como em praças e avenidas, bem como em locais fechados, em dias específicos ou todos os dias da semana. Tais características levaram à adoção de diferentes definições para as feiras e nesse trabalho é adotado o termo *feira* para designar o comércio de produtos de produtores rurais dos municípios em tela, realizado semanalmente em espaços pré-definidos – galpões e ruas adjacentes.

Em Minas Gerais, as feiras apresentam maior importância nas regiões Norte, Nordeste e Noroeste. Segundo Ribeiro *et al.* (2005) nessas regiões as feiras fazem parte da economia e da cultura, abastecem as cidades pequenas e distantes das rotas de distribuição de alimentos, escoam a produção dos lavradores e aquecem o comércio urbano por meio das compras dos feirantes. Na região do Vale do Jequitinhonha, onde estão localizadas as cidades estudadas, as feiras acontecem em praticamente todos os municípios. Nessa região, é interessante notar a influência que o clima exerce sobre os produtos oferecidos nas feiras, pois alguns deles só são encontrados no período das águas, além de haver ainda uma diferenciação entre a oferta de produtos dentro da própria região. Segundo Ribeiro *et al.* (2005), no alto Jequitinhonha os produtos são mais “verdes”, com a oferta de legumes, frutos e folhagens, enquanto no médio e no baixo vale, o maior movimento das feiras costuma ser de produtos do beneficiamento doméstico, tais como as farinhas, a rapadura e a goma. Há de se considerar ainda que, em praticamente toda propriedade rural, existe um alambique e, por isso, as cachaças/aguardentes são tão facilmente encontradas.

Feiras x Mercados

Embora recorrentemente aplicados como sinônimos, feira e mercados são termos que apresentam algumas diferenças quanto aos seus respectivos significados. São diferenças epistemológicas que variam de acordo com o ponto de vista dos cientistas. Assim sendo, para um melhor entendimento da pesquisa, esses conceitos serão sumariados a fim de esclarecer quais as ideias assumidas no desenvolvimento dos estudos.

Segundo Mott (2000) os estudos antropológicos sobre as feiras e mercados são norteados basicamente por duas tendências: a corrente formalista e a corrente substantivista. A primeira defende que os conceitos teóricos da Economia Política Clássica, tal como formulada no século XIX e XX, são praticamente universais e dão conta de explicar a realidade econômica tanto urbana como a do meio rural. Não se encontram inconvenientes na utilização dos termos mercado, feira, comércio, dentre outros, para descrever qualquer tipo de sociedade humana. Os substantivistas, por sua vez, postulam que as economias rurais se regem por princípios específicos que tornam inviável o uso da maioria dos conceitos da economia clássica. Enquanto os formalistas estão mais arraigados aos aspectos econômicos e formais das instituições comerciais analisadas, os substantivistas buscam na análise das feiras suas especificidades históricas e culturais, seu lado mais social e não meramente mercantilista.

Essas duas correntes analisam a feira e o mercado sob uma ótica de manifestação econômica e/ou cultural. Todavia, há autores que consideram outros aspectos para caracterizá-los, tendo como referência, por exemplo, os espaços em que ambos são realizados. Dessa forma, são classificados como *mercados* os locais, geralmente prédios, nos quais os produtos são comercializados e que são utilizados unicamente para esse fim, costumeiramente, de frequência diária. As *feiras*, por outro lado, correspondem a reuniões comerciais, periodicamente localizadas em locais descobertos (ruas, praças, dentre outros), sendo frequentemente encontradas em áreas próximas aos mercados. Tendem a ser realizadas em um dia específico da semana, especialmente aos sábados, aos domingos ou às segundas-feiras.

A diversidade e quantidade de produtos são características das feiras. É também comum observar a participação dos expositores em mais de uma localidade. Essa análise que privilegia o tema da localização de realização da feira possui em Ferretti (2000) um de seus estudiosos. Esse autor, adicionalmente, destaca a importância que algumas feiras têm adquirido em virtude dos produtos oferecidos, tais como as comidas e o artesanato, sem se esquecer

da representatividade das manifestações culturais. Uma vez que adquirem uma maior notoriedade, a realização de uma feira pode influenciar o fluxo de pessoas entre as localidades, conferindo, assim, alguma centralidade para os lugares mais atrativos.

Sobre as feiras, é possível ainda dividi-las em dois grupos: as feiras *urbanas* e as *rurais*; cada uma apresenta suas especificidades quanto às dinâmicas, estruturas e funções. As feiras rurais acontecem em pequenos núcleos urbanos, nas proximidades das zonas de produção primária, sendo, por isso, comum que o próprio produtor rural seja, também, o comerciante/expositor de sua própria produção. O volume de frequentadores e de produtos ofertados é menor quando comparado às feiras urbanas, característica esta decorrente das demandas existentes e mesmo do volume da produção desses pequenos produtores rurais. As feiras urbanas, por sua vez, são realizadas nas grandes cidades e são frequentemente chamadas de “feiras livres”. Quanto aos produtores, tanto podem ser especializados nos hortifrutigranjeiros, como oferecer uma gama maior de produtos, tais como artesanato, animais de engorda, produtos de revenda, dentre outros. As feiras urbanas são recorrentes em praticamente todos os estados brasileiros, ao passo que as rurais são características das regiões compreendidas entre o nordeste de Minas Gerais e o sul do Maranhão, ou seja, toda a grande Região Nordeste e o norte de Minas Gerais, regiões historicamente deprimidas socioeconomicamente. Muito embora o termo feira, mais recentemente, tenha adquirido outros significados como, por exemplo, designar grandes eventos especializados, como as “feiras de automóveis”, o “feirão da casa própria”, a “feira de tecnologia”, tais eventos nada têm a ver com o modelo tradicional, pois não possuem as dimensões desses, se afastando, em larga medida, da tradição.

Neste trabalho, e considerando os objetivos da pesquisa, feira e mercado serão tratados como sinônimos, ambos fazendo referência aos comércios periódicos que acontecem nas cidades estudadas, os quais representam tanto manifestações econômicas, como culturais. Quanto ao espaço de realização, consideram-se tanto os galpões, como suas adjacências, uma vez que em ambos as dinâmicas comerciais são as mesmas e o uso de áreas não cobertas se deve à incapacidade dos galpões comportarem todos os feirantes, como se observará nas próximas seções.

Os três municípios – feiras livres

Dentre os municípios visitados Chapada do Norte é, em termos de estrutura urbana, o mais deficiente deles, além de apresentar uma economia menos dinâmica. Vale ressaltar que, dentre os municípios, é o único que apresenta parte das vias de acesso não asfaltadas, fato que, certamente, contribui para um maior isolamento do lugar.

Minas Novas, por sua vez, destaca-se na microrregião por sua posição na rede institucional em escala estadual, pois é sede de comarca, fato que lhe confere uma razoável centralidade em função da oferta de determinados serviços.

A feira de Capelinha

A origem da feira livre na cidade de Capelinha data do ano de 1900, quando os agricultores familiares se reuniam no velho mercado, então conhecido como Rancho de Jacinto José, para comercializar sua produção. Com o passar dos anos a feira se desenvolveu e passou a ser realizada na Rua das Flores e ali permaneceu até o ano de 1965. Nesse mesmo ano, o então prefeito da cidade construiu o Mercado Novo, onde hoje funciona a rodoviária local. Como houve grande expansão da feira na quantidade de feirantes, nova transferência de lugar de ocorrência foi necessária, sendo a mesma deslocada para a Praça do Povo. Com a compra de um galpão, pela prefeitura municipal, em 1991, localizado na Avenida Clóvis, a feira livre de Capelinha, finalmente, teve um lugar apropriado para a sua realização, embora tivesse sido necessária a construção de mais dois galpões e lojas destinadas a abrigar os açougues e o Barzinho do Senhor Madruga; nesse último os consumidores da feira, mais a população como um todo também costuma se reunir em dias de feira. Adicionalmente, as ruas adjacentes já se encontram ocupadas pelas atividades dos feirantes (figura 1).



Figura 1: Feira de Capelinha: galpões e rua adjacente em dia de feira
Fonte: Nogueira, M., 2009.

Na feira de Capelinha são comercializados os mais variados produtos de hortifrutigranjeiros, os processados, tais como as farinhas, rapaduras e aguardentes, o artesanato, além dos industrializados, como roupas, acessórios e calçados. Esses últimos são negociados pelos mascates⁵ (figura 2). Com relação ao setor onde funcionam os barzinhos e restaurantes, existe a pretensão de reorganizá-los com as portas voltadas para a parte externa do mercado.



Figura 2: Feira de Capelinha: Produtos comercializados
Fonte: Nogueira, M., 2009.

⁵ O termo mascates é dado aos agentes que comercializam produtos industrializados.

A feira de Chapada do Norte

Das três feiras livres neste trabalho, a de Chapada do Norte é a mais precária, de certo modo. As informações sobre suas origens dão conta de sua antiguidade, muito embora não existam registros da data certa. O caráter precário da feira é dado antigo, embora, segundo dados levantados na prefeitura municipal (2009), esse cenário tenha mudado na atualidade, sobretudo no que se refere ao número de expositores e as quantidade e variedades de produtos. Tal constatação é resultado da intervenção da prefeitura local que, visando melhorar a estrutura/organização da feira, realizou um levantamento das necessidades dos agricultores municipais. Descobriu-se que, em dia de feira, a participação nela estava comprometida devido às dificuldades de transporte no deslocamento dos produtores rurais até à cidade. A prefeitura, então, passa a oferecer o transporte das áreas rurais até o centro da cidade, o qual é feito por dois caminhões e um ônibus. Esse cenário pareceu um pouco diferente quando se pôde verificar a presença, durante visita de campo (outubro de 2009), de camionetes adaptadas para o transporte de pessoas (figura 3). Moradores das zonas rurais, inclusive os feirantes, pagam por esse tipo de transporte valores em torno de R\$ 5,00 no trajeto campo/cidade. Para as pessoas que utilizam dessa “alternativa” de transporte, a justificativa está no fato de que os carros da prefeitura passam longe de determinadas propriedades na zona rural, fato que dificultaria seu uso para o deslocamento cidade/campo e vice-versa.





Figura 3: Chapada do Norte: transporte alternativo de populações da zona rural
Fonte: Nogueira, M., 2009.

Outra estratégia de apoio aos produtores/feirantes é a oferta de palestras e reuniões sobre melhorias na produção e conquista de consumidores, por exemplo, por parte da prefeitura. Inclusive, a própria prefeitura se aproveita do “espaço” da associação de agricultores para a realização de tais projetos. Entretanto, é na parceria entre agricultores e prefeitura, para o fornecimento de verduras e legumes para a merenda escolar das escolas do município, que se pode observar o maior incentivo ao aumento da produção agrícola no município.

Na figura 4, é possível observar a movimentação na feira de Chapada do Norte que, comparativamente às de Minas Novas e Capelinha, apresenta fluxos inferiores de feirantes e consumidores. Do mesmo modo, há uma menor oferta de produtos, tanto em quantidade, como em variedade. Ressalte-se que a grande maioria das bancas está armada na rua, exatamente em frente ao galpão que sedia a feira. Nesse galpão, em função de sua pequena dimensão, só está instalada a banca que vende carnes frescas (bovina e suína); tal atividade se caracteriza por uma total precariedade, pois as peças de carne ficam expostas, sem qualquer refrigeração, sujeitas à ação de insetos e à manipulação direta do feirante e dos consumidores.



Figura 4: A feira de Chapada do Norte
Fonte: Nogueira, M., 2009.

A feira de Chapada do Norte possui uma presença muito mais expressiva de expositores/feirantes de origem de outras cidades, se comparada às duas outras feiras em estudo. Duas hipóteses podem explicar esse fato. A primeira tem a ver com a incapacidade da produção local em abastecer o próprio mercado local, atraindo, assim, os “externos”. A segunda se relaciona à fraqueza das relações capitalistas que parece caracterizar expressivamente o lugar. De fato, os feirantes/agricultores chapadenses não possuem um preço mais competitivo que os “externos” e, desse modo, perdem na concorrência.

A feira de Minas Novas

A feira do Município de Minas Novas existe desde 1954 e, desde então, passou por diferentes alterações. Atualmente, está sob os cuidados da secretaria de Assuntos Rurais e Meio Ambiente, que disponibiliza quatro funcionários para a prestação dos serviços necessários à realização da feira: organizá-la, receber os feirantes e alocá-los, bem como fiscalizar a presença de não feirantes no local. A prefeitura estima que o número de feirantes varie entre 1400 e 1500. Para o transporte desses feirantes são disponibilizados 17 veículos da prefeitura, entre caminhões e ônibus, dos quais $\frac{3}{4}$ são utilizados gratuitamente e, para que haja uma maior igualdade na oferta do benefício, é realizado um rodízio entre as várias comunidades rurais.

A participação na feira está condicionada à capacidade do agricultor rural em ofertar seus produtos. Somente assim pode obter seu cadastro e o acesso ao transporte da prefeitura. Associações de agricultores/feirantes não existem. A assistência técnica é oferecida pela Emater (auxílio técnico) e pela secretaria municipal de Assuntos Rurais e Meio Ambiente. O esquema de organização das feiras, por parte dessa secretaria, envolve a escolha, em cada comunidade, de um representante, para que este seja uma espécie de “porta-voz” dos feirantes junto à mesma.

Durante algum tempo, tinha-se um número considerável de feirantes de outros municípios participando da feira de Minas Novas. O interesse dos agricultores locais era pequeno, poucos participavam das feiras, criando, dessa forma, espaço para a atuação do produtor “externo”. Entretanto, essa realidade já não mais se aplica à feira local. Estimulados pela Emater e pela referida secretaria, os agricultores rurais minasnovenses passaram a atuar de forma mais expressiva na feira local e, uma vez cientes do retorno obtido, pressionaram as autoridades responsáveis pela retirada dos feirantes vindos de outras localidades. A retirada dos feirantes externos ocorreu no segundo semestre de 2009.

Ainda hoje os feirantes enfrentam algumas dificuldades na realização da feira. Embora exista um prédio para sua realização, este não suporta o número de feirantes e muitos deles acabam se acomodando nas ruas adjacentes ao mercado. Alguns usam barracas de madeira, outros expõem seus produtos em lonas no chão, por falta de estruturas mais adequadas. As imagens da figura 5 foram obtidas na feira de Minas Novas no início da manhã do dia de feira – o sábado. O período de maior movimentação é pela manhã, quando se tem uma maior oferta de produtos e estes estão mais frescos e “menos escolhidos”, como ressaltou grande parte dos frequentadores entrevistados.



Figura 5: Minas Novas, por dentro do galpão e ruas adjacentes
Fonte: Nogueira, M., 2009.

Outra dificuldade enfrentada é a concorrência com os produtos trazidos da Ceasa de Minas Gerais e revendidos na cidade. Os consumidores não precisam esperar até o final de semana para se abastecer na feira, já que encontram muitos produtos – sobretudo hortifrutigranjeiros – no comércio fixo. Alguns feirantes, para não perder vendas, expõem seus produtos durante a semana, mas são poucos os que o fazem por causa do tempo gasto com o deslocamento, além de o retorno ser muito baixo. Adicionalmente, essa extemporaneidade da atividade entra em choque com a necessidade de permanecer na propriedade, no cuidado com os cultivos durante toda a semana. Todavia, apesar dessa concorrência, o movimento aos sábados é muito grande e os próprios consumidores assumem preferir comprar na feira, pois, afirmam os mesmos, é preciso valorizar a produção local, até por causa da excelência da qualidade dos produtos oferecidos.

*A teoria das localidades centrais e a realidade das feiras livres
no Vale do Jequitinhonha: considerações sobre
uma possível correlação*

O ponto de partida do presente estudo foi a premissa de que a realização de feiras livres em três municípios da Mesorregião do Jequitinhonha conferiria aos mesmos, ou a pelos menos a um deles, determinada centralidade urba-

na. As proposições de Corrêa (2001) quanto à organização da rede urbana em mercados periódicos possuem fortes correlações com a realidade dos municípios selecionados, o que permitiu inferir uma possível configuração do quadro apresentado; pelo menos era esse o esperado. No entanto, tão logo se iniciaram as atividades de campo, essa hipótese não se concretizou. Tendo como referência tais proposições, para que a realidade das cidades estudadas se caracterizasse como mercados periódicos seria preciso que, com a realização da feira, a cidade que a recebesse adquirisse uma maior importância com relação às demais, fato não presente nos casos estudados, mesmo porque não há o característico rodízio de feirantes/produtores, de acordo com determinada frequência, entre as localidades estudadas, configurando uma rede urbana organizada. Diante dessa constatação, restaram, por conseguinte, as seguintes interrogativas: a que tipo de organização pode associar-se o quadro observado? Há na literatura algo que possa explicar a realidade observada? É possível utilizar o termo centralidade, localidade central, para as realidades nos centros urbanos estudados?

Como mencionado anteriormente, as feiras nos três centros em estudo são realizadas em dias coincidentes, ou seja, aos sábados. Portanto, a premissa de organização por datas, comentada por Corrêa (2001), não se aplica no estudo de caso. Seria necessário que as feiras acontecessem em dias alternados para que, dessa forma, produtores e consumidores pudessem frequentar as feiras de diferentes cidades, conferindo àquela cidade a sua centralidade “periódica”. Nas entrevistas foi possível observar que são raros os casos de fluxos, tanto de expositores como de consumidores entre as cidades. Os exemplos mais citados foram os fluxos de produtores de Capelinha para as demais cidades, mas hoje esse fluxo é muito pouco significativo. A justificativa desse movimento se encontra no fato de que aqueles que “migram” de mercado o fazem em função da grande concorrência existente em Capelinha, conferida pela expansão do número de feirantes. Ao aumentar a oferta e não haver, paralelamente, um aumento da procura, os produtores se veem forçados a reduzir seus preços o que, em alguns casos, torna a comercialização inviável economicamente. Essas mudanças repercutem de forma significativa na vida desses pequenos produtores familiares como, por exemplo, na redução do volume de produto levado para a feira. Tornam-se comuns as sobras de produtos ao final do dia, o que força o agricultor a ofertá-los a preços irrisórios, ou, empregá-los para outros fins, como, por exemplo, na alimentação de criações. A presença do feirante externo na feira de Minas Novas, como já mencionado, foi eliminada, em passado recente, pelas autoridades locais.

Dentre as feiras, a de Chapada do Norte é, sem dúvida, a mais modesta. Além do espaço de exposição ser menor, os volumes de produtos e o fluxo

das pessoas são mais tímidos. Encontrou-se, entre os entrevistados, um único feirante de Capelinha, presente lá, pelos motivos já referenciados, ou seja, a grande concorrência em sua cidade de origem e, muito embora, o retorno ainda seja muito pequeno, ele, que já havia passado por Minas Novas, não teve outra opção, a não ser se fixar em Chapada.

O problema dos custos elevados de transporte foi um dos aspectos mais frequentes nas falas dos produtores/feirantes, justamente quando foi apontada a ausência da participação das feiras de outras cidades. Parece que a precariedade da região constitui obstáculo para o desenvolvimento de muitas forças capitalistas que impulsionariam a dinamização socioeconômica regional. Assim, é que Corrêa (2001) destaca o papel do transporte na configuração das centralidades. O grau de atratividade desempenhado está fortemente ligado ao fator transporte, uma vez que, se este apresenta um custo muito elevado, a atratividade de uma localidade diminui, pois os gastos com o deslocamento se tornam inviáveis para os produtores/feirantes.

Encontrou-se, nos três centros urbanos, situações diferenciadas para o problema do transporte. Em alguns casos é gratuito para os feirantes locais, como é o caso de Chapada do Norte e parte de Minas Novas. Aqueles que têm acesso a esse benefício acabam, obviamente, ganhando uma vantagem com relação aos demais expositores, tendo em vista a redução dos gastos com o deslocamento. Há outros casos em que o transporte é oferecido a baixos custos, mas mesmo o pequeno preço, para alguns agricultores familiares, pode representar um gasto que compromete sua participação na feira. Aqueles que não têm acesso a esse transporte utilizam as “linhas particulares” e pagam preços em torno de R\$ 5,00 a R\$ 10,00 a cada viagem. Há ainda poucos casos em que os agricultores possuem veículo próprio. Para minimizar os gastos com transporte, alguns feirantes revezam a participação na feira, ou seja, há alternância de participação: numa semana o produtor que vai, vende a produção do vizinho, na semana seguinte é o vizinho que irá comercializar a sua produção. Dessa forma, há uma economia com os gastos por uma semana ou até mais, dependendo do número de pessoas que se organizam para fazer o rodízio. Esse revezamento é também uma alternativa para o período de baixa produtividade/entressafra. A produção obtida poderia ser insuficiente para o deslocamento do produtor, mas, somando com a produção do vizinho, obtém-se o suficiente para viabilizar o deslocamento. Entretanto, no geral, a participação dos feirantes apresenta certa regularidade, que só é rompida em função das dificuldades com o transporte e a baixa produtividade.

O transporte é um fator que está tanto associado aos agricultores familiares como aos consumidores, e o fluxo dos consumidores, por sua vez, é mais um dos fatores determinantes da configuração da centralidade dos

centros urbanos, de acordo com Corrêa (2001). Ao se deslocarem para uma dada cidade, os consumidores geram um dinamismo econômico na mesma, introduzem dinheiro no comércio local, além de lhes proporcionar certa importância/centralidade, pelo menos nos dias de realização das feiras. Por consumidores, entendem-se tanto os frequentadores das feiras, como os próprios feirantes que, estando nas cidades, abastecem-se no comércio fixo local. Não obstante, nos três centros urbanos em estudo esse giro do dinheiro não pôde ser mensurado/verificado, embora se possa permanecer confirmando que há uma grande pobreza dos mercados urbanos analisados, tendo em vista os depoimentos dos feirantes e dos consumidores no dia de feira.

Ainda não se sabe ao certo quais as lógicas de funcionamento desses sistemas que, embora não compreendam o modelo dos mercados periódicos, configuram, segundo uma relação de tempo e espaço, a vida econômica e social dessas comunidades. De fato, há de se considerar ainda a pouca importância que essas atividades recebem, na maioria das vezes, da parte dos poderes públicos. Ribeiro (2005) explica que esse quadro se evidencia, em parte, pela dificuldade do setor público lidar com os delicados e complexos arranjos sociais, econômicos e culturais que os feirantes e consumidores constroem, e pelo desconhecimento de suas inúmeras contribuições para o município, que podem ser, à primeira vista, ocultadas pela pulverização das vendas, divididas entre muitos agricultores, porém de forma intensa. Por outro lado, conforme assinala Skinner (1964 apud Corrêa, 2001), existe uma relação importante entre a demanda e o caráter de subsistência da economia camponesa, relação esta que determina a realização dos mercados. Em outras palavras, nas ausências de uma significativa demanda nessas regiões torna desnecessária a realização diária de mercados.

Considerações finais

Os estudos das feiras nos três municípios do Vale do Jequitinhonha destacaram que até mesmo o modelo evidenciado por Corrêa (2001), adequado para a realidade dos países periféricos, apresenta algumas limitações de análise. No caso abordado, o limite de análise se encontra nas homogeneizações necessárias para a proposição de modelos. A realidade de regiões como a do Vale do Jequitinhonha exige um esforço de compreensão de suas particularidades, bem como de seus reflexos na organização urbana regional.

A não confirmação da hipótese, de forma alguma, não invalida a pesquisa da realidade. Pelo contrário, demonstra mais um ponto de partida para estudos

futuros que visem uma melhor compreensão de tais particularidades. Pois, se a premissa de uma possível centralidade associada à realização de feiras suscitou a realização dos estudos, outras tantas questões de igual interesse investigativo são instigantes o bastante para a realização de novos estudos.

Referências bibliográficas

- AYRES, Eduardo Barbosa, RIBEIRO, Eduardo Magalhães, CASTRO, Boaventura Soares de, SILVESTRE, Luiz Henrique, CALIXTO, Juliana Sena, ARAÚJO, Daniel Prado, GALIZONI, Flávia Maria. Programa de apoio às feiras e à agricultura familiar no Jequitinhonha mineiro. *Agriculturas*, Lavras, v. 2, n. 2, jun. 2005. Disponível em: http://www.nucleoestudo.ufla.br/revistaagriculturas_1.pdf. Acesso em: 15 Ago. 2009.
- BROMLEY, R.J. ; Os mercados nos países em desenvolvimento: uma revisão. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v.42, n. 3, set 1980.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *Trajetórias Geográficas*. Rio Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- CUNHA, Maria Soares da, SILVA, Geana Bezerra da. O impulso à análise espacial a partir do trabalho de Fred Schaefer “Excepcionalismo em Geografia: um estudo metodológico” (1953) : questões contextuais e teórico-metodológicas. *Revista de Geografia*. Recife: UFPE, v. 24, n. 1, jan./abr. 2007.
- FERRETTI, Mudicarmo. Feiras Nordestinas – estudos e problemas. In: FERRETTI, Sérgio Figueiredo (org.). In: *REEDUCANDO o olhar: estudos sobre feiras e mercados*. São Luis: UFMA/PROIN-CS, 2000. P. 35-66.
- JESUS, Geraldo Agostinho de. *Agricultura camponesa/familiar e ação do Estado (PRONAF) no Vale do Jequitinhonha – MG: o caso de Minas Novas*. 200 f. 2007. Dissertação (Mestrado em Organização do Espaço – Geografia)- Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.
- MOTT, Luiz. Feiras e Mercados: Pistas para a pesquisa de campo. In: *REEDUCANDO o olhar: estudos sobre feiras e mercados*. São Luis: UFMA/PROIN-CS, 2000.
- OLIVEIRA, Bianca Simoneli de. Rede Urbana Brasileira: algumas reflexões teóricas. *Revista Formação*, Presidente Prudente, v. 2, n. 15, p. 100-109. Disponível em http://www4.fct.unesp.br/pos/geo/revista/artigos/n15v2/10_simoneli.pdf. Acesso em: 15 Ago 2009.

- PEREIRA, Robson. *Uma primeira observação sobre a feira livre de Central do Maranhão, da origem e uma etnografia*. In: REEDUCANDO o olhar: estudos sobre feiras e mercados. São Luis: UFMA/PROIN-CS, 2000.
- RIBEIRO, Eduardo Magalhães, SILVESTRE, Luiz Henrique, CALIXTO, Juliana Sena, ARAÚJO. *Mercados locais e políticas públicas para a agricultura familiar: um estudo de caso no município de Minas Novas, MG*. In: XLIII CONGRESSO DA SOBER Instituições, Eficiência, Gestão e Contratos no Sistema Agroindustrial, n. 43, 2005, Ribeirão Preto. Anais... Ribeirão Preto: Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2005.
- SANTOS, Milton. *O Espaço Dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2004.
- SKINNER, G. W. *Marketing and social structure in rural China*. Part I. Journal of Asian Studies, Princeton, 24(1), 1964.
- SOUZA, João Valdir Alves de. *Mineração e pecuária na definição do quadro sociocultural da região do termo de Minas Novas*. In: Vale do Jequitinhonha: Formação, população e movimentos. Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2010.

2. Camponeses e Feiras Livres: cultura, tempo e espaço geográfico: estratégias de reprodução social – Minas Novas e Chapada do Norte

Maria Luiza Grossi Araújo¹

Introdução

Início esse texto expondo uma primeira premissa: a cultura não é uma propriedade individual. Contrariamente, expressa a totalidade de uma comunidade. Desse modo, bebo do princípio grego da *Paidéia*² de que o caráter de toda cultura encontra-se na sua comunidade: imprime-se em cada um dos seus membros e no todo – na sua totalidade histórica. Dessa perspectiva, toda cultura é o resultado de normas escritas e não escritas – resultado de significados e sentidos sociais construídos historicamente em determinado espaço geográfico; espécie de fio condutor que une os membros de uma comunidade humana, quer seja ela a família, uma classe social, um grupo étnico ou o próprio Estado.

Da mesma forma, entender a cultura passa pelo sentido profundo (de raiz) do “(...) contato criador entre uns e outros” (Jaeger, 1995:6). Nesse contato revelam-se os ideais das comunidades humanas, suas formas de produção e reprodução sociais, espirituais e de saberes – culturas. São, igualmente, vestígios de tempos históricos que se desenvolvem nas margens da realidade social: interrupções, continuações e/ou mudanças através das quais se cruzam, se chocam, desaparecem e/ou se renovam e se reinventam – estratégias de perenidade naquilo que guardam de particular na sua totalidade histórica.

¹ Professora Adjunta do Departamento de Geografia – Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais – IGC/UFMG <mlgrossi@ufmg.br>.

² Termo grego usado para traduzir a formação do homem grego, vista sempre no seu encontro entre o caráter particular e seu desenvolvimento histórico, ou seja, a totalidade.

Na atualidade, o termo *cultura* muitas vezes nos confunde porque perde os princípios da renovação das margens ou das fronteiras da realidade social – nos seus aspectos particulares e na sua totalidade. Para muitos, a cultura, na sua perenidade, é algo estático. Contrariamente, toda cultura integra uma transversalidade de características (simbólica, econômica, histórica, espacial e de relações entre os grupos sociais que a integram) que lhe confere uma identificação própria e a sua transitoriedade no movimento.

Néstor Garcia Canclini (2007) lança um olhar renovado sobre o tempo histórico e o espaço geográfico e a sua interface com a cultura. Para ele, até o século XIX, as relações culturais entre os povos ocorriam numa escala de proximidade identificada principalmente nos grupos familiares e na vizinhança. Não havia, até esse momento, grandes contatos e trocas externas entre esses grupos. Os padrões culturais eram resultados quase sempre das tradições transmitidas oralmente e/ou, para alguns poucos, pelos livros, através de uma cultura erudita. No século XIX e XX, ampliaram-se as possibilidades de trocas culturais, decorrente especialmente do avanço e do desenvolvimento dos meios de comunicação e dos transportes³. Os novos sistemas de comunicação se tornaram instrumentos de intensas trocas culturais entre indivíduos, grupos e o próprio Estado. Os segmentos e organizações sociais passaram a ter contato com situações e culturas diferentes em intensidade e velocidades recordes.

Desde o século XIX, o mundo não se restringe mais apenas ao local aonde vivia determinado grupo social. Valores e bens culturais de povos e nações cruzaram-se, com a conseqüente ampliação das influências recíprocas para o bem e para o mal. Isso não significa, contudo, que expressões próprias de determinados grupos sociais e Estados tenham desaparecido. Continuam presentes e ativas, coexistindo por meios diversos com as formas particulares e, não raro, espetaculares de disseminação do universo cultural, constituindo o que Canclini (2007) denomina de *culturas híbridas*. Nesse sentido, o mesmo autor defende que há em todas as culturas um movimento de preservação de certas estruturas, o que lhes confere o elo e o esteio de sua identificação, ao mesmo tempo em que se transformam.

Desse modo, as culturas – e, neste texto, penso as singularidades da cultura camponesa em Minas Novas e Chapada do Norte a partir das feiras livres que lá acontecem aos sábados – guardam estratégias próprias que sinalizam sua entrada e sua saída da modernidade inacabada, que é resultante de um modelo escravocrata-mercantilista implantado nas minas e nas gerais entre os

³ O sistema de correios, a telefonia, o rádio, o cinema, a televisão, a *internet* e as redes sociais são, possivelmente, os exemplos mais expressivos da presença da modernidade nos meios de comunicação.

séculos XVII e XIX. A cultura camponesa que ali se vislumbra anuncia essa historicidade ao mesmo tempo em que se preserva enquanto uma determinada cultura e não outra. Como tem se constituído historicamente a visibilidade social desses atores desde os séculos XVIII e XIX? O que produziam e como se reproduzem socialmente na atualidade? Qual a forma que a modernidade inacabada e incerta assume na feira? Que paralaxes denunciam? Que registros daquele tempo histórico são, ainda na atualidade, marcas de uma apropriação socioespacial do trabalho dessa cultura nas feiras?

Nesse arranjo teórico, escolho a concepção de que toda realidade socioespacial é sempre complexa e, portanto, uma cultura popular como a camponesa não deve ser tomada como algo inteiramente dependente da sua história, dos usos que faz da terra, da água, das tradições, entre outros, e muito menos inteiramente autônoma, como se fosse uma recriação purista de sua própria história. A cultura camponesa, como tantas outras, é uma cultura particular e, como tal, é a reunião de produtos sociais originários de sua própria história, como também, de invenções próprias e daquelas tomadas de empréstimos do contato com outras culturas (Cuche, 2002). Clifford Geertz (1989) reafirma esse pensamento:

(...) o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu; assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado. (Geertz, 1989:4)

Do mesmo modo, não podemos deixar de atentar para o fato de que em nosso cotidiano, ao nos relacionarmos com pessoas e/ou grupos sociais, exprimimos, por meio de ações, sentimentos e palavras, as nossas concepções ideológicas acerca do mundo. Igualmente, vivemos numa sociedade em que os espaços são produzidos majoritariamente pelos princípios e pela ideologia capitalista, cuja lógica estruturadora é a das relações entre mercadoria e o mercado. Essa lógica permeia grande parte das relações sociais. Podemos dizer, então, que existe ideologicamente um modo de viver, sentir e pensar padronizado nos princípios capitalistas. Mas é preciso, igualmente, reconhecer que nas margens do sistema capitalista ainda sobrevivem e são (re)criados sistemas econômicos não capitalistas. As feiras livres em Minas Novas e Chapada do Norte são exemplos de estruturas econômicas que tem sua dinâmica preservada proximamente do modo de ser camponês em que prevalecem as orientações de uma economia popular rica em elementos solidários.

Na história da Capitania de Minas Gerais, particularmente as que se reescrevem na margem do sistema mercantilista escravocrata-minerador, é possível encontrar um modo de produzir criado pelo campesinato que ali se constituiu social e culturalmente a partir da transformação das disponibilidades da terra, do solo, da água e da distribuição dos bens e serviços entre os membros da população que habitavam essa região. Dentro dessa articulação teórica pretendo referenciar a seguir o papel transformador dos homens livres, muitos deles camponeses no norte da Capitania de Minas Gerais durante o século XVIII e XIX, mais especificamente nos territórios de Minas Novas do Fanado (atual Minas Novas) e Santa Cruz da Chapada (atual Chapada do Norte).

Os caminhos da Bahia, o termo de Minas Novas do fanado e a freguesia de Santa Cruz da Chapada: interlocuções sobre o passado que é também o nosso presente

Desde a primeira metade do século XVI, na colônia brasileira já se observavam interesses mercantilistas de característica privatista, estimulados pela metrópole portuguesa. Esse movimento foi apoiado inicialmente pelas incursões das entradas e, posteriormente, pelos desbravadores paulistas – as bandeiras. Tal intento resultou na abertura do *Caminho Velho*⁴ entre os anos de 1674 e 1681 – ação conquistadora dos bandeirantes, exploradores e colonos. Mais tarde, entre os anos de 1698 e 1725, projetou-se e se construiu o *Caminho Novo*⁵. Tais caminhos estruturaram redes territoriais que configuraram parte do ideal expansionista que consolidou o domínio colonial português. Ligaram áreas litorâneas às minas e, mais tarde, ao recôncavo baiano, sede do governo colonial – São Salvador (até 1763), assim como a vila de São Vicente e a cidade de São Sebastião, a partir de 1763, com a transferência da sede do governo colonial.

⁴ Caminho que interligava o litoral paulista à região das Minas durante o período colonial. Mais tarde foi denominado *Caminho do Ouro*.

⁵ Com a descoberta e exploração do ouro em Minas Gerais, Garcia Rodrigues Paes (filho do bandeirante Fernão Dias) inicia entre os anos de 1701 e 1709 a abertura de um novo caminho entre a cidade do Rio de Janeiro e o sertão mineiro. Esse caminho ficou conhecido na historiografia oficial e popular como *Caminho Novo dos Campos Gerais, Caminho Novo das Gerais, Caminho dos Sertões do Leste, Estrada Real da Corte, Estrada Nova e/ou Estrada Oficial*.

Interessa-nos, neste texto, situar, mesmo que brevemente, os *Caminhos da Bahia*. Constituído de um conjunto de quatro itinerários, foi o caminho mais importante para o abastecimento de gado da Capitania de Minas durante décadas. Ligava a Capitania da Bahia – do recôncavo baiano à região diamantífera do Serro Frio e do arraial do Tejuco – território demarcado do distrito diamantino – através da estrada de Minas Novas do Arassuahy (Costa, 2004); do *Caminho do Mato Dentro* e vale do rio das Velhas até as terras auríferas de Vila Rica ou do interior da capitania da Bahia pelo vale do rio São Francisco, “(...) onde se juntavam numa fazenda chamada arraial de Mathias Cardozo, de onde o caminho para as minas de ouro seguiam a margem do rio durante umas 160 milhas até a junção com o Rio das Velhas” (Costa, 2004:49).

Os *Caminhos da Bahia* têm sido também considerados por alguns autores (Santos, 2001) como o principal *descaminho do ouro*: com uma topografia menos acidentada e vales mais propícios à permanência dos viajantes e tropeiros no transporte do gado; foi também uma via de mão dupla: era utilizada da mesma forma para o comércio clandestino do ouro e pedras preciosas. Diante dessa característica, os *Caminhos da Bahia* foram se constituindo mais espontaneamente – ao contrário principalmente do *Caminho Novo*, planejado no seu intento. O certo é que os *Caminhos da Bahia* propiciaram a ocupação dos territórios baianos e do norte da Capitania de Minas Gerais. Nesse sentido, lembra-nos Vianna (1935):

É indiscutível a predominância do factor bahiano: basta lembrar o resultado logo advindo da abertura da estrada pelo Valle do São Francisco (...) por onde se começou fazer o transito e abastecimento de gado e viveres para as minas; e, assim a do rio das Contas a Tucambira e Cerro do Frio, pelo rio Pardo e Bom Sucesso do Fanado das Minas Novas do Arassuahy (...). (Vianna, 1935:126)

Com o correr do tempo, ainda no século XVII, os caminhos que interligavam as capitanias de São Paulo, Minas Gerais, Bahia e Rio de Janeiro foram se consolidando como vias públicas ao se tornarem estradas reais. Nelas, registros⁶ foram instalados para se cobrar os direitos de entrada não só na

⁶ Áreas de contagens criadas por determinação administrativa da colônia; espécie de paragem na qual se dava a contagem das mercadorias que circulavam e abasteciam a Província de Minas Gerais. Quase sempre nos registros se instalavam pequenos grupos de milícia para conter o desvio e contrabando dos quintos destinados a coroa portuguesa do ouro, diamantes, escravos e grãos. O fluxo mercantil das contagens ou registros da Capitania de Minas Gerais entre os anos de 1765-1767 baseava-

região entre Vila Rica, Sabará e Santa Luzia, mas também na Vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso (atual Minas Novas) e Paracatu, regiões exploradas para extração do ouro entre os anos de 1728 e 1744.

O atual município de Minas Novas se localiza no Médio Vale do Jequitinhonha, numa área de planalto entremeado pelos afloramentos da Serra do Espinhaço e vales encaixados. O território que hoje constitui o município de Minas Novas foi ocupado entre 1726 e 1727, após a chegada de Sebastião Leme do Prado,

(...) que saiu de Rio Manso, perto do Tijuco, a fim de se dirigir ao Rio Piauí, cujas riquezas eram muito gabadas. Transpôs o Araçuaí e o Itamarandiba, dirigiu-se para o norte, e chegou ao rio do Fanado. Tendo seguido as margens desse rio, encontrou um córrego que nele se lança; encontrou aí muito ouro, e, por esse motivo, deu ao rio o nome de Bom Sucesso. (Saint-Hilaire, 2000:221)

A resolução régia de 17 de maio de 1729 determinou que as novas descobertas ficassem sob a jurisdição da Capitania da Bahia.

Entre um e outro marco histórico, é importante ressaltar que, segundo Laura de Mello e Souza (2004) o período de 1748-1752 marca a decadência da extração do ouro, principalmente pela relação contábil entre o que se produzia efetivamente em ouro e pedras preciosas e a arrecadação de impostos na Capitania das Minas Gerais:

A decadência assume agora feição totalmente nova, não mais referida ao decréscimo da produção, mas ao ônus crescente da *tributação sobre os mineiros*. Conforme aumentava a produção, mais lucro a Coroa procurava extrair do negócio, e mais violento se tornava o sistema fiscal. A Coroa enriquecia, mas o mineiro ficava pobre. (Souza, 2004:55)

-se, segundo Ângelo Alves Carrara (2007) principalmente em cargas de escravos, secos, molhados, rapaduras, peixe seco, carne-seca, couros, mulas e escravos. O termo de Minas Novas era controlado por quatro registros: o de Tocambira (atual Itacambira), do Jequitinhonha (mais tarde transferido para Araçuaí), do Rio Pardo (atual município de Espinosa) e de Simão Vieira. O circuito mais expressivo de mercadorias destinadas ao termo de Minas Novas passava pelo registro de Araçuaí. Nele registraram-se produtos provenientes da Bahia – escravos, fazenda seca, os molhados, farinha de mandioca, cavalos, ferragem, o peixe seco, o sal, o açúcar, a carne-seca, peixes do rio São Francisco e rio Gorutuba, gado vacum do sertão do rio Pardo (atuais municípios de Espinosa, Salinas, monte Azul e São João do Paraíso). As mercadorias destinavam-se em proporções muito semelhantes para Minas Novas, Água Suja e Chapada (Carrara, 2007:140).

Esse marco histórico coincide com a descoberta vinte anos antes, do ouro no rio Bom Sucesso.

Devido às notícias da riqueza aurífera e diamantífera dos rios Fanado e Bom Sucesso e o fato de se encontrarem fora do perímetro das terras da Demarcação Diamantina⁷, submetida mais intensamente à vigilância sobre o quinto do que a verificada nas minas⁸, o adensamento populacional se formou em profusão se constituindo o povoado do Arraial de São Pedro de Fanado. Ângelo Alves Carrara (2007) cita o seguinte depoimento:

Pedro Leolino Mariz, Juiz Privativo dos ausentes, provedor da Real Fazenda, Superintendente Geral e Mestre de Campo Comandante das Minas da Capitania da Bahia, chegado poucos meses após a descoberta das Minas Novas do Fanado, informava que encontrara aquele agreste sertão, sem víveres e sem abrigo algum, povoado improvisadamente de gente quase indômita e menos reverente à Justiça, sendo a dessa qualidade a que primeiro se move para qualquer parte em que os convida a conveniência. Em 1728, (...) estimava população em sete mil habitantes; um numeroso congresso de gente em tão má ordem (...) regido pela vontade de cada um (...) a maior parte banidos e falidos. (Carrara, 2007:41)

No ano de 1730 é feita ordem de criação da vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso de Minas Novas do Araçuaí “(...) que foi realmente instalada a 2 de outubro de 1730, sujeita judicialmente à comarca do Serro Frio; mas administrativamente e militarmente ao governo da Bahia” (Barbosa, 1971:290). Da mesma forma as “Minas Novas são governadas pelo eclesiástico, por um vigário-geral nomeado pelo arcebispo da Bahia” (Rocha, 1995:144).

A paróquia de Minas Novas reunia um conjunto sete de freguesias⁹, o que denota sua riqueza para a aquisição das terras da paróquia e sua manutenção, assim como a manutenção das freguesias. Constituída por uma área territorial de grandes proporções, atribui-se “(...) ao termo de Minas

⁷ Englobaram os atuais municípios de Diamantina e Couto de Magalhães – antigo arraial de Rio Manso. O arraial do Tijuco pertencia à jurisdição do Distrito do termo do Serro.

⁸ Região que compreendia as minas de ouro da área central da Província de Minas Gerais.

⁹ As *freguesias* representam o conjunto dos *termos*, cujas sedes eram as vilas. É uma divisão eclesiástica que corresponde ao distrito de uma paróquia e todos os fregueses de uma paróquia. As vilas, por sua vez, eram as localidades em que se administrava a justiça, as questões fiscais e eclesiásticas.

Novas cento e cinquenta léguas de comprimento por noventa de largura, (...) compreende, dizem, uma população de 60.000 almas repartida” (Saint-Hilaire, 2000:194) entre a paróquia da Vila do Fanado de Minas Novas e as freguesias que a integram¹⁰.

O tráfico do ouro e pedras preciosas passou a ser uma prática recorrente nas regiões ainda produtivas da Capitania de Minas Gerais. Waldemar Barbosa (1971) nos esclarece que os problemas do tráfico do ouro e das pedras de diamantes a partir dos territórios das Minas Novas do Fanado pelos *Caminhos da Bahia* pela via de Jacobina até o recôncavo baiano levaram “(...) o Conselho Ultramarino, [determinar] por Resolução de 13 de maio de 1757, a sua incorporação ao território de Minas Gerais e subordinação à comarca do Serro Frio (Barbosa, 1971:290). Em 1840, a Vila do Fanado de Minas Novas, como era conhecida popularmente, é levada à categoria de cidade com a designação de Minas Novas.

Na segunda metade do século XVIII, o abandono e a miséria em Minas Novas continuavam presente na vida dos que para lá se dirigiram. O ouro e os diamantes se tornam mais escassos. Mais uma vez, Laura de Mello e Souza (2004) nos esclarece que

Quase nada escapava às malhas do sistema colonial: fisco voraz, tributação sobre escravos, sistema monetário específico e importações feitas pelo exclusivo de comércio eram os meios de que se servia a Metrópole para a retirada do ouro. Esse mecanismo gerava pobreza, implicando, para o colono, impossibilidade de comprar escravos; numa sociedade escravista, isso implicava mais pobreza. O círculo se fechava, e o verdadeiro tema – o mundo de pobreza em que se movia o mineiro – era, através dos tempos, recoberto pelo tema da decadência. (Souza, 2004:67)

Quando em viagem pela província de Minas Gerais no ano de 1817, Auguste de Saint-Hilaire (2000) constata uma mudança inevitável:

¹⁰ A paróquia de São Pedro da Vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso das Minas Novas do Fanado (atual Minas Novas) constituía-se das seguintes freguesias: Piedade (atual Turmalina); Barreiras (atual Carbonita); Araçuaí, Penha de França (atual Itamarandiba), Santa Cruz da Chapada (atual Chapada do Norte); Nossa Senhora da Conceição da Água Suja (atual Berilo); Sucuriú (atual Francisco Badaró); São Domingos (atual Virgem da Lapa); Santo Antônio da Tocambira (atual Itacambira); Olhos d'Água (atual), Brejo das Almas (atual Francisco Sá); Nossa Senhora da Conceição dos Morrinhos (atual Matias Cardoso) e Nossa Senhora da Conceição do Rio Pardo (atual Rio Pardo).

Houve um tempo em que a exploração do ouro era a principal ocupação dos habitantes de Minas Novas. Hoje em dia, porém, se entregam mais ou menos todos à lavoura, e abandonaram quase por completo a mineração. Minas Novas apenas fornece atualmente uma quantidade mínima de ouro à casa de fundição de Vila do Príncipe¹¹: o pouco que os mineradores dessa região ainda extraem do solo passa quase todo à Bahia por meio do contrabando. (Sanit-Hilaire, 2000:194)

Paulatinamente, a atividade mineradora foi sendo substituída pela pequena agricultura de subsistência de característica camponesa, pela cultura do algodão e pela criação de gado, que passaram a alimentar o comércio local-regional. Vejamos:

(...) o termo de Minas Novas é bem conhecido dos comerciantes da Europa pela excelência de seu algodão. As paróquias de Vila do Fanado, Água Suja, São Domingos, Chapada e, finalmente, a sétima divisão, produzem-no em grande quantidade. Itacambira, Rio Pardo e Morrinhos, pelo contrário, produzem pouco algodão; mas criam-se nesses lugares cavalos e gado bovino. Em todo termo colhem-se melhor, feijão, um pouco de trigo, batatas, bananas e cultiva-se especialmente a mandioca nas três paróquias, onde, como acima disse, a ocupação principal é a criação de gado. O arroz dá bem em toda parte, principalmente nas zonas baixas e arborizadas e nos lugares pantanosos. (Saint-Hilaire, 2000:194)

Dessa maneira, pode-se afirmar que as freguesias da Capitania de Minas Gerais, quase sempre a princípio, foram constituídas de pequenas povoações fundadas nos locais mineradores. Com a exaustão das datas, grande parte dos mineiros passou à condição de camponeses – foram penetrando as terras dos sertões incultos.

Auguste de Saint Hilaire (2000), no começo do século XIX, constata ainda que a grande maioria da população do termo de Minas Novas era constituída de homens e mulheres pobres, negros forros e mestiços livres. Não faz, contudo, na sua obra¹², uma crítica sobre a concepção europeia da cultura camponesa. Para ele, aqueles homens e mulheres camponeses nos apresentam como “(...) de grosseira rusticidade que frequentemente caracteriza nossos campônios franceses; são, porém, bons, religiosos, submissos (...)” (Saint-Hilaire, 2000:195). O certo é que, muito provavelmente, esses camponeses

¹¹ Atual Paracatu.

¹² Refiro-me aqui a *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*.

– escravos fugidos, alguns poucos forros e posseiros – estabeleceram uma transposição na economia regional que de mineraria passa a agrícola. Foram, nesse aspecto – embora pouco reconhecidos –, socialmente importantes, pois, reescrevem nos vestígios das estruturas passadas uma nova práxis econômica – a atividade agropecuária – para resolver a exaustão da economia da extração aurífera e do fisco das pedras preciosas naqueles territórios. O papel desempenhado pela agropecuária na interiorização da economia mineira do século XVIII demonstra, segundo Carla Maria Carvalho de Almeida (1994), “(...) como uma região produtora de artigos de subsistência para o mercado interno foi responsável por um dinamismo econômico capaz de manter o maior contingente cativo do país no século XIX” (Almeida, 1994:15)¹³.

A Vila de Minas Novas do Fanado e paróquias que a compunham, não foge a essa análise da historiografia para o território das Minas Gerais. Conseguiram produzir e alimentar suas famílias e abastecer os núcleos urbanos (as vilas) que as constituíam. Com o algodão que fiavam nas rocas, teciam cobertores, redes, tecidos grossos, e guardanapos mais finos; da criação de bovinos garantiam, ao mesmo tempo, o transporte das cargas, a carne de sol como alimento e o couro como matéria-prima – o couro curtido servia para confecção de sapatos, chapéus e mobiliário; dos criatórios de suínos garantiam a carne de gordura e a banha; das pequenas lavouras de cana-de-açúcar o melado, o açúcar e a cachaça; da criação de galinhas a carne e os ovos (Saint-Hilaire, 2000). Somente o sal e alguns poucos artigos, tais como os artefatos de ferro, eram adquiridos na vila¹⁴.

¹³ Laura de Mello e Souza (2004) cita para o ano de 1776 uma população total para a Capitania de Minas de 319.769 indivíduos. Desse total, 167.000 indivíduos eram negros; 82.000 eram pardos e 70.769 eram brancos. Nesse mesmo ano, todas as comarcas da Capitania de Minas registravam superioridade numérica de negros e mestiços (Souza, 2004:2004). Para os primeiros anos do século XIX, Spix e Martius (1938) falam de um total de 433.049 habitantes para a Capitania de Minas, sendo que, 180.072 indivíduos eram negros (41,58%), 145.393 indivíduos eram mulatos (33,57%) e 106.684 indivíduos eram brancos (24,63%).

¹⁴ A vinte e seis léguas da Vila do Fanado de Minas novas encontra-se o distrito de Arassuahy. A duas léguas dessa localidade encontram-se as forjas do Bom Fim de propriedade do Capitão Manoel José Alves Pereira. Os foles da forja dessa propriedade são postos em movimento por rodas d'água para obtenção da força hidráulica, produzindo-se um ferro de qualidade, uma vez mantida a qualidade do fogo. O minério é trazido de uma área distante a uma légua da sede da fazenda por carro de bois. “O metal é trabalhado no próprio estabelecimento, e fazem-se com ele machados, machadinhas e ferraduras para cavalo. (...) O capitão asseverava que podia fundir por dia 40 ou 50 arrobas de ferro, mas acrescentava que não encontraria saída para essa quantidade, por causa da falta de estradas e comunicações. (...)”

(...) desde que a agricultura substituiu nessa região as explorações minerais, tudo teve naturalmente que tomar novo aspecto. O cultivo da terra estabelece uma igualdade de fortuna que não poderia, absolutamente, ser o resultado do trabalho aventuroso dos mineradores. Não há no termo de Minas Novas tantas pessoas ricas como em muitas outras partes da província; mas também existe aí menos miséria. Não se veem, em absoluto, como em torno de Vila Rica, povoações quase abandonadas, e fazendas caindo em ruínas. Os colonos vestem-se aí com tecidos muito grosseiros; mas não trazem a roupa em farrapos, e como os panos de algodão são aqui muito baratos, e grande número de habitantes fabricam-nos em sua própria casa, os próprios negros andam mais bem vestidos do que em outros lugares. (Saint-Hilaire, 2000:291)

O território onde se insere o termo e Vila do Fanado de Minas Nova articula uma agricultura e pecuária incrementada principalmente por escravos, forros e homens livres. Essa população, no decorrer do processo de colonização, assumiu no Brasil, segundo Laura de Mello e Souza (2004), o caráter de desclassificação.

Ao contrário dos senhores e dos escravos, essa camada não possui estrutura social configurada, caracterizando-se pela fluidez, pela instabilidade, pelo trabalho esporádico, incerto e aleatório. Ocupou as funções que o escravo não podia desempenhar, ou por ser antieconômico desviar mão de obra da produção, ou por colocar em risco a condição servil: funções de supervisão (o feitor), de defesa e policiamento (capitão-do-mato, milícias e ordenanças) e funções complementares à produção (desmatamento, preparo do solo para o plantio). (Souza, 2004:91)

São elas [as forjas do Bom Fim], que fornecem, hoje, (1817) grande parte do ferro que se consome nas Minas Novas e nos arredores de Tijuco, vila pouco afastada” (Saint-Hilaire, 2000:300-301).



Figura 1: Exemplo de rodas de fiar e laço de couro. Um tempo em que o plantio de lavouras, a pecuária e agricultura camponesa do algodão em Chapada do Norte, Minas Novas e territórios adjacentes construíram a saída dos desclassificados no processo social e econômico da Capitania de Minas, ocupando todo um vácuo do que fora a ilusão do fausto do ouro e dos diamantes. Fonte: Maria Luiza Grossi Araujo, 2009.

Consubstanciou-se, dessa maneira, através dos camponeses da Vila do Fanado de Minas Novas e Santa Cruz da Chapada (entre outras freguesias adjacentes), uma economia interna bastante eficiente no contexto da agricultura na porção norte da Capitania de Minas. Formada por pequenas lavouras de mantimentos, pequenas criações de gado e plantio do algodão – particularmente em São Domingos [atual Virgem da Lapa] garantiam, com uma base técnica simples, níveis de rendimento agrícolas e pastoris satisfatórios, o que veio a estimular o incremento ininterrupto daquela população e o consequente avanço das fronteiras e economia local-regional. Representou, igualmente, uma econômica agrícola camponesa com expressivo grau de autonomia.

Registra-se, igualmente, no modo de vida dos camponeses de Minas Novas e Chapada do Norte, entre outras povoações, a incorporação dos saberes indígenas locais e uma lógica dos princípios agroecológicos sustentados numa agricultura biodiversa. Na atualidade, essas práticas ganham força pela permanência dos usos e costumes agrícolas (des)envolvidos pelos sertanejos.

No ano de 1817, Auguste de Saint-Hilaire chama a atenção para o sentido da recuperação do meio ambiente (paisagem, solo e biodiversidade) de uma propriedade visitada por ele. Vejamos:

Em um valão geralmente muito estreito, em que corre um regato, escolhera um local em que as montanhas, menos aproximadas, deixam entre si um espaço perfeitamente plano e de forma mais ou menos oval. Em torno desse espaço, o proprietário plantara laranjeiras e bananeiras; um fosso, donde anteriormente se extraía ouro, tornara-se um viveiro; o terreno estava coberto de arroz e legumes cultivados cuidadosamente, e dispostos numa ordem que não se encontra em nenhuma parte dessa região; o córrego, enfim, fornecia água para regar os legumes, e servia para defender as plantas tenras dos estragos das grandes formigas. Arbustos semelhantes aos dos nossos bosques cultivados cobriam os morros que rodeavam esse horto; em seus flancos pastavam vacas, que davam excelente leite; na base dos morros havia uma humilde choupana, de certo ângulo se podia descortinar toda a povoação. (Saint-Hilaire, 2000:226)



Figura 2: A feira em Minas Novas (MG). O uso do araticum na produção do colorau, do óleo de pequi, das pimentas, do feijão andu, da rapadura e doces com raspa de mamão, das folhosas, dos legumes e frutas são alguns exemplos da diversidade e heranças indígenas e dos negros africanos presentes na cultura camponesa no norte de Minas Gerais.
Fonte: Maria Luiza Grossi Araujo, 2009.

Da mesma forma destaca o viajante francês, que a ausência de médicos e cirurgiões nessas localidades estimulou a prática de uma medicina popular capaz de curar males e infecções mais sérias com razoável eficiência:

(...) os habitantes, para se curarem, experimentaram os vegetais que tinham à disposição, e não existe colono que não possua ao alcance seus medicamentos. Algumas plantas medicinais foram indicadas aos portugueses pelos índios que, sem dúvida, as conheciam havia muito tempo; a semelhança mais ou menos impressionante com as espécies usadas na Europa, o gosto, o odor peculiar, e, muitas vezes, talvez, só a fantasia, decidiram da escolha de outras plantas usuais. (Saint-Hilaire, 2000:226)

Sobre a fundação de Santa Cruz de Chapada ou somente “Chapada”, como veio a ser conhecida popularmente, sabe-se que os aventureiros paulistas, quando penetravam pelo interior do Brasil, pouco se preocupavam com a criação e/ou fundação de povoados. A regularidade do assentamento de populações se dava em decorrência da descoberta de ouro ou diamante. Dessa forma, quando se encontrou em Chapada as primeiras pepitas, dirigiu-se a ela um número expressivo de pessoas. Na segunda metade do século XVIII, a paróquia compreendia 2.300 habitantes, sendo que a vila adensava uma população de seiscentos indivíduos. Vejamos:

(...) quase todos são mulatos, e vários deles, entregando-se à agricultura, só vêm à povoação aos domingos. (...) Chapada goza de uma grande vantagem: a de estar situada à margem da estrada que serve às zonas em que se colhe algodão em maior abundância. Esse povoado é vivificado pela passagem das caravanas que destinam ao Rio de Janeiro, e oferece-lhes um lugar de pouso muito cômodo. (Saint-Hilaire, 2000:225)

Tudo indica que o aumento da população negra e de mestiços na região da Vila do Fanado de Minas Novas e da povoação de Santa Cruz de Chapada se deve, por um lado, à decadência do ouro na região central das Minas e, possivelmente, antes desse episódio, à constituição de alguns quilombos, em áreas pouco acessíveis. Os gerais eram tomados como espaços isolados e, do mesmo modo, dominados pela dureza da natureza ou habitados por tribos ainda hostis à presença do homem branco e por *infiéis* ou *desclassificados* pelo sistema colonial. Aponta-se também a necessidade dos mais pobres criarem formas de saírem das imposições sobre os quintos. A relativa proximidade da *Demarcação Diamantífera* e da *Vila do Tejuco*, mais vigiado pelo fisco colonial, assim como os acessos favorecidos dos *Caminhos da Bahia*, corroboravam nesse conjunto de possibilidades para a constituição das vilas de São Pedro de Nossa Senhora do Bom Sucesso das Minas Novas do Fanado e de Santa Cruz

da Chapada. Tem sido dessa maneira a constituição histórica e a visibilidade social desses atores desde os séculos XVIII e XIX.

As feiras de Minas Novas e Chapada do Norte: sentidos e significados atuais para uma reprodução social da cultura camponesa

A feira livre que acontece aos sábados em Minas Novas e Chapada do Norte é, em grande medida, a expressão do viver e do acontecer camponês nesse espaço geográfico. A feira deixa transparecer a cultura popular camponesa que traz para a cidade, além da produção agrícola, uma exposição da vida diária do homem simples do campo e, igualmente, seus problemas: a reprodução daquilo que permanece do passado histórico daquela gente transfigurada num enfrentamento brutal de suas dificuldades cotidianas.

A diversidade dos tempos históricos que se combinam nessa modernidade difícil (...), incorpora a cultura popular que pouco ou nada tem de moderno: mas insisto, incorpora também efetivas relações sociais datadas, vestígios de outras estruturas e situações que são ainda, no entanto, realidades e relações vivas e vitais. E que anunciam a historicidade do homem nesses desencontros de tempos, de ritmos e de possibilidades, nessas colagens. (Martins, 2008:20)

Não há dúvida de que a modernidade assumida pelas feiras é repleta de significados e sentidos; da mesma forma, porém, deixa transbordar as paralaxes ou deformidades nos avessos entre a forma e o conteúdo, “(...) expressão do inacabado e inacabável, que está também posto o nosso justo medo da travessia, nossa condição de vítimas, mais do que de beneficiários da modernidade” (Martins, 2008:22), o que faz daquela modernidade, em alguma medida, o aprisionamento do homem comum – o camponês.

Em Minas Novas a feira existe desde a década de 1950 do século XX, mas era muito precária. Funcionava nos arredores do atual mercado. Eram históricas as reclamações das comunidades rurais representadas por suas associações como as dificuldades de acesso ao transporte das pessoas e produtos agrícolas até a cidade. Esse expediente reforçava o círculo vicioso da miséria: deterioração reproduzida da condição humana. Atualmente, existe um total de dezessete veículos (caminhões, ônibus e camionetes) que atendem as vilas e comunidades de agricultores camponeses em Minas Novas. Embora

presente, o transporte (inadequado) tem sido subsidiado pela prefeitura municipal através da Secretaria Municipal de Assistência Rural e Meio Ambiente – SARMA. Mesmo sendo um instrumento supostamente adequado para ser empregado segundo uma lógica da modernidade, as picapes abertas, caminhões e ônibus sem nenhum tipo de segurança (e conforto) representa para a prefeitura um compromisso que equivale a um avanço: contraditoriamente, não é uma coisa nem outra.

A frequência semanal da feira tem contribuído para aumentar efetivamente a renda familiar dos agricultores camponeses de Minas Novas que totalizam 75% de sua população. Não se menospreza, portanto, a importância socioeconômica da feira para as populações camponesas rurais. Cabe à SARMA a proposta de organização da mesma. Essa secretaria desenvolve o cadastramento dos feirantes com fornecimento de carteiras específicas que os identificam (nesse caso, tem acesso livre para feira todo agricultor camponês cadastrado e que tenha algum produto para expor). Os feirantes são organizados por setores dentro da feira: o setor das folhosas, dos legumes, dos queijos, dos temperos, dos doces e assim em diante.

Igualmente, a SARMA pratica a fiscalização dos carros contratados pela prefeitura para correto cumprimento do que foi estabelecido – procederem ao transporte de agricultores camponeses e seus produtos sem custo para esses agricultores. Contudo, há registro de uso de má fé de motoristas que cobram as passagens. O agricultor camponês tem medo de pedir recibo para que a prefeitura possa fiscalizar de maneira mais apropriada os motoristas e seus veículos.

A SARMA fiscaliza também a presença recorrente da entrada de outros produtos que não são oriundos do trabalho dos camponeses feirantes de Minas Novas. Há registros da presença de comerciantes urbanos que trazem produtos do CEASA-BH para venderem na feira. Tem-se registrado movimentos dos feirantes para inibirem politicamente essa modernidade em paralaxe. A feira é um mercado livre, mas a prefeitura tem entendido que a produção agrícola dos camponeses do município é prioritária. Essa nos parece ser uma política pública interessante, pois, cabe à prefeitura, na atualidade, criar mecanismos públicos para minimizar o enorme ônus social resultante da transferência de riqueza a Portugal através da mineração do ouro:

Triturados por uma exploração econômica predatória e imprevidente, esmagados pelo peso enorme dos fiscalismo, perseguidos por uma política normalizadora que os desejava enquadrar a todo custo, os desclassificados proliferaram nas montanhas mineiras como em vi-

veiro; essa pujança extrema foi vista de duas maneiras opostas: como utilidade e como ônus. (Souza, 2088:296)

Das comunidades mais distantes da sede do município (algumas delas com aproximadamente 200 quilômetros de distância), camponeses feirantes vêm de quinze em quinze dias a cidade. A Sarma seleciona os grupos de comunidades aos sábados, fazendo um rodízio para atender a todas elas.

A Empresa Mineira de Assistência Técnica Rural – Emater, tanto em Minas Novas como na Chapada do Norte, tem tido o papel de estimular os agricultores camponeses no correto preparo do solo, nas correções de pragas, no resgate de sementes e plantio correto, além da distribuição de sementes recebidas pelos programas governamentais, como também, e, principalmente, na orientação coletiva para viabilizar a organização das comunidades. A construção de caixas para coleta de água das chuvas tem sido a ação mais difundida para resolver a carência da água. O escritório ou um encontro casual na rua têm sido a referência dos camponeses que precisam sempre de alguma orientação.

Na cidade de Minas Novas e Chapada do Norte as feiras têm a conotação de ser um evento. Lá, aglomera o povo à procura de produtos alimentícios de primeira qualidade – produzidos sem uso de agrotóxicos. O pagamento dos produtos é feito quase sempre em dinheiro, mas, para os conhecidos, antigos fregueses, alguns camponeses feirantes vendem fiado. Nas duas cidades, por sua vez, os feirantes camponeses, ao término da feira, compram óleo, macarrão, sal, roupas, remédios, eletrodomésticos e pagam suas contas (enfim, tudo aquilo que não produzem): a vida cotidiana rural se transfigura em gestos e ações face aos apelos da modernização num ininterrupto hibridismo cultural.

As situações de vida do camponês em Minas Novas e Chapada do Norte na lida com o trabalho são sempre muito difíceis: ora as mulheres viúvas e idosos contam com a ajuda de um sobrinho ou parente mais próximo; ora contam com a ajuda dos filhos quando eles não estão na colheita do café em Capelinha, no sul de Minas Gerais ou no plantio e colheita da cana-de-açúcar em São Paulo. Trabalham sempre em família. Nunca põem a ajuda de “um camarada” como dizem. Falta recurso para isso.

O acesso à terra em Minas Novas e Chapada do Norte para o camponês feirante é comprometido pelo tamanho das glebas (muitos tem de 4 a 5 hectares, poucos tem 10 hectares). São terras quase sempre de herança de posse de um sogro ou sogra ou avôs já falecidos. Não usam máquina. Só usam a enxada, o enxadão e a foice. O “trabalho é feito na força da mão”. Quando vai plantar, segundo um agricultor de Chapada do Norte “a gente pega semente na Emater. Esse ano eles deram 3 quilos. A gente compra 25 quilos. Já tô

sentindo os braço desgastado e nós num põe camarada. Acho que esse ano num planto esse tanto”.

Para o camponês que não tem salário, é certo ter que vender para comprar “o arroz, o feijão, o açúcar, o óleo. A carne [de boi ou porco] só quando dá”. Para manter o custo de vida, para muitos “o milho dá bem, o feijão não – a seca tem prejudicado”. “Todo mundo faz seu pedacinho de roça. Um pouco de feijão, milho, mandioca. Tem vez que a gente planta e não dá. Então a gente tem que comprar. Galinha a gente cria, porco não”. “A gente tem sempre que vender alguma coisa pra comprar as coisa pra dentro de casa”. A situação dos camponeses nessas cidades leva a uma complicada combinação entre o que conseguem ter monetariamente pelo trabalho e os apelos da modernidade: cativo da pobreza.

As mulheres fazem a comida, arrumam a casa, lavam a roupa, cuidam das crianças e trabalham com o barro (o artesanato de argila). “Aquele tempinho que sobra tô no quintal ajeitando o cuidado de uma verdura, de uma fruta. Agora mesmo tamo preparando a terra”. Em Chapada do Norte, um grupo de camponesas declarou: “Tem vez que a gente vem de pé pra cidade, as vez a cavalo. Tem uma camionete que cobra. Se no dia a gente tá muito cansada a gente paga R\$5,00”.



Figura 3: Em Chapada do Norte a organização dos camponeses feirantes está ainda em processo. O mercado municipal, construído na última metade do século XIX, é utilizado

exclusivamente para a comercialização de carnes frescas. Na rua, as bancadas de madeira para condicionar as hortaliças e frutas foram recentemente providenciadas pela prefeitura municipal, e ainda assim, não atende a toda demanda de produtores camponeses. A maioria expõe o seu produto sob forte sol e no chão. Flagrantemente mais empobrecidos esses camponeses mereciam por parte do poder público apoio incondicional para uma melhor condição de trabalho e vida. Fonte: Maria Luiza Grossi Araujo, 2009.

Essas são formas que a modernidade inacabada e incerta assume entre os camponeses que fazem a existência das feiras em Minas Novas e Chapada do Norte. Denotam paralaxes que registram resquícios do tempo colonial no presente: a colonialidade na modernidade, marcas da apropriação socioespacial do trabalho camponês nas feiras: ainda hoje, desclassificados sociais.

Considerações finais

A dispersão de homens e mulheres pobres, muitos deles negros foros, outros pardos e brancos, constituíram o que se denominou na historiografia *homens livres*. Ocuparam progressivamente os espaços geográficos dos gerais. Tal fenômeno de migração interna é decorrente da crescente diminuição do ouro de aluvião das *Minas*. Laura Mello e Souza (2004) qualifica essa população de *desclassificados do ouro* – agricultores pobres, garimpeiros, foros, escravos fugidos, bandidos, entre outros. No correr dos tempos, essa gente se firma pela posse das terras nos *gerais*, constituindo-se camponeses. Fora essa gente que, em grande parte, e muito possivelmente, fez a ocupação dos territórios do que hoje conhecemos como o Vale do Rio Jequitinhonha. Portanto, essa gente sempre foi olhada com desdém e/ou desconfiança pela historiografia e geografia oficial. Um exemplo é a concepção de Gilberto Freire, que refletia uma mentalidade ainda colonialista entre pensadores brasileiros sobre as populações camponesas. Para o sociólogo, os camponeses “(...) matutos, caipiras, caboclos, agregados e sertanejos pobres são párias inúteis, mais vantajosos como material clínico do que como força econômica” (Freire, 1954:142-143).

Os camponeses não tiveram, portanto, uma análise de sua importância socioeconômica e cultural ao consubstanciarem um mercado local e inter-regional de alimentos e do comércio agropecuário. Contrariamente ao que aconteceu na região central das *Minas* (os ciclos recorrentes da fome), o norte de Minas, particularmente nas localidades de Minas Novas do Fanado e Santa Cruz da Chapada, quando exauridos os veios e outras formas de extração do ouro e pedras preciosas, constituíram-se em produtores de alimentos

originários do extrativismo vegetal e animal com referência para as folhosas e leguminosas regionais, a cachaça e a rapadura, os queijos e requeijões, as carnes frescas, a carne de sol e de gordura, o trabalho artesanal da argila, do algodão e do couro.

A sociedade capitalista pressupõe a elaboração de um discurso homogêneo universal que pretende uniformizar a realidade socioespacial com aquilo que as classes dominantes pensam sobre ela, ocultando as contradições existentes e/ou silenciando significados, sentidos e representações sociais contrárias e/ou diversas a esse padrão. O modelo ideológico capitalista muitas vezes anula a diversidade sociocultural não capitalista. Com isso, prende no movimento da história categorias socioespaciais e culturais genéricas ancoradas por um discurso homogêneo. Ficam assim obscurecidas as diferenças sociais, econômicas e culturais dos povos e lugares, e, conseqüentemente, o cotidiano e seus conflitos.

Citamos nesse contexto teórico novamente a concepção que se tem sobre os camponeses: quase sempre a literatura especializada os apresenta de maneira padronizada como se todos os camponeses de todos os rincões do mundo pudessem ser enquadrados na mesma história econômica e sociocultural. Existe um campesinato como prefere os discursos ideológicos ou camponeses em situações diversas? Optar por um ou outro conceito certamente restringe a possibilidade de uma descrição em profundidade que abrange a força histórica do camponês no mundo e, no caso brasileiro, a sua contribuição no processo de constituição socioeconômica e cultural.

É preciso considerar que os camponeses, em grande medida, apresentam características que podem ser semelhantes, mas diferentes em situações econômicas e sociais que lhes são próprias. Há camponeses que vivem nas periferias das cidades ou nas áreas rurais enfrentando dificuldades de toda ordem (acesso a água potável, a moradia, no escoamento de sua produção, acesso a uma educação formal para si e seus descendentes, na geração de renda mínima para sustentação da família, entre outras). Têm, contudo, criado estratégias de contato com a modernidade sem, no entanto, anularem-se enquanto grupo social. Abordar e descrever em profundidade as relações socioespaciais e culturais estabelecidas por camponeses dos municípios de Minas Novas e Chapada do Norte desde as feiras livres sugere pensar sobre quais estratégias têm esses camponeses desenvolvido no movimento entre o rural e o urbano?

As feiras livres de Minas Novas e Chapada do Norte são espaços de troca e mercado, resquício histórico de um tempo em que camponeses e homens livres que ocuparam o norte da Capitania de Minas criaram. As feiras são, igualmente, um retrato atual e vivo das paraxes entre a tentativa das

políticas públicas resolverem a pobreza crônica presente nas populações dos municípios estudados.

É importante que se esclareça que os camponeses das feiras desses municípios, por meio de uma economia alternativa, conseguem ainda se fazerem camponeses com uma forte identificação cultural com seu modo de vida. Contudo, são dominados pelos ditames da modernidade urbana. Dessa maneira, pode-se dizer que os camponeses compreendem uma cultura que tem como ponto convergente serem historicamente desqualificados e dominados. No entanto, como afirma Paulo Benjamin Garcia (1979), isso não quer dizer que eles, os camponeses, desprovidos de uma suposta conduta crítica, sejam meros repetidores das práticas culturais dos grupos dominantes. Contrariamente, segundo o mesmo autor, “(...) existe uma antropofagia no saber popular, ele engole o saber dominante e o cospe diferente” (Garcia, 1979:109). A partir desse movimento híbrido, é preciso nos atentar que os saberes camponeses devem ser identificados e interpretados segundo sua própria realidade, vale dizer, sua própria lógica – não capitalista – no lugar onde acontece.

Este texto é resultado de pesquisa de campo realizada segundo uma abordagem qualitativa que é caracterizada pelo esforço dos pesquisadores “(...) de coletar materiais em diversas fontes oriundas do ambiente natural, por meio do contato direto, intenso e prolongado entre o pesquisador e os atores sociais implicados, procurando explorar recursos metodológicos que permitam fundamentar exercícios de descrição para fins de compreensão dos fenômenos investigativos, segundo a perspectiva dos participantes da situação em estudo (...)” (Demo, 2004:38).

Finalmente, creditamos que o sentido de culturas aqui traduzidas tende a retomar os elos com o espaço, o tempo e o caráter social dos objetos, e principalmente com os atores sociais: camponeses num movimento de recriação de sua própria identificação e reprodução social.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Alterações nas unidades produtivas mineira: Mariana – 1750-1850*. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 1994 (Dissertação de mestrado).
- BARBOSA Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. Saterb, 1971.
- CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas: para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: EDUSP, 2007.

- CARRARA, Ângelo Alves. *Minas e currais: produção rural e mercado interno em Minas Gerais 1674-1807*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2007.
- CHARTIER, R. *Cultura popular: revisitando um conceito historiográfico*. *Estudos históricos*, v. 8, n. 16, p.179-192, 1995. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/172.pdf>. Acessado em: 13/03/2011.
- COSTA, Antônio Gilberto (Org.); FURTADO, Junia Ferreira; RENGGER, Friedrich Ewald; SANTOS, Márcia Maria Duarte. *Cartografia das Minas Gerais: da capitania à província*. Gelo Horizonte; Ed. UFMG, 2004.
- CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. 2ª edição. Bauru: EDUSP, 2002.
- FREIRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. 8. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 4ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 1988.
- JAEGER, Weber. *Paidéia – a formação do homem grego*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- JAPIASSU, Hilton. *Introdução ao pensamento epistemológico*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
- GARCIA, Pedro Benjamin. *Educação popular: algumas reflexões em torno da questão do saber*. *Cadernos do CEDE – Centro Ecumênico de Documentação e Informação*, n.2. Rio de Janeiro: Tempo e Presença Editora: 1979.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989
- MARTINS, José de Souza. *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. 2ª Ed. rev. e ampl., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto: 2008.
- MOURA, Margarida Maria. *Camponeses*. 2ª edição. São Paulo: Editora Ática, 1988.
- RENGGER, Friedrich Ewald. *Os quintos do ouro e a origem das estradas reais em Minas Gerais*. *Revista Viva*, Belo Horizonte, Junho de 2006.
- ROCHA, José Joaquim da; RESENDE, Maria Efigênia Lage de. *Geografia Histórica da Capitania de Minas Gerais*. Descrição Geográfica, topográfica, histórica e política da Capitania de Minas Gerais. Memória Histórica da Capitania de Minas Gerais. Estudo Crítico. Sistema Estadual de Planejamento. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro. Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda., 2000.

- SANTOS, Márcio. *As estradas reais: introdução aos estudos dos caminhos do ouro e do diamante no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Estrada Real, 2001.
- SOUZA, Laura Mello e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. 4. Ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004.
- SPIX, J. B. von; MARTIUS, C. F. P. von. *Viagem pelo Brasil*, 3 vol. Rio de Janeiro, 1938.
- VILAR, Pierre. *Iniciación ao vocabulario del análisis histórico*. 4^a edição. Barcelona: Editorial Crítica: 1982.

3. Rural e urbano contemporâneos: a importância da feira de Minas Novas para a agricultura familiar

Saulo Davi de Almeida Lopes

Maria Aparecida dos Santos Tubaldini

Na contemporaneidade, percebe-se que o desenvolvimento do campo, assim como o das cidades, apresenta uma riqueza histórica e sociocultural cujos desdobramentos nos impelem estudar e repensar seus contornos ao longo do tempo.

São inúmeras as contribuições de Queiroz (1973) ao analisar o rural e o urbano no Brasil tendo como referência os estudos de Henri Lefebvre, que abordam as estruturas e organizações sociais às quais dá o nome de *sociedades*. A primeira estrutura tratada por Lefebvre corresponde à *sociedade tribal*, onde não existe a divergência entre rural e urbano, com grupos sociais não proeminentes, fraca divisão social do trabalho e sem concentração urbana. A *sociedade agrária*, por sua vez, apresenta a cidade como centro político-administrativo que organiza o meio rural, sendo, porém, extremamente dependente do meio rural no que diz respeito ao abastecimento e constituindo-se como consumidora dos produtos do campo, o setor produtor. Por último, temos a *sociedade urbana*, onde a cidade se liberou da sua condição de dependência do meio rural e se tornou produtora por excelência.

Cada tipo de “sociedade global”, conceito definido por Georges Gurvitch e também utilizado por Queiroz (1973), demanda tipos de relações entre grupos e indivíduos diferenciadas no espaço-tempo. Consequentemente, o equilíbrio entre campo e cidade nas sociedades globais se dará de forma diversa. Nas sociedades agrárias, por exemplo, cidade e campo coexistem, embora o segundo domine o primeiro. Nas sociedades urbanas, por outro lado, o papel da cidade prevalece sobre o do campo. E nas tribais, cada família cuida de sua subsistência e forma uma unidade independente. Não pretende-se estabelecer hierarquias e determinar valores a esses espaços; apresenta-se tais teorias pois acredita-se que as mesmas podem ser analisadas mais cuidadosamente quando se depara com a realidade complexa em que se encontra o rural e o urbano na modernidade.

Os atores sociais existentes nos espaços rurais e urbanos, por sua vez, constituem os sujeitos sem os quais esses espaços não têm sentido e não podem ser entendidos, uma vez que a modificação dos mesmos pela mão do homem organiza o “caótico”, dando-lhes um significado. Isso determina o modo como esses atores sociais se sentem em seus locais de convivência, pertencentes ou não ao espaço onde vivem, modificados diariamente.

A emergência de uma nova ruralidade, apontada por Wanderley (2000) como um dos desdobramentos do modo de produção capitalista e da sociedade moderna, bem como a ascensão de novos atores sociais, cria novas perspectivas e possibilidades para as relações entre campo e cidade, que podem variar desde à autonomia relativa até a total subordinação da agricultura à indústria.

Novas ruralidades podem ser encontradas no espaço rural deste trabalho, o município de Minas Novas/MG, e a investigação das relações campo-cidade nessa região nos ajuda a compreender como se dá, na prática, as transformações e percepções da cidade e do campo na contemporaneidade.

Com área aproximada de 1810 km² e extensa zona rural, Minas Novas subdivide-se em 4 distritos – Lagoa, Ribeirão das Folhas, Baixa Quente e Cruzinha. Localizada no Vale do Rio Jequitinhonha, porção nordeste do estado de Minas Gerais, a região do município e adjacências tem sido historicamente tratada como região com graves problemas sociais, tais como miséria, pobreza, analfabetismo, mortalidade infantil, desemprego e outros baixos indicadores sociais. O Vale do Jequitinhonha também possui mais da metade de sua população residente na zona rural, segundo dados do IBGE. Escassez de recursos hídricos, períodos de secas prolongadas e falta de investimentos e políticas públicas são alguns dos fatores que contribuíram para que a região fosse considerada “atrasada” ou “excluída” dos processos de desenvolvimento ocorridos no estado e no país.

Mas, o espaço rural do Jequitinhonha também é bastante rico e diversificado em relação aos costumes locais, produção agrícola familiar e manifestações artísticas e culturais. Muitos esforços têm sido empreendidos no sentido de reverter situações de carência e exclusão a que grande parte de seus habitantes, principalmente os moradores da zona rural, estão submetidos. Um desses esforços se relaciona com a realização da Feira de Agricultura Familiar, abrigada no Mercado Municipal da cidade e em ruas adjacentes, caracterizada pela presença de agricultores da zona rural do município que vendem, em sua maioria, produtos desenvolvidos à partir do *saber-fazer* dos camponeses, feitos artesanalmente: queijos, doces, cachaça e rapadura. Produtos agrícolas: hortaliças e frutas frescas, além dos produtos manufaturados, como calçados, roupas e acessórios.

Objetiva-se, neste trabalho, entender como a feira de agricultura familiar de Minas Novas se tornou espaço de captação da produção agrícola dentro do município, sustentada por diversos atores sociais presentes no seu espaço vivido, resultante de novos olhares sobre os meios urbano e rural contemporâneos. O impacto da feira sobre a dinâmica econômica, social e cultural do município é nosso objeto de estudo, que pretende ser estudado através da observação e reflexão sobre as práticas de produção e venda realizada por consumidores e camponeses a feira de Minas Novas.

As referências teóricas constituem parte metodológica utilizada no presente artigo. Autores como Chayanov (1974), Graziano Da Silva (1997), Lima (2007), Jesus (2007), Wanderley (2000), Ribeiro (2005) norteiam o embasamento teórico a respeito de temas como agricultura familiar, campesinato, interseções entre rural e urbano, inserção do agricultor familiar na lógica capitalista, trabalhadores rurais, economia agrícola, espaço vivido, entre outros. Outro viés metodológico, essencialmente qualitativo, baseou-se em entrevistas com agricultores familiares, feirantes, membros do poder público, enfim, atores sociais envolvidos direta ou indiretamente na realização da feira de agricultura familiar de Minas Novas. A metodologia qualitativa foi utilizada para a obtenção dos dados e informações a respeito da feira e da produção local que a abastece.

Procurou-se, através dela, obter informações e depoimentos que possibilitassem a realização dos objetivos propostos. Observações e entrevistas constituem as técnicas utilizadas na realização deste trabalho; estas últimas pretenderam dar a oportunidade aos entrevistados de se expressarem subjetivamente. Martins (2004) ressalta que a *flexibilidade* constitui uma das marcas dos métodos qualitativos, principalmente quanto à coleta de dados e informações. Outra característica do método qualitativo, segundo a autora, é que essa metodologia privilegia os *estudos de caso* (o indivíduo, comunidade ou grupo), e baseia-se na utilização de “um conjunto selecionado de determinada população” (Martins, 2004:5), ou seja, a amostra.

Foram realizadas entrevistas com membros da Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS), funcionários da Secretaria Municipal de Assuntos Rurais (SMAR), membros da Emater-MG atuantes no município e membros de comunidades rurais, dentre elas Ribeirão dos Santos Acima. As entrevistas com os camponeses dessa comunidade tinham como objetivo compreender o trabalho deles dentro de sua comunidade e sua atuação na feira de agricultura familiar. No trabalho de campo realizado nessa comunidade em abril de 2009 foram coletados dados quantitativos e qualitativos a respeito da produção, armazenamento e comercialização dos produtos feitos na comunidade.

Teorias do Campesinato: Chayanov, Galeski e Tepicht

Autores das *Teorias do Campesinato*, que antecedem e sustentam nosso entendimento da agricultura familiar que existe no município estudado e dos atores sociais enquanto camponeses e agricultores familiares, fornecem inegáveis contribuições para a compreensão do rural e do urbano contemporâneos. Em que sentido os moradores da zona rural de Minas Novas se aproximam dos conceitos clássicos de camponeses e agricultores familiares tratados por esses autores? O pensamento de Lamarche, de que *todo camponês é agricultor familiar, mas nem todo agricultor familiar é camponês*, ainda nos fornece subsídio para discussões a respeito do lugar que o homem do campo ocupa nas ruralidades contemporâneas. Nesses termos, foi nosso interesse, utilizando informações qualitativas, buscar na área de estudo os resquícios culturais de organização familiar e de trabalhos tradicionais que os aproximam dos conceitos tratados pelos autores citados.

Woortmann (1995) destaca a importância dos economicistas europeus que inspiraram estudos do campesinato no Brasil, dentre eles Chayanov (1966), Galeski (1975) e Tepicht (1973). Para o primeiro, a família era vista como grupo doméstico isolado, considerado sob uma ótica econômica, e não cultural. Já Chayanov

considerava a família como um conjunto de produtores e de consumidores, uma unidade de força de trabalho e de consumo centrada num casal e seus filhos, aos quais se podiam agregar outros membros. [...] em nenhum momento sua preocupação ultrapassa os limites da unidade doméstica, de forma a abarcar as relações entre famílias. (...) O caráter indivisível da atividade familiar constitui-se, portanto, numa dimensão fundamental para a compreensão da família camponesa. (Woortmann, 1995:30)

Percebemos que Chayanov considera a família um grupo cuja hierarquia é bem definida (*family household*), possuidora de valores culturais e morais próprios, onde as relações de parentesco presentes se assemelham às relações de trabalho. O autor compreende a família como unidade econômica, que reproduz internamente seus fatores de produção, onde relações de parentesco são fundamentais para a coesão do grupo e manutenção da sobrevivência, pois delas derivam as relações de trabalho. Interessante ressaltar que “o trabalho familiar se opõe ao trabalho assalariado” (Woortmann, 1995:31), indicando que as relações familiares criam um ambiente que permite o trabalho coletivo dentro da propriedade, em contraposição ao trabalho assalariado, alienante

e impessoal, no qual o empregado não entra em contato com o produto final e é responsável por somente uma parte da produção, mas recebe um salário fixo mensal.

O fato de Chayanov considerar o grupo doméstico existindo isoladamente, circunscrito aos limites da unidade doméstica, chama-nos a atenção, uma vez que no contexto atual de emergência de novas ruralidades o isolamento se torna cada vez mais raro, podendo ser visto por famílias de camponeses ou agricultores familiares como um aspecto negativo, um fator que dificulta o contato com o meio urbano. Ao contrário, percebemos que os grupos familiares tentam, com ajuda externa ou, a seu modo, inserir-se na lógica de produção e consumo de seus municípios, na tentativa de gerar renda a ser consumida em produtos oferecidos pelo comércio local.

Galeski (1975) pensa a família camponesa de forma diferenciada, caracterizada por laços familiares mais fortes ainda:

[a família] cobre apenas aquelas pessoas ligadas entre si pelos laços mais próximos de consanguinidade (pais e filhos), vivendo juntas e, em geral, desenvolvendo uma economia doméstica comum. (Galeski apud Woortmann, 1995:31)

Diferentemente de Chayanov, Galeski considera a existência de relações entre famílias e pessoas exteriores a elas, ou seja, não pensa a família como um grupo isolado. Existe, no entanto, a subordinação do indivíduo à lógica familiar proveniente dos laços de parentesco e vizinhança, sendo que o grupo utiliza a terra para garantir sua sobrevivência, dando continuidade às gerações seguintes. Nesse sentido, o pensamento de Galeski opõe-se ao de Chayanov, cuja vertente economicista é bastante nítida. Enquanto este último não vê diferença entre família camponesa e atividade econômica, Galeski traz à discussão a questão de outros *valores* utilizados pela família, considerando as relações da família com a comunidade na qual se encontra inserida. A terra passa a ser vista não como fator de produção, e sim como *patrimônio* a ser cuidado e repassado para as próximas gerações até quando for possível.

Outra contribuição fundamental para que possamos entender a lógica da família camponesa advém de Tepicht (1973), que também considera a família de forma isolada, mas apresenta novos elementos para sua compreensão:

A família se encontra no seio da economia camponesa: esta se constitui pela simbiose entre o empreendimento agrícola e a economia doméstica, expressa no coletivismo rigoroso da família, ligada a um

egoísmo externo, que a opõe às relações com “outros”. (Tepicht apud Woortmann, 1995:33)

Tepicht, (1973) analisa a família como algo que se situa entre o empreendimento agrícola de grande porte, cujas relações econômicas constituem a base de sua sustentação, e a economia doméstica, na qual os meios de produção são utilizados e mantidos por todo o grupo familiar. Segundo esse autor, o isolamento (ou “encapsulamento”) da família ocorre objetivando preservá-la do movimento de expansão do mercado que, por ser essencialmente seletivo, acaba por restringir e limitar o patrimônio da mesma, colocando-o em risco. Nesse sentido, forças externas ao grupo fazem com que o mesmo adote práticas ou uma organização que permita sua sobrevivência.

Para Tepicht a economia camponesa entra em crise quando se iniciam conflitos internos entre seus atores sociais, “entre os menores de trinta anos e o pai, assim como a emigração dos não herdeiros e, principalmente, dos próprios herdeiros” (Woortmann, 1995:34). Tal fato se relaciona diretamente à questão dos *valores* ressaltada por Galeski. Quando novas ruralidades surgem, como no contexto atual, podemos considerá-las fruto de novas mentalidades e valores, absorvidos, em maior ou menor medida, pelos grupos de agricultores familiares, incluindo a geração atual de nascidos no campo que vislumbram outras formas de sustento, seja a partir do trabalho fora do campo, na cidade ou nas grandes metrópoles. Nesse processo de busca por novos meios de sobrevivência e sustento, essa geração entra em conflito com seus pais e parentes que residem na zona rural, pois, muitas vezes, não alimentam as expectativas de seus familiares no que diz respeito à continuidade do trabalho na terra, e emigram para a cidade em busca de novas oportunidades.

Na zona rural do município de Minas Novas existem tentativas de modernização. Estas (uma delas corresponde ao PEC – Programa de Empresas Comunitárias, coordenado pelo Fiemg, Sesi e Senai-MG, entre outros, realizada em comunidades rurais do município) visam proporcionar a manutenção e a permanência do agricultor no campo, auxiliando-o na produção semanal de gêneros alimentícios feitos com matéria-prima plantada e colhida na comunidade, a serem vendidos na feira de agricultura familiar.

O Mercado Municipal de Minas Novas e a Feira de Agricultura Familiar

A feira de agricultura familiar de Minas Novas ocorre aos sábados, no Mercado Municipal da cidade, situado à Rua Inocêncio Leite, Centro. Construído e inaugurado no ano de 1952, durante a administração do Prefeito Urias Sena Costa, tem se firmado como um importante espaço que proporciona a manutenção do costume local e centenário das feiras livres. O mercado municipal funciona de segunda a sábado, durante o horário comercial. No entanto, somente aos sábados é ocupado por camponeses/feirantes vindos das comunidades da zona rural do município, que ali concentram seus esforços na venda de produtos artesanais e hortaliças cultivadas em suas pequenas propriedades e quintais agroecológicos¹, geralmente colhidos na véspera. Nos outros dias, apenas feirantes residentes na sede do município permanecem em espaços externos e internos do mercado. Alguns são agricultores urbanos com produtos de suas hortas, produção de biscoitos, café, doces, temperos, entre outros. Outros, por sua vez, compram hortaliças de agricultores rurais que porventura se dirigem à cidade necessitando de dinheiro em espécie, e os oferecem à venda aos seus conterrâneos, correspondendo, assim, à figura do atravessador. É o caso de uma entrevistada, residente na cidade e dona de uma barraca no interior mercado, na qual vende hortaliças, doces, frutas e farinhas, comprados de agricultores locais e repassados por ela ao consumidor final.

Dentro do mercado encontra-se também o Restaurante Popular *Dona Áurea Evangelista*, que funciona durante a semana servindo refeições balanceadas e nutritivas a preços populares. O funcionamento do restaurante certamente traz um dinamismo ainda maior para o mercado, pois o estabelecimento é bastante frequentado por moradores da zona rural que se encontram na cidade por volta do meio dia e precisam almoçar. O movimento do restaurante popular é tão grande que seu espaço interno quase não comporta o número de pessoas que passam por ali diariamente.

¹ Conferir Diniz, Raphael Fernando; Tubaldini, Maria Aparecida dos Santos (2011).

A feira como espaço de socialização

Expressão cultural do povo (Ribeiro, 2007), a feira de agricultura familiar de Minas Novas também se constitui em espaço de encontro e socialização que, por consequência, “fortalece relações entre o meio urbano e rural” (Ribeiro, 2007). Segundo dados obtidos em entrevista com membros da Emater de Minas Novas, 292 feirantes, todos agricultores familiares, participam da feira, sinalizando sua importância para diversas pessoas que dela dependem como fonte de renda e possibilidade de inserção no mercado local.

Às 5h30min, os primeiros feirantes começam a chegar. Vindos, em sua maioria, de transporte coletivo disponibilizado pela prefeitura através do Projeto Feirante, os agricultores familiares trazem uma quantidade significativa de seus produtos a serem vendidos naquele dia. O espaço onde se encontram bancas vazias – na rua e no interior do galpão – vai sendo tomado por agricultores familiares, moradores da zona rural do município, visitantes e compradores que se interessam por produtos frescos e com qualidade. Muitos agricultores que não dispõem de transporte gratuito vão de carro, muitos deles alugados junto a um vizinho, amigo, conhecido ou parente para que possam fazer o trajeto de sua comunidade à feira. Outro meio de transporte utilizado pelos camponeses é o ônibus fornecido pela prefeitura municipal através do Projeto Feirante².

A diversidade de produtos é, certamente, um dos atrativos da feira de Minas Novas. Isso se deve, principalmente, a dois fatores: 1) a grande extensão da zona rural do município, que abrigou ao longo do tempo histórico dezenas de comunidades rurais, povoados e quilombos³; 2) a existência de microclimas, consequência do relevo repleto de chapadas, grotas, planalto, vales e reentrâncias, que favorecem a criação de condições climáticas específicas nas comunidades e possibilitam o cultivo de produtos que melhor se adaptam à essas condições; 3) a atuação do Programa Nacional de Fortalecimento

² Criado pelo então prefeito Geraldo Coelho no início dos anos 1990, esse projeto consiste basicamente na disponibilização de meios de transporte coletivos (ônibus e caminhões) a serem utilizados no deslocamento dos agricultores familiares em direção à feira ocorrida nos sábados. Esses ônibus percorrem parte da zona rural do município ainda de madrugada, e neles embarcam os agricultores que possuem algum produto a ser vendido. Sacolas, sacos, caixas, balaios, garrafas, tudo é levado pelos feirantes dentro do veículo, que descarregam seus produtos assim que chegam ao Mercado Municipal, entre 6hs e 7hs da manhã em sua maioria.

³ Segundo Jesus (2007), existem aproximadamente 110 comunidades rurais, povoados e vilas no espaço rural de Minas Novas

da Agricultura Familiar (Pronaf) na região e a organização de grupos de produção através de assistência técnica oficial, especialmente a Emater-MG⁴.

Tais fatores contribuíram para que houvesse certa “especialização” das comunidades no cultivo ou produção de determinadas culturas/produtos, favorecida pelas características climáticas, aptidões e interesses dos agricultores familiares.

Tabela 1:

Comunidades da zona rural de Minas Novas e seus principais produtos:

COMUNIDADES	CULTIVO OU PRODUTO NO QUAL SE DESTACA
Inácio Félix	Abacaxi
Buritis / Paraíso	Doces
Valverde / Buritis	Hortaliças
Carvalhães / Paudolinho	Leite, queijo e derivados
Cruzeira / Jenipapo	Leite, queijo e derivados
Granja Norte / Fanha	Leite, queijo e derivados
Santiago	Café
Coqueiro Campo	Artesanato
Quilombolas	Farinha, artesanato
Indaí	Laranja
Ribeirão dos Santos Acima	Farinha, rapadura, polvilho
Forquilha	Cachaça

São inúmeros os produtos levados à feira, mas podemos citar aqueles que mais se destacam. Dentre as horticulturas, predominam a alface, repolho, couve, cebola, alho, tomate, cenoura, abóbora, pimentão, chuchu, abobrinha, espinafre; temperos locais, como pimentas em conserva, urucum em pó ou *in natura*, salsinha, cebolinha; produtos do extrativismo local como mangaba e pequi, e o óleo de pequi também são comuns; feijão de corda e vagens, que constituem importantes componentes da dieta regional em Minas Novas e estão fartamente presentes na feira.

Também estão presentes na feira farinhas de mandioca, polvilho, queijos, rapaduras, doces, cachaça e fumo de corda. Frutas de diversas variedades também são vendidas, destacando-se a laranja, a banana e o mamão. Animais vivos, como porcos e galinhas, são comercializados, sendo que muitos dos

⁴ O trabalho da Emater-MG com as comunidades rurais do município de Minas Novas é apresentado por Jesus (2007).

compradores os adquirem para que sejam consumidos dentro de poucos dias. Roupas, acessórios e calçados também são oferecidos aos frequentadores, tanto em bancas permanentes, localizadas junto ao passeio, como nas ruas próximas ao mercado. Sacolas, balaios, garrafas, sacos, caixotes e potes são utilizados para facilitar o carregamento dos produtos e, muitas vezes, são retirados do caminhão com alguma dificuldade, devido ao seu peso e a sua quantidade, e prontamente colocados nas bancas. Antes mesmo do início da feira, as bancas já se encontram em suas posições, uma ao lado da outra, na parte interna do mercado e no passeio da rua Inocência Leite.

Os agricultores que não possuem bancas não se incomodam em sentar no chão e expor seus produtos ao seu lado – banana e mandioca se destacam –, sobre um pano ou pedaço de sacola. É no espaço da rua, onde normalmente circulam carros, motocicletas e outros meios de transporte, que a feira toma vida com o movimento dos compradores, visitantes e feirantes.

Se a diversidade de produtos na feira impressiona, assim também é a movimentação de pessoas que ela produz. A partir das 6h, a circulação de pessoas no local aumenta progressivamente devido ao interesse dos compradores em obter produtos frescos e “pouco revirados”. Caminhões e ônibus continuam a chegar, parando na parte baixa e plana da rua perpendicular, trazendo pessoas de longe que certamente acordaram muito cedo para estarem ali. O período de maior movimento da feira de Minas Novas é entre as 6h e as 9h30 da manhã. Justamente por concentrar a chegada dos agricultores nesse período, a quantidade de pessoas que se aproximam com o intuito de fazer sua compra semanal é maior nesse curto espaço de tempo. Os produtos descarregados são prontamente expostos para os compradores nas bancas, nos sacos ou no chão.

Entre as 9h30min e as 12h, aproximadamente, o movimento começa a decair, fenômeno que ocorre devido a alguns fatores, tais como:

a) *Venda de todos os produtos trazidos pelos feirantes logo pela manhã.* Com o dinheiro em mãos, eles rapidamente se dirigem aos estabelecimentos comerciais da cidade, objetivando realizar a compra de mantimentos, produtos de higiene pessoal e de limpeza, entre outros, que são somente encontrados no comércio urbano. Finalizada a compra, os agricultores retornam ao local onde o seu meio de transporte se encontra estacionado, em sua maioria os ônibus, a fim de retornar às suas casas levando os produtos adquiridos com o dinheiro da feira.

b) *Queda na qualidade dos produtos.* Uma vez que os agricultores familiares chegam ao local da feira muito cedo, os melhores produtos oferecidos por eles (os mais saudáveis e frescos) são rapidamente vendidos. Muitos dos

produtos restantes se encontram, por consequência, “revirados”, amassados ou não apresentam suas características originais. Tal situação contribui para a queda nos preços desses produtos, visto que suas qualidades não são as mesmas daquelas desejadas, evidentes no início da manhã.

O pagamento na feira é sempre feito à vista, fato que agrada aos feirantes, pois com o dinheiro em mãos eles podem se dirigir ao comércio local e comprar os artigos de que necessitam.

A movimentação de pessoas e dinheiro, gerada pela feira de agricultura familiar, afeta diretamente a dinâmica do comércio de Minas Novas. Não podemos deixar de ressaltar que a complexidade da feira livre vai além da troca e venda de produtos rurais, do simples ato de se dirigir a um local, vender ou comprar produtos. Reconhecemos que as aspirações de consumo que dizem respeito às necessidades básicas dos atores sociais envolvidos na feira são certamente atendidas durante sua realização, uma vez que os agricultores se sentem satisfeitos em comprar o que necessitam utilizando o dinheiro recebido poucos minutos antes. No entanto, cabe-nos refletir sobre como as práticas de consumo contribuem para transformar e construir novos espaços urbanos e rurais de Minas Novas.

A feira e o comércio urbano: o fluxo mantenedor

Em entrevista com membros de comunidades rurais e em trabalho de campo realizado na feira, constatou-se que todos os agricultores que vendem seus produtos utilizam o dinheiro adquirido, no mesmo dia, para a compra de artigos manufaturados, assim que deixam o Mercado Municipal. A maioria dos agricultores/feirantes entrevistados gasta o dinheiro obtido em diversos estabelecimentos da cidade, tais como: supermercados, açougues (no andar térreo do mercado existe um deles, cujo movimento aumenta consideravelmente em dia de feira), lojas de roupas e calçados, padarias, mercearias, salões de beleza, entre outros.

Somente na Rua Inocência Leite, onde está localizado o Mercado Municipal de Minas Novas, existem cinco estabelecimentos comerciais que também abrem aos sábados: *Padaria O Pão Nosso*, *Açougue do Nelson*, *Açougue do Darla*, *Belíssima Modas* e *Mercadinho Opção*. Todos eles registram aumento em seu movimento nos dias da feira.

A proprietária da Padaria *O Pão Nosso*, por exemplo, afirma que a circulação de pessoas em seu estabelecimento, bem como o número de vendas de pão de queijo, café, leite, cachaça, conhaque, cerveja e salgados,

eleva-se consideravelmente aos sábados, chegando, tal aumento, a mais de 50%. Segundo ela, esse movimento é diretamente impulsionado pelo fluxo de pessoas que estão na feira, que eleva o dinamismo econômico no comércio urbano da rua Inocência Leite e demais ruas próximas ao centro. Segundo a proprietária, os dias de feira são muito especiais para o seu comércio, pois ela reúne pessoas da cidade, da zona rural, visitantes e turistas. O mesmo ocorre com os dois açougues, a loja de roupas e o mercadinho situado em frente ao Mercado Municipal, onde se formam longas filas de feirantes que compram roupas, acessórios, mantimentos, biscoitos, enlatados, arroz, feijão, macarrão, óleo, entre outros produtos.

Fica claro que a feira de agricultura familiar de Minas Novas não constitui somente um momento de troca de mercadorias, cuja finalidade encontra-se em si mesma. Seu espaço e tempo limitados não impedem que outras trocas comerciais diferentes daquelas realizadas no mercado, porém resultantes da feira, materializem-se no comércio urbano local. Entende-se que suas fronteiras ultrapassam os limites das bancas, do mercado e da rua.

Certamente, a feira de Minas Novas mantém uma complexa rede relações entre atores sociais, meios de produção e capital, que juntos dinamizam e fortalecem a economia local, colocando aos que se propõem a entendê-la importantes questões sobre o rural e o urbano contemporâneos. Ribeiro (2005:12) aponta que a circulação de capital resultante da feira possibilita a ampliação dos postos de trabalho na cidade, visto que as trocas comerciais no comércio local contribuem para a distribuição e o “efeito multiplicador” do dinheiro, permitindo aos proprietários de estabelecimentos aumentar seus investimentos e contratar pessoal. Os próprios habitantes da cidade, por sua vez, dão novo destino a esse dinheiro através de suas compras feitas na feira.

Esse fenômeno multiplicador se apresenta como componente extremamente necessário, segundo o referido autor, para a criação e manutenção de um “círculo virtuoso de crescimento” (Ribeiro, 2005:12) dentro do município. Esse ciclo virtuoso seria caracterizado, por excelência, como um movimento que não permite a fuga de recursos oriundos de atividade econômica (no caso, a feira de agricultura familiar) para outros locais ou cidades. Dessa forma, o lucro obtido na feira é todo ele difundido no comércio urbano de Minas Novas. O autor sintetiza esse processo ao afirmar que

esta circulação de dinheiro conduz à geração de postos de trabalho no meio urbano, distribuindo renda que posteriormente será, em parte, revertida para aquisição de produtos básicos na feira. Assim possibilita a realização do efeito multiplicador do dinheiro por circular internamente no município, gerando postos de trabalho e diversificação

de fontes de renda, evitando que os recursos monetários se esvaíam imediatamente para regiões de maior dinamismo econômico, das quais importam produtos. (Ribeiro, 2005:12)

A feira de agricultura familiar constitui, pois, um fenômeno essencial para a manutenção do dinamismo econômico de Minas Novas, e seus aspectos perceptíveis ao observador comum (movimentação de pessoas, meios de transporte, compra e venda) são responsáveis pela criação de fluxos econômicos nos quais se baseia: a economia, cultura e sociedade locais.

A dinamicidade da feira é parte integrante da economia local, mantida pelos esforços de vários tipos de atores sociais (compradores, feirantes, organizadores, visitantes, poder público) e alimentada por um fluxo de trocas comerciais e práticas sociais que permitem sua manutenção. Sinteticamente, observamos que seu fluxo mantenedor é sustentado pela ação dos atores sociais em diferentes momentos ou situações: 1) venda de produtos; 2) compra de manufaturados por parte dos agricultores; 3) movimentação do comércio; 4) investimentos feitos por comerciantes; 5) disponibilidade de emprego e renda para moradores da zona urbana; 6) compra dos produtos da feira por parte dos moradores da cidade.

O fluxo, que poderia ter como ponto inicial qualquer um dos momentos acima destacados, apresenta a seguinte configuração:

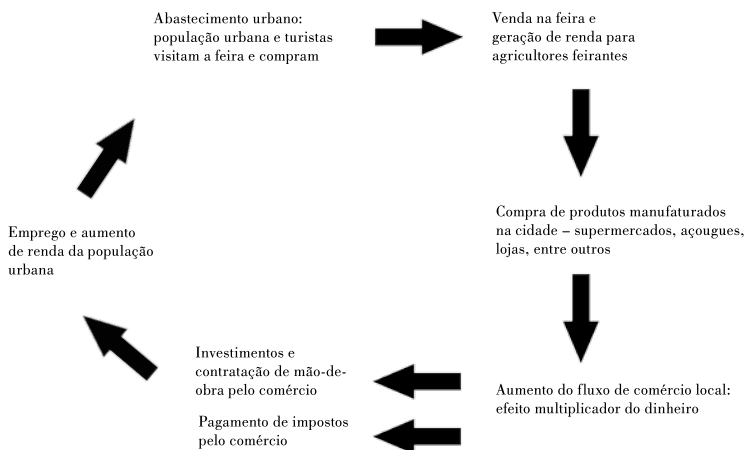


Figura 1: O fluxo mantenedor da feira. Formulado a partir de Ribeiro (2005)

O esquema acima proposto demonstra o dinamismo que a feira traz em seu cerne, bem como os impactos, em curto e em longo prazo, das aquisições realizadas pelos feirantes na cidade. A intensidade com que o fluxo exposto se realiza dentro da dinâmica econômica de Minas Novas também depende, além da disponibilidade de capital por parte dos compradores, de fatores climáticos sazonais. Entre os meses de setembro e março, as condições climáticas permitem uma produção de alimentos mais intensa devido à alta disponibilidade de água como consequência do período chuvoso. Nesse sentido, os tipos de produtos e as quantidades ofertadas sofrem variação ao longo do ano devido a sazonalidade, alterando o fluxo de capital da feira. Entretanto, o movimento persiste ao longo de todo o ano.

A feira de Minas Novas constitui legítimo exemplo de como as relações entre o rural e urbano têm se materializado na contemporaneidade. Como bem afirma Wanderley (2000:96), os meios, urbano e rural, tendem inevitavelmente a seguir caminhos que levam à *complementaridade*, permitindo a criação de cenários em que ambos os espaços possam sobreviver sem a necessidade de se excluírem mutuamente. A feira como movimento cultural, social e econômico, situa-se em posição privilegiada, para além das possíveis – porém insustentáveis – fronteiras que tendem a separar desenvolvimento urbano e rural.

Considerações Finais

A feira da agricultura familiar de Minas Novas certamente apresenta significados e representatividades importantes dentro da cultura local, constituindo um espaço de identidade e de mercado curto⁵ para captação da produção das comunidades rurais presentes no município. Como lugar de encontro, representa também espaço de convivência e circulação de pessoas em um curto período de tempo. Além disso, firma-se como um espaço de relações econômicas diretas e indiretas, por agrupar pessoas de várias regiões do município com interesses de consumo diversos e também por movimentar o comércio e a cidade como um todo.

⁵ Utilizamos aqui a definição fornecida pelo Leader – Programa Ligações Entre Ações do Desenvolvimento da Economia Rural, lançado no início dos anos 1990 e implementado em territórios rurais da União Europeia. O Leader trabalha com projetos de expansão e melhoria dos serviços públicos e privados oferecidos a população rural.

A feira da agricultura familiar de Minas Novas constitui, certamente, a materialização das relações existentes entre campo e cidade no município, criando um espaço de comércio regular, alimentado por um mercado curto, fruto de transformações⁶ recentes ocorridas nos espaços rural e urbano daquele município. Foi nosso objetivo, neste trabalho, demonstrar tal realidade.

Vários são os autores que dedicam seus estudos ao impacto que feiras de agricultura familiar causam em pequenos municípios. Ribeiro, Calixto e Silvestre (2005) ressaltam que as mesmas permitem o “fortalecimento da relação entre o meio urbano e rural, com abastecimento urbano e imediata aquisição de bens no comércio por feirantes, o que causa grandes impactos nas vendas” (Ribeiro *et al*, 2005:2). Ampliamos o pensamento econômico dos autores, afirmando que a feira permite ainda o movimento do comércio da cidade e a valorização dos atributos culturais da localidade.

O abastecimento interno brasileiro de produtos agrícolas advém, em sua maioria, da agricultura familiar praticada em pequenas propriedades. A falta de investimentos e a escassa disponibilidade de crédito em áreas de agricultura familiar demonstram, nesse sentido, certa incongruência entre a realidade e aquilo que deveria ser realizado a fim de permitir maior valorização e ampliação da produção dos agricultores familiares. Acreditamos que a criação de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar poderia amenizar tais problemas, fornecendo subsídios aos trabalhadores, incentivo à comercialização de seus produtos ou auxiliando na criação de feiras livres como estratégia de reprodução da agricultura familiar. Essas ações sinalizam, certamente, um novo tempo para nossas ruralidades.

Nesse sentido, é preciso pensar em que situação se encontra a agricultura familiar do município de Minas Novas, em qual sentido a “voracidade” da globalização a modifica, como a feira de agricultura familiar possibilita a permanência e sobrevivência dos camponeses na zona rural e qual seu impacto sobre as relações entre o rural e o urbano. Além disso, não podemos negar que as relações interpessoais entre os atores sociais que vivem nesses espaços também são modificadas.

A identificação de atores sociais no espaço rural e urbano nos indica que, em última instância, todos dependem uns dos outros para que possam continuar existindo e modificando seu espaço. Ou seja, mesmo que não se trate de uma relação explícita, a lógica de produção e organização desses dois espaços se baseia amplamente na interdependência entre urbano e rural.

⁶ Dentre elas, destacam-se também as transformações realizadas a partir de ações sociais e projetos financiados pelo Estado, alavancados pelo PMDRS (Programa Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável) em Minas Novas.

Referências bibliográficas

- BONDÍA, Jorge Larrosa; *Notas sobre a experiência e o saber de experiência*; Universidade de Barcelona, Espanha; 2002.
- CHAYANOV, Alexander V., Rússovich, Rosa María. *La Organización de la unidad econômica campesina*. Buenos Aires, Argentina; 1974.
- DINIZ, Raphael Fernando, TUBALDINI, Maria Aparecida dos Santos. *O uso da biodiversidade local e da agroecologia na recuperação de áreas degradadas em territórios de quilombolas nos municípios de Minas Novas e Chapada do Norte, Vale do Jequitinhonha, /MG*. Ateliê Geográfico, agosto/2011.
- GRAZIANO DA SILVA, J. *O novo rural brasileiro*. In: Nova Economia, Belo Horizonte, v.7, n.1, maio 1997.
- JESUS, Geraldo Agostinho de; TUBALDINI, Maria Aparecida Santos; *Agricultura camponesa/familiar e ação do Estado (PRONAF) no Vale do Jequitinhonha-MG: o caso de Minas Novas*. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Geografia; 2007.
- LIMA, Gerson Diniz; *Os Agricultores Familiares Camponeses das Comunidades Quilombolas de Macuco e Pinheiros / Minas Novas – MG*. Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.
- RIBEIRO, Eduardo Magalhães; Galizoni, Flávia Maria; Silvestre, Luiz Henrique Aparecido; Calixto, Juliana Sena; Assis, Thiago de Paula; Ayres, Eduardo Barbosa; *Agricultura familiar e programas de desenvolvimento rural no Alto Jequitinhonha*; Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 45, 2007.
- RIBEIRO, Eduardo Magalhães; CASTRO, Boaventura Soares; Silvestre, Luiz Henrique; Calixto, Juliana Sena; Araújo, Daniel Prado; Galizoni, Flávia Maria; Ayres, Eduardo Barbosa; *Programa de apoio às feiras e à agricultura familiar no Jequitinhonha mineiro*; Revista Agriculturas, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, 2005.
- RIBEIRO, Eduardo Magalhães; Galizoni, Flávia Maria; Silvestre, Luiz Henrique; Assis, Thiago Rodrigo. *Agricultura Familiar, Cultura Local e Políticas Públicas: o caso dos lavradores do Alto Jequitinhonha*; In: XI Seminário sobre a Economia Mineira, 2004, Diamantina. Anais do XI Seminário sobre a Economia Mineira. Diamantina: Cedeplar/UFMG, 2004. v. 1.
- RIBEIRO, Eduardo Magalhães; Silvestre, Luiz Henrique; CALIXTO, Juliana Sena. *Mercados locais e políticas públicas para a agricultura familiar: um estudo de caso no município de Minas Novas, MG*. In: XLIII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2005, Ribeirão

- Preto. Anais do XLIII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. Ribeirão Preto : SOBER, 2005. v. 1.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel; *A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo*; Estudos Sociedade e Agricultura, número 15; Outubro 2000.
- WOORTMANN, Ellen F. *Herdeiros, parentes e compadres: colonos do sul e sitiantes do nordeste*. Edunb; Brasília, D.F.: 1995.

4. Associativismo quilombola: a luta pelos múltiplos usos do território

Gisele Oliveira Miné

Ludimila De Miranda Rodrigues

A existência de uma imensa diversidade sociocultural no Brasil é acompanhada por uma multiplicidade de usos e modos de viver o espaço. Os chamados povos tradicionais, “terras de preto, terras de santo e terras de índios”, além de outras formas territoriais mantidas pelas comunidades de caboclos, caipiras, pescadores artesanais, sertanejos e extrativistas compõem essa diversidade e mantêm relações diferenciadas com o território em relação à sua gestão pelo Estado (Litter, 2005). As afirmações étnico-raciais que vêm se consolidando no Brasil há décadas estão relacionadas ao questionamento desses grupos sociais quanto às formas hegemônicas de construção histórica da cidadania, democracia e, sobretudo, de suas condições subalternas em relação à sociedade em geral.

Nesse sentido, a construção política da identidade quilombola tem sido fundamental no atual contexto brasileiro, no que tange às reivindicações específicas voltadas para esses grupos, como programas/projetos específicos que promovem a melhoria das suas condições de vida. Dentre as mais importantes demandas desses grupos associados, podemos citar: a regularização da propriedade da terra que ocupam – para preservação dos recursos e dos marcos socioespaciais importantes para reafirmação da identidade e da cultura – além de programas e projetos capazes de promover o desenvolvimento rural, possibilitando, assim, melhores condições de vida.

Atualmente, a maioria das comunidades quilombolas em todo Brasil permanece com pouco poder econômico e a ausência da posse da terra, o que tem dificultado a reprodução social e ameaçado a sua existência cultural, a qual já não apresenta muitos resquícios de seu passado tradicional. E como afirma Anjos (2004:2),

[...] no Brasil os remanescentes de antigos quilombos, mocambos, comunidades negras rurais, quilombos contemporâneos ou terras de preto referem-se a um mesmo patrimônio territorial e cultural inesti-

mável e em grande parte desconhecido pelo Estado, pelas autoridades e pelos órgãos oficiais.

As identidades étnico-raciais, sobretudo as dos povos quilombolas, estavam até então circunscritas no plano prático da vida cotidiana. A sistematização dessas identidades, elevando-as a um nível político, intensificou-se a partir da Constituição Federal de 1988 com a construção de políticas públicas voltadas para esse segmento¹. Com isso centenas de comunidades quilombolas em todo território brasileiro começaram a se organizar politicamente, principalmente por meio de associações comunitárias. Nas áreas rurais do Vale do Jequitinhonha/MG é possível verificar inúmeras comunidades quilombolas organizadas em associações que reivindicam para si políticas próprias.

O reconhecimento jurídico dos povos quilombolas e a garantia de direitos levou a autodeclaração das comunidades quilombolas produzindo, de acordo com Arruti (1997:22), uma série de mudanças relacionais desses grupos com o meio externo – populações vizinhas, poderes locais e do Estado – e mudanças nas relações internas como o estabelecimento de fronteiras e lideranças comunitárias, o resgate de elementos culturais compartilhados entre os membros e que estivessem ligados a identidade étnico racial: grupos de congado, de dança, resgate de músicas, cantigas, histórias/“causos” e outras práticas culturais que começaram a ser (re)inventadas² e sistematizadas.

O objetivo deste trabalho é discutir a emergência da organização política quilombola como estratégia de inclusão social na perspectiva de compreender: as conquistas alcançadas pela associação comunitária quilombola no Vale do Jequitinhonha; a associação enquanto instrumento mediador das relações entre as populações quilombolas e o Estado; os projetos desenvolvidos pela associação quilombola e a sua coerência com a lógica e os modos de vida locais. Dessa forma, pretende-se entender os múltiplos papéis assumidos pelas associações, buscando evidenciar também os saberes locais e o desenvolvimento rural potencializado pelos projetos adquiridos por meio das

¹Artigo 68 da Constituição Federal de 1988, foi atribuído, “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

² O processo de reconhecimentos dos direitos dos povos quilombolas promoveu uma onda de resgates de antigas práticas culturais relacionadas à identidade negra e ressignificadas em função do atual contexto político. Vale ressaltar que no presente estudo de caso, tais práticas se referem a reconstituições fundamentadas, principalmente pelos moradores mais antigos das comunidades e não a construções culturais abstratas desarticuladas as práticas culturais desses autores com seus territórios.

associações comunitárias quilombolas em algumas comunidades do Vale do Jequitinhonha.

A emergência da identidade étnico-racial

A noção de grupo étnico remete ao seu significado que em grego se refere “ao grupo de pessoas de mesma raça ou nacionalidade que apresentem cultura comum e distinta” (Arruti, 1997:25). Tal noção se tornou incapaz de explicar os grupos sociais diante da não existência de traços culturais primordiais. Assim, utiliza-se, neste artigo, o conceito de grupo étnico defendido pelo sociólogo Barth (1969), “que distingue o conceito de grupo étnico de qualquer significado cultural inerente, para vê-lo como uma entidade social que emerge da diferenciação estrutural de grupos em interação” (Arruti, 1997:26).

Ao discorrer sobre identidade étnica, Guimarães (2009) aponta a existência de duas perspectivas teóricas importantes sobre o assunto, as primordialistas e as instrumentalistas. Para os autores que defendem a primeira corrente, as identidades étnicas seriam marcadas por elementos fixos e objetivos através de laços culturais herdados geneticamente ou historicamente. Já os teóricos instrumentalistas enfatizam as identidades étnicas como veículo de mobilização política, artificialmente criada para alcançar determinados fins. A mesma autora ressalta que ambas apontam para dimensões constitutivas das identidades étnicas de forma correlacionada, de forma que:

(...) a etnicidade pressupõe trajetória histórica, a qual é influenciada por diversos fatores do contexto social, econômico e político mais amplo e uma origem, no sentido de uma experiência primária individual, que está traduzida em saberes e narrativas dos quais (os membros) se acopla. (Oliveira Filho, 1999 apud, Guimarães, 2009:4)

Cabe ressaltar que a identidade étnica não é um dado fixo. Para Guimarães (2009), os limites e conteúdos culturais existentes em cada grupo étnico podem mudar ao longo do tempo, apesar da dicotomia entre os membros e os não membros permanecer. Isso porque os próprios grupos selecionam os seus traços culturais, sejam baseados nas suas histórias, lembranças e memórias, ou em elementos do contexto social presente. Nessa perspectiva, Munanga (2004:14) afirma que a “etnia não é uma entidade estática”, pois os conteúdos culturais são dinâmicos (re)definidos a partir de interações e dos contextos sociais. Assim, Guimarães (2009:83) ressalta que

o reconhecimento da vigência de tais processos não deve ser confundido com o debate da autenticidade de tais grupos étnicos, que parte da suposição que os grupos étnicos – tais como os encontramos hoje – sempre existiram, sendo anteriores à formação dos Estados nações. Contudo, os atores sociais do presente são resultado de processos socio-culturais que se desenvolvem no tempo, ou seja, são sujeitos históricos.

Desse modo, diversas comunidades e povos quilombolas existentes no Brasil podem se diferenciar nos aspectos culturais, históricos, religiosos selecionados para constituírem suas identidades, mas esses mesmos povos se identificam na luta por melhores condições de vida, pois estão inseridos numa mesma condição sócio-histórica nacional de marginalidade. Essa identidade política é uma identidade unificadora construída em busca de propostas transformadoras da realidade quilombola. Sobre as relações estabelecidas entre as comunidades quilombolas e o Estado, Guimarães (2009:82) ressalta que a

(...) emergência de identidades étnicas politizadas não leva necessariamente à construção de sujeitos étnicos homogêneos que se caracterizariam por sua situação e diferença radical ao restante da sociedade nacional na qual vivem, e por sua negação de todos os elementos da modernidade ocidental, o que os colocaria em posição de oposição e resistência perante o Estado nacional em que vivem.

Tais grupos não reivindicam a manutenção imutável dos seus modos de vida e a permanência dos aspectos culturais em oposição à sociedade nacional ou global, mas sim acabar com a situação de exclusão e o estabelecimento de um diálogo mais horizontal com o Estado, de modo que tais populações possam se beneficiar com programas e projetos que melhorem as suas condições de vida.

Comunidade e associações

Nas áreas rurais do Vale do Jequitinhonha, diversas comunidades quilombolas encontram-se organizadas politicamente em associações. Os laços comunitários marcados pela vizinhança, amizade, compartilhamento de ideias e valores já existiam entre as populações rurais do Vale do Jequitinhonha antes da existência das associações. Tais características preexistentes no Vale do Jequitinhonha vão de encontro com o termo conceitual de comunidade proveniente da sociologia. Para Fichter (1973:155), o conceito de comunidade

pode ser entendido, “como um grupo territorial de indivíduos com relações recíprocas que servem de meios comuns para lograr fins comuns”. Nessa perspectiva, a comunidade pode ser entendida também como uma relação social marcada pelo sentimento subjetivo de afetividade e cooperação entre os comunitários.

Sobre a subjetividade nas relações comunitárias, Weber (1973) afirma ser “a comunidade uma relação social inspirada no sentimento subjetivo (afetivo/tradicional) dos partícipes na constituição do todo”. Para esses autores, a comunidade tende a ser um sistema mais forte e efetivo enquanto existe em pequenas vilas distantes das complexidades e da especialização urbana e, nesse aspecto, as comunidades quilombolas do Jequitinhonha são marcadas por esses traços conceituais colocados. Esse sentimento de *comunidade* motivou a construção de inúmeras associações comunitárias no Vale do Jequitinhonha – caminho necessário para o estabelecimento de diálogo com o Estado, no que tange às demandas dos quilombolas – e, posteriormente, a reivindicação do título da terra e políticas públicas que levem o desenvolvimento rural para essas áreas.

A atuação das comunidades eclesiais de base³ (CEB's) no Vale do Jequitinhonha também foi de grande relevância para a organização dos grupos rurais, pois ela despertou nas populações a necessidade da organização política e a consciência de suas condições precárias de vida. É nesse cenário que surgem as associações e o sentimento de *comunidade cívica*. Para Fernandes (2000:71) “comunidade cívica pode ser caracterizada idealmente como um espaço político-territorial-circunscrito (delimitado), composto de cidadãos dispostos e capazes de participar da vida pública em suas diversas dimensões”. Assim, pode-se concluir que a intensificação dos laços comunitários já existentes somados a atuação das CEB's no Jequitinhonha, levou à organização política dessas comunidades e, posteriormente, à autodeclaração das mesmas como quilombolas.

As relações comunitárias e a organização política em associações (primeiramente comunitárias e, posteriormente, comunitárias quilombolas⁴) no

³As Comunidades Eclesiais de Base (CEB) são comunidades ligadas à Igreja Católica que, incentivadas pelo Concílio do Vaticano II (1962-1965), espalharam-se principalmente nos anos de 1970 e de 1980 no Brasil e na América Latina. Consistem em comunidades reunidas geralmente em função da proximidade territorial, compostas principalmente por membros das classes populares, vinculadas a uma igreja, cujo objetivo é a leitura bíblica em articulação com a vida.

⁴Inicialmente, as associações comunitárias deste estudo constituíam formas organizativas criadas para atender diversas reivindicações, sobretudo aquelas relacionadas à agricultura familiar. A partir de 1988, com o reconhecimento dos direitos dos

Vale do Jequitinhonha possibilitaram aos quilombolas o direcionamento de diversas políticas públicas para os seus territórios. Destacam-se os projetos de fortalecimento da agricultura familiar, a valorização dos saberes tradicionais e do saber fazer local.

Desenvolvimento rural e a valorização cultural

O Vale do Jequitinhonha foi, até a década de 1980, marcado pelo desenvolvimento de projetos agrícolas produtivistas (e em sua maioria) desarticulados com a lógica dos modos de vida da população local e do meio ambiente. A organização política das associações comunitárias quilombolas permitiu a construção de projetos mais coerentes com a realidade local e a participação da população no processo de elaboração dos mesmos.

De acordo com Ribeiro e Galizoni (2010:239-240), a população rural do Jequitinhonha organizou, ao longo do tempo, sistemas produtivos adaptados ao meio e às suas condições materiais com base em três pilares: o trabalho familiar; com um amplo conhecimento da natureza “que permite o que coletar, onde plantar, como utilizar os recursos naturais disponíveis”; e no uso comunal dos recursos naturais, sobretudo a água e as áreas férteis. Essa relação interativa que as populações mantêm com o ambiente permite um amplo conhecimento sobre a dinâmica do meio e sobre os sistemas produtivos, ao contrário do sistema agrícola capitalista – que objetiva a produtividade a partir da adaptação do meio para alcançar determinados fins –, o agricultor familiar observa o meio para depois decidir o que plantar.

Diante desse sistema de organização social, percebeu-se que os vários projetos desenvolvidos pelas associações quilombolas da área rural do Vale do Jequitinhonha se desdobraram em benefícios às comunidades, aumentando a produção, melhorando a renda familiar, aquecendo o comércio local e as feiras livres. Tal contexto é um reflexo do aumento da diversidade na produção agrícola familiar: farinhas de milho e mandioca, polvilho, mel, rapadura, açúcar-mascavo, cachaça, requeijões, hortaliças, artesanato etc. e na valorização das práticas culturais a partir do autorreconhecimento dos povos quilombolas: religiosidade, danças, músicas, “causos” etc.

No intuito de compreender os reflexos da atuação das associações comunitárias quilombolas no Vale do Jequitinhonha, apresentam-se abaixo

povos quilombolas, tais associações passaram a adotar a definição quilombola em seu registro. Estas, por sua vez, contêm um viés mais político e cultural.

alguns exemplos desse processo. As associações e comunidades citadas nesse estudo e visitadas em trabalho de campo são: em Minas Novas: Associação União Quilombola de Macuco (Pinheiro, Macuco, Mata Dois e Gravata 1) e Associação Comunitária do Quilombo (Quilombo e Santiago); em Chapada do Norte: a Associação Comunitária União Quilombola de Moça Santa (Córrego Santa Rita, Moça Santa, Paiol e Córrego das Gamelas), todas elas localizadas no Alto e Médio Jequitinhonha.

A Associação Comunitária União Quilombola de Macuco congrega quatro comunidades quilombolas no município de Minas Novas: Pinheiros, Macuco, Mata Dois e Gravatá 1.⁵ Segundo o título de reconhecimento emitido pela Fundação Cultural Palmares (FCP) no ano de 2006, apenas a comunidade Macuco está reconhecida como remanescente de quilombo. Entretanto, a associação, fundada no ano de 1996, reconhece em seu estatuto todas as outras três comunidades como quilombolas. Além disso, o estatuto previa ainda a necessidade de uma Tenda de Farinha na comunidade (Figura 1), na qual desde os processos de produção até a venda dos produtos são realizados de forma coletiva entre os membros associados (que desejam participar dessa atividade) sendo os benefícios distribuídos de forma equitativa. Outro projeto desenvolvido no âmbito dessa associação quilombola é o de valorização das sementes crioulas, que já eram guardadas pelos agricultores familiares dessa região.



Figura 1: Tachos de torrefação da Associação Quilombola de Macuco.

⁵Há que se destacar a existência de duas comunidades quilombolas Gravatá: uma pertencente ao município de Minas Nova, Gravatá 1, e outra ao município de Chapada do Norte, Gravatá 2.

As sementes crioulas também se constituem em uma prática mais comum nas comunidades quilombolas do Jequitinhonha após a organização política por meio dessas comunidades. Isso ocorre porque, junto à politização dos membros, criou-se uma conscientização sobre a importância dos saberes locais para a melhoria da qualidade nos alimentos consumidos e produzidos pela população. As sementes crioulas são adaptadas aos ambientes locais, não possuem composição química e são mantidas e repassadas por gerações de forma tradicional, o que permite a valorização dos costumes e, sobretudo, da biodiversidade e da qualidade das plantas cultivadas.

Já na porção sul do município de Minas Novas, onde a taxa de umidade é mais elevada, com a presença de muitas nascentes e uma mata de transição entre Cerrado, Mata Atlântica e Caatinga, os projetos desenvolvidos nas associações fazem uma interlocução com a biodiversidade local. Desde 2008, a associação desenvolve o Projeto Bio Jóias, no qual as mulheres das comunidades associadas, partindo da biodiversidade local, de sementes, cascas e madeiras encontradas nas matas e na própria produção agrícola, produzem brincos e colares, os quais, no início do projeto, eram vendidos nas feiras de Capelinha e dentre outras feiras que as mulheres participavam. Contudo, devido à dificuldade de se manter no campo e da própria comercialização dessa mercadoria, muitas jovens envolvidas nesses projetos foram para fora trabalhar com o café ou outras atividades urbanas, deixando o projeto estagnado nos últimos anos.



Figura 2: Sede da Associação Comunitária União Quilombola.

A criação das associações comunitárias em vários quilombos no Vale do Jequitinhonha permitiu desenvolver projetos voltados tanto para o desenvolvimento rural, como os demonstrados acima, como para o desenvolvimento de atividades culturais, de forma a promover uma valorização da identidade étnico-racial dos povos quilombolas e a intensificação dos laços comunitários afetivos, que se desdobram numa valorização dos saberes locais.

Desse modo, é possível verificar a presença de vários grupos culturais nessas comunidades como o Curiango em Moça Santa (figura 5), Grupo de Tambor da Comunidade Cuba (figura 6) e diversas outras manifestações culturais. Vale ressaltar que, buscando uma troca de experiências, tanto culturais quanto políticas, na forma das associações, esses núcleos quilombolas promovem alguns encontros festivos que possibilitam essa maior articulação entre eles, como ocorreu na Comunidade Córrego dos Alves em outubro de 2009 (figura 7).



Figura 3: Exposição do Projeto Bio Jóias no I Encontro Regional de Comunidades Quilombolas do Vale do Jequitinhonha – Minas Novas (junho/2009).



Figura 4: Vista de um cafezal e da Mata Nativa da Comunidade de Santiago ao fundo.



Figura 5: Apresentação do Grupo de Curiango de Moça Santa na sede da Associação na própria comunidade.



Figura 6: Grupo de Tambor da Comunidade Cuba, em apresentação no encontro de comunidades quilombolas na comunidade de Córrego dos Alves.



Figura 7: Encontro de Comunidades Quilombolas na comunidade de Córrego dos Alves. Chapada do Norte.

O I Encontro Folclórico do Porto dos Alves, ocorrido em outubro de 2009 no espaço da escola da comunidade Córrego dos Alves foi organizado pelas próprias comunidades quilombolas da região, incluindo Moça Santa, Cuba, Poções e Porto dos Alves. O objetivo do encontro, segundo os organizadores, era possibilitar um momento de interação e trocas culturais entre as comunidades e os grupos de dança que participaram da Festa de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos realizada na sede municipal. Para viabilizar a locomoção dos grupos para Porto dos Alves, a prefeitura municipal disponibilizou o ônibus escolar para o evento. Num primeiro momento, houve uma socialização dos grupos onde os jovens e adultos que participavam dos grupos de dança trocaram experiências e ideias sobre a forma de dançar, vestir e tocar as cantigas. O evento contou com a apresentação dos grupos “Roda de Alves e Poções”, que integra as comunidades de Porto dos Alves e Poções, o “Curiango” de Moça Santa e “Grupo de Dança de Cuba” da comunidade de Cuba se apresentaram, além do leilão, farofada e o forró, elementos intrínsecos das festividades realizadas na região. Tal encontro expressou a força e a representatividade cada vez maior desses grupos, fortalecidos principalmente pela arte, dança, música, artesanato, dentre outras expressões culturais dos grupos quilombolas do Vale do Jequitinhonha.

Considerações finais

A organização política dos povos quilombolas, que vêm se consolidando no Brasil desde a década de 1980, está relacionada ao questionamento desses grupos sociais às formas hegemônicas de construção histórica da cidadania, democracia e, sobretudo, de suas condições subalternas em relação à sociedade em geral. Tal construção, refletida na identidade quilombola, foi e tem sido fundamental às reivindicações específicas voltadas para a melhoria de vida desses grupos. É por meio da associação comunitária que os quilombolas têm reivindicado programas e projetos específicos de desenvolvimento rural, valorização cultural e titulação de suas terras.

Nesse sentido, vale destacar o papel dos Centros de Referência da Cultura Negra, construídos por projetos governamentais em parceria com algumas empresas privadas, como o lugar de encontro desses grupos para dialogarem sobre seus problemas e a sua realidade, ensaios dos grupos culturais, cursos, palestras, dentre outras atividades coletivas que auxiliam no fortalecimento da luta quilombola para efetivação dos seus direitos e de sua própria identidade quilombola.

Contudo, faz-se necessário salientar que há muitas limitações em relação aos projetos que estão sendo desenvolvidos em tais comunidades, ocorrendo, muitas vezes, falhas nos diálogos estabelecidos entre o poder público e o local – limitações estas apresentadas na falta de compreensão dos agentes locais dos trâmites burocráticos de elaboração e efetivação dos projetos e também na falta de um maior conhecimento da realidade local por parte dos órgãos públicos. Além disso, há certa dificuldade na gestão das associações e do seu papel como uma instituição comunitária, o que acaba transferindo em muitos casos a responsabilidade de gestão, organização e representação a uma única pessoa.

O reconhecimento jurídico dos povos quilombolas provocou mudanças nas relações sociais desses grupos em sua relação com a sociedade envolvente – Estado e poder local, e também na própria configuração interna –, com o estabelecimento de fronteiras com o entorno das comunidades, o surgimento de lideranças comunitárias e o resgate de elementos culturais ligados à identidade étnico-racial.

Assim, verifica-se que a articulação entre a identidade cultural e a política possibilita diferentes respostas e alternativas para lidar com as diversas situações sociais do atual contexto histórico que tais populações vêm passando. E, nesse sentido, as associações possuem um papel fundamental na vida das comunidades quilombolas no Vale do Jequitinhonha, cumprindo função instrumental de organização política na luta pelo território, na construção e valorização da identidade étnico-racial e no acesso a bens materiais necessários para a reprodução social, manutenção dos saberes locais e dos modos de vida.

Referências bibliográficas

- ANJOS, Rafael Sanzio de Araujo. O Espaço Geográfico das Comunidades Remanescentes de antigos quilombos no Brasil. In: *Terra Livre*, 17, 2001 e Território das Comunidades Quilombolas, 2ª configuração espacial.
- ARRUTI, José Mauricio Andion. “A Emergência dos Remanescentes”: Notas para o Diálogo entre Indígenas e Quilombolas”. Rio de Janeiro, IN: *Revista Mana*. nº 2, Vol. 3, Museu Nacional, Outubro de 1997.
- BARTH, Fredrik. “Introduction”. In: *Ethnic Groups and Boundaries*. Bergen-Oslo: Universitets Forlaget, 1969.

- BRASIL. Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Distrito Federal, Brasília, 20 de novembro de 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso em: 27 de maio de 2010.
- FERNANDES, A. S. F. *A comunidade cívica em Walzer e Putnam*. Lua Nova, São Paulo, n. 51, 2000.
- FICHTER, J. H. Definições para uso didático, In: FERNANDES, Florestan (org.). *Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, Edusp, 1973.
- GUIMARÃES, Soares Alice. *A emergência das identidades étnicas na Bolívia contemporânea: processos e atores*. In: DOMINGUES, José Mauricio. *A Bolívia no espelho do mundo*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2009.
- LITTLE, Paul. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. *Anuário Antropológico 2003-2004*. Brasília, 2005.
- MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: BRANDÃO, P. *Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira*. Niterói: EdUFF, 2004.
- OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. *Ensaio de antropologia histórica*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.
- RIBEIRO, Eduardo Magalhães; GALIZONI, Flavia Maria. *Cultura Material, Agricultura Familiar e Políticas Públicas para o Alto Jequitinhonha*. <http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2004/textos/D04A035.PDF>. Acesso em: 12 nov. 2011.
- WEBER, Max. *Comunidade e sociedade como estrutura de socialização*. In: FERNANDES, Florestan. *Comunidade e Sociedade*. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Editora da Universidade de São Paulo, 1973.

Parte 3

Gênero, Produtos-saberes locais

1. Trabalho feminino e manutenção da agricultura familiar nas comunidades quilombolas de Minas Novas e Chapada do Norte

Maria Aparecida dos Santos Tubaldini

Raphael Fernando Diniz

Lussandra Martins Gianasi

As relações socioeconômicas estabelecidas atualmente entre a agricultura familiar e o mercado globalizado têm sido motivo de sistemáticos estudos e discussões científicas que privilegiam, cada vez mais, o enfoque economicista das atividades agrícolas para a manutenção das famílias no campo. Sabe-se hoje que a agricultura familiar representa relevante importância para a economia do país, seja fornecendo a maior parte dos alimentos consumidos pelas famílias no espaço urbano, fixando uma relativa parcela da mão de obra no campo ou até mesmo contribuindo para a construção de novos paradigmas de produção no espaço rural brasileiro, como o *agroecológico* e o *orgânico*.

Entretanto, poucos têm sido os estudos que se dedicam a uma melhor compreensão das relações estabelecidas entre a *agricultura familiar* e as *questões de gênero* no meio rural brasileiro. Quando tais estudos são realizados, muitas vezes o papel do trabalho da mulher é apenas superficialmente destacado ou tratado como secundário e complementar ao do homem. Além disso, ressalta-se que só recentemente o governo tem dado mais atenção em suas pesquisas institucionais (como no censo agropecuário do IBGE em 2006, por exemplo) sobre a importância do trabalho feminino no campo, procurando compreender melhor através de suas pesquisas quais os números reais do trabalho feminino nos espaços rurais.

Com efeito, procurou-se analisar neste artigo a importância do trabalho feminino para a agregação das famílias, a manutenção da agricultura familiar e a preservação das tradições culturais no espaço rural de *comunidades remanescentes de quilombo* do Vale do Jequitinhonha/MG. As relações de trabalho nessas comunidades se caracterizam por um elevado fluxo populacional de homens que migram sazonalmente para o corte da cana no interior de São Paulo, Bahia e Mato Grosso e para a colheita de café no interior de

Minas Gerais e São Paulo. Quando estão migrando, toda responsabilidade do trabalho na roça cabe às suas mulheres, sendo elas também responsáveis pelos cuidados com os quintais, com a educação e saúde das crianças e até com a atenção às necessidades mais básicas dos idosos.

A compreensão das relações socioeconômicas e culturais estabelecidas entre gêneros no interior dessas comunidades, um melhor entendimento do perfil econômico, cultural e educacional dessas mulheres, bem como o conhecimento de suas dificuldades enfrentadas dia a dia no campo são algumas das ações que em muito poderão contribuir para a implementação de políticas públicas no espaço rural com enfoque de gênero.

Diante disso, privilegiou-se, neste artigo, um estudo aprofundado e sistemático do perfil socioeconômico e sociocultural das camponesas em comunidades quilombolas dos municípios de Minas Novas e Chapada do Norte, no Vale do Jequitinhonha/MG, destacando o protagonismo do papel que elas representam no campo, bem como as dificuldades sofridas para a manutenção da família e das tradições culturais quilombolas no meio rural onde vivem.

Metodologia

Para a sua concretização, foram realizados quatro trabalhos de campo em sete comunidades rurais do município de Chapada do Norte (Moça Santa, Córrego Santa Rita/Galdino, Córrego dos Gamelas, Paiol, Cuba, Misericórdia e Gravatá I) e em três de Minas Novas (Macuco, Pinheiros e Mata Dois), todas reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares como *Comunidades Remanescentes de Quilombos*.

Durante os trabalhos de campo foram realizadas entrevistas semiestruturadas com as mulheres quilombolas e lideranças locais procurando compreender o perfil socioeconômico e educacional das famílias, o trabalho da mulher na agricultura familiar e sua relevante importância para a manutenção das tradições culturais e dos saberes populares quilombolas. Foram entrevistadas 46 (quarenta e seis) mulheres, abordadas com questões relacionadas ao trabalho no meio rural, às relações de gênero estabelecidas na família e na comunidade, ao fenômeno recente do trabalho sazonal feminino nas lavouras de café do interior de Minas e de São Paulo, à participação da mulher nas festas populares das comunidades quilombolas e também na manutenção dos saberes tradicionais da medicina natural quilombola.

Foram feitos registros fotográficos do trabalho das mulheres, dos quintais por elas cultivados no entorno das moradias e das danças típicas em que há

a participação somente de mulheres nas encenações. Além das fotografias, foram produzidos alguns croquis dos quintais, onde se cultivam hortaliças e frutíferas para o consumo familiar. Para registro dos saberes tradicionais da medicina natural quilombola foi criado um banco de dados com informações sobre as ervas, folhas, raízes e cascas de plantas da vegetação nativa das comunidades utilizadas pelas mulheres quilombolas para tratamento das doenças.

Gênero e Agricultura Familiar: uma abordagem geográfica do trabalho da mulher no espaço rural brasileiro

Na Geografia, o conceito de gênero adquire relevante conotação quando se discute a produção e organização do espaço na sociedade contemporânea. Para as geógrafas feministas, o gênero é representado por uma construção social que é rotineiramente destruído pela vivência cotidiana. Assim, é importante sublinhar o que apresenta Silva (2005) quando destaca que “a identidade do sujeito se constrói na ação cotidiana, que mescla o ideal regulador do gênero com sua experiência concreta, sendo estes sempre distintos”.

Entretanto, apesar de representarem um importante papel como agente produtor e organizador do espaço, muitas vezes os trabalhos das mulheres não são reconhecidos social e cientificamente e, em grande parte, são excluídos das estatísticas oficiais que realizam levantamentos sobre atividades e participações da população urbana e rural na economia brasileira. No âmbito da ciência geográfica, essa *invisibilidade* da mulher no processo de produção econômica é justificada por McDowell¹ (1999, citada por Silva, 2005) pelos seguintes argumentos:

[...] O fato de a ciência geográfica privilegiar agentes e paisagens hegemônicas, a tradição da ciência em abordar os aspectos visíveis do espaço, o apego aos dados quantitativos e aos arquivos documentais oficiais, a busca da neutralidade científica e a abordagem economicista da perspectiva marxista.

Essa omissão científica de abordagem da mulher como sujeito social na (re)produção e organização do espaço tem sido continuamente denunciada por geógrafas feministas com o intuito de incluir o gênero como objeto de

¹ McDOWELL, Linda. *Gender, identity and place: understanding feminist geographies*. Mineápolis: University of Minnesota Press, 1999.

estudo da Geografia, rompendo com a *invisibilidade* do trabalho da mulher no âmbito da pesquisa geográfica. Sendo a (re)produção e organização do espaço, no entendimento das geógrafas feministas, “um resultado de conflito e uso da força, tanto física quanto simbólica” (Silva, 2005) a *Geografia Feminista* busca, assim, compreender como o sujeito feminino é (re)construído nos arranjos de dominação socioespaciais.

No espaço rural, os estudos e as estatísticas institucionais com enfoque em gênero são também reduzidos. É insuficiente o que hoje se sabe sobre o perfil das agricultoras familiares, a relevância do trabalho feminino no campo e sua relação com a manutenção e agregação das famílias rurais. Privilegiam-se muito nas pesquisas em Geografia Agrária os conflitos pela terra no espaço rural brasileiro, os movimentos socioespaciais e as relações entre a agricultura familiar e o mercado do capitalismo globalizado. Sendo assim, pouco se conhece e se discute sobre a inserção da mulher no espaço rural do Brasil, o que dificulta a implementação de ações de extensão e cria problemas para os projetos de desenvolvimento rural no campo, quando as questões de gênero não são levadas em consideração nas políticas públicas governamentais, nas ações de organizações não governamentais (ONGs) e nos trabalhos das empresas de assistência técnica e extensão rural.

O contexto geográfico das comunidades estudadas: a dura realidade de vida das mulheres quilombolas

As comunidades rurais estudadas se localizam nos municípios de Chapada do Norte e Minas Novas, no Vale do Jequitinhonha, no estado de Minas Gerais. São formadas por residências simples, com paredes de adobe, telhado em estilo colonial, havendo em média três a quatro cômodos por casa. Em muitas dessas residências não há banheiros nem sequer uma fossa séptica para o uso de seus moradores, sendo os quintais e as matas próximas à propriedade utilizadas para as necessidades dos camponeses. A água para o consumo familiar provém de poços artesianos comunitários e cisternas para a captação de água da chuva. Em algumas propriedades, nas quais os rendimentos financeiros das famílias camponesas lhes proporcionam um padrão de vida melhor, há a presença de galinheiros, chiqueiros e currais. O acesso às comunidades e às propriedades camponesas é, em grande parte, precário, com estradas esburacadas, barrentas no período das chuvas, e, muitas vezes, inacessível ao tráfego de automóveis.

Diante desse quadro, tem-se uma ideia das inúmeras dificuldades enfrentadas pelas mulheres camponesas no espaço rural de Chapada do Norte e Minas Novas, sendo os problemas de saúde os mais difíceis de serem contornados. Nessas comunidades, as mulheres compartilham um passado e um presente em comum: foram e ainda são trabalhadoras rurais que convivem cotidianamente com os problemas das estiagens prolongadas no Vale do Jequitinhonha, com a escassez da mão de obra masculina na roça, perdida para a migração sazonal, com a ausência de assistência médica, necessária aos seus problemas de saúde, sem o amparo das informações básicas sobre seus direitos como trabalhadoras rurais e quilombolas, dentre outras dificuldades mais.

Dentre o total de 46 (quarenta e seis) mulheres pesquisadas, 59% (cinquenta e nove por cento) eram casadas e pertenciam a uma faixa etária entre 41 a 60 anos ou mais, predominando assim, o número de mulheres adultas na pesquisa.

Tabela 1

Faixa etária e estado civil das mulheres entrevistadas nas comunidades quilombolas de Minas Novas e Chapada do Norte – 2009

Faixa etária	Mulheres entrevistadas	Estado Civil			
		Solteira	Casada	Viúva	Outros*
15 a 20 anos	2	2			
21 a 30 anos	8	4	3		
31 a 40 anos	9		7	1	2
41 a 50 anos	14	1	10	3	
51 a 60 anos ou mais	13	2	7	4	
Total	46	10	27	8	2

* Outros inclui mulheres divorciadas e amigadas. Fonte: Dados coletados em trabalho de campo nas Comunidades Quilombolas de Minas Novas e Chapada do Norte, Vale do Jequitinhonha/MG, 2009

O maior número de mulheres com idade acima de 40 (quarenta) anos deve-se ao fato de que, no período da pesquisa, muitas mulheres abaixo dessa faixa de idade estavam fora da comunidade, no trabalho na lavoura de café ou acompanhando seus maridos na migração, fenômeno que tem se intensificado nos últimos anos. Segundo informações do líder da comunidade quilombola de Pinheiros, na década de 1980 era novidade que as mulheres fossem trabalhar fora da comunidade, porém, nos últimos anos isso tem se

tornado um fenômeno comum, já que em muitos casos seus maridos não têm conseguido mais empregos nos canaviais de São Paulo.

Como são mulheres que viveram boa parte de sua infância e adolescência em famílias pobres e de fortes tradições patriarcais, foram poucas as que conseguiram dar prosseguimento aos estudos. Assim, grande parte delas encontrou sérias dificuldades para estudar, pois, somado à resistência de seus pais, havia naquela época poucas escolas nos municípios de Minas Novas e Chapada do Norte, além de não existir transporte público que buscasse os estudantes nas comunidades rurais.

Naquele tempo era o meu pai né, o avô que não deixou nós entrar na escola, o avô que não deixou nós estudar... naquele tempo a gente tinha que trabalhar na roça e o avô não deixava por na escola, foi só os dois [irmãos] mais novos que estudou... e também era difícil também, não tinha escola na roça quinhém agora tá teno escola na roça, naquele tempo não tinha... (Agricultora camponesa, 60 anos, Comunidade Quilombola de Gravatá 1, Chapada do Norte, Vale do Jequitinhonha/MG, 2009)

Eu parei porque naquela época *era difícil demais pra gente poder estudar*, porque *a gente vivia mais era trabalhando*, os pais mexiam com muito serviço, aí não dava conta da gente poder estudar não, *eles só importava da gente trabalhar, aí a gente...* foi indo desistiu, a gente estudava vamos si por num mês duas semana, aí nas outras não ia... (Agricultora Camponesa, 39 anos, Comunidade Quilombola de Cuba, Chapada do Norte, Vale do Jequitinhonha/MG, 2009)

Por não frequentarem a escola quando mais jovens, elas tinham como principal ocupação o trabalho na roça e em casa. *Carpir, bater paiada, repassar*, plantar milho, arroz, amendoim, *manaíba* (mandioca), cana, trabalhar na colheita desses plantios, *quebrar* o milho, moer a cana, *limpar* a garapa, fazer farinha de mandioca, eram alguns dos trabalhos praticados na juventude, além daqueles que realizavam em casa. A maior parte delas começou a trabalhar na infância, entre 7 a 12 anos. Acordavam por volta de cinco horas da manhã, faziam o café, tratavam das criações, buscavam água para o consumo da família e feixes de lenha para fazer o almoço e seguiam para a roça trabalhar junto com os pais e irmãos. Findado o serviço na roça, voltavam para casa, onde iam lavar roupas, fazer o jantar, arrumar a casa e, à noite, descansar.

Em casos excepcionais, como em épocas de se fazer a farinha de mandioca ou rapadura, o trabalho das mulheres era ainda mais intenso, já que cabia a elas o serviço de descascar, ralar, *torcer* e torrar a mandioca, e moer a cana.

[O trabalho] era caipira, soprando feijão pros outros, fazendo farinha, *tinha dia que a gente trabalhava até três horas da manhã* torrando farinha pros outros pra ganhar pouca coisa... trabalhava desde sete horas da manhã... (Agricultora camponesa, 51 anos, Comunidade Quilombola de Gravatá 1, Chapada do Norte, Vale do Jequitinhonha/MG, 2009)

Tinha vez que era seis, sete horas [que acordava para trabalhar], *outras vezes até uma hora, porque quando era moagem de cana né, acordava muito cedo, ia até onze horas da noite*, tinha de tirar os tacho, era bastante, tirava vez que tirava seis tacho por dia, o tacho era grandão, nós fazia de duas cargas a três cargas de rapadura por dia, é quarenta rapadura por carga... (Agricultora Camponesa, 45 anos, Comunidade Quilombola de Cuba, Chapada do Norte, Vale do Jequitinhonha/MG, 2009)

Atualmente a rotina de trabalho dessas mulheres tem sido mais intensa, já que a migração sazonal vem retirando boa parte da mão de obra de seus maridos e filhos jovens do trabalho na roça. Além disso, como muitas delas estão migrando para a colheita de café, parte do trabalho que elas realizariam na roça no tempo em que estão migrando fica por fazer, à espera do seu retorno para serem concluídos.

Aqui é tanta coisa pra agente preocupar, que aqui é assim: começa o dia e a menina sai... começa o dia e eu tenho que fazer de tudo, que eu cuido de boi, eu cuido de galinha, eu lavo vazia, eu faço almoço... Que quando é onze horas os menino vai pra escola, eu tenho que arrumar a cozinha de novo, eu tenho que lavar roupas... eu tenho que dar conta da janta, tenho que cuidar dos três netos que mora mais eu...tem o outro menino, da vizinha ali de cima que foi pro café, que mora mais eu, tá aqui com nós... eu tenho que cuidar de tudo...e aí vem a doença e eu fico mais preocupada... Meu marido sai pro café também, e é eu quem cuida de tudo... (Agricultora Quilombola, 57 anos, Comunidade Remanescente de Quilombos de Moça Santa, Chapada do Norte, Vale do Jequitinhonha/MG, 2009)

Segundo a líder da comunidade de Moça Santa, Chapada do Norte, atualmente o número de mulheres migrando tem sido cada vez maior, ficando nas comunidades apenas os idosos, as crianças e algumas mulheres que não puderam migrar.

Aqui é poucas mulheres [que permanecem na comunidade]... aqui em Moça Santa, Paiol, tudo tão migra pra São Paulo, só fica mesmo aqui olha...ficou eu, minha cunhada... aqui o máximo que pode ficar é 40% das mulheres. (Líder comunitária na Comunidade Quilombola de Moça Santa, Chapada do Norte, Vale do Jequitinhonha/MG, 2009)

Sendo assim, até os trabalhos mais pesados, como o de construção civil, são também realizados por elas, dada a escassa presença dos homens para o desempenho dos mesmos (Figura 1).



Figura 1: Mulher quilombola no trabalho da construção civil: a escassez de mão de obra masculina no campo obriga as mulheres a realizarem inúmeros e diversificados trabalhos nas propriedades rurais. Comunidade Quilombola Córrego dos Gamelas, Município de Chapada do Norte, Vale do Jequitinhonha/MG. Autor: Diniz, R. F. 2009

Para a realização de alguns trabalhos, muitas mulheres contam com a ajuda dos filhos jovens que ainda não migraram e continuam na comunidade. Assim, para os serviços de cuidar das pequenas criações, molhar as hortaliças e lavar roupas no córrego, a ajuda dos jovens e das crianças é de fundamental importância para não sobrecarregar as mães nos trabalhos (Figuras 2 e 3).



Figura 2: Criança quilombola molhando quintal de hortaliças na comunidade quilombola Gravatá 1, Município de Chapada do Norte, Vale do Jequitinhonha/MG. Fonte: Diniz, R. F. 2009



Figura 3: Jovens quilombolas lavando roupas nas margens do rio Capivari. Comunidade Quilombola de Misericórdia, Município de Chapada do Norte, Vale do Jequitinhonha/MG. Fonte: Diniz, R. F. 2009

Quando não há crianças ou jovens em idade apta para o trabalho na roça, muitas mulheres recorrem a uma tradicional modalidade de trabalho camponesa no campo: a *troca de dias*. Nas comunidades quilombolas de Chapada do Norte é mais comum que as *trocadas de dias* ocorram somente entre mulheres, já que há poucos homens ao longo do ano na comunidade. Além disso, aqueles homens que permanecem nas comunidades não aceitam trocar dias com as mulheres, por pensar que elas trabalham menos que eles ou por saber que o dia de serviço deles na roça é, atualmente, melhor remunerado do que o delas. Assim, quando um homem trabalha para uma mulher na roça dela e ela não pode lhe pagar em dinheiro pelo serviço, é comum que ele espere o retorno do marido dessa mulher da migração sazonal para que ele lhe pague em dia de serviço o trabalho feito à mulher. Entretanto, quando não podem esperar a volta do companheiro da mulher, em alguns casos há homens que exigem dois dias de serviços das mulheres para cada dia de serviço por eles desempenhado.

Sempre mais é mulher com mulher mesmo [as trocas de dias], é porque como eu to falano, desde essa época os marido tá tudo pra cana, e às vezes vamos supor assim se tem um home no lugar e eu chamo ele pra vir trabalhar aquele dia, aí já fica o dia dele pra quando meu marido tiver aqui, ele poder pagar... realmente eles acha que pelo valor ser mais alto, eles acha que os home faz mais... (Agricultora Camponesa, 46 anos, Comunidade Quilombola de Cuba, Chapada do Norte, Vale do Jequitinhonha/MG, 2009)

Já nas comunidades quilombolas de Minas Novas a situação é, hoje, um pouco diferente daquela verificada em Chapada do Norte, já que essas trocas se dão igualmente entre os sexos, um indicativo relevante das mudanças que estão ocorrendo nas relações entre gênero no campo do trabalho nessas comunidades.

A diferença era assim... que antigamente se fosse pra a gente fazer uma troca de dia com os homens, a gente tinha que trabalhar dois dias pra eles e eles dar a gente um... a diferença hoje é assim: e se a gente for trabalhar com um homem hoje, a gente que é mulher, aí eles vai pra a gente na mesma coisa né, sem ser troca de dois dias, a troca hoje é de um dia, antigamente era de dois (...) *elas tava explorano, fazendo da mulher tipo escravo... elas trabalhava do mesmo jeito na enxada e depois eles queria dois dias... porque a gente dava eles dois dias. Muitas mulher trabalhava mais do que os homens, eu mesma... nossa... quando era mais nova jogava de bandada com esses homens aí...* (Agricultora

camponesa, 51 anos, Comunidade Quilombola de Gravatá 1, Chapada do Norte, Vale do Jequitinhonha/MG, 2009)

No entanto, quando se paga em dinheiro pelo trabalho na roça, nota-se que, tanto nas comunidades de Minas Novas como de Chapada do Norte, a desvalorização do trabalho feminino ainda persiste. Contudo, muitas mulheres já não estão satisfeitas em receber menos do que os homens pelo dia de trabalho, já que reconhecem que empregam o mesmo esforço físico, ou até mais, que eles realizam no trabalho na roça.

Sempre foi o dia de mulher foi menos que o dos homens, porque diz que o homem trabalha mais né...mas a mulher trabalha muito mais né, ela trabalha tanto na roça como em casa, e o homem não...ele trabalha na roça... (Agricultora Camponesa, 45 anos, Comunidade Quilombola de Pinheiros, Minas Novas, Vale do Jequitinhonha/MG, 2009)

Além dos trabalhos na roça, em casa e na migração sazonal, muitas mulheres também são responsáveis por cultivos de hortaliças e frutas nos quintais de suas propriedades. Nesses quintais são cultivadas, predominantemente, frutíferas como banana, mamão, laranja, mexerica, manga, abacate, limão e goiaba; hortaliças como quiabo, abóbora, repolho, cenoura, alho, couve, maxixe, tomate, alface, cebolinha, salsa, além de feijão de corda e andu, urucum e milho (Figuras 4 e 5). São também cultivadas plantas medicinais de uso tradicional na cultura quilombola, como alecrim, hortelã, arruda, poejo, capim santo, sabugueiro, romã, dentre outras (Quadro 1).

Quadro 1:

Plantas medicinais cultivadas nos quintais e coletadas nas matas das Comunidades Quilombolas de Chapada do Norte e Minas Novas

PLANTAS	FUNÇÕES
Alecrim	Tosse, dentição de crianças, gripe, febre, rouquidão e para os batimentos cardíacos
Amoreira	Calos nos pés
Angico	Gripe
Arruda	Banho de defesa contra mal olhado e dores em geral
Barbatimão	Gastrite, cicatrizante, inflamações
Boldo	Má digestão, dor de cabeça, dor de barriga e rins
Capim Santo	Gripe, febre e calmante
Carobinha	Banhar brotos e pereba

Casca de Goiaba	Infecção de garganta
Chuchu	Pressão alta
Confrei	Pressão alta
Embaúba	Doenças do coração
Erva Cidreira	Calmante
Eucalipto	Problemas respiratórios e gripe
Falapinha	Tosse e vermes
Galuína	Doenças nos rins
Gameleira	Calos nos pés e banho em gestantes após o parto
Imburana	Dores e gripe
Jatobá	Tosse
Juazeiro/esporão	Enjoo e dor de estômago
Marmelinho	Gripe
Pau d'óleo	Dores no corpo
Pequi	Gripe
Pereira	Diarreia
Quina de papagaio	Gastrite e dores no estômago
Quina de vara	Dores no estômago e caspa
Santa Bárbara	Veneno para matar piolho de galinha
Santa Cruz	Pressão alta e dor de coluna
Unha d'anta	Tosse

Fonte: Dados Coletados em Trabalho de Campo nas Comunidades Quilombolas de Chapada do Norte e Minas Novas, Vale do Jequitinhonha/MG, 2009. . Autor: Diniz, R. F. 2009

Esses cultivos são produzidos sem o uso de adubos químicos ou qualquer tipo de defensivos agrícolas, com manejos agroecológicos transmitidos intergeracionalmente nas famílias quilombolas, como destacado por Diniz, Tubaldini e Silva (2010). Em geral, as mulheres quilombolas empregam nesses quintais adubos orgânicos produzidos a partir de esterco de bovinos e aves, folhagens das árvores e cinzas de lenhas queimadas nos fogões de barro.

Quanto à importância da mulher quilombola para a família e a comunidade, esta vai muito além do que se destacou até agora em termos socioeconômicos e ambientais. No que diz respeito à manutenção das tradições da cultura afrodescendente nesses núcleos remanescentes de quilombos, constatou-se que é de responsabilidade das mulheres a preservação e o ensinamento das danças e cantos tradicionais entoados durante os festejos nas comunidades. Algumas das letras das músicas tocadas se referem a animais típicos das matas nativas locais, como o *Curiango* e o *Dudu*, e as mulheres dançando

representam uma encenação dos movimentos desses animais (Figuras 6 e 7). Além disso, cabe a elas também a preparação dos pratos típicos, chamados popularmente de *quitandas*, a serem servidos e leiloados pelos camponeses organizadores das festividades.

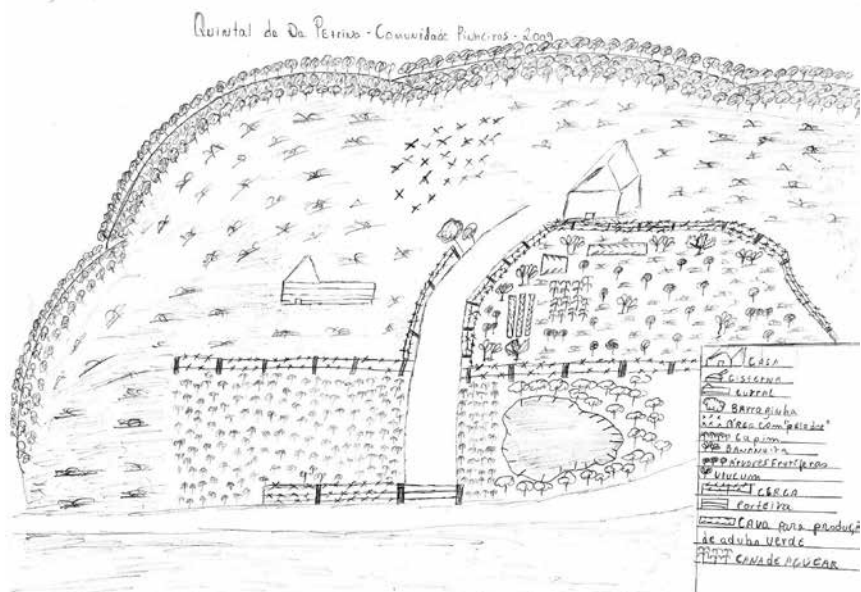


Figura 4: Croqui de quintal em propriedade quilombola: criação de animais, cultivo de hortaliças e plantio de cereais para alimentação do grupo doméstico camponês. Comunidade Quilombola de Pinheiros, Município de Minas Novas, Vale do Jequitinhonha/MG. Autor: Diniz, R. F. 2009

Desse modo, observa-se que o trabalho feminino nas *Comunidades Remanescentes de Quilombos* de Chapada do Norte e Minas Novas representa, cada vez mais, um inestimável valor para a agregação da família e organização socioespacial das comunidades, mantendo viva a tradição sociocultural guardada há gerações pelos antigos moradores desses núcleos e preservando as agrobiodiversidades dos quintais de produção alimentar dos estabelecimentos quilombolas.



Figura 5: Quintal de propriedade quilombola em Pinheiros: cultivo de frutas, hortaliças e grãos para o consumo familiar. Comunidade quilombola de Pinheiros, Município de Minas Novas, Vale do Jequitinhonha/MG. Fonte: Diniz, R. F. 2009



Figura 6: Dança do Curiango, típica da cultura quilombola em Moça Santa. Comunidade Quilombola de Moça Santa, Município de Chapada do Norte, Vale do Jequitinhonha/MG. Autor: Diniz, R.F. 2009.



Figura 7: Dança do Dudu, típica da cultura quilombola em Moça Santa. Comunidade Quilombola de Moça Santa, Chapada do Norte, 2009. Fonte: Diniz, R.F. Município de Chapada do Norte, Vale do Jequitinhonha/MG. Autor: Diniz, R. F. 2009.

Considerações finais

Pesquisar o imaginário, os costumes, os ensinamentos, o perfil socioeconômico e o trabalho de mulheres rurais é tarefa ainda árdua, visto que são poucas as referências e os trabalhos acadêmicos sobre o tema. No entanto, o trabalho feminino rural deve ser analisado dentro da geografia rural e do gênero como um objeto precioso que, ao ser entendido e revelado à comunidade científica e extensionista, poderá subsidiar políticas públicas de fomento ao trabalho feminino e valorização do seu papel enquanto construtoras do continuísmo das relações e tradições culturais. Essas relações e tradições culturais envolvem a preservação da identidade quilombola, dos princípios de solidariedade e reciprocidade camponesa, da sustentabilidade e produção agroecológica de alimentos e sementes crioulas que sustentam as famílias das áreas estudadas, aspectos verificados na pesquisa de campo. Dessa forma, a invisibilidade do papel da mulher como agente produtora e construtora do espaço será efetivamente desmitificado.

Nessas áreas persistem problemas de ordem socioeconômica – que empurram os sujeitos da pesquisa a buscarem fontes alternativas de renda que culminam na migração para outros estados – e também de gestão governamental –, dado que ainda não se consegue dotar de infraestrutura adequada à comunidade para que seus moradores possam ter acesso a equipamentos de saúde, educação e outras carências apresentadas na pesquisa.

Foram apontados também aspectos discriminatórios dos homens em relação às mulheres, principalmente no que diz respeito à troca de serviços. Como comparativo entre comunidades, pôde-se registrar que há, dentro de um mesmo território cultural, tratos diferenciados – fato que não exclui o tratamento igualitário entre gêneros.

Com relação ao trabalho das mulheres, foi apresentado que há efetivamente uma sobrecarga de trabalho nas diversas esferas: desde o plantar na roça e o cuidado dos quintais até a construção de casas e educação de filhos.

Portanto, pesquisas como esta irão subsidiar sobremaneira novos olhares sobre as mulheres rurais e, principalmente, sobre as políticas públicas mais adequadas ao perfil cultural e socioeconômico dessas mulheres quilombolas.

Referências bibliográficas

- DINIZ, Raphael Fernando; TUBALDINI, Maria Aparecida dos Santos e SILVA, Lussandra Martins. *Gênero e Etnobiodiversidade: o trabalho da mulher na agroecologia em comunidades quilombolas de Minas Novas e Chapada do Norte, Vale do Jequitinhonha/MG*. In: Anais do V Simpósio de Etnobiologia e Etnoecologia/Sudeste e I Encontro Mineiro de Etnobiologia e Etnoecologia: Biodiversidade e saberes locais: como alcançar a terceira margem? Viçosa. 14 a 17 de abril de 2010.
- SILVA, Joseli Maria. *Análise do Espaço Sob a Perspectiva do Gênero: Um Desafio para a Geografia Cultural Brasileira*. In: ROSENDAHL, Zeny, CORRÊA, Roberto Lobato. *Geografia: Temas Sobre Cultura e Espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2005.

2. Usos da biodiversidade pelas comunidades quilombolas de Chapada do Norte e Minas Novas

Patrícia Crisóstomo Dupin

Bernardo Machado Gontijo

O conhecimento das populações tradicionais acerca do meio ambiente e do seu manejo torna-se um importante foco de estudo na atualidade, visto o acelerado grau de degradação da nossa biodiversidade. Comunidades tradicionais preservam valiosos conhecimentos sobre como cuidar e gerir os recursos naturais, uma vez que sua sobrevivência depende diretamente desses recursos e de sua disponibilidade. Técnicas de como preservar o solo, a vegetação e os recursos hídricos são repassadas por gerações. Entretanto, a degradação ambiental já afeta diretamente o espaço dessas comunidades, interferindo diretamente na qualidade de vida e no seu desenvolvimento.

Os sujeitos dessa pesquisa são as populações camponesas de dez comunidades quilombolas, sendo sete delas do município de Chapada do Norte – Moça Santa, Córrego do Galdino/Santa Rita, Córrego dos Gamelas, Paiol, Cuba, Gravatá 1 e Misericórdia, e três de Minas Novas – Macuco, Pinheiro e Mata Dois. Todas são reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares como Comunidades Remanescentes de Quilombos. O objetivo desse trabalho é conhecer as principais espécies utilizadas por esses sujeitos e seus principais usos, a fim de entender a importância do manejo tradicional na conservação da biodiversidade.

Os recursos naturais são um grande aliado dessas populações – é da natureza que as comunidades extraem alimento, madeira para construção e para a manutenção de instrumentos de trabalho, materiais para confecção de artesanatos, lenha e remédios naturais. Entretanto, a constante degradação desses recursos já traz consequências negativas para o cotidiano dos quilombolas. Corroborou também a chegada do eucalipto nas áreas de chapada, por volta da década de 1970, e o desmatamento indiscriminado da vegetação relacionado à redução da disponibilidade de água, fato já sentido pelos moradores. Esse assunto foi tratado por Gontijo (2001), constatando-se a grande redução da biodiversidade quando da introdução do plantio generalizado de eucaliptos nos topos de chapadas do Alto Jequitinhonha.

O pouco conhecimento sobre a vegetação das chapadas fez com que essas áreas fossem consideradas pelo poder público brasileiro, nos anos 1970, áreas inúteis, um vazio ecológico que deveria dar lugar ao desenvolvimento, à produtividade. O próprio diagnóstico da economia mineira produzido pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) em 1965 apontava o cerrado como “um problema” a ser combatido e resolvido. Com a lei de incentivos fiscais, grandes extensões de chapada no Alto Jequitinhonha foram ocupadas por monoculturas, predominando na região a cultura do eucalipto. Essa ocupação reduziu drasticamente a biodiversidade local, pois as chapadas eram fonte de importantes e exclusivos recursos para as populações tradicionais, formadas por grandes conhecedores da fauna e da flora locais (Calixto, 2002).

Procurando resgatar algo do que resistiu ao avanço da monocultura do eucalipto, este trabalho propõe o estudo das relações sociais, ambientais e culturais que envolvem o conhecimento local e os usos da biodiversidade, constituindo-se numa oportunidade para o entendimento das forças atuantes em torno desses temas e para colocar a busca de novos rumos, no sentido da construção de alternativas para melhoria de problemas ambientais e o próprio desenvolvimento da região.

Como forma de conhecer melhor a vegetação, o estado de conservação e a biodiversidade dos municípios de Chapada do Norte e Minas Novas - Microrregião de Capelinha, realizaram-se visitas a campo em todas as comunidades indicadas anteriormente, no sentido de se proceder à aplicação de questionários, entrevistas dirigidas, caminhadas guiadas e conversas informais. De posse das informações coletadas, procurou-se fazer um estudo a partir da perspectiva da etnociência, mais especificamente naquilo que tange à etnobotânica, sendo que é a partir da base de recursos vegetacionais que se constrói toda uma teia de relações ecológicas. Essas se aliam à pequena agricultura familiar e de subsistência para a garantia da segurança alimentar, da saúde e até mesmo econômica.

Uma caracterização do Alto Jequitinhonha

A região do Alto Jequitinhonha sofre influência do regime climático continental tropical, apresentando índice pluviométrico médio da ordem de 1.060 milímetros anuais. O clima é quente e úmido, do tipo Aw (de acordo com a classificação de Köppen), com chuvas concentradas nos meses de verão. Os solos são, em sua grande maioria, ácidos e aluminosos, de baixa

fertilidade natural, e se distribuem sobre um relevo tabular desenvolvido a partir de chapadas Cenozóicas (IBGE, 2000).

As características climáticas do Alto Jequitinhonha implicam numa média de precipitação maior que nas regiões semiáridas vizinhas, fator que, em conjunto com os solos profundos da região, propiciam a retenção da água nos níveis freáticos e a consequente incidência de áreas de nascentes. Em se tratando de um espaço com recortes territoriais no meio intertropical, o estudo dos aspectos ambientais como vegetação, geomorfologia, hidrografia e clima são analisados nessa pesquisa como fatores restritivos ou favoráveis, tanto para a ocorrência de uma biodiversidade exuberante como para a produção agrícola, tendo relação direta com a qualidade de vida e o desenvolvimento da região.

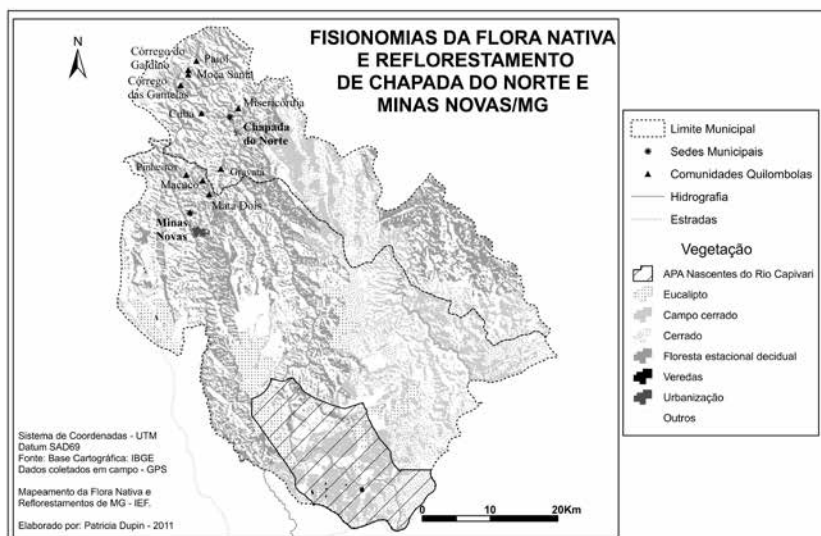


Figura 1: Localização das comunidades estudadas segundo fisionomias da flora nativa e reflorestamento

A vegetação é diversificada, com predominância da floresta estacional decidual. Essa formação ocorre na forma de disjunções florestais, apresentando o estrato dominante macro ou mesofanerofítico predominantemente caducifólio, com mais de 50% das espécies com queda de folhagem durante o período de estiagem. Nos municípios estudados, essa floresta se encontra envolvida por manchas de floresta estacional semidecidual e grandes porções savanícolas de cerrados e campos cerrados, caracterizando-se em uma grande zona de transição.

De acordo com as denominações locais, podemos destacar a diferenciação de três unidades de paisagem: as grotas, as chapadas e os campos. As grotas, que são áreas mais úmidas e frescas, são incidentes nas encostas e áreas mais baixas que tendem a acompanhar os cursos d'água. Nessas áreas, os solos são mais profundos e férteis, levando a população a se concentrar nessas proximidades. Apresenta vegetação mais densa e árvores de porte relativamente maior que o entorno – onde se encontra a maior disponibilidade de recursos naturais. As chapadas são grandes extensões de terras planas e elevadas, geralmente de baixa fertilidade e com pouca disponibilidade de água, com vegetação de árvores baixas, tortuosas e mais espaçadas, com predominância de arbustos e gramíneas. Atualmente, as chapadas vêm sendo dominadas pela monocultura de eucalipto, conforme observado pelas expressivas manchas de eucalipto do mapa. Já os campos são áreas impróprias para o cultivo, devido à baixa fertilidade do solo, sendo, geralmente, usados para pastoreio do gado.

As comunidades rurais do Alto Jequitinhonha se agrupam preferencialmente próximas às fontes de água, tornando as grotas áreas mais povoadas, onde as famílias constroem suas casas e suas lavouras. O apossamento da terra nas comunidades é feito através do trabalho da família nas lavouras, tornando as grotas terrenos mais “fechados”, com donos definidos, sendo que os campos e chapadas são terras mais “abertas”, de domínio mais comum (Galizoni, 2000).

As comunidades tradicionais em estudo e os desdobramentos da etnociência

O interesse na chamada etnociência tem aumentado a cada dia. O conhecimento das populações tradicionais sobre a natureza e, principalmente, sobre as espécies da flora nacional, tornou-se alvo de cobiça para grandes organizações privadas interessadas na prospecção, coleta, apropriação e patenteamento de algumas espécies da flora nacional, eliminando grande parte dos custos com pesquisa. Tais procedimentos fizeram surgir um debate sobre o real direito das patentes dessas espécies, destacando as comunidades como os verdadeiros portadores do direito à patente e todos os seus benefícios (Calixto, 2002).

De acordo com Arruda (1997:5):

as “sociedades tradicionais” são grupos humanos culturalmente diferenciados que historicamente reproduzem seu modo de vida, de forma

mais ou menos isolada, com base em modos de cooperação social e formas específicas de relações com a natureza.

Caracterizados tradicionalmente pelo manejo sustentado do meio ambiente, as sociedades tradicionais apresentam um modelo de ocupação do espaço e uso dos recursos naturais voltado principalmente para a subsistência e com fraca articulação com o mercado, baseado em uso intensivo de mão de obra familiar, tecnologias de baixo impacto derivadas de conhecimentos patrimoniais e, normalmente, de base sustentável.

Exemplos empíricos de populações tradicionais são as comunidades caiçaras, os sítiantes e roceiros tradicionais, comunidades quilombolas, comunidades ribeirinhas, os pescadores artesanais, os grupos extrativistas e indígenas. Segundo Diegues (1996), nessas populações ocorre uma constante transmissão de conhecimentos através das gerações como forma de perpetuar a identidade do grupo.

As comunidades tradicionais preservam valiosos conhecimentos sobre as plantas medicinais. Na maior parte dos casos, uma pessoa dentro da comunidade é reconhecida como detentora desse conhecimento, sendo muitas vezes procurada em caso de enfermidades. Geralmente, essa pessoa é idosa e recebeu o conhecimento de seus antepassados, que foi aprimorado e ampliado ao longo de sua vida. Denominados mateiros, curandeiros, raizeiros ou especialistas, eles possuem uma forte relação com a natureza e a terra, além de uma grande noção sobre conservação do ambiente, adquirida a partir da observação da natureza e seus fenômenos, proporcionando assim o desenvolvimento de técnicas específicas de manejo dessa biodiversidade.

A partir da etnociência há como se realizar o estudo do conhecimento das plantas por parte das comunidades tradicionais, ou seja, à etnobotânica. Para isso, entretanto, é preciso passar pela assim chamada etnobiologia. Ela estuda justamente esses saberes das populações tradicionais sobre a dinâmica da natureza, a partir da profunda e milenar relação dessas populações com o meio natural, seus critérios de uso e técnicas de conservação dos recursos naturais.

Uma definição de etnobiologia é feita por Posey (1987:15):

A etnobiologia é essencialmente o estudo do conhecimento e das conceituações desenvolvidas por qualquer sociedade a respeito da biologia. Em outras palavras, é o estudo do papel da natureza no sistema de crenças e de adaptação do homem a determinados ambientes. Nesse sentido, a etnobiologia relaciona-se com a ecologia humana, mas enfatiza as categorias e conceitos cognitivos utilizados pelos povos em estudo.

No âmbito da etnobiologia, é a etnobotânica que irá nos interessar na medida em que nosso foco de estudo se restringiu à diversidade das plantas. O termo etnobotânica foi inicialmente empregado por Harshberger, em 1895, para designar a ciência que estuda a utilização das plantas por populações tradicionais (Jones, 1991). Posteriormente, passa-se a tratar não só o uso, mas a relação homem-planta. Assim, o conceito de etnobotânica tem evoluído nos últimos anos e, atualmente, considera outros aspectos, como diversas técnicas de manejo empregadas na conservação das espécies vegetais, os componentes ecológicos, o valor e a importância dos recursos naturais para as comunidades, passando a investigar as relações entre diversas culturas humanas e a flora no seu entorno (Prance, 1987).

Barreira (1979) considera que os estudos etnobotânicos superaram a investigação botânica, já que seus objetivos se concentram em torno de um conceito fundamental que é a significação ou valor cultural das plantas para determinadas comunidades. Já para Fonseca-Kruel e Peixoto (2004:177), a etnobotânica é “o estudo das sociedades humanas, passadas e presentes, e suas interações ecológicas, genéticas, evolutivas, simbólicas e culturais com as plantas.”

Segundo o relato do morador e mateiro da comunidade de Misericórdia – Chapada do Norte – muitas pessoas de fora o procuram em busca de seu conhecimento sobre as espécies da região. Ele conta que já ofereceram até dinheiro em busca de determinadas espécies mais raras de se encontrar. Segundo o mateiro, algumas pessoas vêm de longe atrás das espécies, tiram foto, coletam amostras, mas nunca dão retorno ou notícias sobre o resultado do trabalho.

Conforme Brandão (1986), “especialistas” como esse mateiro possuem um importante papel nessas comunidades:

O especialista exerce na comunidade um trabalho profissional e uma relação de docência, reconhecida como fazendo parte de um domínio comum de trabalho. São os pequenos magos e feiticeiros da comunidade, assim como seus rezadores, artistas e artesãos. (Brandão, 1986:21-22)

Esse conhecimento, que é repassado por gerações, já alcança os mais novos. No caso da área em estudo, as crianças demonstraram grande interesse no aprendizado. Na comunidade Córrego dos Gamelas em Chapada do Norte, por exemplo, quem nos guiou na caminhada pela mata para a demonstração das espécies foi um menino de onze anos que revelou grande conhecimento

sobre as plantas medicinais e sobre as espécies em geral – ele disse ter aprendido com a mãe em caminhadas pela mata.

No âmbito das comunidades visitadas neste estudo, os quilombolas possuem uma forte relação com o meio em que vivem, possuem um vasto conhecimento sobre as plantas, seus usos e técnicas de conservação. Sabem a melhor época para o plantio, colheita e pesca, e conhecem bem a flora e fauna da região. Fabricam produtos a partir dos recursos naturais, como vassouras com as folhas do coqueiro, tijolos com o barro natural e ferramentas com troncos e galhos de árvores como a pereira e a aroeira, dentre outras. Para a identificação das espécies, os mateiros (ou especialistas) olham detalhadamente as características das plantas, as folhas, o tronco, o porte, os frutos e flores, e o cheiro. Em caminhadas realizadas junto a esses mateiros, e, juntamente com as informações coletadas nas diversas entrevistas realizadas, procedeu-se um levantamento etnobotânico preliminar, o qual foi sintetizado em um quadro comparativo, como será apresentado no próximo item.

Um estudo etnobotânico no Alto Jequitinhonha

A etnobotânica foi o instrumento metodológico utilizado para este estudo. As informações sobre as plantas coletadas e identificadas nos trabalhos partiram do conhecimento que os quilombolas detêm sobre as mesmas, nas quais se inserem aspectos de importância cultural, econômica e ecológica.

A metodologia utilizada para a construção do perfil dos usos da biodiversidade foi o levantamento etnobotânico feito a partir de caminhadas guiadas com os principais mateiros das comunidades, que eram indicados pelos próprios moradores da comunidade como quem detinha maior conhecimento sobre as espécies, ou seja, eram reconhecidos pela comunidade em geral pelo seu saber. Apoiada em roteiro semiestruturado e realizada nas proximidades do terreno, a caminhada permitiu o reconhecimento das formações vegetais, a avaliação aparente do seu estado de conservação/degradação e o registro das espécies por meio de fotografias. No levantamento foram registradas as principais espécies utilizadas pela população bem como os principais usos, com enfoque para o uso medicinal. As caminhadas guiadas foram realizadas com diferentes mateiros das diversas comunidades, havendo, portanto, uma sobreposição de espécies, fato não registrado no quadro comparativo, uma vez que este estudo busca uma análise qualitativa e não quantitativa de espécies.

A partir do levantamento e da organização dos dados por meio de uma primeira lista com os nomes e usos populares das espécies, realizou-se uma

busca dos nomes científicos e usos reconhecidos através de sítios especializados da Internet, artigos científicos, livros e a tabela de plantas medicinais divulgada pela Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) em março de 2010. Após essa conferência, foi elaborado um quadro comparativo entre os usos reconhecidos/científicos e os usos populares feitos pelas comunidades.

Quadro 2:

Comparação entre usos reconhecidos pela literatura consultada e usos populares das comunidades

Nome científico	Nome popular	Usos reconhecidos pela literatura consultada	Usos das comunidades
<i>Ageratum conyzoides</i>	Mentrasto/ Mentraz	Medicinal: 2 – 8 – 13 Apresenta contraindicações.	Medicinal: 2 – 1
<i>Amburana cearensis</i>	Imburana	Medicinal: 1 – 4 – 9 – 13. Madeireiro	Medicinal: 1 – 4 Veterinário
<i>Anacardium occidentale</i>	Caju	Medicinal: 1 – 2 – 9 Alimentício	Medicinal: 2 Alimentício
<i>Anadenanthera sp.</i>	Angico	Medicinal: 1 – 5 – 6 – 9 Madeireiro	Medicinal: 4
<i>Anadenanthera sp.</i>	Angico –Cascudo/ Angico do cerrado	Medicinal: 7 Madeireiro Ornamental	Madeireiro
<i>Annona sp.</i>	Pinha	Medicinal: 2 – 5 – 8 – 16 Alimentício	Alimentício
<i>Apuleia ferrea</i>	Pau ferro	Medicinal: 5 – 7 – 8 – 19	*Uso não identificado
<i>Aspidosperma sp.</i>	Pereira	Medicinal: 1 – 2 – 6 Madeireiro	Medicinal: 1 Madeireiro Cabos de ferramentas Artesanato
<i>Astronium fraxinifolium</i>	Gonçalo / Pau Gonçalo	Medicinal: 1 – 2 – 7	Medicinal: 12 – 20
<i>Attalea sp.</i>	Coqueiro/ Coco vassoura	Artesanal Fabricação de vassouras, fibras e cordas	Alimentício Artesanal Fabricação de vassouras
<i>Bauhinia langifolia</i>	Unha d'anta	Medicinal: 18 – 26	Medicinal: 4
<i>Bixa arborea</i>	Urucum	Medicinal: 2 – 3 – 4 – 16 – 22 – 25 Corante natural	Alimentício Artesanal Corante natural
<i>Caryocar brasiliensis</i>	Pequizeiro	Medicinal: 1 – 2 – 4 – 6 Alimentício	Doméstico Alimentício
<i>Cecropia sp.</i>	Embaúba	Medicinal: 4 – 5 – 6 – 22	*Uso não identificado

<i>Cedrela fissilis</i>	Cedro	Medicinal: 1 – 3 Madeireiro Ornamental	Madeireiro
<i>Copaifera langsdorffii</i>	Pau D'óleo	Medicinal: 1 – 3 – 12	Artesanal Madeireiro
<i>Curatella Americana</i>	Lixa-Unha / Lixinha / Lixeira	Medicinal: 1 – 3 – 4 – 7 – 12 Veterinário	Cosmético
<i>Davilla rugosa</i>	Sambaíba / Sambaibinha	Medicinal: 1 – 3 – 4 – 12	Artesanal
<i>Dilodendron bipinnatum</i>	Maria Pobre	*Uso não identificado	Artesanal
<i>Dimorphandra mollis</i>	Faveira	Medicinal: 5 – 18 – 22 Alimentício	Alimentício
<i>Echinodorus grandiflorus</i>	Chapéu de couro	Medicinal: 3 – 5 – 8 – 10 – 11 – 19. Extrato para bebida	Medicinal: 11
<i>Erythrina sp.</i>	Mulungu	Medicinal: 1 – 4 – 8 – 10 – 14	Medicinal: 4 Veterinário
<i>Eugenia dysantherica</i>	Cagaiteira	Medicinal: 2 – 7 Alimentício	Alimentício
<i>Ficus sp.</i>	Gameleira	Medicinal: 3 – 21 Artesanal	*Uso não identificado
<i>Genipa americana</i>	Jenipapo	Medicinal: 2 – 3 – 5 – 17 Alimentício	Medicinal: 17 Alimentício
<i>Gossypium sp.</i>	Algodão Algodoeiro	Medicinal: 1 – 2 – 4 – 9 – 11. Têxtil	Medicinal: 10 – 24
<i>Guazuma ulmifolia Lam</i>	Mutamba	Medicinal: 3 – 4 – 10 – 12	*Uso não identificado
<i>Hancornia speciosa Gomes</i>	Mangaba	Medicinal: 1 – 3 – 4 – 10 – 13 – 17 – 18 – 22 Alimentício	Alimentício
<i>Hymenaea sp.</i>	Jatobá	Medicinal: 2 – 11 Alimentício Madeireiro Cabos de ferramentas	Medicinal: 4 Alimentício Veterinário Artesanal
<i>Indigofera suffruticosa</i>	Anil de folha	Medicinal: 1 – 2 – 3 – 5 – 10 – 14 – 17. Inseticida e repelente. Fabricação de tinturas Antídoto natural do mercúrio e do arsênico.	Artesanal Fabricação de tinturas
<i>Lavandula sp.</i>	Alfazema	Medicinal: 3 – 4 – 8 – 10 – 12 – 13 – 14 – 20. Cosmético	Medicinal: 24

<i>Magonia pubescens</i>	Tingui	Medicinal: 3 – 14 Veterinário Inseticida Artesanal	*Uso não identificado
<i>Mentha pulegium</i>	Poejo	Medicinal: 2 – 4 – 13 – 14 – 21 Apresenta contraindicações.	Medicinal: 4
<i>Mentha spicata</i>	Levante / Hortelã peluda	Medicinal: 2 – 4 – 13 – 14 – 20 - 21	Medicinal: 4
<i>Morus nigra</i>	Amoreira	Medicinal: 1 – 2 – 3 – 11	*Uso não identificado
<i>Myracrodruon urundeuva</i>	Aroeira	Medicinal: 1 – 2 – 3 – 5 – 6 – 7 – 8 – 12 – 19 Apresenta contraindicações. Veterinário	Madeireiro Cabos de ferramentas Lenha
<i>Palicourea rigida</i>	Galúina	* Uso não identificado	Medicinal: 11
<i>Passiflora sp.</i>	Maracujá do mato	Medicinal: 4 – 14 Alimentício	Medicinal: 14 Alimentício
<i>Pluchea sagittalis</i>	Quitoco	Medicinal: 1 – 2 – 4 – 16	Medicinal: 1
<i>Polygonum sp.</i>	Erva de bicho	Medicinal: 1 – 2 – 3 – 8 – 9 – 11 – 15 – 19 – 21. Apresenta contraindicações	Medicinal: 3 – 12 Crença Popular
<i>Pseudobombax grandiflorum</i>	Imbiricu	Artesanal Ornamental Produção de cordas e cordões	Artesanal Produção de cordas e cordões
<i>Psidium sp.</i>	Goiabeira Goiabinha	Medicinal: 1 – 2 – 7. Alimentício	Medicinal: 1 – 2 – 4 Alimentício
<i>Punica granatum</i>	Romã	Medicinal: 1 – 2 – 5 – 7 – 21. Alimentício	Medicinal: 1 – 2
<i>Rosmarinus officinalis</i>	Alecrim	Medicinal: 1 – 2 – 3 – 4 – 5 – 6 – 8 – 13 – 14 – 20 – 22. Apresenta contraindicações.	Medicinal: 1 – 4
<i>Sambucus nigra</i>	Sabugueira	Medicinal: 1 – 3 – 4 – 5 – 17 – 24. Apresenta contraindicações.	Medicinal: 4

<i>Senna sp.</i>	Fedegoso	Medicinal: 1 – 19	Medicinal: 4 Alimentício Extrato para bebida
<i>Senna sp.</i>	Fedegoso / Fedegoso gigante	Medicinal: 1 – 2 – 3 – 5 – 10 – 15 – 16 – 17 – 19 – 23	Veterinário
<i>Solanum paniculatum</i>	Jurubeba	Medicinal: 1 – 2 – 3 – 5 – 6 – 10 – 13 – 14 – 16. Artesanal Apresenta contraindicações.	Medicinal: 2 Artesanal
<i>Strychnos pseudoquina</i>	Quina de vara / Quina do cerrado	Medicinal: 1 – 2 – 6. Apresenta contraindicações	Medicinal: 1
<i>Stryphnodendron sp.</i>	Barbatimão	Medicinal: 2 – 3 – 4 – 6 – 7 – 9 – 15	Medicinal: 2 – 12 Veterinário
<i>Symphytum officinale</i>	Confrei	Medicinal: 1 – 3 – 8 – 9. Apresenta contraindicações.	Medicinal: 1
<i>Tournefortia paniculata</i>	Marmelinho	Medicinal: 5 – 11	*Uso não identificado
<i>Trichilia pallida</i>	Amesca	Medicinal: 1 – 8 – 23	Doméstico
<i>Vernonia ferruginea</i>	Assa-peixe	Medicinal: 1 – 4 – 6 – 11 – 15 – 20	Medicinal: 22
<i>Ziziphus joazeiro Mart.</i>	Juá	Medicinal: 1 – 2 – 3 – 11 – 19	Medicinal: 4 – 20

Fonte: Patrícia Crisóstomo Dupin, 2009.

Legenda de usos medicinais

01. Inflamações, dores e febres
02. Perturbações gástricas e digestivas. Espasmos e distúrbios gastrointestinais, diarreia
03. Afecções da pele e mucosas. Verrugas, cravos, espinhas, queda de cabelo, caspa, sarna, micoses
04. Afecções respiratórias – tosses, gripes, resfriados, bronquites, tuberculose, sinusite
05. Diurético e Depurativo
06. Tônico – falta de apetite e anemia
07. Adstringente
08. Dores articulares – artrite, artrose, reumatismo

09. Hemostático
10. Afecções do fígado e baço. Icterícia. Hepatite
11. Afecções renais e das vias urinárias
12. Cicatrizante
13. Cólicas abdominais, intestinais e uterinas. Gases
14. Ansiedade, insônia, histeria e depressão. Calmante
15. Problemas circulatórios. Insuficiência venosa – hemorroidas e varizes
16. Constipação intestinal, prisão de ventre
17. Purgativo
18. Diabetes
19. Doenças venéreas, como sífilis, gonorreia, herpes
- 20 – Anti – séptico
21. Vermífugo
22. Hipertensão, doenças cardíacas
23. Malária
24. Sarampo
25. Enjoos, náuseas e vômitos
26. Elefantíase

Foram identificadas 55 espécies em campo, sendo que sete delas foram apenas identificadas pelos quilombolas, isto é, apesar de reconhecidas, não foram mencionados possíveis usos. Outras duas espécies, a galuína (*Palicourea rigida*) e a maria pobre (*Dilodendron bipinnatum*), foram identificadas pelos quilombolas e relatados usos medicinal e artesanal, respectivamente, porém, não foram encontrados usos na literatura consultada.

A partir da análise do quadro, percebe-se que o maior uso, tanto no que consta da literatura consultada, como o relatado nas comunidades, é medicinal. Dessa forma, foram identificados e agrupados vinte e seis usos medicinais para as espécies identificadas. A legenda representa e demonstra os usos medicinais das espécies, apresentando uma relação decrescente de ocorrência, ou seja, quanto mais recorrente é o uso, menor é o número na legenda. Por exemplo, o número 1 diz respeito ao uso medicinal para inflamações, dores e febres – das 55 espécies identificadas em campo aproximadamente 56% apresenta essas finalidades medicinais. Como pode ser observado na tabela, as indicações medicinais de 1 a 4 se sobressaem, aparecendo muitas vezes em diversas espécies, percebendo-se, de uma forma geral, que são os problemas de saúde mais comuns que corriqueiramente nos afligem.

Nota-se que os usos medicinais feitos pelas comunidades são restritos em relação aos usos reconhecidos pela literatura consultada. Além disso, esses usos diferem em alguns casos, como no caso do jatobá (*Hymenaea sp.*) que, de

acordo com a literatura consultada, serve, para distúrbios gastrointestinais e afecções das vias urinárias. Já pelo conhecimento das comunidades quilombolas, o jatobá serve para afecções das vias respiratórias. Entretanto, percebe-se que, embora essas comunidades apontem um conhecimento medicinal restrito, elas demonstram um saber próprio. O jatobá, nesse sentido, é exemplo claro desse saber – enquanto a literatura consultada demonstrou somente os usos medicinal e alimentício dessa espécie, as comunidades demonstraram além desses usos, os usos veterinário e artesanal.

Vale notar que nove espécies apresentam contraindicações ressaltadas pela literatura consultada, fato esse não mencionado pelos mateiros em campo. Há o mito, principalmente entre populações tradicionais, de que tudo o que é natural é um bom remédio e não causa nenhum dano à saúde. Detalhe que pode vir a suscitar uma preocupação, uma vez que o limite entre o remédio e o veneno entre plantas medicinais é muito tênue, dependendo, na maioria das vezes, da dosagem, ou até mesmo da parte da planta utilizada. É importante observar que os mateiros das comunidades estudadas não demonstraram muito conhecimento a respeito da toxicidade das plantas.

Sendo assim, é de extrema importância a conscientização junto às comunidades e, principalmente, aos mateiros/especialistas, no que se refere aos usos inadequados e à toxicidade de plantas medicinais. Auxílio que pode ser dado através de palestras informativas e esclarecedoras, bem como a criação e divulgação de material educativo na comunidade, com informações científicas sobre o perigo do uso inadequado das plantas medicinais.

É importante ressaltar que os usos pelos quilombolas não são apenas medicinais. Usos como: madeireiro, alimentício, artesanal e veterinário, dentre outros, também foram relatados, apresentando, assim como os medicinais, grande influência no cotidiano dessas populações. Dentre os usos das comunidades, foram relatadas quatro espécies de uso veterinário, cinco de uso madeireiro (mourões, vigas, esquadrias etc.), dez de uso artesanal e doze de uso alimentício. A partir desses usos, nota-se como a biodiversidade é fator ativo na sobrevivência dessas populações, fornecendo tanto alimentos, como instrumentos de trabalho.

Cosiderações Finais

Conclui-se que as plantas medicinais são de grande importância para a manutenção da saúde dos moradores das comunidades pesquisadas, pois, em geral, são a primeira opção em caso de enfermidades. Isso se dá tanto como forma de economia, devido aos altos custos dos fármacos industrializados, e também como forma de fortalecimento do conhecimento tradicional, uma vez que esses moradores, geralmente, dão muito valor a esse saber local preservado e difundido ao longo das gerações.

A partir deste artigo, nota-se que a população dessas comunidades dispõe de grande biodiversidade ao seu alcance. Porém, os usos das espécies nativas são restritos, isto é, as formas de utilização dessas espécies podem ser ampliadas e diversificadas, tanto em atividades como o artesanato, como na alimentação, ou nos múltiplos usos medicinais das espécies.

Uma alternativa para a ampliação desses usos seria a oferta de oficinas de artesanato e a criação de uma horta medicinal comunitária em cada comunidade, em conjunto com o aperfeiçoamento do conhecimento dos mateiros/especialistas sobre os possíveis usos medicinais das espécies. O objetivo seria o de orientar, disponibilizar e popularizar o uso dos recursos para o restante da comunidade. Dessa forma, podemos observar o meio ambiente como um ativo de desenvolvimento, tendo relação direta com a possibilidade de melhoria da qualidade de vida da população.

Esse estudo nos permite afirmar o quanto a etnociência e os etnosaberes são importantes para a conservação da biodiversidade. As comunidades estudadas demonstraram um profundo conhecimento tanto etnobotânico, como de formas de preservação e manejo do meio ambiente. Uma vez envolvidas com sua tradição de utilização dos recursos naturais, a tendência é a melhora progressiva da gestão e do manejo desses recursos, já que sua sobrevivência depende diretamente da preservação do meio ambiente. Contudo, é notável a importância do papel das comunidades tradicionais na conservação da biodiversidade – elas não podem ser excluídas desse debate, uma vez que são forças ativas nessa luta.

É preciso um maior reconhecimento do papel das populações tradicionais na conservação e recuperação dos recursos naturais, sendo fundamental uma maior interação e articulação de ideias entre o saber científico e o saber autóctone, tradicional. A ciência das populações tradicionais precisa do seu devido valor, já que ela pode ser um diferencial na garantia da sustentabilidade ambiental, além de uma possível fonte de renda.

Um dos principais desafios no Brasil têm sido a manutenção e gestão sustentável de forma integrada da biodiversidade, ou seja, a absorção de comunidades tradicionais pelas áreas oficialmente protegidas. A relação dessas comunidades com esses espaços protegidos se torna um desafio na atualidade. Assim, embora exista uma Estação Ecológica adjacente à área de estudo e uma Área de Proteção Ambiental Municipal protegendo as nascentes do rio Capivari em Minas Novas, é fundamental a criação de novas Unidades de Conservação no Alto Jequitinhonha, visto a pressão da monocultura de eucalipto e das constantes queimadas nesse espaço. O saber local aliado a novas formas de gestão e proteção participativa podem conter a avanço da degradação ambiental nesse território. Nesse sentido, a criação de Unidades de Conservação de Uso Sustentável é o que mais se adéqua à realidade local.

Referências bibliográficas

- ARRUDA, Rinaldo. “Populações ‘Tradicionais’ e a proteção dos recursos naturais em Unidades de Conservação”. In: Anais do PRIMEIRO CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO. Vol. 1 Conferências e Palestras. Curitiba, Brasil, 1997.
- BARREIRA, A. 1979. La Etnobotânica: Três puntos de vista e una perspectiva, IN: Barreira, A. (Ed), Instituto de Investigación sobre recursos bióticos. *La Etnobotânica*, México.
- BRANDÃO, C. R. *Plantar, colher, comer*. Rio de Janeiro: Graal, 1981.
- CALIXTO, J. S; RIBEIRO, E. M. O cerrado como fonte de plantas medicinais para uso dos moradores de comunidades tradicionais do alto Jequitinhonha, MG. II ENCONTRO DA ANP. Maio de 2004. Indaiatuba. São Paulo.
- CALIXTO, J. S. Botica da Natureza: conhecimento, uso e regulação de recursos vegetais para a saúde em comunidades rurais do alto Jequitinhonha. Lavras: UFLA, 2002 (Monografia – Graduação Engenharia Florestal).
- DIEGUES, Antonio Carlos. (org). *Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza*. Editora Hucitec-NUPAUB-USP, 2000.
- FRANCO, I. V., FONTANA, V.L. *Ervas & Plantas: A Medicina dos Simples*. 7ª Ed., Erechim-RS, Editora Edelbra, 2002.
- FONSECA-KRUEL, V.S da, PEIXOTO, A.L, 2004. Etnobotânica na Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo, RJ, Brasil. Acta Bot. Bras.18.
- GALIZONI, F. M. A terra construída: família, trabalho, ambiente e migrações no alto Jequitinhonha, Minas Gerais. São Paulo: USP/FFLCH, 2000.

- GONTIJO, Bernardo Machado. Implicações do plantio generalizado de eucaliptus no empobrecimento social e da biodiversidade do alto/médio Jequitinhonha - MG, *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo: AGB, n. 77. p. 57-77, abr. 2001.
- JONES, V. H., *The nature and status of Ethnobotany*. *Chronica. Bot.* 6, 219-221, 1941.
- MAGALHÃES, Alessandra. *Perfil Etnobotânico e conservacionista das comunidades do entorno da Reserva natural Serra das Almas*. Ceará-Piauí, Brasil. UFCE. 2006 (Dissertação – Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente).
- PRANCE, G. T. *Etnobotânica de algumas tribos Amazônicas*, IN: Ribeiro, G.B. (Ed), *Suma Etnológica Brasileira*. Etnobiologia. Vozes/FINEP, Petrópolis, 1987.
- POSEY, Darrel Addison. *Indigenous Knowledge and Development: an ideological bridge to the future*. *Ciência e Cultura* 35(7), 1983.
- SILVEIRA, D.C. da., CHIODI, R.E, MEIRELES.T.M, MEDINA, M. *Saber Local e Meio Ambiente no Alto Jequitinhonha*. IV ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS. 2008. Brasília – DF – Brasil. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro4/cd/ARQUIVOS/GT3-532-242-20080518210052.pdf> . Acesso em 10 de março de 2010.

Pesquisa em sítios especializados da Internet entre fevereiro e abril de 2010

- ANVISA. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Tabela de Drogas Vegetais. Disponível em: <<http://portal.anvisa.gov.br>> – Acesso em 23 de abril de 2010.
- ÁRVORES DO BRASIL. Disponível em: <<http://www.arvores.brasil.nom.br>> - Acessado em 10 de fevereiro de 2010.
- EMPÓRIO DO CERRADO. Disponível em: <<http://www.emporiocerrado.org.br>> Acesso em 19 de março de 2010.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2000. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/recursosnaturais/diagnosticos_levantamentos/jequitinhonha/apresentacao.shtm.> Acesso em 05 de fevereiro de 2010.
- INSTITUTO DE BOTÂNICA. Jardim Botânico do Estado de São Paulo. Disponível em: <<http://www.ibot.sp.gov.br>>. Acesso em 12 de março de 2010.
- PLANTAMED. Plantas e Ervas medicinais e Fitoterápicos. Disponível em: <<http://www.plantamed.com.br>> - Acesso em 10 de fevereiro de 2010.

- PLANTAS DO BRASIL. Disponível em: <<http://www.plantasdobrasil.com.br>> - Acesso em 10 de março de 2010.
- PORTAL SEIA. Portal do Sistema Estadual de Informações Ambientais da Bahia. Governo do Estado da Bahia. Disponível em: <<http://www.seia.ba.gov.br>> - Acesso em 15 de abril de 2010.
- RODRIGUES, L. M; DINIZ, R. F; DEUS, J. A. S; SILVA, L. M. Banner sobre uso de saberes locais na produção do artesanato em comunidades quilombolas de Minas novas e Chapada do Norte Vale do Jequitinhonha/mg. In: Simpósio Internacional sobre saberes tradicionais, biodiversidade, biotecnologia e dinâmicas territoriais - Sinbiotek, 2010, Goiânia - GO. Simpósio internacional sobre saberes tradicionais, biodiversidade, biotecnologia e dinâmicas territoriais - SINBIOTEK, 2010

3. Abordagem etnogeográfica do uso de saberes na produção do artesanato em comunidades quilombolas de Minas Novas e Chapada do Norte

Ludimila de Miranda Rodrigues

Raphael Fernando Diniz

José Antonio Souza de Deus

Lussandra Martins Gianasi

Além de constituir uma prática econômica realizada por diferentes atores sociais, o artesanato tem se colocado atualmente como importante alternativa para a preservação das tradições culturais e para a geração de fonte de renda para as comunidades locais em seus territórios rurais tradicionais em diferentes regiões do Brasil. Vale ressaltar que em muitos casos essa atividade apresenta também relevante papel na promoção do uso sustentável de matérias-primas empregadas na produção de arte, seja através do incentivo à conservação da biodiversidade local, seja por meio da reutilização de materiais recicláveis.

No Vale do Jequitinhonha mineiro, região de contrastes marcantes, invariavelmente reportado na literatura científica e ora caracterizada como “região problema”, ora como de expressiva riqueza, por seu patrimônio histórico-cultural e de sua biodiversidade, a atividade do artesanato exerce hoje importante efeito na geração de renda e na preservação das tradições socioculturais dos agricultores camponeses e quilombolas.

Entretanto, essa atividade enfrenta atualmente grandes desafios nos territórios tradicionais de comunidades quilombolas dos municípios de Minas Novas e Chapada do Norte. Nessas comunidades, a continuidade e a expansão do artesanato entre as famílias quilombolas ainda encontra fortes obstáculos frente a constante migração sazonal camponesa, a perda de terras para grileiros e empresas ligadas à silvicultura do eucalipto, a escassez de matéria-prima e a ausência de um mercado consumidor local consolidado. Mesmo com essas dificuldades, os artesãos procuram, entretanto, reunirem-se em associações para discutir problemas comuns e buscar, no artesanato, uma

alternativa para a manutenção da identidade cultural quilombola e a redução do intenso êxodo de trabalhadores sazonais.

Diante disso, o presente trabalho se propôs a analisar e interpretar, em onze comunidades quilombolas situadas nesses dois municípios, a relação estabelecida entre a atividade artesanal, desenvolvida com o uso de recursos naturais da biodiversidade local e a preservação de tradições culturais afro-descendentes. Ademais, buscou-se compreender os avanços e os impasses na consolidação do artesanato como atividade de promoção à preservação das tradições culturais, dos recursos naturais locais e para a geração de renda adicional às famílias quilombolas, constituindo-se (ou não) como alternativa possível de redução dos processos de migração sazonal.

A efetivação dessa pesquisa científica revelou-se como uma atividade de fundamental importância para se avaliar os avanços, impasses e perspectivas do artesanato como atividade econômica que se insere dentro das dinâmicas atuais de alterações socioculturais e socioespaciais quilombolas. Acredita-se que uma importante contribuição possa ter sido dada para futuros projetos de desenvolvimento rural no Vale, os quais necessitarão de melhor conhecimento acerca das especificidades locais das comunidades, bem como dos problemas especificamente enfrentados pelos quilombolas.

O recorte espacial de estudo compreende cinco comunidades rurais quilombolas sediadas em Minas Novas (Mata II, Macuco, Pinheiros, Santiago e Quilombo), e seis em Chapada do Norte (Moça Santa, Córrego dos Gamelas, Córrego Santa Rita/Galdino, Córrego do Paiol, Cuba e Gravatá I), todas reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares como *Comunidades Remanescentes de Quilombos*.

A metodologia que norteia este trabalho é essencialmente qualitativa, privilegiando a oralidade documentada por meio de entrevistas semiestruturadas. Para sua concretização, foram empreendidos cinco trabalhos de campo, nos anos de 2009 e 2010, nas comunidades estudadas.

Nesses reconhecimentos de campo foram realizadas entrevistas com agricultores quilombolas e lideranças locais, procurando-se compreender a dinâmica da atividade do artesanato nas comunidades, bem como os avanços, impasses e desafios que envolvem tal atividade. Ademais, buscou-se catalogar os diferentes tipos de recursos naturais utilizados para a produção artesanal e identificar os locais onde são coletados. Foram feitos também registros icográficos (fotografias) das peças artesanais produzidas pelos quilombolas, dos instrumentos de trabalho por eles utilizados e das instalações onde é produzido o artesanato.

As etapas metodológicas contemplaram também um retrabalho bibliográfico sobre o artesanato, destacando o seu significado enquanto representação

da arte e manifestação sociocultural do artesão, além de registrar os atuais desafios enfrentados para o desenvolvimento da atividade.

Referencial teórico

Vários estudiosos têm realizado pesquisas, nas quais apresentam o artesanato quase que exclusivamente como estratégia de reprodução socioeconômica. Entretanto, poucos são os pesquisadores que se habilitam a refletir no plano teórico sobre o que é o artesanato em termos do seu significado enquanto representação da arte ou problematizando e discutindo até que ponto o trabalho do artesão se assemelha ou difere do trabalho do artista no mundo contemporâneo do trabalho. Essas são algumas questões que, de forma breve, serão discutidas nessa revisão bibliográfica.

A palavra artesanato possui uma acepção original que:

Significa um fazer ou o objeto que tem por origem o fazer ser, eminentemente manual. Isto é, são as mãos que executam o trabalho. São elas o principal, senão o único, instrumento que o homem utiliza na confecção do objeto. O uso de ferramentas, inclusive máquinas, quando e se ocorre, se dá de forma apenas auxiliar, como um apêndice ou extensão das mãos, sem ameaçar sua predominância. (Lima, 2003:1)

Dessa forma, o “fazer” com as mãos do trabalhador é o fator fundamental que caracteriza um artesanato; as mãos são os principais e, em muitos casos, os únicos instrumentos de trabalho empregado. Isto é, pode-se fazer o uso de instrumentos técnicos no fazer artesanal, mas apenas de forma complementar, sem que a utilização de ferramentas supere o uso das mãos na elaboração do objeto. Além disso, o fazer manual implica o uso de um tempo que é determinado pelo artesão; o artesanato, como qualquer outra arte, requer tempo e inspiração do artesão para ser elaborado. E o tempo do artesanato, certamente, não é o mesmo tempo determinado pelo capital.

Eis uma questão em que o fazer artesanal sempre se contrapõe com a demanda do mercado. No mundo da mercadoria, da circulação e do consumo, os objetos obedecem ao tempo determinado pela lógica do capital e, por isso, eles devem prontamente estar disponíveis e em quantidade suficiente para o consumo. Mas o artesanato não está submetido a essa lógica e, conseqüentemente, nem sempre estará disponível na quantidade e no momento que o mercado demanda, pois o produto artesanal pode estar submetido ao tempo

e às leis da natureza e dos homens que o produzem. Ademais se o produto artesanal é submetido à produção em série, ele deixa de ser um artesanato e passa a ser um “industriano”¹ – vale ressaltar.

Outra característica importante que difere o artesanato de um produto industrial é que ele não é “padronizado e perfeito” e nem tem a obrigação de sê-lo, já que é produzido com as mãos. A propósito, Lima (2003:4) pertinentemente assinala que o produto artesanal é “um objeto perfeitamente irregular”. O modelo industrial impõe à sociedade a ilusão estética da regularidade, em que para ser “perfeito” o objeto necessariamente deveria ser uniforme, homogêneo, para ser considerado belo e adequado. Sobre o artesanato e a indústria, o manual e a máquina, Salgado e Franciscatti (2007:9), a propósito, afirmam que:

O que se discute é a força do ritmo da máquina sobre um fazer que se caracteriza por um outro tempo, que era deslumbrado com outro olhar distinto do olhar da ordem de consumo, que se avaliava por outro valor distinto do valor de lucro. E por conter tais características pode proporcionar àqueles que se dedicam a esse ofício, outra relação com seu fazer e com seu produto.

O artesanato é uma produção concreta e abstrata, material e imaterial, pois o objeto artesanal é caracterizado por características físicas (tipo de material, composição dos elementos plásticos visuais, desenhos etc.) e imateriais, por meio da representação de identidades, que são construídas continuamente como algo inacabado (Dias Filho e Oliveira, 2008:2). Esses autores fundamentam tal afirmação baseados em Hall, o qual afirma que “todas as identidades estão localizadas no espaço e no tempo simbólico” (Hall, 2005:71 apud Dias Filho e Oliveira, 2008:2).

Lima (2003) centraliza suas ideias em torno de cinco aspectos fundamentais através dos quais ele define o que é uma forma de lidar com o artesanato tradicional, valorizando o produto e seu produtor (com o objetivo de viabilizar melhores produtos e condições de vida para o artesão), a saber:

O primeiro aspecto apontado pelo autor é que o artesanato não é mera mercadoria; ele traz valores, crenças e cultura embutido em si. É relevante assinalar que o objeto artesanal deve ser analisado dentro da lógica de mercado, já que é também um produto, mas não se pode esquecer que o que agrega

¹ Objetos cuja matéria-prima é industrializada e sua produção é feita em série, utilizando, na maioria das vezes, moldes, formas ou máquinas (Secretaria Nacional de Assuntos Institucionais – SNAI. Ações para o Desenvolvimento Econômico, 2001).

valor a ele não é apenas o significado material ou estético que aquela peça deve conter, e sim os valores culturais do lugar em que ele é produzido, as crenças, a história desse objeto; pois, assim como todo ser humano é moldado por um processo histórico, crenças, valores e cultura, os objetos também o são. Esse é um dos aspectos que distingue, portanto, os produtos artesanais dos industriais, e que a eles agrega, geralmente, um preço mais elevado.

É fato que no Brasil ainda não se tem uma cultura e uma política de valorização dos produtos artesanais, que também podem ser chamados de “produtos locais”, à exceção do artesanato indígena, revalorizado nas últimas décadas e que inclui tradições cerâmicas históricas (marajoara, tapajônica) e contemporâneas (dos Waura Xinguanos, dos Karajá do Araguaia dos Kadiweu de Mato Grosso do Sul); práticas de cestaria como a dos índios Baniwa do Rio Negro/AM etc. Contudo, há vários países, principalmente na União Europeia, que desenvolveram toda uma política de apoio e incentivo aos produtos locais. É o caso do Leader – Ligações Entre Ações do Desenvolvimento da Economia Rural –, programa que tem como foco a valorização do patrimônio local, seja ele rural, ambiental ou artesanal. Nesse contexto, os produtos artesanais são bastante destacados e valorizados, tanto no plano das ações políticas, quanto no plano social (Leader, 2001).

O segundo aspecto já foi discutido anteriormente, e é aquele relacionado ao seu caráter de produto, ou seja, é manual e sujeito à imperfeição. A crítica estabelecida aos produtos artesanais nesse contexto é focada nos padrões estéticos e uniformes impostos pela sociedade moderno-industrial.

O terceiro aspecto diz respeito à imutabilidade (ou não) do artesanato. Nesse sentido, é preciso repensar que o artesanato não é algo imutável; ele está sujeito a modificações nos padrões da forma, da estética de sua elaboração; resgatando, inclusive, padrões plásticos perdidos do passado, ou criando novos repertórios para sua decoração ou elaboração.

O quarto aspecto também já foi debatido e compreende o ritmo, o tempo dedicado à produção do artesanato, principalmente quando se alia artesanato e mercado. O mercado costuma exigir uma continuidade da produção que às vezes não pode ser atendida pela dinâmica diferenciada da produção artesanal. Lima (2003) cita um caso em que se organizou uma mostra de artesanato no Rio de Janeiro para que as artesãs do município de Berilo, no Vale do Jequitinhonha, fossem vender suas peças de tecelagem tradicional (colchas, toalhas, caminhos de mesa, almofadas etc.) e, após chegarem ao local, souberam que havia começado a chover na sua região. O autor comenta que as artesãs ficaram “enlouquecidas”, querendo voltar para seu município nesse momento privilegiado, pois as primeiras chuvas do ano significam para elas o tempo de plantar. Vale ressaltar que, nesse caso, o tempo das

agricultoras-artesãs se dividia entre o trabalho na roça e o artesanato. Essa é uma questão relevante que, portanto, sempre deve ser considerada.

O último aspecto a ser destacado pressupõe que o artesanato possui autoria e envolve, portanto, questões intimamente associadas com os direitos do autor. Como exemplo, cita-se a prática que as ceramistas do Vale do Jequitinhonha têm de assinar o nome e o local onde se produziu a peça, que é uma forma de colocar em evidência a procedência da peça e o autor que a criou. Essa é uma questão pouco discutida no Brasil, mas certamente de grande relevância para aqueles que desenvolvem atividades artesanais.

Vale ressaltar ainda que existe uma dicotomia que separa e distingue o artesanato e a arte, o artesão e o artista. Por pressupor que a obra de um artista renomado, ou com formação na área das artes, exige um trabalho intelectual, costuma-se menosprezar o trabalho e a profissão do artesão. Mas, deve-se questionar: será que o trabalho do artesão não exige atividade intelectual? Para criar uma peça, o artesão também não precisa pensá-la, imaginá-la?

No atual mundo do trabalho, valoriza-se a atividade intelectual em detrimento da braçal e a industrial, em detrimento da artesanal. Além disso, o artesão não é visualizado como um profissional; e, ao artesanato, atribui-se por vezes um valor inferior ao de um produto industrializado, ou de autoria de um profissional consagrado. Entretanto, é relevante assinalar que o artesanato também é uma arte, e que o artesão também é um artista, embora arte e artesanato possam ser destacados em diferentes planos discursivos, pertencentes a uma mesma realidade. Lima (2003) aponta a direção dessa análise e afirma que o termo artesanato se refere ao processo de produção do objeto predominantemente com as mãos; e, independentemente de serem essas mãos eruditas ou populares, os atores sociais que realizam o trabalho são considerados artesãos.

Quando se aborda questões como a matéria-prima com a qual o objeto é feito, a maneira pela qual é obtida, o modo como é processada, as etapas de se fazer o objeto, encontramos-nos no domínio do artesanato. Numa outra perspectiva, sobre esses mesmos objetos, quando se fala das questões de estética, de equilíbrio de massas, de proporções, de contrastes entre forma e fundo, de ritmo, de cores, de conteúdos simbólicos, de significados, de representações, tudo isso diz respeito, em geral, à arte, seja erudita ou popular. E o resultado do objeto produzido, se é “bem ou mal feito”, “bonito” ou “feio”, perfeito ou mal acabado, agradável ou não aos sentidos (visão, tato), sentimentos, razão etc., isso é uma questão de outra ordem. Isso está presente tanto nos objetos artesanais, como em obras de arte. Pois, vale ressaltar que “bons e maus artesãos existem. Bons e maus artistas também existem. Tanto eruditos quanto populares” (Lima, 2003:7).

Discussão dos resultados

O contexto geográfico-econômico no qual se inserem as comunidades quilombolas (objeto desse estudo) é caracterizado pelo baixo poder aquisitivo das famílias camponesas, pelas condições edafoclimáticas adversas à atividade agrícola (que muitas vezes chegam a ocasionar perdas de cultivos e mortes de animais), pela concentração fundiária e por passivos ambientais produzidos pelas extensas áreas de monoculturas de eucaliptos.

Com efeito, a migração sazonal masculina para o trabalho em lavouras de cana de açúcar e café tem sido uma das únicas alternativas encontrada pelos camponeses para contornar esses problemas. A migração temporária é um fenômeno de longa data na região, assim como já foi observado nos estudos de Jesus (2007). Contudo, em décadas recentes, esse fenômeno tem se intensificado ainda mais e atingido/incluído outros sujeitos sociais, como as mulheres, por exemplo.

Nesse contexto, lideranças quilombolas têm se reunido em torno de associações para discutir e gerenciar problemas comuns, procurando soluções dentro de seu próprio território para a geração de renda e trabalho remunerado para homens e mulheres que migram sazonalmente. Além desse propósito, vale ressaltar, essas associações são também espaços de manifestações culturais quilombolas, de preservação da identidade negra e promoção de ações com os jovens e crianças, como, por exemplo, aulas de informática, danças e artesanato.

As onze comunidades estudadas se organizaram em quatro associações comunitárias, a saber:

- *Associação Comunitária de Moça Santa*: que congrega quatro comunidades remanescentes de quilombos em Chapada do Norte: Moça Santa, Córrego dos Gamelas, Córrego Santa Rita e Paiol.

- *Associação Comunitária do Macuco*: que reúne três comunidades quilombolas de Minas Novas: Pinheiros, Macuco e Mata Dois e uma de Chapada do Norte – Gravatá I.

- *Associação Comunitária de Cuba*: é composta, predominantemente, por famílias da comunidade do Cuba e por alguns moradores de comunidades vizinhas, como Axi e Córrego Manoel José.

- *Associação Comunitária do Quilombo*: formada por três comunidades quilombolas de Minas Novas: Quilombo, São Pedro do Alagadiço e Santiago.

Com relação à atividade artesanal, a ideia de se promover seu desenvolvimento emergiu a partir da necessidade sentida pelas comunidades de encontrar alternativas de trabalho que gerassem renda e criassem condições

para a fixação da mão de obra camponesa nas comunidades, evitando a constante mobilidade espacial para o corte de cana e a colheita do café.

[A associação] Começou através de uma reunião da Pastoral da Terra com o sindicato... aí eles perguntô o que que a gente pretendia fazer de geração de renda... aí eu falei que *meu sonho era criar um grupo de jovens pra trabalhar com o artesanato, pra mode eles não precisá de ir pra São Paulo, pra vê se segurava ao menos a juventude aqui... pra que eles possam ao menos cursar a oitava série né*, porque eles só faziam a terceira série, a quarta e iam pra colheita de café né, e já saía e não estudava. E eu tinha aquela vontade né, de *tá ajudano os jovens pra mode eles num sair né, pra criar assim uma fonte de renda pra eles*. (Depoimento da artesã, líder comunitária da Associação de Moça Santa, Chapada do Norte, julho de 2009)

A fala anterior ilustra bem o anseio que as lideranças locais têm em conter o êxodo rural dos adolescentes e adultos. Por saírem da região muito jovens para o trabalho temporário, os quilombolas por vezes não completam seus estudos, o que cria, posteriormente, grandes dificuldades de inserção no mercado de trabalho local quando deixam de migrar. Além disso, por sofrerem atualmente diversos problemas de saúde decorrentes do sobretrabalho nos canaviais, muitos trabalhadores estão hoje sem condições físicas para a migração, permanecendo, assim, desempregados em suas comunidades.

A partir da constatação da riqueza da biodiversidade local, caracterizada por formações vegetacionais de ecossistemas como o Cerrado e a Mata Atlântica, e de ecótonos entre ambos, surgiu então a ideia de se aproveitar os recursos naturais das comunidades para a produção do artesanato. Ademais, as lideranças locais também descobriram que essa atividade já era desenvolvida por muitos quilombolas, porém, com produção em escala reduzida e em espaços restritos, como as residências familiares. Aliás, essa produção artesanal de âmbito local nas propriedades camponesas tinha, por vezes, a finalidade apenas de reduzir instrumentos de trabalho em casa e na roça, como raladores de alimentos, bateia para o garimpo do ouro e pilão para o beneficiamento de cereais e café (Figuras 1, 2 e 3).



Figura 1: Ralador de alimentos produzido artesanalmente na comunidade quilombola de Pinheiros, Município de Minas Novas, Vale do Jequitinhonha/MG. Autor: Diniz, R. F. 2009.



Figura 2: Pilão para beneficiamento de alimentos produzido artesanalmente na comunidade do Quilombo, município de Minas Novas, Vale do Jequitinhonha/MG. Autor: Diniz, R. F. 2010.



Figura 3: Bateia para garimpo produzida artesanalmente na comunidade quilombola de Pinheiros, Município de Minas Novas, Vale do Jequitinhonha/MG. Autor: Diniz, R. F. 2009.

Vale ressaltar ainda que além da produção desses instrumentos para o trabalho em casa e na roça, a atividade artesanal esteve também vinculada ao uso de técnicas tradicionais para a construção de edificações e engenhos rudimentares, como telhas de barro construídas na coxa dos artesãos, monjolos, rodas e fornos de barro e *lapa*² utilizada no processo de beneficiamento da mandioca (Figuras 4, 5, 6 e 7).



Figura 4: Telhas de casa de farinha construídas artesanalmente com barro na coxa de camponeses. Comunidade do Quilombo, município de Minas Novas, Vale do Jequitinhonha/MG. Autor: DINIZ, R. F. 2010.



Figura 5: Monjolo utilizado no beneficiamento de alimentos. Comunidade Santiago, município de Minas Novas, Vale do Jequitinhonha/MG. Autor: DINIZ, R. F. 2010.

²Lapa é o nome popular dado à rocha extraída para a construção do forno de barro. Essa rocha é colocada em cima da estrutura de barro e tem a função de torrar a farinha de mandioca com o calor gerado pela lenha queimada no interior do forno.



Figura 6: Roda utilizada para a prensa da mandioca. Comunidade do Quilombo, município de Minas Novas, Vale do Jequitinhonha/MG. Autor: DINIZ, R. F. 2010.



Figura 7: Forno de barro e lapa utilizados no processo de beneficiamento da farinha de mandioca. Comunidade do Quilombo, município de Minas Novas, Vale do Jequitinhonha/MG. Autor: DINIZ, R. F. 2010.

Com o tempo, os quilombolas foram se reunindo na sede das associações e produzindo diversos produtos artesanais, visando inserir sua produção num mercado de âmbito local (a exemplo das feiras livres realizadas nas cidades de Minas Novas e Chapada do Norte), regional, e até mesmo nacional, como ocorreu em 2008, quando foi realizada a XIX Feira Nacional do Artesanato, em Belo Horizonte. Dentre as principais peças produzidas pelas comunidades, destacam-se:

- *Associação Comunitária de Moça Santa*: artesanato de palha do milho, fibra de bananeira e cerâmica (Figura 8).

- *Associação Comunitária de Macuco*: artesanatos em madeira, instrumentos musicais tradicionais mais a exemplo de tambores, caixas para o Congado, reco-recos, xique-xiques, canecas de bambu, e cerâmica; além de peças feitas com materiais recicláveis, como réplicas do Casarão de Minas Novas, a partir de palitos de picolé (Figura 9).

- *Associação Comunitária do Cuba*: produção de cadeiras de madeira e palha, cerâmica, sacolas da palha do milho, tapetes de retalhos e crochês (Figura 10).

- *Associação Comunitária do Quilombo*: bijóias, caixas para Congado e flautas (Figura 11).



Figura 8: Artesanato de cerâmica e da palha do milho produzido por quilombolas da associação comunitária de Moça Santa. Município de Chapada do Norte, Vale do Jequitinhonha/MG. Autor: DINIZ, R. F. 2009



Figura 9: Tambores, caixas para Congado e réplica do casarão octogonal da cidade de Minas novas. Comunidade Quilombola de Pinheiros, município de Minas Novas, Vale do Jequitinhonha/MG. Autor: DINIZ, R. F. 2010.



Figura 10: Cadeira com pés feitos de madeira e assento da palha do milho. Comunidade Quilombola do Cuba, município de Chapada do Norte, Vale do Jequitinhonha/MG. Autor: DINIZ, R. F. 2010.



Figura 11: Flauta e caixa de Congado artesanais produzidos na comunidade do Quilombo, município de Minas Novas, Vale do Jequitinhonha/MG. Autor: DINIZ, R. F. 2010.

A habilidade e a técnica para a produção artesanal muitas vezes são derivados de um processo de acumulação de conhecimento, transmitido intergeracionalmente e atualmente transmitidos pelos próprios quilombolas, entre seus pares, no espaço da sede das associações comunitárias.



Figura 12: Taquara e cera de abelha mumbuca (*Cephalotrigona capitata*) utilizadas na produção de flautas. Comunidade do Quilombo, município de Minas Novas, Vale do Jequitinhonha/MG. Autor: Diniz, R. F. 2010

Para a produção do artesanato, a matéria-prima é obtida de modo extrativista nas matas vizinhas às comunidades, utilizando árvores como o *Tamboril* ('Orelha de macaco', *Enterolobium contortisiliquum*), que fornece madeira para a produção das bateias para o garimpo e outros produtos artesanais; *Pereira* (*Aspidosperma sp.*), utilizada para a confecção de ferramentas artesanais; *Taquara* (*Bambusa sp.*), usada na produção de flautas; além de

cera da abelha mumbuca (*Cephalotrigona capitata*), empregada na confecção das flautas (Figura 12).

A extração desses recursos naturais é feita, como já assinalamos, a partir de conhecimentos etnossustentáveis e etnoconservacionistas – sobretudo etnobotânicos, acumulados durante gerações, como a identificação das fases ideais da lua para extração e beneficiamento da madeira, o tamanho ideal de corte, a espessura, a cor e a aparência que melhor identificam o período de obtenção da matéria prima etc.

Além do valor comercial que os produtos agregam, destaca-se também o valor cultural, uma vez que são utilizados em manifestações religiosas como o Congado e a Marujada, tradicionais festividades que mantêm a identidade quilombola, ainda viva, para esses atores sociais (Figura 13).



Figura 13: Festa da Marujada em Quilombo: o uso de instrumentos musicais produzidos pelos artesãos como forma de manutenção das tradições culturais quilombolas. Comunidade do Quilombo, município de Minas Novas, Vale do Jequitinhonha/MG. Autor: Diniz, R. F. 2010.

Embora a atividade artesanal tenha gerado significativos avanços na geração de renda em determinados meses do ano e na preservação da identidade quilombola das comunidades, percebe-se, contudo, que ela hoje encontra grandes dificuldades para se concretizar como alternativa real que

possa substituir o trabalho sazonal camponês. Dentre os principais impasses observados, destacam-se:

- Dificuldade na comercialização da produção: resultado da ausência de um mercado consumidor consolidado, e de locais estabelecidos como pontos de venda do artesanato;

A palha só tem agora né, e o pessoal vai embora tudo pra São Paulo e só fica quem não pode trabalhar, porque eles esmorece ocê entendeu... porque eles fazem e quer vender, e aqui não tem mercado. O que ta precisano pra nós é um mercado. Porque se eles continuar aqui fazendo e ficar tudo aí sem vender eles num anima. (Depoimento da artesã, líder comunitária na Comunidade Quilombola de Moça Santa, Chapada do Norte, 2009)

- Dificuldade em conciliar o trabalho na roça, no período das chuvas, com o do artesanato: isso ocorre porque os camponeses que migram ficam em média 6 a 9 meses fora da comunidade e, quando retornam, já se iniciou o período das chuvas (época de se iniciar o trabalho nas lavouras de milho, feijão, mandioca e outros cultivos);

Essa parada que deu no artesanato esses tempos... o motivo foi a chuva, começou a chuva, o povo foi plantar... (Depoimento do artesão, comunidade de Macuco, Minas Novas, 2009)

- Carência de mão de obra na comunidade, provocada pela recorrente migração sazonal;

A cerâmica, cumecemos com o curso de cerâmica, o pessoal trabalhou, os minino aprendeu, mas inclusive dessas que aprenderam... ontem a noite eu tava pensano, *tem uma que tá hoje lá em Sete Lagoas, a outra casou e mudou lá pro interior de São Paulo, e tem uma outra que casou ontem e vai lá pra Goiás.* (Depoimento do artesão, líder comunitário da Associação Quilombola de Pinheiros, Minas Novas, 2009).

- Ausência de informações sobre o manejo de maquinário conseguido pelas associações comunitárias, como um forno elétrico adquirido pelas associações de Macuco e de Moça Santa para a produção de cerâmica;

Veio o forno, eles trouxe ele aí, mas nós num sabe trabalhar com o forno. Num sei se ele é elétrico ou é a gás. O forno é um forno complicado

e se eles num vir dar manutenção pra a gente não tem nem como usar.
(Depoimento de artesã, líder comunitária na Comunidade Quilombola de Moça Santa, Chapada do Norte, 2009)

- Perda de conhecimentos, que eram passados de geração para geração, como na produção de artesanato a partir do barro e do algodão;
- Escassez de matéria-prima como a palha do milho, resultante tanto da pequena produção do cereal nas roças, quanto das perdas na produção provocadas pelas estiagens prolongadas nas regiões habitadas pelas comunidades;
- Ausência de oficinas comunitárias – realizadas com maior frequência ao longo do ano – cuja finalidade consiste em compartilhar o conhecimento sobre técnicas de produção de diferentes produtos artesanais, no interior das comunidades.

Eles andou aqui fazeno era aquelas vazia de barro, aí quando eu comecei a aprender, aí eles parou... *parou porque aqui tá precisano de um ajudante né... pra ensinar a gente e não tá teno*, por exemplo as vazia de barro que eles tava fazeno, não tava dano saída... *então tava precisano de uma pessoa pra vim ensinar a fazer, por exemplo, uma toalha, outros tipos de coisa, crochê, muitas coisas, e aí não tá vino, se visse uma pessoa pra ajudar a gente pra cá pra associação ali... tá precisano disso... e não tem...* (Agricultora Camponesa, Comunidade Quilombola de Moça Santa, Chapada do Norte, 2009)

Considerações finais

A compreensão da dinâmica da atividade do artesanato nas onze comunidades quilombolas de Minas Novas e Chapada do Norte, obtida através do trabalho de pesquisa, resultou no entendimento, por meio da oralidade, dos avanços, impasses e perspectivas do artesanato como atividade econômica e cultural, da sua dinâmica atual e das alterações socioculturais e socioespaciais quilombolas.

Dentre os resultados obtidos, destacam-se a identificação da inexistência de *políticas de valorização dos produtos artesanais*, da *carência de apoio técnico para orientação a respeito de questões de autoria do produto*, da falta de informações e treinamento envolvendo o manejo de alguns maquinários e a dificuldade na comercialização da produção envolvendo ainda a inexistência de cadeias de valor organizadas para os produtos específicos dessas

comunidades. A superação de tais impasses poderia ser concretizada com a formulação e aplicação de capacitação políticas específicas para as comunidades rurais e criação de mecanismos de capacitação no processo de formação de pessoal dentro dos órgãos públicos para os artesãos, via associação, de formas de escoamento da produção e de entendimento da importância do tipo de produção que os quilombolas artesãos exercem.

Essa produção valoriza o patrimônio local e o valor cultural das comunidades envolvidas, por meio de processo de repasse da acumulação de conhecimento entre as gerações, sendo atualmente transmitidos pelos próprios camponeses entre si na produção de seu artesanato. Assim, levantou-se, por meio da pesquisa, a fundamentação para que os projetos específicos para o setor rural sejam estruturados e principalmente a motivação para que eles sejam dignamente implantados – ou seja, a preservação/perpetuação dos valores dos saberes locais dessas comunidades. Mostrou-se pelas fotografias e pelo levantamento dos tipos de artesanato produzidos que há diversidade intra e inter-regional desses artigos, e que, culturalmente, há bagagens diferenciadas na sua formação.

Destaca-se também que a perda de empregos via migração, os passivos gerados à saúde do trabalhador, pelo sobretrabalho nos canaviais, a dificuldade em se conciliar o trabalho na roça, no período das chuvas com o do artesanato, têm influenciado negativamente e de forma marcante a continuidade dessas ações de permanência do artesanato nas comunidades estudadas.

Desse modo, constatou-se que a atividade do artesanato ainda carece de alguns requisitos para se transformar em alternativa econômica viável à saída para o corte de cana e a colheita de café pelos camponeses quilombolas. Entretanto, embora ainda não tenha se consolidado como alternativa à migração sazonal, pôde-se observar que ela desempenha um significativo papel na preservação da biodiversidade local, das tradições camponesas, dos conhecimentos tradicionais e da identidade quilombola, devendo ser entendida como uma importante atividade para a preservação da cultura desses atores sociais que, nesse sentido, vão assumindo seu protagonismo num contexto mundial globalizado de revitalização do consumo de natureza cultural de crescentes tendências de valorização de conceitos/modelos de sustentabilidade cultural e ambiental e particularmente de etnodesenvolvimento/etnosustentabilidade.

Referências bibliográficas

- DIAS FILHO, C. S.; OLIVEIRA, G. M. *Grupos criativos: uma breve discussão sobre o artesanato da comunidade artesã de Porto do Sauípe – BA*. In: IV ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Anais... Salvador, Universidade Federal da Bahia, 2008.
- JESUS, Geraldo Agostinho de. *Agricultura camponesa/familiar e ação do Estado (PRONAF) no Vale do Jequitinhonha-MG: o caso de Minas Novas*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2007.
- LEADER. *Agricultura e Desenvolvimento Local: integrar a agricultura no Desenvolvimento Local*. Portugal: Caderno Temático IX, 2001.
- LIMA, Ricardo Gomes. *Artesanato e arte popular: duas faces de uma mesma moeda? (2003)*. Disponível em: http://www.cnfcp.gov.br/pdf/Artesanato/Artesanato_e_Arte_Pop/CNFCP_Artesanato_Arte_Popular_Gomes_Lima.pdf. Acessado em: 15 jun. 2009.
- LIMA, Ricardo Gomes. *Artesanato: cinco pontos para discussão. (2005)*. Disponível em: http://www.cnfcp.gov.br/pdf/Artesanato/Artesanato_5_Pontos/CNFCP_Artesanato_Gomes_Lima.pdf. Acessado em 15 jun. 2009.
- SALGADO, M; FRANCISCATTI, K. V. S. *Contraponto entre Arte, Artesanato e Trabalho: a falsa diferenciação e a atrofia da fantasia [12 páginas]*. In: II Colóquio de Psicologia da Arte A correspondência das artes e a unidade dos sentidos, 2007, São Paulo. Anais do II Colóquio de Psicologia da Arte A correspondência das artes e a unidade dos sentidos. São Paulo: Laboratório de Estudos em Psicologia da Arte - LAPA - USP, 2007. Disponível em: <http://www.ip.usp.br/laboratorios/lapa/versoportugues/2c43a.pdf>. Acessado em 25 jun. 2009.
- SNAI – Secretaria Nacional de Assuntos Institucionais. *Ações para o Desenvolvimento Econômico*. 2001. Disponível em: http://www.pt-pr.org.br/documentos/pt_pag/PAG%202004/PROGRAMAS%20DE%20GOVERNO/A%C3%A7%C3%B5es%20para%20o%20Desenvolvimento%20Econ%C3%B4mico%20-%20Maring%C3%A1.PD

Parte 4

Biodiversidade e Agroecologia

1. Utilização da agroecologia e biodiversidade local na recuperação de áreas degradadas em territórios quilombolas

Raphael Fernando Diniz

Maria Aparecida dos Santos Tubaldini

O Vale do Jequitinhonha é reconhecido pela literatura biogeográfica como uma região do estado de Minas Gerais dotada de uma extrema riqueza florística e animal, com espécies que são características de ecossistemas do cerrado, da mata atlântica, da caatinga e até mesmo de ecótonos entre essas três formações vegetacionais (Saint-Hilaire, 1938; Pohl, 1951, Spix & Martius, 1981). Nesses ecossistemas, por muito tempo, povos indígenas e afrodescendentes exploraram os recursos naturais com técnicas e manejos que causavam poucos impactos ao meio ambiente, respeitando sempre uma lógica de trabalho que conciliava o respeito à natureza, às tradições culturais e a manutenção de suas sociedades.

Entretanto, a partir do século XX, uma nova racionalidade de exploração da terra começa a ser praticada nessa região, norteadas pelos objetivos da agricultura produtivista e amparada pelo pacote tecnológico da Revolução Verde. Dessa forma, em meados da década de 1970, o Estado realizou fortes investimentos no Vale, procurando dinamizar sua economia e tirar sua população do “atraso” e da “carência” em que julgava se encontrar. Esses investimentos tinham como amparo a concessão de incentivos (creditícios, fiscais, tributos etc.) a pessoas físicas e jurídicas para a produção de monocultivos de eucaliptos nas chapadas do Vale (Calixto e Ribeiro, 2007).

Além de “desenvolver” uma região tida como “região problema”, o governo também visava suprir a carência das siderúrgicas mineiras em energia, abastecendo-as com o carvão provindo da queima do eucalipto. Para o plantio desses monocultivos, as terras de chapadas foram consideradas extremamente ideais, principalmente por facilitarem a mecanização, o uso de insumos químicos e serem devolutas.

Entretanto, tais investimentos desconsideraram a posse comunal das mesmas, que eram utilizadas pelos agricultores camponeses para a extração de recursos naturais (lenha, ervas, raízes medicinais etc.) e para a solta do

gado. Portanto, a expansão do eucalipto nas chapadas do Jequitinhonha implicou no encurralamento dos agricultores nas grotas e vales que margeiam as redes fluviais e, conseqüentemente, na desorganização de seu sistema tradicional de manejo da agricultura e pecuária.

A partir disso, os camponeses se viram obrigados a encontrar alternativas diante da perda de terras tão importantes à sua reprodução. Ocuparam as vertentes e as grotas situadas próximas às chapadas, as quais passaram a ser usadas intensivamente para a criação de animais e as várzeas dos córregos e rios para a produção de alimentos. Conseqüentemente, degradações ambientais começaram a se tornar cada vez mais comuns nesses espaços de reprodução camponesa, resultado tanto do uso intenso do solo, quanto das condições topográficas (vertentes muito íngremes) e edafoclimáticas locais.

Com o surgimento e intensificação desses problemas, os agricultores camponeses começaram a se organizar em associações, compartilhando experiências e discutindo soluções para seus problemas. Além disso, os agricultores também passaram a contar com o apoio da assistência técnica da Emater-MG e de Organizações Não Governamentais (ONGs), como o Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica – CAV¹. Como resultado, muitas áreas antes degradadas iniciaram processo de recuperação através de sistemas agroflorestais (SAFs), onde há a produção de alimentos, madeira para construção de cercas, telhados, currais e lenha em um mesmo espaço de cultivo.

Diante desse fenômeno, este artigo tem como objetivo analisar os resultados obtidos por agricultores quilombolas de Minas Novas e Chapada do Norte no Vale do Jequitinhonha/MG, que implantaram sistemas agroflorestais em áreas degradadas pelo uso intensivo do solo. Buscou-se também compreender os avanços e as dificuldades encontradas pelos mesmos para a manutenção e expansão desses sistemas. O recorte espacial de estudo compreende três comunidades quilombolas no município de Minas Novas (Figura 1): Pinheiros, Macuco e Mata Dois e uma em Chapada do Norte: Gravatá 1². São comunidades rurais ligadas à *Associação Comunitária União Quilombola de Macuco* e reconhecidas no ano de 2006 pela Fundação Cultural Palmares como *remanescentes de quilombos*.

¹ Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica (CAV) é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, que tem como objetivo desenvolver junto com produtores familiares da região de Turmalina manejos sustentáveis na agricultura camponesa das regiões semiáridas do estado de Minas Gerais.

²É importante destacar que a comunidade de Gravatá 1 está localizada no município de Chapada do Norte, porém, está vinculada à Associação Comunitária União Quilombola do Macuco, localizada em Minas Novas.

áreas degradadas e nos quintais para a manutenção da agricultura familiar e da soberania alimentar das famílias quilombolas. Essas entrevistas abordaram questões relacionadas às diferentes variedades de cultivos plantados nos agroecossistemas, à preservação das sementes crioulas para os próximos plantios, à organização espacial das espécies vegetais e à conservação dos recursos naturais locais. Foram feitos também registros fotográficos e cartográficos (croquis) dos sistemas agroecológicos, enfatizando a expressiva diversidade de cultivos plantados em policulturas e as tradicionais técnicas de manejo adotadas no trabalho da roça e na conservação dos recursos naturais.

As etapas metodológicas contemplaram também revisão bibliográfica sobre o conceito e os princípios norteadores da agroecologia, objetivando realizar uma comparação entre os agroecossistemas cultivados nas comunidades quilombolas e os manejos propostos por esse revolucionário paradigma de agricultura.

Da agricultura convencional à agroecológica: a construção de um novo paradigma de produção

A Revolução Verde da década de 1960 marca o início de um importante momento das pesquisas científicas no campo, contribuindo para relativos aumentos na produção e na produtividade de alguns cultivos que puderam alimentar um número cada vez maior de indivíduos que nasciam no mundo. Ademais, os objetivos almejados por essa nova revolução não estavam restritos apenas a uma (pseudo)preocupação em acabar com a fome das populações pobres, mas também estavam ligados à conjuntura socioeconômica e política da época, com o perigo de iminentes convulsões sociais, influenciadas pelo sucesso das *revoluções vermelhas*, surgirem em meio à fome e miséria (Porto-Gonçalves, 2005).

A partir desse momento, o aumento de produtividade na agropecuária esteve sempre ligado ao uso de um “pacote tecnológico” – insumos químicos, sementes geneticamente modificadas, complexos sistemas de irrigação, mecanização, agrotóxicos, política de créditos – o que gerou negativos efeitos ao meio ambiente e à saúde do homem. Além disso, as vantagens criadas por esse novo paradigma de produção agrícola não alcançaram a maior parte dos agricultores no campo, mas apenas aqueles que se encontravam em melhores condições financeiras e possuíam as melhores terras para o cultivo de determinadas culturas (Altieri, 2001). Com isso, houve o surgimento de um quadro ainda mais grave de concentração de renda e terras no campo, somado

a um constante e perverso processo de expropriação dos camponeses mais pobres, com o consequente aumento êxodo rural para as grandes cidades.

Para o meio ambiente, os desdobramentos também foram dramáticos, com a perda de solos pelo uso intensivo de máquinas agrícolas, contaminação dos recursos hídricos pelo uso, amiúde, de agrotóxicos e insumos químicos, perda da biodiversidade pela expansão de latifúndios monocultores, dentre outros. Segundo Gliessman (2001), esse paradigma de produção no campo, chamado de *agricultura convencional*, trouxe consequências danosas ao meio natural devido a uma nova racionalidade de produção, que se guiou pelo controle e homogeneização de todas as condições bióticas do meio.

Como contraponto à Revolução Verde, surge na década de 1970 outro tipo de consciência socioambiental visando superar as dificuldades econômicas, sociais e ecológicas enfrentadas pelos agricultores no campo, denominada atualmente por *agroecologia* (Altieri, 2001). Com essa nova consciência, experiências diversas foram difundidas por Organizações Não Governamentais no meio rural a fim de estimular um novo modelo de agricultura que visasse à sustentabilidade entre as relações do homem com seu meio. Foi se acumulando, então, em diferentes espaços rurais do país, uma gama de conhecimentos sobre técnicas de manejos alternativos com dependência mínima, e até nula, de insumos químicos externos nas lavouras. Somado a esses conhecimentos, destaca-se o processo de valorização dos saberes tradicionais da agricultura camponesa (indígena, quilombola, geraizeira, dentre outras) que, durante séculos, têm acumulado e repassado um significativo patrimônio cultural acerca das experiências na relação entre homem x natureza x agricultura.

Esse moderno e revolucionário paradigma de produção agrícola surgiu com o propósito de se criar agroecossistemas complexos no campo, em que fosse preservada a biodiversidade, a sinergia entre os cultivos vegetais, a flora e a fauna nativa, diminuindo a necessidade de insumos externos, preservando o saber tradicional local e produzindo alimentos mais saudáveis. Ademais, de acordo com Caporal, Costabeber & Paulus (2006):

Mais do que simplesmente tratar sobre o manejo ecologicamente responsável dos recursos naturais, [a agroecologia] constitui-se em um campo do conhecimento científico que, partindo de um *enfoque holístico e de uma abordagem sistêmica*, pretende contribuir para que as sociedades possam redirecionar o curso alterado da *coevolução social e ecológica*, nas suas múltiplas inter-relações e mútua influência. (Caporal; Costabeber e Paulus, 2006:3, grifo nosso)

Tendo, portanto, como objetivo norteador o emprego de um *enfoque holístico e de uma abordagem sistêmica* na agricultura, as técnicas de manejo utilizadas nos sistemas agroecológicos devem ter como finalidade a geração de resultados benéficos ao meio ambiente, conforme sintetizado na figura abaixo.

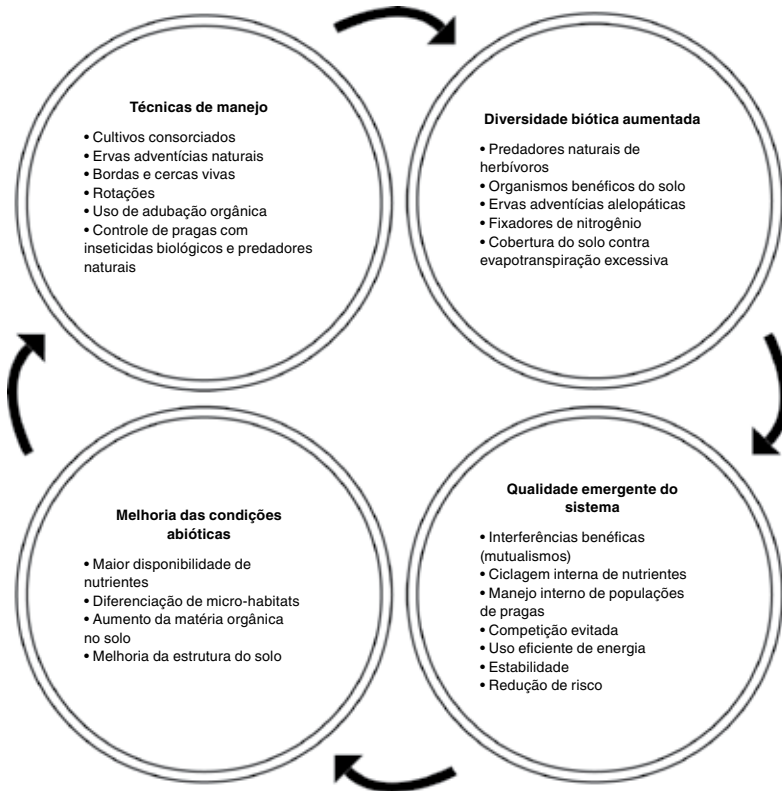


Figura 2: Dinâmica dos sistemas agroecológicos e dos benefícios ao meio biótico a abiótico em agroecossistemas diversificados

Nesse sentido, a produção agroecológica tem como mote a produção de sinergismos benéficos entre plantas, animais e substrato natural, promovendo a fertilidade e conservação do solo, o controle de pragas e o uso eficiente dos recursos naturais através de manejos tradicionais, produzindo alimentos com respeito aos limites ecológicos do meio, livres de adubos químicos e defensivos agrícolas.

Discussão dos resultados

O Grupo do Nico: o uso da agroecologia e da biodiversidade local para recuperação de peladores e garantia da soberania alimentar quilombola

Visando, então, superar parte desses problemas, foi criado no ano 2000 o Grupo do Nico, formado, até o ano de 2009, por 20 famílias camponesas³, por agricultores das quatro comunidades em estudo. Nesse grupo se reúnem mensalmente camponeses com a intenção de discutir os problemas enfrentados na agropecuária local e propor soluções para a falta de mão de obra no campo e a degradação ambiental nas comunidades. O grupo tem como norte o emprego de seus conhecimentos tradicionais, das relações de solidariedade camponesa, os exemplos de sucesso observados em outras “fazendas modelo” e o apoio técnico e operacional de instituições de assistência técnica e de ensino superior de Minas Gerais (Emater e Cav, por exemplo).

Segundo relatos concedidos por componentes do grupo, a ideia inicial para a sua criação foi do ex-padre italiano Paulo Tafolleti, morador da comunidade quilombola Gravatá I que, preocupado com os problemas enfrentados pelos agricultores quilombolas, decidiu reuni-los e estudar soluções simples, econômicas e ambientalmente sustentáveis para a degradação ambiental vivenciada nas comunidades.

Através de visitas a trabalhos experimentais em Sistemas Agroflorestais de municípios vizinhos, como Turmalina, onde a união e o esforço de agricultores camponeses recuperaram áreas degradadas por uso intensivo de adubos químicos e máquinas agrícolas, os agricultores quilombolas pertencentes ao grupo começaram a realizar as mesmas experiências em suas terras. Com o tempo, alguns terrenos considerados como *peladores* (Figura 3) passaram a produzir uma expressiva diversidade de frutas, legumes, verduras, leguminosas e cereais.

³ Importante aqui destacar que, no seu início, esse grupo era composto por um número bem maior de famílias. Porém, boa parte dos componentes se desligou do grupo devido a uma série de fatores, dentre eles principalmente a migração sazonal e a racionalidade produtivista ainda presente no modo de trabalho de muitos agricultores quilombolas.



Figura 3: Peladores em vertente na comunidade quilombola de Pinheiros, Minas Novas, 2009. Fonte, Diniz, R. F., 2009.

Para se ter uma ideia da variedade de alimentos plantados nesses agroecossistemas (Figura 4), cita-se algumas das espécies vegetais cultivadas atualmente em uma antiga área de *pelador* na comunidade de Pinheiros, reiterando que são espécies nativas locais:

- Leguminosas, raízes e cereais: feijão andu, feijão de corda (carioquinha) e leucena, milho e mandioca;
- Frutas: caju, manga, limão, pitanga, ameixa, tamarindo, banana, cagaita, abacate, goiaba e laranja.
- Árvores nativas: Tamboril (ou Orelha de Macaco) – utilizado na produção de artesanatos e de bateias para o garimpo do ouro; Aroeira – utilizada para fazer cercas e na construção civil; Pereira – empregada na confecção de ferramentas de trabalho na roça; Embaúba – utilizada como medicamento natural para combate de doenças cardíacas; Gonçalo – sua lenha é utilizada como combustível para o preparo de alimentos; Capim Anapiê (ou Capim Elefante) – utilizado na cobertura do solo contra a perda d’água pela evaporação e para o trato dos animais da roça.

com a preservação das matas nativas para o sombreamento de outras espécies. Além disso, o solo é mantido sempre com cobertura vegetal de folhas e raízes, evitando processos erosivos durante *as águas* e a perda excessiva de umidade nos longos períodos de estiagem (Figs. 5, 6 e 7). A produção nesses sistemas atende a alimentação familiar, a medicina popular quilombola e o fornecimento de madeira para a construção de cercas, telhados, currais e lenha como combustível energético.



Figura 5: Sistema Agroecológico na Comunidade Quilombola de Pinheiros: Frutas, leguminosas e cereais cultivados em sistema de policultivos. Minas Novas, 2009.
Fonte, Diniz, R. F., 2009.



Figura 6: Sistema Agroecológico na Comunidade Quilombola de Pinheiros: conservação da mata nativa para o equilíbrio do sistema ecológico local. Minas Novas, 2009.
Fonte, Diniz, R. F., 2009.



Figura 7: Sistema Agroecológico em Comunidade Quilombola de Pinheiros: solo mantido com cobertura vegetal para evitar processos erosivos nas águas e a perda excessiva de umidade nos longos períodos de estiagem. Minas Novas, 2009. Fonte, Diniz, R. F., 2009.

Para a adubação orgânica desses agroecossistemas, é comum a utilização de esterco de bovinos e aves, além de leiras compostas pela vegetação rasteira cortada nos quintais (Figuras 8 e 9).



Figura 8: Leiras dispostas em quintal cultivado em sistema agroecológico de Pinheiros. Minas Novas, 2009. Fonte, Diniz, R. F., 2009.



Figura 9: Leiras em formato circular dispostas em quintal cultivado em sistema agroecológico de Mata Dois. Minas Novas, 2009. Fonte, Diniz, R. F., 2009.

Quanto ao controle de pragas e do ataque de animais aos plantios, os camponeses utilizam, frequentemente, telas no entorno dos cultivos, sacolas plásticas (com função semelhante à de um espantalho) e cal no tronco de árvores frutíferas (Figuras 10 e 11).



Figura 10: Sacolas plásticas utilizadas para evitar o ataque de aves às hortaliças cultivadas em sistemas agroecológicos. Comunidade de Mata Dois. Minas Novas, 2009. Fonte, Diniz, R. F., 2009.

Figura 11: Tronco de laranjeira pintado com cal para evitar a infestação de formigas. Comunidade Pinheiros. Minas Novas, 2009.

O sucesso do sistema agroecológico em propriedades camponesas de Pinheiros tem levado muitos outros agricultores a fazerem o mesmo em suas propriedades, sendo possível observar sensíveis melhoras em áreas até pouco tempo degradadas. Esse processo de disseminação das experiências com os SAFs é resultado de uma racionalidade de trabalho incentivada pelo CAV – que presta assistência ao Grupo do Nico, que instrui seus *monitores* a compartilhar suas experiências com os agricultores familiares das comunidades vizinhas (Noronha; Ribeiro & Augusto, 2009).

Através do trabalho do Grupo do Nico, muitos camponeses tem se conscientizado da importância da preservação de seus conhecimentos tradicionais: guardar a cada colheita as sementes crioulas de seus cultivos, empregar a biodiversidade local de frutíferas, raízes e leguminosas nos SAFs, utilizar a adubação verde nas lavouras, mantendo cobertura vegetal no solo, erradicar as práticas de queimadas, preservar as matas no entorno das nascentes e produzir alimentos que são de grande valor nutricional para as suas famílias. Vale ressaltar que os sistemas agroflorestais contaram, e ainda contam, com o apoio técnico e a doação de mudas de árvores frutíferas do Cav e da Emater-MG em Minas Novas.

Com o tempo, o Grupo do Nico foi sendo conhecido no Brasil e, inclusive, no exterior: um de seus representantes viajou à Itália para contar um pouco das experiências quilombolas com a agroecologia no Vale do Jequitinhonha. Com esse reconhecimento, não tardou para que o grupo conseguisse apoio em assistência técnica pela Escola Técnica Família Agrícola de Turmalina, através de recursos vindos da Itália e do Canadá para a execução de projetos de apicultura e de construção de barraginhas.

Além dos trabalhos desenvolvidos nas áreas degradadas, o Grupo do Nico também formou, em parceria com a Escola Família Agrícola, quatro jovens nessa instituição. Entretanto, apenas um deles ainda continua residindo em Minas Novas, já que os outros três migraram para outros estados em busca de melhores condições de vida. É importante ressaltar que, como não conseguiu apoio financeiro dos órgãos municipais competentes, esse jovem ainda não teve a oportunidade de começar a colocar em prática o seu trabalho nas comunidades, impedindo o avanço e o sucesso desses agroecossistemas para outras propriedades camponesas.

Além disso, através desses recursos o grupo passou a contar também com um sistema de microcrédito. Por meio do dinheiro, é possível conceder empréstimos aos agricultores participantes (e até mesmo aos não participantes) do grupo para a construção de cisternas de captação da água da chuva, currais, galinheiros, dentre outras infraestruturas. Não se cobra juros do capital emprestado e, a cada mês, cada agricultor devolve ao grupo parte

do dinheiro que tomou em empréstimo. Do montante recolhido, empresta-se novamente para aqueles agricultores que aguardam inscritos numa lista para poderem utilizar esse dinheiro.

Somado ao acesso a esse capital, os agricultores recebem também apoio, através de cursos, para a construção de cisternas e barraginhas (Figuras 12 e 13).



Figura 12: Barraginha para captação da água da chuva na comunidade de Pinheiros. Minas Novas, 2009. Fonte, Diniz, R. F., 2009.



Figura 13: Cisterna para captação de água da chuva – Comunidade Gravatá. Fonte: Diniz, R. F., 2009.

Os trabalhos do Grupo do Nico vêm contribuindo também para a diminuição no número de desmatamentos e queimadas nas comunidades. Essas práticas, quando ocorriam, tinham como finalidade a formação de pastos para criações ou a abertura de novas áreas para plantios de lavouras. Contudo, com o expressivo número de nascentes que secaram nas últimas décadas e o conseqüente desaparecimento da água dos córregos e dos poços artesianos, muitos agricultores se conscientizaram dos males trazidos pelas queimadas e pelo desmatamento. A partir do trabalho de conscientização promovido pelo Grupo do Nico, estima-se uma queda em torno de 50% no índice de desmatamentos nas comunidades quilombolas.

No Grupo do Nico agente tem uma reunião que no conselho que reuni uma vez por mês, tem a reunião e depois o conselho reúne pra avaliar a reunião e planejar a próxima... e eu tava falando outro dia lá na reunião do conselho que o desmatamento diminuiu mais de 50%, as queimadas e desmatamento diminuiu, ainda desmata, ainda queima mas... eles estavam cortando mais pra poder por capim, pra lavoura, mas diminuiu muito mesmo... as queimada nas terra. (Camponês morador da Comunidade Quilombola de Pinheiros, Minas Novas, 2009)

Entretanto, ainda que esses agroecossistemas tenham alcançado um relevante sucesso nas propriedades onde foram adotados, vale destacar que nos últimos anos as secas prolongadas foram responsáveis pela perda de muitas espécies frutíferas cultivadas pelos agricultores.

(...) A seca passada foi muito braba, andou morrendo algumas [plantas]... se a gente tivesse uma água disponível pra regar né? É difícil morrer, mas andou morrendo algumas... a mangueira que morreu, acho que morreu dezessete pezinhos de manga... Olha, esta área aqui minha era só banana, mas a seca matou tudo. A seca acabou com tudo. As bananas, já faz um bom tempo que aqui era uma área de bananeira que eu plantei e acabou tudo... (Sr. Geraldo, Camponês Quilombola morador da Comunidade Quilombola do Macuco, Minas Novas, 2009)

Somado a estas perdas, a racionalidade de uma *agricultura produtivista*, ainda presente na consciência de alguns agricultores e de órgãos de assistência técnica, tem levado alguns camponeses a perder o ânimo em continuar com os manejos nos sistemas agroflorestais, descreditando na possibilidade de se produzir alimentos sem a necessidade do uso de insumos externos.

Outro problema que surge como entrave à manutenção desses agroecossistemas é o significativo aumento na migração sazonal camponesa para o

corte de cana e a colheita de café, principalmente das mulheres. O fenômeno da migração sazonal feminina é algo que está relacionado à baixa oferta de empregos aos homens nos canaviais paulistas⁴, levando suas esposas a procurar alternativas para complementar a renda familiar no campo. Com isso, foi perceptível em campo o expressivo número de propriedades nas quais já não havia mais quintais com o cultivo de hortaliças e frutas, fato decorrente da ausência da mulher na comunidade para a manutenção desses agroecossistemas.

Além dos problemas socioeconômicos, ideológicos e climáticos supracitados, menciona-se também a ocorrência de degradações ambientais causadas pela construção inadequada de barraginhas nas comunidades. Segundo relatos de um extensionista da Emater-MG em Minas Novas, algumas barraginhas foram construídas sem qualquer estudo ou controle, provocando a derrubada de árvores nativas nas encostas e o seu conseqüente assoreamento.

Diante da observação empírica nas comunidades pesquisadas, acredita-se que os sistemas agroecológicos cultivados pelos agricultores quilombolas são de fundamental importância para a preservação dos recursos naturais locais, da variabilidade genética das plantas através da manutenção de suas sementes crioulas e, principalmente, da garantia de segurança alimentar às famílias camponesas. Todavia, somado à conservação desses agroecossistemas, há a necessidade de encontrar alternativas dentro da própria comunidade para a fixação da mão de obra masculina e feminina no campo, evitando que todos os anos milhares de camponeses tenham que migrar para o corte de cana e a colheita de café.

Considerações finais

Pesquisar a recuperação e a conservação, por meio da agroecologia, de áreas degradadas em regiões de cerrado é uma tarefa importante para territórios rurais como os do Vale do Jequitinhonha mineiro, principalmente por ser esta uma região com conseqüências deletérias advindas da expansão de monocultivos de eucaliptos nas terras de chapadas.

Esta pesquisa mostrou que a implantação de sistemas agroecológicos em *peladores* de comunidades quilombolas em Minas Novas e Chapada do Norte

⁴ Fato decorrente de uma nova lei ambiental do estado de São Paulo que impede a prática de queimadas antes do corte da cana, manejo necessário à realização do trabalho manual.

é uma importante atitude para a recuperação destas áreas degradadas e para a produção de alimentos às famílias camponesas, garantindo a segurança alimentar nos períodos de grande dificuldade do ano, como nas estiagens. Entretanto, apesar dos avanços alcançados, reconhece-se que há muitos desafios a serem superados, principalmente no que se refere à permanência da mão de obra camponesa nas comunidades e à construção adequada de barraginhas para a captação e conservação das águas da chuva. Além disso, faltam às lideranças locais conhecimento e capacitação acerca do acesso aos recursos disponíveis, via projetos de interesses diversos, a serem acessados nos órgãos governamentais. Para isso, é necessária uma melhor preparação desses agentes para tratar com a organização burocrática dos editais e, posteriormente, acessado o recurso, de prestação de contas e execução dos mesmos.

Desse modo, estudos como esse se tornam de fundamental importância para uma maior percepção da manutenção da agricultura familiar, da conservação do cerrado e da segurança alimentar destas comunidades quilombolas, contribuindo significativamente para a produção de um conhecimento que ilustre a imensa riqueza biogeográfica e sociocultural do Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais.

Referências bibliográficas

- ALTIERI, M. *Agroecologia: A dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. 3ª Ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS. 2001.
- CALIXTO, Juliana Sena; RIBEIRO, Áureo Eduardo Magalhães. *Três olhares sobre o reflorestamento: a percepção de atores sociais sobre a monocultura de eucalipto no Alto Jequitinhonha, MG. Organizações Rurais & Agroindustriais*, Lavras, v. 9, n. 3, Dez. 2007.
- CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio; PAULUS, Gervásio. *Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável*. Brasília, 2006. Disponível em: <<http://agroecologia.pbworks.com/f/Agroecologia++Novo+Paradigma+EXt+rural+agroeco.pdf>> Acesso em 15. março de 2010.
- GLIESSMAN, Stephen R. *Agroecologia: Processos ecológicos em agricultura sustentável*. 3ª Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2001
- NORONHA, Alini Fernanda Bicalho; RIBEIRO, Áureo Eduardo Magalhães; AUGUSTO, Hélder dos Anjos. *Extensão Rural, Agroecologia e Inovação*

- na Agricultura Familiar do Vale do Jequitinhonha. In: *Organizações Rurais & Agroindustriais*, v.11, n.2. Lavras. 2009.
- POHL, Johann Baptist Emanuel. *Viagem no Interior do Brasil*. Trad. Reise Im Innerm Von Brasilien. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro. 1951.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A Nova Questão Agrária e a Reinvenção do Campesinato: O caso do MST*. In: *Revista Geografias* v.1 n. 1 Belo Horizonte. Julho-Dezembro de 2005.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias de Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Tradução de Clado Ribeiro de Lesta. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.
- SPIX, Johan Baptist Von & MARTIUS, Karl Friedrich Phillip Von. *Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.
- TUBALDINI, Maria Aparecid a dos Santos; DINIZ, Raphael Fernando; SILVA, Lussandra Martins da. A Importância do Trabalho Feminino para a Manutenção da Agricultura Familiar nas Comunidades Quilombolas de Minas Novas e Chapada do Norte – Vale do Jequitinhonha/MG. In: *VISÕES DO VALE*, 5, Belo Horizonte, 9 a 10 de junho de 2010.

2. Cafeicultura familiar e quilombola em territórios rurais: impasses e perspectivas da produção cafeeira nas grotas e chapadas de Minas Novas e Capelinha

Raphael Fernando Diniz

Maria Aparecida dos Santos Tubaldini

Valéria Amorim do Carmo

A atividade cafeeira em Minas Gerais foi, por muito tempo, considerada pelas pesquisas científicas como uma atividade a ser desenvolvida preferencialmente em áreas de clima úmido e temperaturas amenas, como verificado na Zona da Mata e no Sul de Minas, tradicionais regiões de produção do café no estado. A introdução da cafeicultura comercial nestas áreas foi influenciada pela existência de outros fatores além das condições climáticas favoráveis, como a proximidade geográfica a regiões de grande tradição na produção cafeeira – o norte do estado de São Paulo e o Vale do Paraíba Fluminense; a presença de infraestruturas viárias que facilitaram o escoamento da produção do café, principalmente ferrovias e rodovias; e a facilidade de acesso ao crédito e incentivos fiscais concedidos pelo governo do estado, como destacado em estudos realizados por Singer (1977) e Tubaldini (1982).

Entretanto, a partir de meados da década de 1970, a cafeicultura nestas regiões enfrentou graves crises, principalmente em razão da ocorrência de instabilidades climáticas, como as geadas, do aumento no valor dos insumos externos à produção e da queda do preço pago à saca de café no mercado externo. Tais fatores foram determinantes para que se iniciasse um processo de expansão da atividade cafeeira para outras áreas do estado de Minas Gerais, como as regiões do Triângulo e do Vale do Jequitinhonha. Nestas áreas, além dos incentivos fiscais e creditícios concedidos pelo Estado, os cafeeiros contaram também com uso de modernas tecnologias introduzidas pela Revolução Verde, as quais possibilitaram a produção de café em solos e climas considerados até aquela época inaptos à cultura do café (Andrade, 1994).

Entretanto, pouco se discute na academia que, paralelamente à cafeicultura praticada em escala comercial e desenvolvida em grandes latifúndios,

com o uso intensivo de insumos externos e modernas tecnologias importadas do “pacote tecnológico” da Revolução Verde, ocorreu (e ainda ocorre) também a produção do café em pequenos estabelecimentos camponeses e quilombolas nas terras das *grotas*¹ do Vale do Jequitinhonha.

A cafeicultura passou a ser praticada por esses agricultores em razão de uma série de fatores, dentre os quais se destacam a experiência obtida nos trabalhos sazonais em grandes fazendas produtoras de café, a necessidade de produzir o café para o consumo do grupo doméstico e a oportunidade de diversificar a renda familiar através da comercialização de pequenas produções cafeeiras. Nos estabelecimentos camponeses do Vale do Jequitinhonha, a atividade cafeeira se realiza através de manejos que exigem o trabalho familiar nas etapas de produção e beneficiamento da cultura, uso mínimo de insumos externos nas lavouras e práticas tradicionais e agroecológicas nos cuidados com os cafeeiros.

A partir dessas constatações, o artigo tem o propósito de realizar um estudo acerca da atividade cafeeira praticada em unidades de produção familiar de territórios rurais em dois tradicionais municípios cafeeiros do Vale do Jequitinhonha: Minas Novas e Capelinha. A pesquisa se deu em sete comunidades rurais, duas localizadas em Minas Novas (Quilombo e Santiago) e reconhecidas como *Comunidades Remanescentes de Quilombos* pela Fundação Cultural Palmares – FCP, e outras cinco em Capelinha (Cisqueiro, Santo Antônio do Fanado, Chapadinha, Palmital e Maracujá), sendo que as duas primeiras estão em processo de reconhecimento como *comunidades quilombolas* e as três últimas estão localizadas em tradicionais áreas cafeeiras desse município.

Os sujeitos sociais desta pesquisa são agricultores familiares e camponeses que trabalham ou já trabalharam em grandes fazendas de café do interior de Minas e São Paulo, e também dos municípios locais. São pequenos produtores rurais que encontram na cafeicultura uma atividade complementar às atividades de policultura-pecuária praticadas há gerações em seus estabelecimentos. Além de garantir a autossuficiência no consumo da bebida, a produção cafeeira representa, para os agricultores, um importante papel

¹ Grotas são denominações populares das terras situadas no fundo dos vales entre os domínios morfoestruturais das chapadas. São áreas ocupadas tradicionalmente pelos agricultores camponeses e quilombolas do Vale, onde garantem a reprodução socioespacial de suas famílias através de atividades de policultura-pecuária. Embora a historiografia tradicional registre que a atividade cafeeira tenha se desenvolvido com maior ênfase no Vale do Jequitinhonha somente a partir desse período, ressalta-se, entretanto, que a produção cafeeira já era realizada nessa região desde o início do século XX, conforme destacam Martins & Faria (2003).

na economia familiar e nos manejos com as demais culturas cultivadas nos estabelecimentos, como será detalhado adiante.

A concretização desse artigo se deu através de trabalhos de campo nos quais foram realizadas entrevistas junto aos sujeitos sociais da pesquisa, buscando uma melhor compreensão dos manejos adotados na produção do café, na comercialização da cultura e os impasses e perspectivas dos agricultores com a atividade. Além das entrevistas, foram feitos também registros iconográficos (fotografias e croquis) dos cafezais e dos manejos de produção, bem como das sociobiodiversidades que envolvem toda a atividade cafeicultura. Com o auxílio de um GPS², foi realizado o georreferenciamento das propriedades quilombolas e de seus cafezais, sendo as coordenadas geográficas registradas para a sede da propriedade familiar e para as lavouras de café.

Destaca-se que o estudo da atividade cafeicultura em *comunidades remanescentes de quilombos* no estado de Minas Gerais e, principalmente, no Vale do Jequitinhonha, é inédito no meio científico e na Geografia, o que por si só já traz relevantes contribuições à produção de conhecimentos sobre a cafeicultura em distintas realidades socioespaciais brasileiras.

Cafeicultura Quilombola em Minas Novas: a produção de cafés orgânicos e convencionais em agroecossistemas de quintais e de lavouras cafeeiras

As *comunidades remanescentes de quilombos*³ de Santiago e Quilombo estão localizadas na porção sul do município de Minas Novas, na bacia hidrográfica do Alto Capivari, em uma região formada por uma densa rede de drenagem e em um contexto geomorfológico caracterizado pela presença de *chapadas* entrecortadas por depressões profundas nos vales, denominadas popularmente por “grotas”.

O clima local é caracterizado por temperaturas mais amenas em relação às outras áreas do município, com médias térmicas relativamente mais baixas durante as estações de outono-inverno. São duas estações tipicamente marcadas pela sazonalidade no regime de chuvas, sendo uma mais chuvosa no verão e outra seca no inverno. A partir dessas especificidades climáticas, desenvolveram-se nos vales e *chapadas* das comunidades formações vege-

²Global Positioning System – Sistema de Posicionamento Global.

³ Sobre os estudos correntes acerca de comunidades remanescentes de quilombos no Brasil ver: Arruti (2006), Anjos (1999, 2009) e Cedefes (2009).

tacionais de Cerrado e Floresta Estacional Semidecidual – Mata Atlântica, onde ainda é possível observar belas paisagens de matas densas com uma rica biodiversidade, destacando-se espécies vegetais como as palmeiras *Attalea geraensis* Barb. Rodr., conhecidas popularmente como *palmeiras catulé* (Figura 1).



Figura 1: Resquícios de Floresta Estacional Semidecidual – Mata Atlântica nas Comunidades de Quilombo e Santiago: destaque para as belas palmeiras catulé que, além de fornecerem cocos de uso comestível e para a produção de óleos, produzem palmitos de excelente qualidade. Ao fundo observam-se as chapadas entrecortadas pelas grotas, paisagem símbolo da geomorfologia regional do Alto Vale do Jequitinhonha. Comunidades de Quilombo e Santiago, Município de Minas Novas, Vale do Jequitinhonha/MG. Abril de 2010.

A atividade cafeicultora nestas comunidades foi inicialmente praticada a partir de um sistema de produção que visava suprir, principalmente, as necessidades familiares de consumo da bebida, possuindo escassas relações com o mercado local. Quando havia a comercialização do café, os agricultores levavam parte excedente da produção às feiras livres que ocorriam (e ainda ocorrem) nos núcleos urbanos, vendendo ou trocando a cultura com outros camponeses. Naquela época, já podia ser constatada a ação de *atravessadores* que compravam o café nas comunidades, porém, de forma menos intensa como ocorre nos dias atuais.

Muitos dos primeiros pés de café plantados nas unidades de produção familiares podem, ainda hoje, ser encontrados em seus quintais, produzindo boas safras da mesma forma que os cafeeiros mais novos, introduzidos recentemente a partir de culturas geneticamente modificadas.

Esse aí é cafeeiro... isso é muito velho, eu cheguei aqui e já tinha esse pé de café já... eu era rapazinho e vinha aqui em tempo de festa aqui... eu tava aí com oito anos e eu tô com oitenta e dois, esse pé tem mais de setenta anos... (Cafeicultor quilombola, 82 anos, Comunidade Remanescente de Quilombos de Santiago, Abril de 2010, Minas Novas/MG)

Dentre os 13 (treze) cafeicultores pesquisados nestas comunidades, constatou-se que a grande maioria (nove) cultiva os cafeeiros no quintal de suas propriedades, estando pouco inseridos no mercado do café, já que destinam grande parte da produção ao consumo familiar. Quando há excedentes, comercializam o café com *atravessadores* que chegam do município de Capelinha – distante 30 km (trinta) das comunidades – para comprar a produção de grande parte dos cafeicultores locais. Costumam também comercializar esse excedente nas feiras livres que ocorrem aos finais de semana em Minas Novas e Capelinha, juntamente com outras culturas produzidas nas propriedades, como frutíferas, cereais e hortaliças.

Os quatro produtores restantes praticam a cafeicultura em terrenos separados dos quintais próximos às suas residências, em áreas denominadas de *lavouras cafeiras*. Encontram-se mais inseridos no mercado regional da cafeicultura, destinando grande parte de sua produção à comercialização. Utilizam com maior frequência insumos externos à produção do café, como fertilizantes químicos, fungicidas e herbicidas, além de maquinários especializados para o trato dos cafeeiros. Adquirem, muitas vezes, empréstimos junto ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, visando modernizar a infraestrutura das unidades de produção e, principalmente, o beneficiamento do café.

Nos estabelecimentos rurais pesquisados são cultivados entre 50 (cinquenta) pés até no máximo 10.000 (dez mil) pés de café, com uma diversidade expressiva de espécies, destacando-se as cultivares Catuaí vermelho (*Coffea arabica* L. cv. Catuaí Vermelho) e amarelo (*Coffea arabica* L. cv. Catuaí Amarelo), Mundo Novo (*Coffea arabica* L. cv. Mundo Novo) e “Moca” (*Coffea arabica* L. var. ‘Mokka’).

Na produção de cafés em quintais, percebe-se que, além dos cafeeiros, são cultivados também frutíferas (laranja, limão, abacate, abacaxi, manga, banana etc.), cereais, leguminosas e raízes comestíveis, conjugados à criação de pequenos animais, como galinhas e porcos, e à preservação da vegetação nativa que ainda resta próxima aos espaços de cultivo. Diante da expressiva agrobiodiversidade encontrada nesses espaços, Diniz (2010) os identificou como *Sistemas Agroflorestais* – SAFs – em quintais.

Já as *lavouras cafeiras*, por sua vez, não permitem observar uma expressiva agrobiodiversidade como constatado nos quintais, pois contam apenas com cultivo de cafés, que, em alguns períodos do ano, são consorciados com milho e leguminosas, como os feijões *carioquinha* (*Phaseolus vulgaris*) e o *andu* (*Cajanus cajan*).

O arranjo espacial dos cafeeiros nos quintais é caracterizado por não possuir um espaçamento determinado entre as cultivares, muito menos uma organização geométrica definida, diferentemente do que ocorre nas lavouras cafeiras, onde os pés de café são cultivados de acordo com um desenho cartesiano que define o espaçamento entre linhas e ruas de café (Figuras 2 e 3).

Quanto à modalidade de trabalho empregada na cafeicultura em Quilombo e Santiago, constatou-se que predomina o trabalho *familiar*, complementado com o auxílio de *diaristas* – chamados popularmente por *camaradas*, que são pagos conforme a quantidade de café colhida num determinado dia de trabalho ou apenas pelo valor do dia de serviço prestado na roça. Esses *diaristas* são, muitas vezes, irmãos, primos ou sobrinhos que residem próximos à residência de seus familiares.

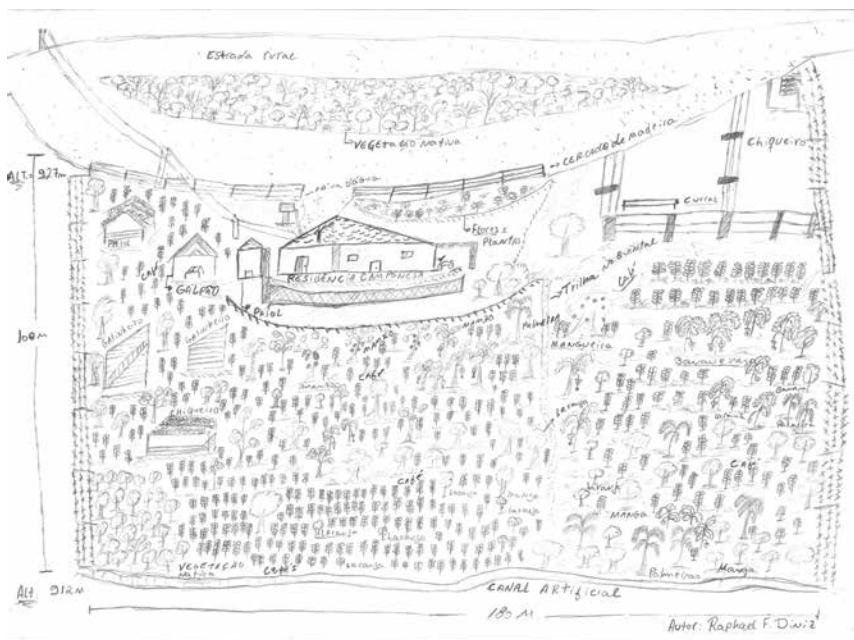


Figura 2: Croqui de um quintal familiar onde são cultivados pés de café junto a árvores frutíferas, nativas, culturas alimentares e criação de pequenos animais. Comunidade remanescente de quilombos do Quilombo, Município de Minas Novas, Vale do Jequitinhonha/MG. Agosto de 2010. Autor: Diniz, R. F. 2010.



Figura 3: Lavoura cafeeira na comunidade quilombola de Santiago. Município de Minas Novas, Vale do Jequitinhonha/MG. Abril de 2010. Autor: Rodrigues, L. de M., 2010

Com relação ao trato cultural dos cafeeiros, percebeu-se que, nos quintais e nas lavouras, o emprego de fertilizantes químicos é praticado em apenas cinco propriedades quilombolas, sendo que esse tipo de adubação não é realizado em todos os anos de produção, mas sim apenas naqueles em que o produtor possui melhores condições financeiras para a compra dos insumos. Associado à fertilização química, realiza-se a adubação por meio de resíduos orgânicos, destacando-se o emprego da palha de café, de estercos de animais e das folhagens do cafeeiro que caem próximos aos cultivos.

O uso de defensivos químicos é realizado por quatro agricultores, sendo que seu emprego se destina ao combate de doenças e/ou pragas das culturas, como a ferrugem (*Hemileia vastatrix*) e a cercosporiose (*Cercospora coffeicola*), e no controle da vegetação rasteira próxima aos cultivos. Após o uso dos defensivos, os cafeicultores devolvem as embalagens vazias nas casas agropecuárias, evitando, assim, a contaminação do solo e das águas das comunidades. Ressalta-se, no entanto, que esse uso não é feito constantemente ao longo do ano, mas somente nos períodos em que a infestação da doença e/ou praga compromete de forma significativa a produção de café. Cabe ainda destacar que o emprego dos defensivos se dá de modo mais frequente nas *lavouras cafeeiras*, já que a reduzida agrobiodiversidade local torna os pés de café mais susceptíveis à infestação de doenças e/ou pragas, diferentemente

das culturas produzidas nos quintais, onde o arranjo espacial dos cafeeiros e o plantio intercalado de frutíferas atuam positivamente na manutenção das relações ecológicas do meio.

Com efeito, constatou-se que o café produzido em seis propriedades quilombolas pode ser considerado *orgânico*, uma vez que não são empregados fertilizantes químicos e defensivos agrícolas nos cafeeiros. Por sua vez, os outros cafés foram considerados culturas *convencionais*, já que se observa a utilização, ainda que de forma inconstante, de defensivos agrícolas e fertilizantes químicos nos tratamentos culturais.

Embora boa parte da produção cafeeira desses agricultores quilombolas seja considerada *orgânica*, constatou-se que o preço pago pela saca do café ainda está muito aquém daquele praticado no mercado. A comercialização do produto junto a *atravessadores* torna a atividade cada vez menos lucrativa para os cafeicultores. Para se ter uma ideia, basta observar que durante os meses de abril e agosto de 2010 o preço pago à saca de café nas comunidades variou entre R\$ 120,00 (Cento e vinte Reais) a R\$ 150,00 (Cento e cinquenta Reais), sendo que nesse mesmo período o valor do café *bebida dura*⁴ no mercado estava em torno de R\$ 275,00 (Duzentos e setenta e cinco Reais) a R\$ 295,00⁵ (Duzentos e noventa e cinco Reais). Desse modo, percebe-se que os *atravessadores* chegam a ter um lucro muitas vezes superior a 100% (cem por cento) em cada saca de café vendido, enquanto que os cafeicultores quilombolas obtêm apenas o mínimo necessário à continuidade da atividade e, algumas vezes, até mesmo prejuízos.

Além disso, constatou-se que muitas vezes os *atravessadores*, aproveitando-se da situação de fragilidade econômica dos cafeicultores quilombolas, chegam a pagar pelo café antes mesmo que o fruto seja colhido, tornando os produtores cada vez mais dependentes dessa relação extremamente desvantajosa.

Embora a atividade cafeeira não traga um retorno econômico muitas vezes esperado pelos agricultores quilombolas de Santiago e Quilombo, pode-se constatar que, para sua grande maioria, a cafeicultura ainda é, e será por

⁴ Vejam bem, estamos comparando o café desses agricultores com o preço pago ao *café bebida dura*, o que, em alguns casos, não deve ser o tipo de bebida produzida por eles. A verificação da bebida é algo polêmico na região, sendo que, de acordo com muitos cafeicultores, como será visto mais a frente, os compradores dizem apenas que o café “bebe”, uma tática enganosa de se pagar menos por um café que, na realidade, produz uma bebida boa.

⁵ Nesse período a cotação do Dólar no mercado cambial estava a R\$ 1,78 para cada dólar.

muito tempo, uma atividade a ser praticada em suas unidades de produção, visando não somente suprir as necessidades de consumo da família, como também diversificar as fontes de renda e de trabalho na propriedade.

Cafeicultura Quilombola e Cafeicultura familiar em Capelinha: a produção de cafés sem agrotóxicos – Sat – e convencionais

A atividade cafeicultora nas comunidades estudadas em Capelinha se apresenta sob duas realidades socioespaciais distintas: uma em que a cafeicultura já é uma atividade tradicional praticada pelos agricultores, sendo observada nas comunidades de Chapadinha, Palmital e Maracujá. Caracteriza-se pela utilização de insumos externos à produção, melhores condições de beneficiamento do café, maior inserção do produtor no mercado de venda do produto e maior capitalização através de recursos do Pronaf. Por sua vez, nos territórios de Cisqueiro e Santo Antônio do Fanado, a atividade cafeicultora tem sido desenvolvida recentemente por agricultores que, além do café, encontram na policultura-pecuária, a produção de alimentos e rendas extras que mantém a reprodução socioespacial de suas famílias há gerações nesses territórios rurais. Nesse sentido, as análises realizadas a seguir procuram enfatizar as especificidades de cada contexto socioespacial em que se dá a produção do café em Capelinha, buscando não só diferenciá-los, como também destacar as experiências comuns vivenciadas pelos agricultores no desenvolvimento da atividade cafeicultora.

Em Cisqueiro e Santo Antônio do Fanado, a cafeicultura quilombola é considerada uma atividade secundária que visa complementar a renda obtida através de outros sistemas de cultivo, como do plantio da cana de açúcar, do milho, do feijão e de hortaliças, além da produção de cachaça e doces caseiros em algumas propriedades. Entretanto, ainda que não seja considerada a principal atividade desenvolvida nos estabelecimentos rurais pesquisados, ressalta-se que a cafeicultura se apresenta hoje como uma atividade que gera significativos rendimentos às famílias quilombolas, visto que é através dos ganhos obtidos na comercialização do café que os agricultores investem na infraestrutura de suas propriedades, compram insumos para os plantios, cuidam da criação de animais e adquirem bens manufaturados nos mercados e lojas do município.

Com relação às condições edafoclimáticas dessas comunidades, de acordo com os cafeicultores pesquisados (e com as análises de técnicos agrícolas) os solos apresentam baixa fertilidade e as chuvas são escassas ao longo do ano,

sendo concentradas em poucos meses durante o verão, o que cria grandes limitações ao desenvolvimento da atividade cafeeira.

As lavouras de café nas propriedades pesquisadas possuem atualmente um número médio de cafeeiros que varia entre quinhentos pés até o máximo de cinco mil pés, cultivados em áreas relativamente pequenas (entre ½ e 1 hectare), com espaçamento entre linhas e ruas variando entre 2,5 m x 1 m a 3 m x 1 m, ou seja, são lavouras pouco adensadas que permitem o cultivo de culturas temporárias nas “ruas” ao longo do ano.

Para o manejo, colheita e beneficiamento do café, os agricultores empregam predominantemente a mão de obra familiar e a *troca de dias*⁶ como modalidades de trabalho em seus estabelecimentos, relações *não capitalistas* que se configuram como estratégias camponesas frente aos constantes aumentos nos valores dos insumos externos à produção e às frequentes quedas no preço de mercado da saca de café.

Com relação ao uso de insumos externos à cafeeira, constatou-se que em cinco das seis propriedades pesquisadas são produzidos cafés *sem agrotóxico* – Sat, o que, de acordo com os agricultores, é feito devido à preocupação com a saúde daqueles que aplicavam os defensivos agrícolas na lavoura, e também como forma de proteção e conservação do meio ambiente.

[Parou de usar agrotóxicos] Por questão de segurança da gente né... porque não tinha um equipamento 100% que as vezes fosse eficiente... que as vezes só aquela bomba costal ela é eficiente, e eu vou dizer que sim... mas nem tanto, as vezes precisa de um protetor e algo que aquelas coisinhas, aquelas mascarazinhas, elas não resolve 100%... não segura tanto... e eu senti que tava inseguro de mexer com aquilo... (Cafeicultor Quilombola, 43 anos, Comunidade Remanescente de Quilombos de Cisqueiro, Município de Capelinha, Agosto de 2010)

Por não utilizarem defensivos agrícolas na cafeeira, os agricultores quilombolas empregam atualmente alguns manejos naturais no combate às pragas e doenças dos cafeeiros, como soluções preparadas da folha de *fumo* (*Nicotina tabacos*), da urina de bovinos, calda de piteira (*Agave americana*), além do plantio consorciado de café com o *fumo*, feijão, milho, e outras culturas. De acordo com os próprios agricultores, tais práticas têm trazido bons resultados à atividade cafeeira, uma vez que reduzem significativamente

⁶ A *troca de dias* é uma tradicional modalidade de trabalho entre agricultores camponeses que consiste em uma relação em que um agricultor trabalha na roça de outro por um ou mais dias e, como forma de pagamento, este trabalha na terra de seu par pelo mesmo período de tempo.

as doenças e a infestação de pragas nos pés de café, contribuindo, assim, para a diminuição nos gastos com insumos externos, otimizam o uso do espaço de cultivo com o plantio de outros alimentos e, principalmente, trazem melhorias à saúde daqueles que trabalham na cafeicultura.

O aprendizado desses manejos foi adquirido junto à Emater-MG, através de cursos e seminários de campo realizados com os produtores rurais em Capelinha, e por meio da transmissão intergeracional entre os agricultores camponeses. Entretanto, ainda que a difusão de conhecimentos por meio de instituições como a Emater-MG tenha trazido bons resultados à atividade cafeicultura, ressalta-se que nenhuma política foi adotada para que novos cursos e seminários continuassem a ser realizados, ficando os cafeicultores carentes em assistência sobre manejos agroecológicos e melhores conhecimentos sobre no beneficiamento do café atualmente. De acordo com os agricultores pesquisados, isso ocorre porque diversos problemas, principalmente de cunho político-econômico, têm impossibilitado a atuação dos órgãos de assistência técnica junto às comunidades rurais em Capelinha, deixando os agricultores familiares à margem dos novos conhecimentos produzidos sobre manejos alternativos na cafeicultura e políticas públicas voltadas para a agregação de valor ao produto, como o programa Certifica Minas Café⁷.

Foi também observado que entre os seis agricultores pesquisados nessas comunidades, quatro empregam anualmente a adubação química na lavoura de café, visando manter ou aumentar a fertilidade do solo e obter, assim, uma boa produtividade da cultura. Somado à adubação química, os agricultores quilombolas empregam em seus cafeeiros alguns manejos agroecológicos que apresentam fundamental importância na manutenção da fertilidade dos solos, como adubação orgânica, cobertura do solo, plantio de grãos e frutíferas próximo aos cafeeiros e a preservação das matas nativas próximas às lavouras.

Com relação às práticas de beneficiamento do café, constatou-se que atualmente os cafeicultores ainda carecem de importantes melhorias em determinadas etapas da produção da cultura, principalmente no que diz

⁷ O programa Certifica Minas Café foi criado pelo governo do estado de Minas Gerais com o objetivo de incentivar os cafeicultores mineiros a adotarem sistemas de qualidade na cadeia produtiva do café, estando de acordo com as normas de diferentes instituições nacionais e internacionais (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa, Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa – e a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO, por exemplo). Pretende-se, com isso, promover melhorias na qualidade da produção cafeeira do estado e dar maior confiabilidade aos produtos ofertados no mercado. Mais detalhes, consultar Tubaldini *et al* (2011).

respeito à secagem dos grãos, feita atualmente em *terreiros de terra batida* nas propriedades rurais.

Quanto à comercialização da produção, constatou-se que, semelhantemente aos cafeicultores das comunidades quilombolas de Santiago e Quilombo, boa parte da venda do café em Santo Antônio do Fanado e Cisqueiro é feita para *atravessadores*, os quais revendem o produto no mercado a preços bem acima daquele comprado nas comunidades.

Eu vendo o café *infelizmente* é pra estas pessoas que fica aqui... tem uns dois ou três forte comprador aí... *ele acaba sendo atravessador*, porque a gente acaba vendendo pra uma pessoa fazer a revenda lá... *E ainda estou melhor do que muitos... eu ainda vejo muitos ainda fazer pior do que eu... ele pega e vende ali a 40 reais...* ele pega um café aí que dá três [sacos em coco] por um [saco limpo], ele pega e vende a 40 conto [cada saca em coco]... dá R\$ 120,00... *eu vendo o café a duzentos e quarenta, duzentos e trinta... eles tá vendendo pela metade do meu preço...* (Cafeicultor Quilombola, 43 anos, Comunidade Remanescente de Quilombos de Cisqueiro, Município de Capelinha, Agosto de 2010)

Diante desse contexto, muitos cafeicultores passaram a erradicar boa parte dos cafeeiros cultivados em suas propriedades e, com isso, diminuir os custos de produção e o trabalho com o cafezal. Esta prática, além de contribuir para a queda nos rendimentos familiares, afeta negativamente a oferta de café no mercado local em Capelinha, uma das principais queixas apresentadas pelo secretário municipal de agricultura quando entrevistado sobre a crise enfrentada pela cafeicultura nas pequenas e médias propriedades desse município (Tubaldini *et al*, 2011).

Desse modo, percebe-se que os pequenos cafeicultores das comunidades de Cisqueiro e Santo Antônio do Fanado encontram atualmente sérios entraves à manutenção da atividade cafeicultora em suas propriedades, dentre os quais se destacam: carência em assistência técnica rural sobre manejos que possibilitem um melhor beneficiamento da cultura, baixo preço recebido pela produção cafeeira, necessidade de reconhecimento de alguns cafés produzidos nas propriedades como *cafés Sat*, entre outros. Já nas comunidades de Chapadinha, Palmital e Maracujá a cafeicultura se apresenta como uma das principais atividades realizadas nos estabelecimentos rurais, sendo a produção de café considerada uma tradição local desses territórios rurais. Com efeito, constata-se que, para grande parte dos pesquisados, a cafeicultura representa uma das principais fontes de renda da propriedade, garantindo ao longo de gerações a reprodução socioespacial de suas famílias no território rural capelinhense.

As lavouras de café dos agricultores pesquisados possuem um tamanho médio entre um a nove hectares, onde são cultivados entre dez mil a cinquenta mil cafeeiros, com espaçamento entre ruas e linhas variando entre 2 m x 1 m a 3 m x 1 m. Entretanto, deve-se ressaltar que o cultivo de café nessas propriedades já foi mais significativo em anos anteriores, quando muitos pesquisados chegaram a ter lavouras com áreas duas vezes e até mesmo três vezes superiores aos limites atuais.

Diante da crise enfrentada nos últimos anos pela cafeicultura, muitos cafeicultores erradicaram milhares de cafeeiros com o propósito de diminuir os custos com insumos e com a mão de obra empregada nos trabalhos com o cafezal (Figura 4). Em substituição aos cafeeiros erradicados, esses agricultores passaram a se dedicar à eucaliptocultura, o que tem provocado uma intensa (re)organização do espaço rural nessas comunidades e, possivelmente, sérios impactos socioambientais decorrentes da homogeneização ecossistêmica das formações vegetacionais.



Figura 4: Avanço da eucaliptocultura sobre áreas de lavoura de café em Chapadinha, Município de Capelinha, Vale do Jequitinhonha/MG. 2010. Autor: Diniz, R. F. 2010.

Com relação às modalidades de trabalho empregadas pelos cafeicultores nessas comunidades, constatou-se que predomina o uso da mão de obra familiar, a *troca de dias* e o trabalho de diaristas, relações pelas quais reduzem os custos com a produção do café e aumentam os ganhos obtidos na atividade.

Os manejos empregados no trato dos cafeeiros em Chapadinha, Palmital e Maracujá envolvem, muitas vezes, o uso de práticas convencionais como a

aplicação de defensivos agrícolas e emprego de adubação química nas lavouras. Em Palmital, por exemplo, o uso de agrotóxicos é realizado por três dos quatro cafeicultores pesquisados. Além de provocar a perda da rica biodiversidade faunística e florística dos Cerrados, utilizada muitas vezes de modo tradicional na medicina natural camponesa e para a alimentação humana e animal, o uso intensivo de agrotóxicos tem também ocasionado problemas como a contaminação das águas, dos solos e dos alimentos consumidos pelas famílias camponesas. Esses fatos são ilustrados com maior clareza por meio dos relatos orais concedidos em entrevistas pelos agricultores pesquisados.

[Animais] Aqui tinha demais, *hoje você não acha mais nada. Quem acabou? Nós mesmos acabou*, porque eu matei demais, *eu mesmo aplicava veneno*, e você ia bater o veneno no café... *a sabiá, ela entrava cá e quando ela saía lá já saía sem as pena... bidrin, lemacid* [Nome de agrotóxicos utilizados na cafeicultura]. Você andava na estrada aí com o farol, você parava pra não matar eles com o carro, *hoje acabou*. (Agricultor Camponês, 43 anos, comunidade de Chapadinha, Município de Capelinha, Março de 2009)

Além dos males causados ao meio físico e à vida silvestre local, o uso constante de agrotóxicos nos monocultivos é também responsável por inúmeros casos de intoxicação humana nos territórios estudados. Embora nenhum dos entrevistados afirmasse ter passado até o período da pesquisa por algum problema de saúde pelo contato direto com defensivos químicos, muitos deles relataram conhecer diversos casos em que trabalhadores rurais da região sofreram intoxicação nas lavouras de café do município⁸.

Eu nunca sofri, mas conheço [alguém que sofreu intoxicação com o uso de agrotóxicos]... *já intoxicou trabalhando pros outros e pra eles [para si próprio]*... (Agricultor Camponês, 57 anos, Comunidade de Chapadinha, Município de Capelinha/MG, agosto de 2010)

Dentre os agrotóxicos utilizados, constatou-se que muitos são classificados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa – como produtos *extremamente tóxicos* (Classe Toxicológica I) e *altamente tóxicos* (Classe Toxi-

⁸ Ressalta-se que nas comunidades quilombolas de Minas Novas e Capelinha os cafeicultores relataram desconhecer a ocorrência de qualquer problema de saúde com os trabalhadores rurais pelo uso de agrotóxicos nas lavouras de café onde costumam trabalhar.

cológica II), a exemplo do Tamaron, Temik 150⁹, Bidrin, Furadan e Actara. Para aplicação desses defensivos, os cafeicultores contam apenas com o auxílio de técnicos que trabalham nas casas agropecuárias, uma orientação feita à distância do estabelecimento rural, sem qualquer acompanhamento mais próximo quando os produtos são utilizados.

Quanto ao destino final das embalagens dos agrotóxicos, pôde-se observar que grande parte dos vasilhames são devolvidos nas casas agropecuárias, o que mostra o cumprimento, por parte dos agricultores, com as normas legais que regem a venda de defensivos agrícolas no país. Entretanto, segundo os relatos daqueles que optaram por não utilizar mais defensivos em suas lavouras, o maior problema para o meio ambiente e a saúde de quem vive no campo não é a presença das embalagens não utilizáveis nas comunidades, mas sim os resíduos que ainda permanecem nos cafeeiros, no solo, nos rios, nos aquíferos.

Agora tem uma coisa... tem o recolhimento de embalagem, eu concordo com isso. Aí eles fizeram uma pergunta na reunião ontem, e eu não quis falar nada porque *quando eu falo na reunião ele não gostam, porque sempre tem representante de casa [agropecuária], de firma [empresas de comercialização de agrotóxicos] e num sei mais o que...* Mas o recolhimento de embalagem é o trem mais simples que tem, *o problema tá é aqui, é no campo, porque depois que o trem [resíduos do agrotóxico] ficou lá, a embalagem é o mínimo problema, o trem [resíduos do agrotóxico] tá é aqui.* (Cafeicultor Familiar, 43 anos, comunidade de Chapadinha, Município de Capelinha, Março de 2009)

Já em Chapadinha, entretanto, constatou-se que grande parte dos cafeicultores entrevistados abandonou o uso de defensivos agrícolas em suas lavouras, produzindo, atualmente, um *café SAT*. Para a eliminação do uso de agrotóxicos nas lavouras de café e transição da produção de um café convencional para SAT, alguns cafeicultores contavam até pouco tempo com o apoio de um extensionista da Emater-MG. O trabalho desse técnico foi fundamental para mudanças de paradigmas na cafeicultura familiar onde foi possível desenvolver a extensão rural. A partir de sua atuação junto aos cafeicultores, percebeu-se que atualmente muitos deles adotam outra racionalidade de

⁹ Alguns estudos relatam que o Temik 150, fabricado pela multinacional Bayer, é o mesmo produto que o “chumbinho”, um raticida com uso proibido pela Anvisa. Para mais informações, acesse o site do núcleo de toxicologia da UFRJ: <http://lct.nutes.ufrj.br/toxicologia/mXII.orga.htm> .

produção agrícola, que se norteia pela eliminação do uso de insumos externos à lavoura do café, principalmente defensivos agrícolas.

Constatou-se, então, que em substituição ao uso de agrotóxicos na lavoura, muitos cafeicultores passaram a empregar algumas práticas agroecológicas para o controle de pragas e doenças dos cafeeiros, dentre os quais se destacam: aplicação de soluções naturais de *fumo* e óleo de Nim (*Azadirachta indica*); aumento da biodiversidade vegetal dentro da área dos cafezais, preservando as espécies vegetais que nascem nas ruas e linhas dos cafeeiros, como o picão-preto (*Bidens pilosa*) e outras ervas adventícias, além do plantio de mamona (*Ricinus communis*), cravo de defunto (*Tagetes erecta*), e outras; plantio consorciado de feijão, milho e *fumo* nas ruas de café; emprego de policultivos de frutíferas, como bananas, junto aos cafeeiros, além do plantio de “corredores” de eucalipto para proteção da lavoura contra os ventos que trazem doenças e pragas de outros cafezais etc.

Entretanto, devido a uma série de problemas político-econômicos criados pela introdução de uma nova racionalidade de produção agrícola na cafeicultura e das instruções feitas aos agricultores para exigirem o cumprimento de seus direitos junto às casas agropecuárias, como no caso da emissão de notas fiscais da compra de adubos, o trabalho desse técnico foi obrigado a ser interrompido, sendo o mesmo remanejado para outra região do estado de Minas Gerais.

Nóis tinha um cara aqui, bão... ele ia fazer isso né [eliminar o uso de agrotóxicos na cafeicultura]... era um cara que ia mudar a região de Capelinha... só que foi barrado e eu sei cumé que foi barrado... ele bateu de frente com uma casa de adubo... ele falou assim com nós: “cadê as notas fiscal do adubo?”... “Não tem...” “por que que não tem? Isso não existe”... aí já sabe né... A primeira coisa, aqui você comprava e não tinha nota, e foi a coisa que ele mais falou, ele falou assim “vai ter problema, vai ter problema”, só pegava a nota fiscal se comprasse um caminhão fechado [de adubo], é o problema nosso, se chegar lá querendo dez, vinte, trinta saco não conseguia nota. Ele falou que se você for pegar um saco ele tem que te dar a nota, e aqui não existe isso não. Acho que ele foi embora pra... Ele está na justiça, até eu fui depor pra ele lá em Guanhães, acho que ele tá em Alfenas me parece. (Cafeicultor Familiar, 43 anos, Comunidade de Chapadinha, Município de Capelinha, março de 2009)

No que tange ao beneficiamento do café no pós-colheita, constatou-se que grande parte dos cafeicultores fazem a secagem inicial dos frutos em *terreiros de terra batida* e, posteriormente, no secador e despulpador da associação

comunitária (em Chapadinha) ou em maquinários alugados de terceiros (em Palmital e Maracujá).

Por fim, após o beneficiamento da cultura, muitos agricultores optam por vender sua produção de imediato a estocá-la em armazéns, já que isso implicará no aumento dos gastos com a atividade, como transporte e aluguel do armazém. Assim como ocorre nas outras comunidades estudadas em Capelinha e Minas Novas, grande parte dos entrevistados em Chapadinha, Palmital e Maracujá comercializa as sacas de café com *atravessadores*, tornando-se, para eles também, uma prática extremamente desfavorável. Os cafeicultores se queixam constantemente que o baixo valor pago pela saca de café se dá em razão da bebida por eles produzida ser *dura*. Entretanto, os testes que comprovam a qualidade da bebida são feitos em laboratórios particulares, sem qualquer conhecimento (e consentimento) dos cafeicultores.

Para mitigar esse problema, o poder público municipal conseguiu organizar, na sede de Capelinha, um laboratório que irá verificar a bebida dos cafés produzidos pelos pequenos cafeicultores. Entretanto, devido a uma série de questões político-administrativas, esse laboratório ainda se encontra fechado, impossibilitando os cafeicultores de conseguirem melhores preços para as sacas do café colhidas em suas propriedades.

A partir, então, das constatações expostas, percebe-se que a atividade cafeicultora nos territórios rurais de Capelinha é mantida por agricultores familiares e camponeses que passam atualmente por sérios desafios à continuidade desse trabalho. Com efeito, observa-se nesses territórios uma lógica perversa de processos socioespaciais e político-econômicos que culminam na (re)organização espacial da cafeicultura, sendo, a cada dia mais, substituída pela monocultura do eucalipto, provocando o desemprego no campo e, conseqüentemente, o êxodo rural.

Desse modo, os principais pontos que pode-se elencar como característicos do estado atual da cafeicultura nos territórios estudados em Minas Novas e Capelinha são:

- Nas *comunidades quilombolas* de Minas Novas e Capelinha a atividade cafeicultora tem a função de complementar e diversificar as fontes de renda dos produtores rurais;
- Já nas comunidades de Chapadinha, Palmital e Maracujá, em Capelinha, a cafeicultura é tida para grande parte dos sujeitos pesquisados como atividade principal desenvolvida em seus estabelecimentos, tornando-os dependentes de um mercado cada vez mais instável e inseguro;
- O uso da mão de obra familiar no manejo com a lavoura de café, na colheita e beneficiamento dos frutos é predominante em todas as comunidades,

tornando a atividade uma importante fonte de emprego e renda aos sujeitos sociais pesquisados;

- O uso de defensivos e fertilizantes químicos nas lavouras de café é realizado com maior constância onde a agrobiodiversidade é pouco significativa e, além disso, os cafeicultores possuem uma orientação frequente dos técnicos agrícolas das casas agropecuárias. Entretanto, o número de cafeicultores pesquisados que já não fazem o uso desses insumos, principalmente dos defensivos, começa a crescer nas comunidades, principalmente pelo fato de se ter notícias de vários casos de intoxicação de trabalhadores rurais nas grandes fazendas de café da região;

- Com efeito, constatou-se que dos trinta e três cafeicultores pesquisados nos dois municípios, seis produzem cafés orgânicos, doze cafés Sat e quinze convencionais;

- Embora grande parte dos cafés produzidos sejam *orgânicos* ou *Sats*, constatou-se que em todas as comunidades de Minas Novas e Capelinha o preço pago aos cafeicultores ainda está muito aquém do que lhes é devido. Isso se explica pelo fato de que a produção cafeeira dos sujeitos sociais pesquisados é comercializada com *atravessadores*, compradores oportunistas que exploram os cafeicultores pagando-lhes preços bem abaixo daqueles praticados no mercado;

- Desse modo, constatou-se que grande parte dos cafeicultores pesquisados está reduzindo a área de suas lavouras ou até mesmo abandonando a atividade, buscando outras fontes de renda em atividades mais “lucrativas” (e impactantes também) como a eucaliptocultura ou migrando para grandes centros urbanos.

Alguns apontamentos à guisa de conclusão...

Diante do que foi exposto durante o artigo e de outras experiências vivenciadas nos trabalhos de campo, junto aos cafeicultores familiares e camponeses em Capelinha e Minas Novas, pode-se concluir que a crise vivida pela cafeicultura nos municípios estudados é muito mais complexa do que apenas uma crise estritamente econômica, sendo também uma crise política, ambiental e sociocultural.

A intensa substituição das lavouras cafeeiras por “florestas” de eucalipto reflete um grave quadro em que a carência (ou ineficácia!) de políticas públicas destinadas à agregação de valor ao café leva muitos cafeicultores a abandonarem suas atividades e optarem pela busca de melhores rendimentos

em outras culturas ou através da migração para os grandes centros urbanos, provocando impactos socioespaciais já fartamente relatados pela literatura científica.

Com efeito, observa-se atualmente nesses territórios um rápido e intenso processo de (re)organização socioespacial que poderá ocasionar impactos socioeconômicos e ambientais ainda mais graves às suas populações. Urge, portanto, ao poder público tomar atitudes que tenham como propósito norteador enfrentar essa crise em toda a sua complexidade, buscando fortalecer os pequenos e médios cafeicultores, reduzir a ação dos *atravessadores*, colocar em funcionamento o laboratório de reconhecimento da bebida do café produzido no município de Capelinha e, principalmente, divulgar novas práticas agrícolas que não dependam do uso de insumos externos na cafeicultura.

Referências bibliográficas

- ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. *Territórios das Comunidades Remanescentes de Quilombos no Brasil*: primeira configuração espacial. Brasília: Edição do Autor, 1999.
- ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. *Quilombos*: Geografia Africana – Cartografia Étnica, Territórios Tradicionais. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2009.
- ARRUTI, José Maurício. *Mocambo: Antropologia e História do processo de formação quilombola*. Bauru: Edusc, 2006.
- ANDRADE, Rogério Geraldo Ribeiro. *A Expansão da Cafeicultura em Minas Gerais*: Da Intervenção do Estado à Liberalização do Mercado. (Dissertação de Mestrado apresentada ao curso de Pós-Graduação em Economia, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Territorial, Universidade Federal de Minas Gerais). Belo Horizonte, 9 de dezembro de 1994.
- CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO ELOY FERREIRA DA SILVA – CEDEFES. *Projeto Quilombos Gerais*. Belo Horizonte. 2009 Disponível em <<http://www.cedefes.org.br/new/index.php?conteudo=materias/index&secao=18&tema=49&materia=1603>> Acesso em 20/07/2009.
- DINIZ, Raphael Fernando. *Cafeicultura quilombola em agroecossistemas sociobiodiversos do Vale do Jequitinhonha*: estudo de caso nas comunidades de Santiago e Quilombo, município de Minas Novas/MG. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

- MARTINS, Cayle José e FARIA, José Odel. *Panorama da cafeeicultura nos Vales do Jequitinhonha, do Mucuri e no Norte de Minas – café da Chapada de Minas*. In: 1º Encontro de Cafeicultura do Vale do Jequitinhonha: Cafeicultura Orgânica. Diamantina – MG, 2003.
- SINGER, Paul. *Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.
- TUBALDINI, Maria Aparecida dos Santos. *A Organização da Cafeicultura em São Sebastião do Paraíso*. 1982. 265 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 1982.
- TUBALDINI, Maria Aparecida dos Santos; DEUS, J. A. S. de; NOGUEIRA, M.; GONTIJO, B. M.; BEDIM, B. P.; LIMA, G. D.; GIANASI, L. M.; MINÉ, G. de O.; SILVA, M. N. S. da; SOUZA, P. P. A. de; MOREIRA, K.; RODRIGUES, L. de M.; DUPIN, P. C. & DINIZ, R. F. *Mapeamento e Análise das Estratégias de Reprodução Social Complementares da Agricultura Camponesa no Recorte Territorial de Minas Novas, Capelinha e Chapada do Norte – Vale do Jequitinhonha*. Belo Horizonte: Terra & Sociedade: Núcleo de Estudos em Geografia Agrária, Agricultura Familiar e Cultura Camponesa, 2011. Relatório Projeto FAPEMIG – 1480 APQ – 01430 – 08/10.

FINO TRACO



1ª EDIÇÃO: Dezembro, 2012

FORMATO: 15,5cm x 22,5cm | 236 p.

TIPOLOGIA: Bodoni

PAPEL DA CAPA: Supremo 250 g/m²

PAPEL DO MIOLO: Pólen Soft 80g/m²

MEMÓRIA PRODUÇÃO EDITORIAL

PRODUTORA EDITORIAL: Máira Nassif

CAPA & DIAGRAMAÇÃO: Ana C. Bahia

REVISÃO DE TEXTOS: Lucas Morais